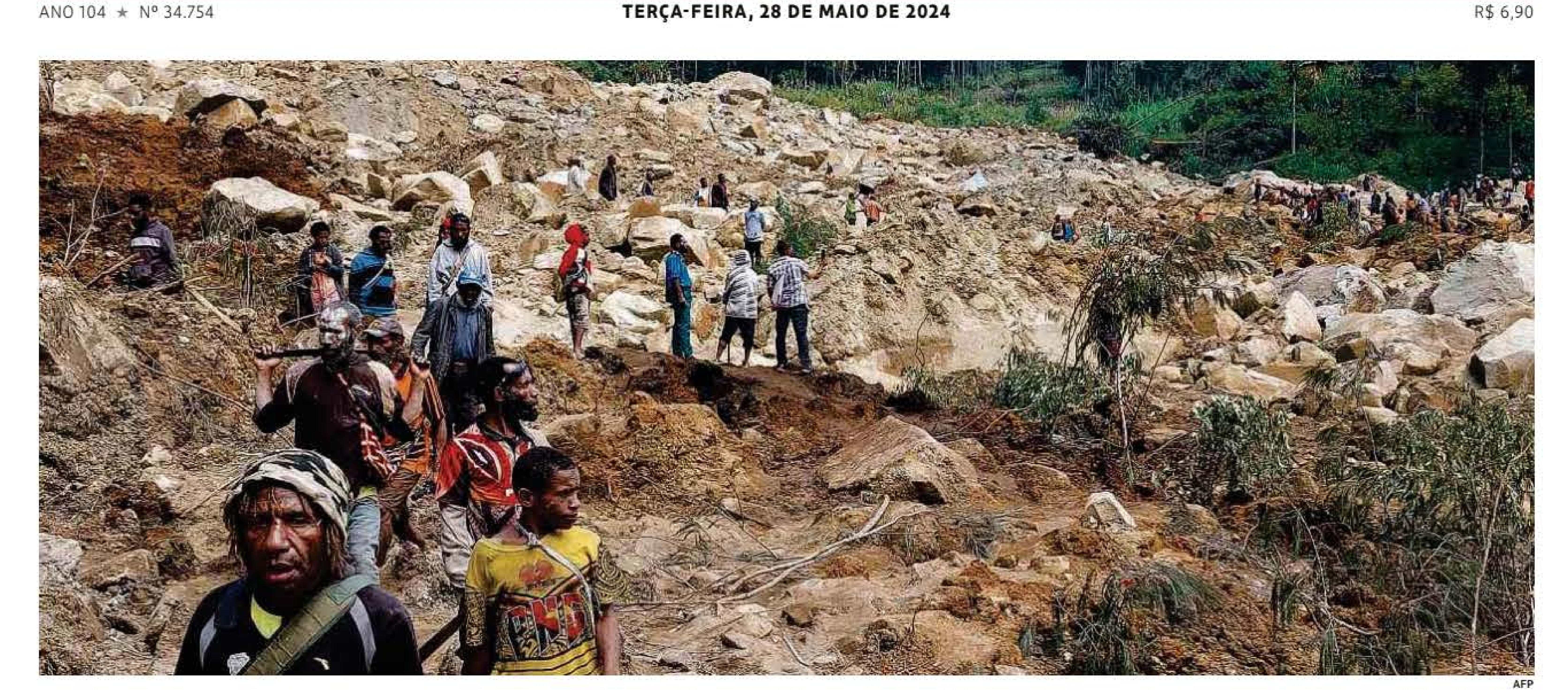
FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921  UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.754 | TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2024 | R$ 6,90



AFP

PAPUA-NOVA GUINÉ ESTIMA 2.000 SOTERRADOS EM VILAREJOS APÓS DESLIZAMENTOS DE TERRA

Moradores da vila de Mulitaka, na província de Enga, atingida pelo desastre na sexta-feira (24); Nações Unidas farão uma reunião com diversos países para coordenar resgates Mundo A10

Petrobras deve acelerar busca por petróleo, afirma Magda

Em 1ª entrevista, ela diz que estatal é capaz de 'garantir retorno aos acionistas'

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a estatal deve manter a estratégia de busca de novas reservas de petróleo, questionada por ambientalistas diante da crise climática. Em sua primeira entrevista, ela defendeu ainda a exploração da Foz do Amazonas.

Segundo Magda, é preciso "tomar muito cuidado com a reposição das reservas", para que o país não volte a ser importador de petróleo, o que, para ela, "está fora de cogitação". "O esforço exploratório dessa empresa tem que ser mantido, tem que ser acelerado", disse.

Questionada sobre as mudanças climáticas, afirmou que desastres podem ocorrer por uma série de fatores. "Não vamos culpar o pré-sal."

Magda assumiu a Petrobras na sexta (24), em substituição a Jean Paul Prates, demitido pelo presidente Lula (PT) após longa fritura.

A chefe da estatal disse que recebeu a missão de administrar a empresa com "respeito à sociedade brasileira". Para ela, a gestão tem de equilibrar interesses. "A Petrobras é perfeitamente capaz de garantir retorno aos acionistas, privados ou governamentais." Mercado p.1

Ataque de Israel a área humanitária mata 45

Bombardeio israelense em campo com deslocados internos em Rafah, na Faixa de Gaza, deixou 45 mortos, segundo ministério controlado pelo Hamas. Sem confirmar o total de vítimas, o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, classificou a ação como "acidente trágico" e disse que vai investigá-la. Comunidade internacional condenou o ataque. Mundo A9



Alberto Caetano, sócio desde 1991 de padaria em São Paulo Lucas Seixas/Folhapress

Fazenda estuda tributo maior para cigarros por desoneração

A equipe econômica do governo Lula (PT) estuda elevar a tributação de cigarros para compensar parte das perdas com a desoneração da folha de pagamentos das empresas de 17 setores e dos municípios. O impacto da medida previsto para 2024 é de cerca de R$ 1 bilhão.

O baixo efeito se deve às mudanças no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que exigem 90 dias para entrar em vigor. Uma medida provisória definirá novas formas de compensação. Desonerações devem custar R$ 25,8 bilhões, afirma a Receita. Mercado p.3

África do Sul vai às urnas com Soweto afastado do CNA

Símbolo da democracia racial nos anos 1990, distrito em Joanesburgo pode contribuir para derrota do governista Congresso Nacional Africano nas eleições, relata o enviado Fábio Zanini. Deteriorada, região acompanhou decadência do país. Mundo A10

Mpme p.1

Negócio tradicional

Funcionários antigos, que conhecem os clientes, receitas originais e empenho dos proprietários ajudam padarias de bairros a se manter no mercado e a se diferenciar dos estabelecimentos de rede.

Michael França

A USP e os seus tribunais raciais

Discutir política pública é ir além de crenças e examinar a literatura sobre o assunto. Um pequeno esforço em procurar olhar para evidências leva à conclusão de que o Brasil é um grande tribunal racial que gera competição desleal para os negros. Mercado p.10

G7 dos partidos domina disputa a prefeituras

O Brasil tem 29 partidos, mas só sete reinam no cenário político. Esse "G7" detém 80% das vagas do Congresso e 70% das verbas eleitorais, e deve dominar os pleitos municipais e as eleições para troca no comando da Câmara e do Senado, em 2025. Política A4

EDITORIAIS A2

Vaivém favorece poder da Petrobras no refino
Sobre recuo do Cade em decisão pró-concorrência.

Mais investigações
Acerca de apuração que envolve viações em SP.

Sindicato de docentes federais aceita proposta

Cotidiano B4

Estresse tóxico na primeira infância afeta socialização

Saúde B6

ISSN 1414-5723



Comida C7

Etiqueta nos restaurantes

Chefs e profissionais do segmento debatem se os estabelecimentos podem barrar clientes de bermuda, regata, boné e chinelo.

Ilustrada C1

Literatura se volta para a crise do clima, antes relegada à ficção científica

Cotidiano B2

Alunos ajudarão a recuperar escolas

DIAS MELHORES
Após arrecadar doações, jovens da Grande São Paulo vão atuar na reconstrução de colégios gaúchos.



Pedro Ladeira/Folhapress

EMPRESÁRIOS VÃO DOAR 2.000 TONELADAS DE CARNE AO RS, DIZ GOVERNO

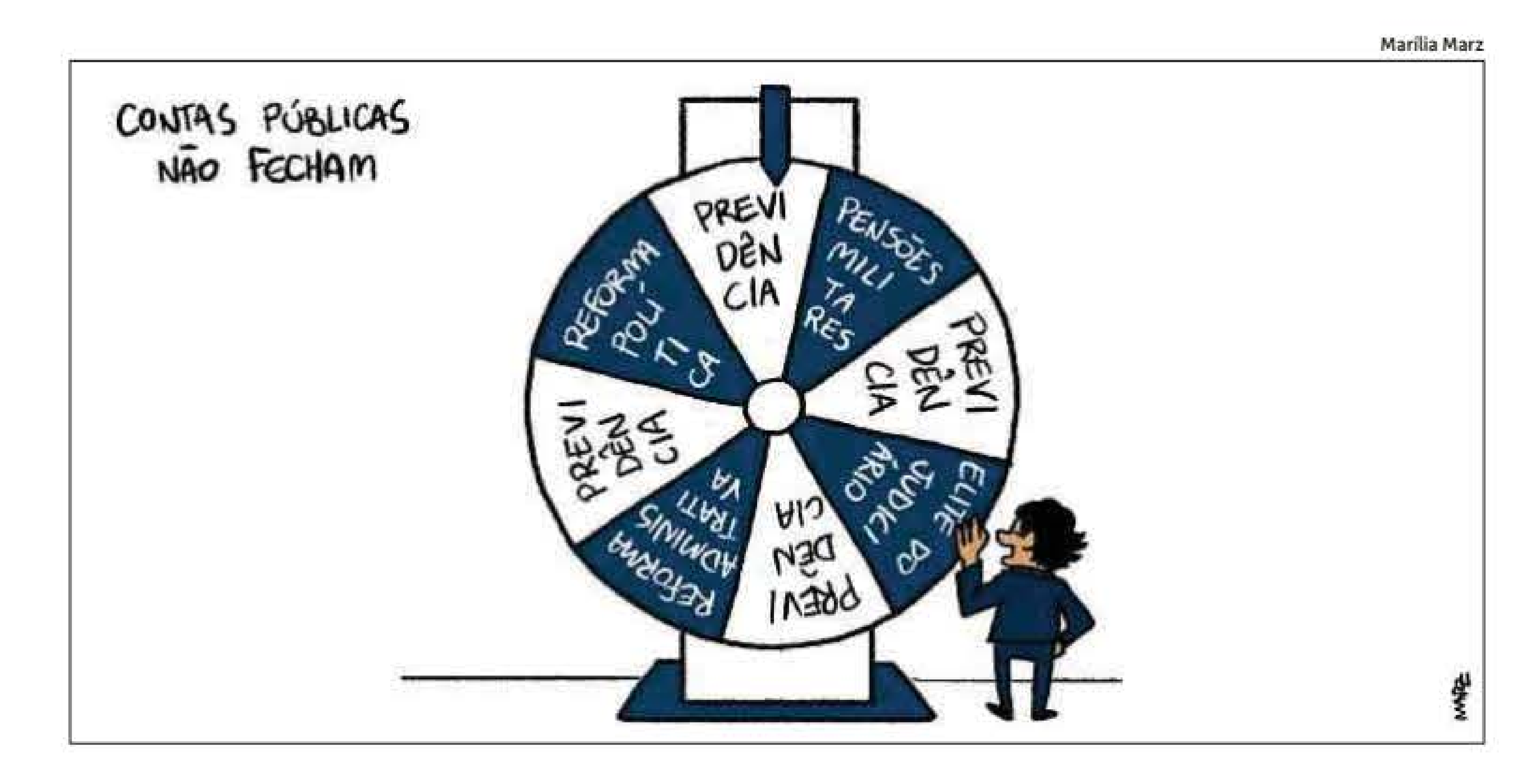
Joesley (segundo à esq.) e Wesley Batista (primeiro à dir.), donos da JBS, em reunião do presidente Lula (PT) sobre desastre gaúcho com executivos do setor; em Canoas, aeroporto emergencial em base aérea começou a operar Mercado p.5 e Cotidiano B1

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Marília Marz



EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Vaivém favorece poder da Petrobras no refino

Encarregado de zelar pela concorrência, Cade recua sob Lula de acordo que deveria levar a estatal a reduzir sua participação excessiva no setor

No intervalo de apenas cinco anos, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tomou duas decisões tão importantes quanto divergentes a respeito da Petrobras, a maior empresa do país.

Em 2019, a petroleira estatal era alvo de inquéritos no Cade —instituição federal em tese independente e encarregada de prevenir, fiscalizar e punir abusos de poder econômico. Empresas se queixavam de que a companhia vendia gás caro e combustíveis a preços abaixo daqueles de mercado, prejudicando a concorrência.

O caso se resolveu de modo relativamente rápido. Em acordo, a Petrobras se comprometeu a vender metade de sua capacidade de refino, 8 de 13 refinarias, e suas participações no negócio de gás. Com isso, haveria maior possibilidade de concorrência no mercado.

Já neste maio, a petroleira foi dispensada de vender cinco das refinarias restantes. Já haviam sido negociados também os gasodutos NTS e TAG, além da Gaspetro, de participações em distribuidoras de gás. Ficou a participação majoritária na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil.

A dispensa faz parte da renegociação do acordo de 2019, iniciada a pedido da Petrobras. As condutas da gigante estatal e do Cade, como se vê, variam em diferentes governos —de Jair Bolsonaro (PL), quando se seguia a estratégia de enxugamento da companhia, ao estatismo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No aditivo do acordo, há novas obrigações. Por exemplo, o Cade terá acesso a informações sigilosas a respeito do comércio de petróleo e derivados, de modo a observar se há manipulação discriminatória de preços. Vai monitorar outras relações e contratos com refinarias independentes.

Segundo o conselho, efeitos parciais do acordo de 2019 e as novidades de 2024 coibiriam possíveis danos causados pelo poder de mercado da Petrobras.

No entanto tamanha reviravolta é alarmante —ainda mais por ser associada a decisões de governos. A inconstância regulatória contribui para causar desconfiança nas regras do jogo econômico.

O participação quase monopolista da Petrobras no mercado de derivados, como diesel e gasolina, incentiva intervenções governamentais nocivas. Como é notório, houve tabelamento velado sob Dilma Rousseff (PT); Bolsonaro e Lula trocaram anualmente presidentes a fim de intervir em preços.

Tais intromissões prejudicam a Petrobras e os concorrentes; afastam possíveis novos investidores no setor e desanimam empreendedores de qualquer ramo, em especial estrangeiros, que terão motivos para temer a mão pesada do governo e a regulação deficiente.

Mais investigações

Ao envolver presidente da Câmara de SP, Ministério Público deve aprofundar apuração sobre ônibus

Com a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, o inquérito que apura suposta infiltração da facção criminosa PCC no transporte público da capital ganha intrincados contornos políticos.

Reportagem da **Folha** mostrou que, no entendimento do Ministério Público, o vereador Milton Leite (União Brasil) teve "papel juridicamente relevante na execução dos crimes" da Transwolff —uma das viações de ônibus investigadas no âmbito da operação "Fim da Linha". A empresa, cujo dono está preso, é suspeita de lavar dinheiro para o PCC.

É importante ressalvar que não se sabe o que pesa contra o parlamentar. A Justiça autorizou a quebra dos sigilos a partir de pedido recebido em fevereiro de 2023, quando os promotores apontaram possível ligação de Leite com dirigentes da empresa de ônibus da zona sul, região onde atua politicamente.

Mas, na denúncia da operação, oferecida em abril deste ano, o vereador é arrolado só como testemunha. A Promotoria não esclareceu qual eventual crime o chefe do Legislativo teria cometido.

As investigações, por ora, estão longe de conclusivas —e é cedo para apontar qualquer responsabilidade. Em nota, o parlamentar vê "ilação de terceiros" e diz desconhecer a quebra dos sigilos, além de, acertadamente, colocar seus dados à disposição dos promotores.

Não é de hoje que pairam suspeitas do envolvimento de políticos em ilícitos com empresas de ônibus. Vereadores paulistanos já foram investigados, e três edis de outras cidades do estado foram detidos na referida operação.

O transporte de passageiros em São Paulo é um negócio bilionário. Apenas na atual gestão Ricardo Nunes (MDB), a Transwolff recebeu R$ 2 bilhões em remunerações.

Um dos políticos mais influentes da cidade, Milton Leite está no sétimo mandato seguido e é presidente da Casa há quatro anos.

Às vésperas das eleições municipais, e em respeito aos contribuintes, cumpre ao Ministério Público aprofundar as investigações com celeridade e apresentar mais indícios, se assim existirem. De Leite, espera-se transparência.

O calor cozinha nossos miolos?

Hélio Schwartsman

O clima tropical "amoleceu" os brasileiros, como sugeriu Albert Einstein em seus politicamente incorretos diários de viagem? O pai da Teoria da Relatividade foi aqui um gênio presciente ou apenas preconceituoso?

A viagem de Einstein à América do Sul ocorreu em 1925. À época não havia estudos rigorosos que pudessem amparar suas observações sobre os efeitos do clima na inteligência, de modo que o físico alemão apenas ecoava o determinismo geográfico de tons racistas que era moeda corrente à época. Ocorre que, a partir de 1945, começam a surgir pesquisas que apontam efeitos negativos do calor sobre a cognição, não em caráter essencialista, do tipo que produziria povos irremediavelmente ignorantes, mas de forma aguda. O mesmo indivíduo tem performance melhor ou pior de acordo com a temperatura.

Valho-me aqui de informações constantes em "The Weight of Nature", de Clayton Page Aldern, livro que ainda vou resenhar, mas do qual já dou uma palhinha. No que provavelmente é o primeiro estudo controlado, Norman Mackworth mostrou que o desempenho de soldados da Real Força Aérea na transcrição de código Morse piorava nitidamente com o aumento dos termômetros. A partir dos 33°C a diferença se tornava dramática.

Hoje há uma profusão de trabalhos nessa linha. Eles não só corroboram o vínculo como indicam que ele pode ser fonte de desigualdades. Na China, já se mostrou que estudantes das regiões mais quentes são injustamente penalizados no vestibular unificado do país, o "gaokao", que ocorre no verão.

Em Nova York, apenas dois terços das escolas públicas têm ar-condicionado. Obviamente, são as dos distritos mais pobres as que não têm. A climatização explica 5% da diferença de desempenho entre as crianças negras e não negras.

Não é coincidência que, quando questionado sobre o segredo do sucesso de Singapura, Lee Kuan Yew, o ditador que fundou o país, tenha respondido: ar-condicionado.

helio@uol.com.br

Faz de conta

Dora Kramer

Paulo Vanzolini conta em um de seus memoráveis sambas que, na praça Clóvis paulistana (posta abaixo nos idos dos anos 1970 para dar passagem ao metrô), um dia a carteira dele foi batida. "Tinha 25 cruzeiros e o teu retrato", relata. E, em mágoa de amor, conclui: "25, francamente achei barato pra me livrar do meu atraso de vida".

É o que ocorre com os infratores da regra da chamada pré-campanha eleitoral, cuja penalidade máxima é uma multa de R$ 25 mil para quem pedir votos para si ou para apadrinhados. Sai quase de graça a infração para quem deseja se livrar do atraso de vida que a lei impõe no período antecedente ao início oficial da corrida eleitoral, neste ano marcada para 16 de agosto.

Aconteceu outro dia com o presidente Lula por causa do pedido de votos ao pré-candidato a prefeito Guilherme Boulos (PSOL-SP) no palanque de uma comemoração do 1º de Maio. Incomparável o ganho presumido com o apelo explícito em relação aos danos da penalidade imposta.

Vale o risco, posto que irrisório, descontado o cunho imoral da infração legal para o qual não se dá importância —nem a Justiça Eleitoral, dona da norma feita letra morta na prática. Afinal, a própria legislação é frouxa na definição do que seria exatamente o conceito de pré-campanha. Ninguém sabe direito o que pode ou não pode.

Vimos isso no julgamento que absolveu o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) por ausência de provas consistentes e provavelmente veremos no caso do senador Jorge Seif (PL-SC), também acusado de irregularidades antes do prazo regulamentar.

Ou bem se define o regramento com rigorosa clareza e são impostas punições efetivas —por exemplo, a possibilidade do risco ao registro de candidaturas— ou seguiremos no faz de conta.

Vale lembrar que campanha é campanha, antes ou depois do marco temporal hoje desrespeitado numa rotina de total desfaçatez.

O negócio dos clãs

Alvaro Costa e Silva

Em seu livro "O Negócio do Jair", Juliana Dal Piva mostra como Bolsonaro usou a política —nomeação de funcionários-fantasmas, apropriação de seus salários e avanço sem freios em recursos públicos— para construir um patrimônio financeiro que lhe permitiu a compra, em dinheiro vivo, de pelo menos 151 imóveis. O esquema de corrupção, capitaneado pelo ex-presidente desde os tempos em que se elegeu vereador "contra o sistema", envolveu centenas de pessoas: os filhos, a ex-primeira-dama, ex-mulheres, parentes, amigos e os imprescindíveis milicianos. Quando Juliana publicou sua reportagem, em 2022, o escândalo das joias árabes e do esconderijo de presentes ainda não havia sido revelado.

O clã Bolsonaro é —como se diz mesmo?— um case de sucesso. Mas não o único a se destacar na política brasileira. O clã Brazão é um competidor à altura.

Segundo a Polícia Federal, Domingos Brazão, o conselheiro do TCE-RJ acusado de ser o mandante da morte de Marielle Franco, é dono de 87 imóveis na zona oeste do Rio, avaliados em R$ 25 milhões. Um apartamento de luxo na Barra da Tijuca, que pertencia a um investigado da operação Lava Jato, foi arrematado num leilão por R$ 1,6 milhão.

De acordo com a investigação da PF, Domingos e seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão, decidiram matar Marielle, recorrendo ao balcão de negócios da polícia, para impedir que ela prejudicasse os interesses da família em práticas de grilagem de terras na zona oeste. Pela execução da vereadora, o sicário Ronnie Lessa receberia um lucro estimado em US$ 20 milhões, com a criação de uma milícia própria em Jacarepaguá.

O Conselho de Ética da Câmara aprovou a abertura do processo para cassar Chiquinho. Com a palavra, os deputados. Um grupo deles já tentou livrá-lo da prisão, num movimento subterrâneo cujo objetivo é abrir caminho para anistiar Bolsonaro. Os clãs têm influência e meios.

Tarcísio e o Dilúvio

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Povo de Deus", criador do Observatório Evangélico e sócio da consultoria Nosotros

O número de casos de secas, calor excessivo e inundações está se multiplicando no mundo.

O verão de 2023 foi o mais quente do hemisfério Norte em 2.000 anos, mas 2024 deve bater esse recorde. Pobreza e concentração populacional nas periferias agravam as consequências do fenômeno. É por isso que governos no Brasil devem começar a envolver igrejas evangélicas nas ações para prevenir desastres ou mitigar seus efeitos.

Goste-se ou não dos evangélicos, eles estão continuamente gerindo recursos para resolver problemas em suas comunidades. Suas ações incluem coleta e distribuição de mantimentos, oferta de atividades para crianças e adolescentes, estímulo ao empreendedorismo; a lista de serviços é longa. Por isso, eles representam os casos mais expressivos da sociedade civil organizada nos bairros mais expostos a enchentes e deslizamentos.

Há uma ideia equivocada de que evangélicos, em geral mais pobres, não se interessam por ecologia ou que até torcem pelo apocalipse climático. Na verdade, há entre católicos e evangélicos o mesmo senso pró-ambiental que reina na média da população brasileira. "Mesmo se isolarmos os estratos com menor renda e menor escolaridade, eles ainda tendem a reportar níveis de preocupação ambiental altos na comparação internacional", avalia o sociólogo da USP Renan William dos Santos, que estuda o tema.

O ambientalista evangélico Cal DeWitt dedicou parte de sua carreira como pesquisador e professor universitário atuando como tradutor entre cientistas e cristãos nos EUA.

Para ele, a chave para levar o debate climático para as igrejas é analisar esse tema à luz da Bíblia. "Se a leitura das Escrituras mostra que cuidar da criação é uma parte vital das tarefas das pessoas e que temos sido negligentes em relação a isso, somos mobilizados à conversão (ao ambientalismo)."

O governador Tarcísio de Freitas parece um nome improvável para compor uma lista de embaixadores do clima, mas faz sentido que ele abrace esse tema. A Igreja Universal é uma organização irmã do Republicanos, partido ao qual ele está filiado. Esse relacionamento pode ser o ponto de partida para convocar igrejas para monitorar chuvas e alertar localmente moradores em caso de perigo.

No momento em que o governo federal rejeita atuar em parceria com igrejas —por exemplo, no tema das comunidades terapêuticas, que oferecem tratamento para dependentes—, Tarcísio pode se fortalecer politicamente. Capacitadas, comunidades de fé têm capilaridade e propósito para atuar rapidamente em locais de risco.

E retribuiriam o gesto de confiança mostrando como podem ser relevantes para a sociedade.

spyer@uol.com.br

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Conectados às telas e desconectados de nós mesmos

Uso intenso é ainda mais comum em meios socioculturais menos privilegiados

Gustavo Meirelles
Médico, empreendedor em saúde e defensor da reconexão com nós mesmos

Passamos grande parte do dia nos celulares em busca de "likes" que nos proporcionam pequenos momentos de prazer, mas ao mesmo tempo nos desconectam da realidade e prejudicam nossas interações sociais, concentração e atenção. Somos frequentemente interrompidos por ligações, mensagens ou nossos próprios impulsos compulsivos em busca de dopamina e recompensas cerebrais efêmeras e viciantes.

As empresas buscam tornar as plataformas digitais cada vez mais sedutoras, proporcionando ao cérebro uma sensação de felicidade iminente, resultando em cliques, publicidade e, consequentemente, maior lucro. Quanto mais os aplicativos e as redes se tornam "inteligentes", menos críticos e mais alienados nos tornamos.

Além de consumirem nosso tempo, as mídias sociais são potenciais geradoras de mal-estar. O chefe abusivo posta fotos sorrindo e comemorando com a equipe. A imagem da viagem luxuosa de um casal não reflete suas discussões diárias. Os finais de semana "perfeitos" de amigos tornam-se motivos de inveja e insatisfação, contribuindo para uma sensação de infelicidade cada vez mais comum.

Os índices de depressão e ansiedade estão em alta, especialmente entre os jovens, cada vez mais expostos às plataformas digitais. Michel Desmurget, autor de "A Fábrica de Cretinos Digitais: Os Perigos das Telas para Nossas Crianças", aponta que quanto mais cedo uma criança se familiariza com dispositivos digitais maior é a probabilidade de se tornar usuária assídua. Crianças de menos de dois anos já dedicam quase um hora por dia às telas, tempo precioso que poderia ser usado para explorar o mundo ao redor. Na adolescência, o consumo digital pode ultrapassar sete horas diárias, equivalente a um ano inteiro de aulas de português, matemática e biologia da 5ª série do ensino fundamental até o final do ensino médio.

O uso intenso de dispositivos digitais é ainda mais comum em meios socioculturais menos privilegiados. Adolescentes dessas famílias dedicam quase duas horas a mais por dia às telas do que aqueles mais abastados, tempo que poderia ser utilizado para atividades mais enriquecedoras, como leitura, práticas musicais e esportivas.

Uma abordagem para enfrentar o problema é retirar as telas dos quartos de dormir e adiar ao máximo o início de uso de dispositivos como celulares. Além disso, o exemplo deve vir dos pais, pois o consumo de telas pelas crianças cresce conforme o dos seus familiares.

Um estudo comparou estilos parentais em famílias com pré-adolescentes: um grupo era permissivo, sem regras para o uso de dispositivos digitais; um segundo grupo adotava normas rígidas e autoritárias; por fim, um terceiro era composto por pais persuasivos, que instituíam regras, mas as explicavam para os filhos. A proporção de crianças suscetíveis a usarem telas por mais de quatro horas por dia foi, respectivamente, de 20%, 13% e 7%, ressaltando a importância de explicar, desde cedo, a razão dos limites impostos.

No sistema educacional, as tecnologias digitais precisam se adaptar à pedagogia, não o inverso. Crianças que aprendem a escrever no computador enfrentam mais dificuldades para aprender a ler e escrever à mão do que aquelas que utilizam lápis e papel. As soluções digitais devem complementar, e não substituir, o sistema tradicional de ensino. Até hoje, o investimento na formação de professores competentes e dedicados é a única estratégia que demonstrou resultados consistentes e duradouros.

Assim como ocorre com a rotulagem de alimentos e cigarros, poderiam ser aplicadas advertências nas mídias sociais, informando os usuários sobre os riscos do uso excessivo, como o potencial de vício, a ansiedade e o excesso de dopamina liberada. Devemos aproveitar os benefícios da tecnologia e o alcance das redes sociais para promover saúde, bem-estar e educação. Aplicativos como o Duolingo, para aprender idiomas, e o Calm, para meditação, estão se destacando nesse sentido.

A discussão sobre como transformar o uso da tecnologia em promotora de saúde e bem-estar ainda está em seus estágios iniciais, mas a conscientização sobre os riscos e a implementação de estratégias para evitar o vício são urgentes. É hora de aproveitarmos os benefícios da tecnologia, especialmente ao cuidar de nossas crianças. Como disse o jornalista francês Guillaume Erner, "deem telas aos seus filhos; os fabricantes de telas continuarão dando livros aos deles".

[...]

Assim como ocorre com a rotulagem de alimentos e cigarros, poderiam ser aplicadas advertências nas mídias sociais, informando os usuários sobre os riscos do uso excessivo, como o potencial de vício, a ansiedade e o excesso de dopamina liberada

Receita Federal: o gatinho e o leão

Projeto de lei prevê que fera deve agir apenas contra os maus contribuintes

Robinson Barreirinhas
Secretário especial da Receita Federal

A personagem de Jamie Lee Curtis no premiado filme "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo" é uma agente do fisco norte-americano que fica exasperada ao orientar os personagens principais a como declarar corretamente seus impostos e dá a eles uma última chance para regularizar sua situação.

A cena, tão banal para um contribuinte americano, pode causar estranheza ao brasileiro, que não enxerga no agente do fisco alguém que vá conduzi-los pelos complexos caminhos da tributação. Pelo contrário: o fiscal brasileiro tende a ser visto como alguém que aparece para vasculhar declarações e impor pesadas multas por menor que seja o erro encontrado. Tudo isso mudará completamente com a aprovação do projeto de lei 15/2024.

A legislação tributária federal é punitiva porque é calibrada para lidar com uma minoria de contribuintes que não recolhe intencionalmente os tributos e burla a legislação. A grande maioria, que recolhe em dia seus tributos —e, quando não o faz, é por erro em face da complexa legislação ou por uma impossibilidade financeira— acaba sendo tragada por essa mesma legislação, com multas de até 150%.

Com a aprovação da lei, o trigo será separado do joio. A grande maioria dos contribuintes será reconhecida expressamente como "bons contribuintes" e não temerá o contato do agente do fisco, porque, se isso ocorrer, será para orientá-lo, jamais para puni-lo de pronto. A Receita deixa de ser um leão assustador para ser um gatinho companheiro.

Os contribuintes classificados nos programas de conformidade, ao serem auditados, serão orientados e, em caso de erros de declaração ou recolhimento, terão prazo para autorregularização, sem punição.

Aquele empresário que pretende realizar um planejamento tributário mais agressivo, para pagar menos tributo, poderá consultar o fisco sem medo de ser punido. Nesse caso, se o agente da fiscalização discordar, mesmo após o prazo de autorregularização, não haverá aplicação da multa, que chega àqueles 150%, pois a relação passou a ser de confiança mútua.

Mais ainda, o contribuinte que declara e recolhe adequadamente seus tributos custa menos ao fisco, sendo justo que haja uma redução de sua carga tributária. O PL 15/2024 prevê redução gradual da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para esses contribuintes.

Além disso, a Receita passou a reconhecer que mesmo os bons contribuintes muitas vezes não conseguem recolher seus tributos por dificuldades pontuais, não sendo justo lançá-los de imediato na dívida ativa.

Hoje já é possível que o contribuinte que deixou de apresentar capacidade de pagamento possa transacionar com a Receita, recebendo ótimos descontos e condições de parcelamento.

Atualmente, a transação serve apenas para extinguir litígios, mas defendemos uma futura mudança no CTN (Código Tributário Nacional) para que ela possa ser aplicada para evitá-lo; ou seja, não será necessária disputa administrativa ou judicial para que a Receita ofereça instrumentos para a regularização, como fez a personagem de Jamie Lee Curtis.

É preciso isolar o joio, os menos de 0,01% dos contribuintes que utilizam as empresas como instrumentos de sonegação, os devedores contumazes, que não merecem outra coisa senão serem excluídos do ambiente empresarial. Para esses, a Receita deve ser o leão implacável.

[...]

É preciso isolar o joio, os menos de 0,01% dos contribuintes que utilizam as empresas como instrumentos de sonegação, os devedores contumazes, que não merecem outra coisa senão serem excluídos do ambiente empresarial. Para esses, a Receita deve ser o leão implacável

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Goleiro João Paulo, do Santos, é atendido depois de sofrer lesão em partida contra o América-MG Santos FC no Twitter/Reprodução

Condenação

"Moraes rejeita recurso no TSE e mantém Bolsonaro e Braga Netto inelegíveis" (Política, 26/5). Preocupante esta demora em punir os golpistas. O forno para assar a pizza, tão comum nas instituições brasileiras, já foi ligado. Normaliza tudo, demora demais, depois fica parecendo que não houve nada de errado.
Marcos Araujo (Brasília, DF)

Tendência

"Nunes diz que São Paulo vai aderir ao programa de escolas cívico-militares" (Painel, 25/5). A tendência dessa política "educacional", infelizmente, é crescer. As famílias estão sentindo-se impotentes diante de uma suposta intocabilidade dos filhos. Daí preferem substituir educação por disciplinamento militarizado.
Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

*

Nunes e Tarcísio continuam sua caminhada para destruir a cidade e o estado de São Paulo. O que esses caras fazem é o puro suco do neoliberalismo e a fatura vai chegar.
José Davi (Castanhal, PA)

Gasto fixo

"Despesas obrigatórias vão anular espaço para gastos ou ampliar déficit" (Mercado, 26/5). O mesmo papo furado de sempre para tentar direcionar o governo federal a "economizar " com o povo e a gastar com banqueiros e rentistas.
Maria F. Luporini (Campinas, SP)

População adoecida

"O impacto do racismo no cérebro" (Opinião, 26/5). Não tenho dúvidas de que qualquer forma de violência afeta nosso cérebro. Aliás, diria que o Brasil é um país que adoece física e mentalmente sua população.
Fabrício Schweitzer (Florianópolis, SC)

Tecnologia e trabalho

"Inteligência artificial deve ser usada para criatividade, não para cortar custos, diz futurista Amy Webb" (Mercado, 26/5). A nobreza de achar que algum empresário vai usar IA para aumentar a criatividade e não cortar custos no fator humano. Se pudessem, colocavam tudo para a máquina fazer apenas para não pagar salários.
Sam Duart (Macapá, AP)

*

Fazer previsões é fácil. Difícil é acertar. Uma revolução tecnológica dessa amplitude tem muitos efeitos escondidos do nosso olhar.
Dorgival Pedroso (Itapeva, SP)

Estrangeirismos

"Baby tees, antigas baby looks, voltam a ser tendência com frases irônicas" (Equilíbrio, 26/5). Em português não serve? Quer inovar? Use expressões idiomáticas regionais que vai ser muito mais original. Essa mania de achar que em inglês é melhor é antiquada que só!
Fernando Brandão (São Paulo, SP)

Holofotes

"Haddad desbanca ataques bolsonaristas e agita as redes sociais" (Encaminhado com Frequência, 27/5). Eu adorei a fala do Haddad na Câmara. É uma pena que poucas pessoas tenham interesse de assistir a tudo, e se contentem apenas com pílulas do material enviadas via WhatsApp ou Telegram, que quase sempre estão descontextualizadas.
Priscila Ramos Netto Viana
(Belo Horizonte, MG)

Regras e humanidade

"É difícil ser ético no futebol" (Juca Kfouri, 26/5). Por isso Juca nunca jogou futebol, embora seja um excelente jornalista. A temperatura do momento definiu se o jogador mineiro mandava a bola para as redes ou para lateral. Se fosse um lance menos crítico da partida, era bola para lateral... Bom texto, Juca, excelente analogia, mas discordo da tese de que, nesse caso, o futebol explique o Brasil (quiçá o mundo).
Marcelo de Campos Haendchen
(Campo Grande, MS)

*

Somos um povo que, historicamente, temos uma tendência à corrupção em todas as suas formas: uma cervejinha para o guardinha não ver seu carro sem vistoria, um presentinho para o funcionário público passar seu processo na frente, uma furada na fila, comprar carteira de motorista... São alguns dos exemplos que conhecemos bem.
Mônica Casarin Fernandes Elsen
(Armação dos Búzios, RJ)

Procedimento

"Mulher tem aborto legal negado em três hospitais e é obrigada a ouvir batimento do feto, diz Defensoria" (Mônica Bergamo, 26/5). A decisão cabe somente à mulher vítima do estupro. À medicina, cabe cumprir a lei. Médico com problemas de consciência deve mudar de profissão. Que toda mulher, vítima de estupro, que for obrigada a ouvir o coração do feto denuncie o médico opressor, ponha o nome dele em conhecimento público.
Ivone Patelli (São Paulo, SP)

Maternidade

"Segura que o filho é nosso" (Giovana Madalosso, 26/5). Parabéns, Madalosso, seu texto é colossal. Palavras bem ditas. Com certeza a maternidade é a tarefa mais difícil do mundo e, se a paternidade não é assumida, fica ainda mais difícil. Mulher é um ser muito corajoso.
Antonio Carlos Vely Mendonça
(Goiânia, GO)

Atraso

"Entrega da linha 6-laranja do metrô de SP pode atrasar mais 3 anos" (Cotidiano, 27/5). Tudo conversa fiada, aposto que SP já tem mapeado o subsolo metro a metro há mais de 100 anos. Impressionante como obra pública no Brasil sempre tem dessas.
Elvis Pfutzenreuter (Joinville, SC)

*

Vai atrasar muito mais que isso. E quando inaugurar será parcialmente por meses ou mais alguns anos funcionando com horário e estações reduzidas.
Vinicius Chaves (São Paulo, SP)

*

A Câmara Municipal vai abrir CPI para investigar a geologia de São Paulo, como foi formada e por que tais anomalias.
José Roberto Gomes Rocha
(Aracaju, SE)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

ILUSTRADA (27.MAI., PÁG.C3) Diferentemente do afirmado na reportagem "Água na Boca", "Xica da Silva", da TV Manchete, foi a primeira novela com uma protagonista negra da televisão brasileira, não "Da Cor do Pecado", a primeira na Globo.

política

PAINEL | *Guilherme Seto* (interino)
painel@grupofolha.com.br

Batido

Ações de prevenção a enchentes foram ignoradas por quase todos os candidatos a governador do Rio Grande do Sul nos planos de governo apresentados em 2022. Preocupação muito maior existiu sobre o problema oposto, a estiagem, que costuma afetar as lavouras do estado todos os anos e provocar quebras de produção. O combate à seca recebeu destaque entre as propostas. O tema das enchentes foi deixado de lado por 9 dos 11 candidatos, incluindo o vitorioso Eduardo Leite (PSDB).

ESCAPOU Todos os postulantes dedicaram capítulos de seus programas à questão ambiental, prometendo ações para proteção de rios e mananciais, mas sem falar diretamente das enchentes. Tampouco citaram ações para mitigar o efeito da subida das águas ao listarem obras prioritárias.

DE PASSAGEM As exceções foram Vieira da Cunha (PDT) e Rejane Oliveira (PSTU), que mencionaram o tema, ainda que brevemente.

SEGURA A Defensoria Pública da União enviou à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) recomendação para que determine a manutenção dos contratos de planos de saúde que tiveram rescisão unilateral por, no mínimo, mais 60 dias e também obrigue a continuidade na cobertura de tratamentos em curso.

TIC-TAC A recomendação foi enviada nesta segunda-feira (27) e dá um prazo de resposta de 48 horas. Dados da ANS mostram que, até abril, a agência recebeu 5.888 queixas por rescisão unilateral, 31% a mais do que no mesmo período de 2023. As rescisões unilaterais atingem crianças autistas, com síndromes graves, paralisia cerebral, doentes oncológicos, entre outros pacientes.

SOLO A Executiva Nacional do PT decidiu lançar candidatura própria do partido à Prefeitura de João Pessoa em outubro. Com isso, a sigla descartou apoiar a reeleição do atual prefeito da capital paraibana, Cícero Lucena (PP).

EU VOLTEI A cúpula petista também decidiu que a escolha do representante do partido será definida a partir dos resultados de pesquisas eleitorais. Com isso, Luciano Cartaxo, que já foi prefeito da cidade por dois mandatos, tornou-se o favorito.

ME CHAMA Parlamentares de PL, União Brasil, PP e Republicanos procuraram a presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Caroline de Toni (PL-SC), para manifestar interesse em relatar projeto de lei que trata da anistia aos condenados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro.

ALVO De Toni disse à **Folha**, em março, que a CCJ poderia incluir o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nesse projeto.

BARREIRA O deputado Tião Medeiros (PP-PR) apresentou projeto para determinar que os tribunais proíbam os juízes de participarem de eventos patrocinados por pessoas ou empresas com ações nas cortes em que atuam.

TRANSPARÊNCIA O texto adiciona dispositivos ao capítulo que trata dos tribunais na Lei Orgânica da Magistratura. Segundo a proposta, os magistrados também não poderiam participar de eventos que não tenham todos os patrocinadores revelados publicamente.

INCLUSÃO A deputada Daiana Santos (PC do B-RS), que preside a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, protocolou projeto de lei que prevê a inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares.

MODELO A parlamentar quer criar o Estatuto Nacional da Igualdade Sexual e de Gênero, inspirado nos estatutos da igualdade racial e da criança, com um capítulo específico sobre os direitos fundamentais da população LGBTQIA+.

DEVAGAR A votação da PEC do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) para reduzir os investimentos na Educação de 30% para 25% da receita do estado, passando esses 5% para a Saúde, deve acontecer somente a partir de novembro na Assembleia Legislativa de SP.

CÁLCULO A avaliação da base do governador na Casa é a de que o projeto deve gerar mobilização grande de professores e tem potencial de tirar votos dos deputados —muitos deles são pré-candidatos a prefeito. Por isso, a apreciação acontecerá somente após a eleição.

NOTA... O Instituto Alana, de defesa dos direitos das crianças, divulgou nota de repúdio à lei sancionada pelo governador Tarcísio que cria as escolas cívico-militares em São Paulo.

...ZERO A instituição afirma que a lei apresenta problemas estruturais, como a desvalorização dos profissionais da educação e o fato de promover a presença inadequada de policiais em atividades educacionais. O Alana criticou ainda a violência policial contra estudantes que se manifestaram na Alesp durante a votação do texto.

Com Danielle Brant e Victoria Azevedo

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.866 exemplares (março de 2024)

G7 dos partidos domina disputa a prefeituras e Congresso e mira 2026

Com 80% do Congresso e mais de 70% das verbas eleitorais, as 7 siglas dão as cartas nas eleições municipais, na Câmara e no Senado

Ranier Bragon e Gustavo Queirolo

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Brasil tem hoje 29 partidos, mas um grupo de sete legendas domina o cenário político e é, por ora, quem dá as cartas nas principais disputas no radar: as eleições deste ano para prefeitos e vereadores, a de fevereiro de 2025 para a troca do comando de Câmara e Senado e a de 2026 para presidente, Congresso, governadores e Assembleias Legislativas.

Esse G7 concentra 80% das cadeiras do Congresso, 70% dos governos estaduais e das bilionárias verbas eleitorais, além de ser maioria em prefeituras, câmaras municipais e Assembleias Legislativas.

Puxam esse grupo o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro —que tem a maior bancada de deputados federais e mira a filiação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos)— e o PT do presidente Lula.

Logo depois estão cinco partidos de centro, centro-direita e direita —o que inclui o centrão— e que têm dominado nos últimos anos tanto as eleições municipais como o comando do Congresso. São eles União Brasil, PSD, MDB, PP e Republicanos.

O União Brasil, resultado da fusão do DEM com o PSL, é favorito para voltar ao comando do Senado com Davi Alcolumbre (AP) em 2025 e também está na disputa pela presidência da Câmara, com Elmar Nascimento (BA).

O PSD comanda hoje o Senado, com Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem a maior bancada (15 das 81 cadeiras) e também está na disputa pela presidência da Câmara em 2025, com Antonio Brito (BA).

O partido de Gilberto Kassab foi o terceiro em prefeitos eleitos em 2020, mas, pelo troca-troca partidário, superou o MDB e se tornou em 2024 o partido com maior número de prefeitos no país, com mais de 1.000 filiados.

O MDB foi o que mais elegeu prefeitos e vereadores há quatro anos. Desde os anos 1980 até 2018, comandou o Senado praticamente de forma ininterrupta, por mais de 30 anos. Tem Isnaldo Bulhões Jr. (AL) como pré-candidato a presidente da Câmara, mas ele não está ainda entre os favoritos.

O PP está desde 2021 na chefia da Câmara, com Arthur Lira (AL), e obteve a segunda posição no ranking de prefeitos e vereadores eleitos em 2020.

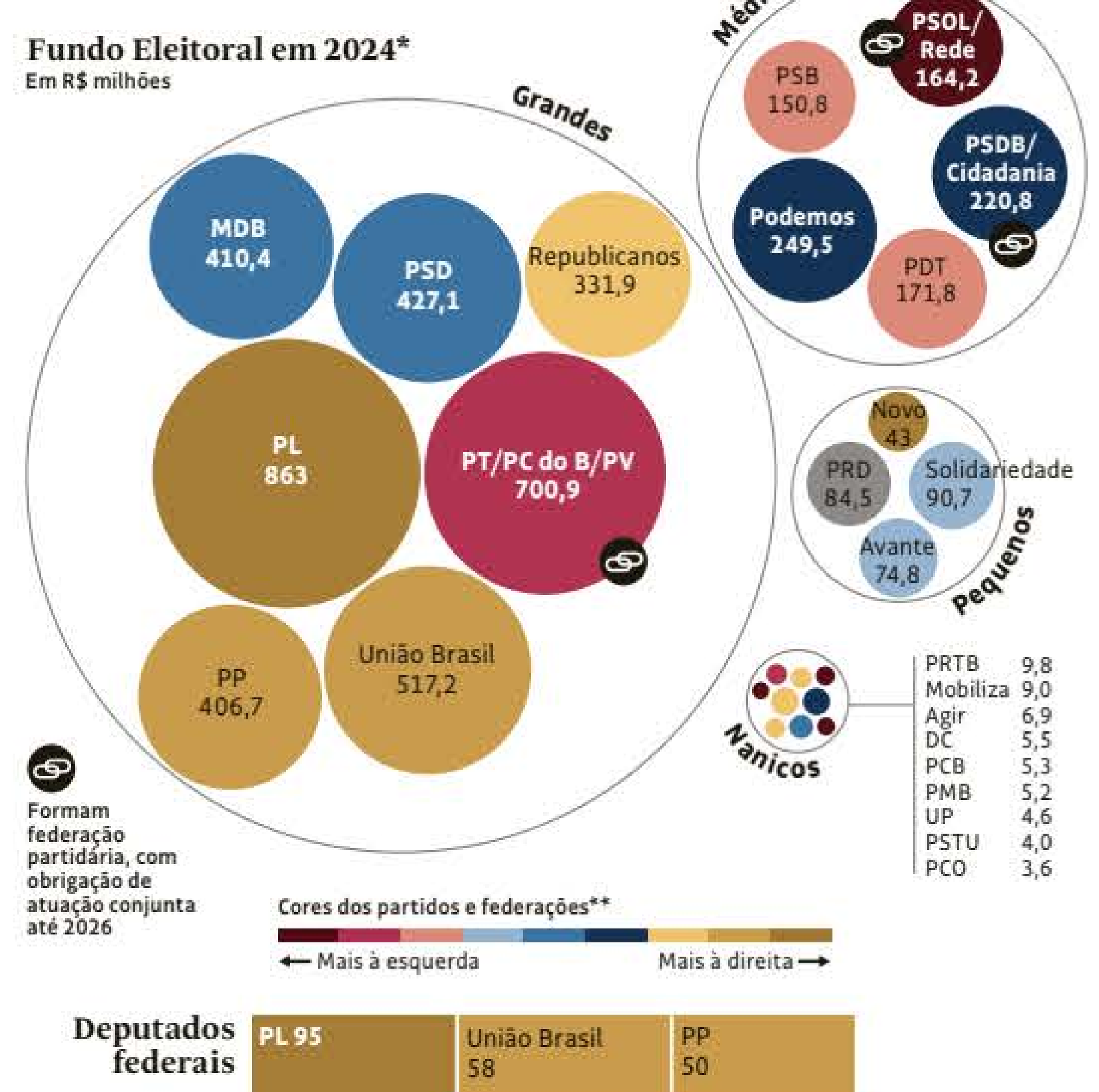
Já o Republicanos, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, é o "caçula" do G7. Não ocupou até hoje nenhuma das presidências no Congresso nem está no topo do ranking de prefeitos eleitos, mas tem trajetória ascendente e planeja chegar ao comando da Câmara em 2025 com seu presidente, Marcos Pereira (SP).

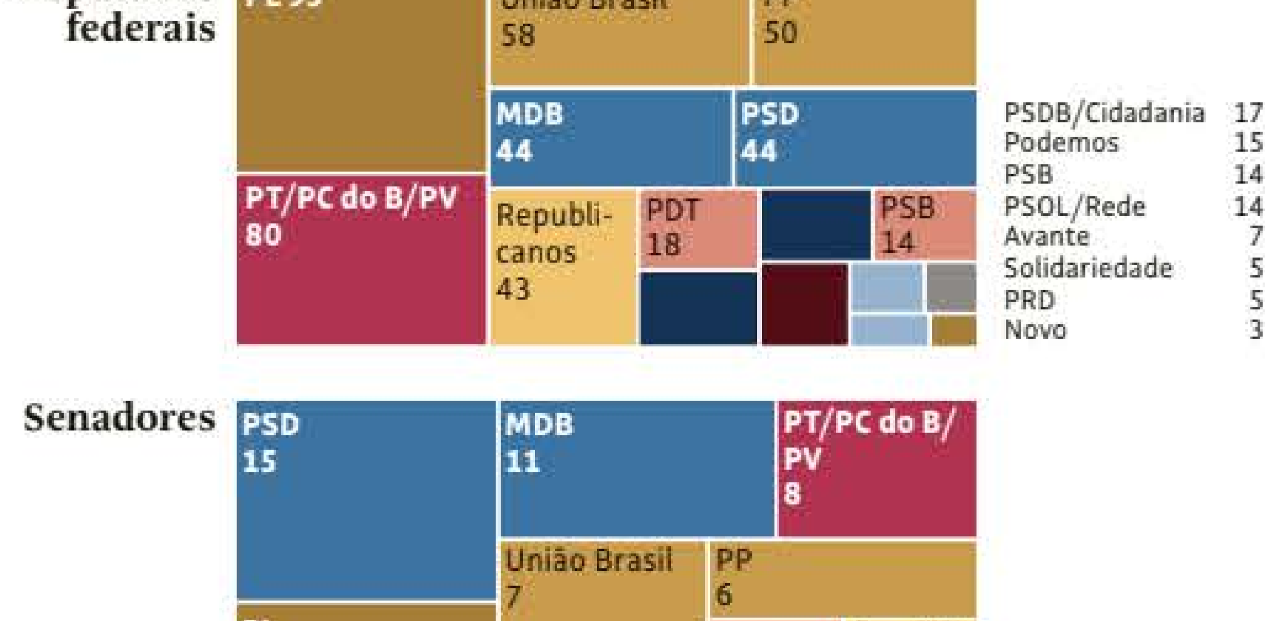
As duas maiores siglas do G7 têm s maiores bancadas da Câmara, estão entre as principais do Senado, mas não disputam o comando nem de uma casa nem de outra porque não têm forças para suplantar a união dos demais partidos.

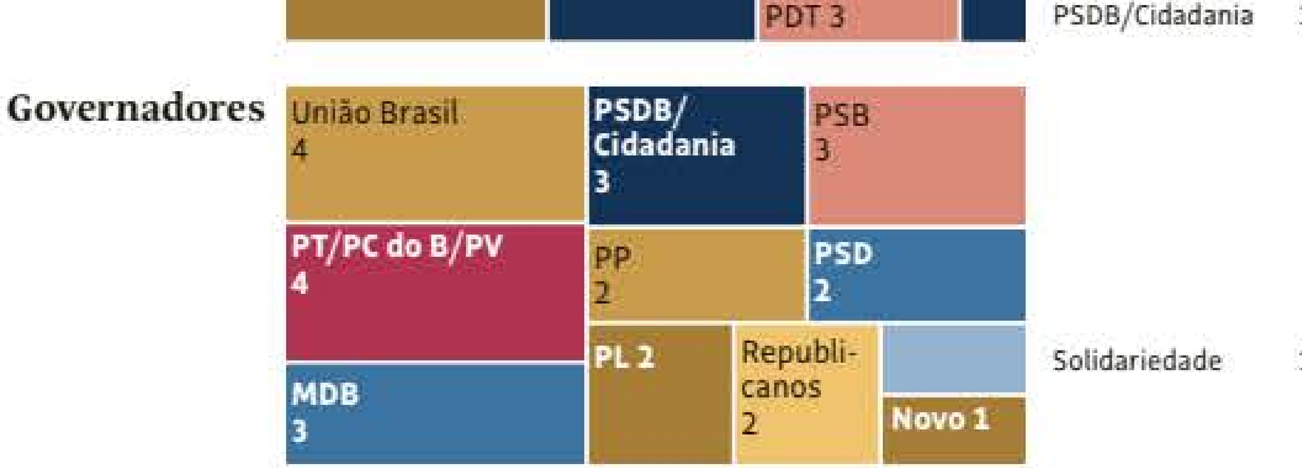
O principal objetivo do PT é se recuperar das eleições municipais de 2016 e 2020 —nessa última, não elegeu nenhum prefeito de capital. Por primeira vez não disputará a Prefeitura de São Paulo e apoiará Guilherme Boulos (PSOL), acordo alinhavado por Lula.

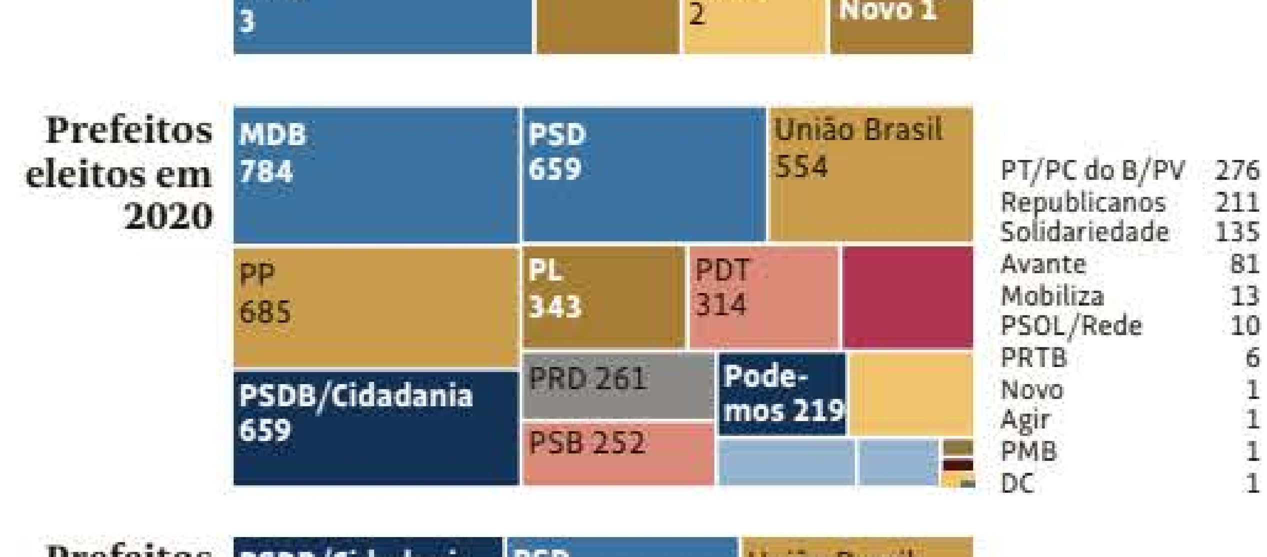
Continua na pág. A5

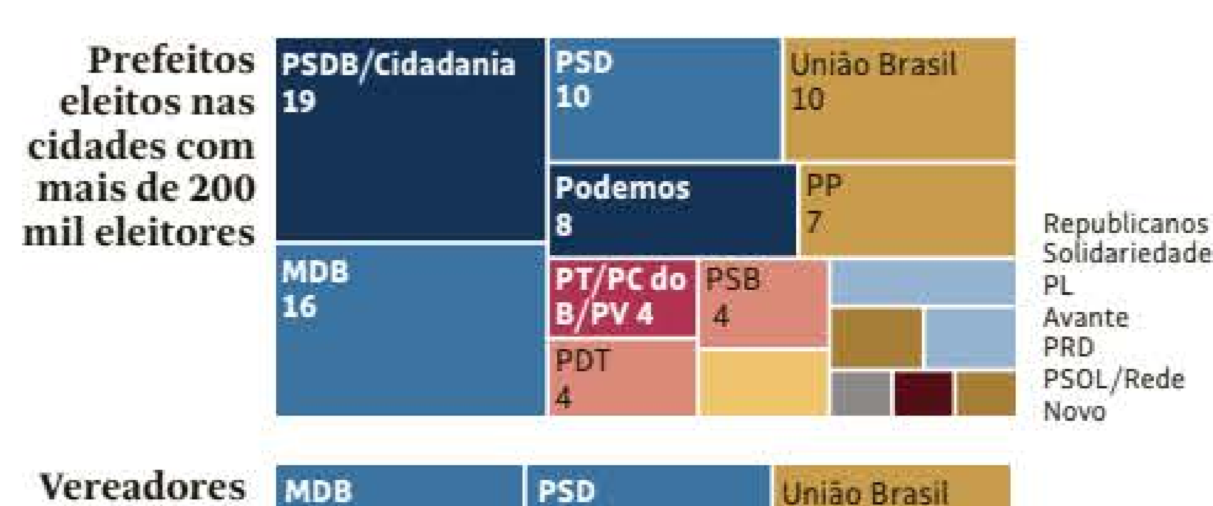
Brasil tem 29 siglas, com 7 delas formando atual bloco de grandes partidos do país

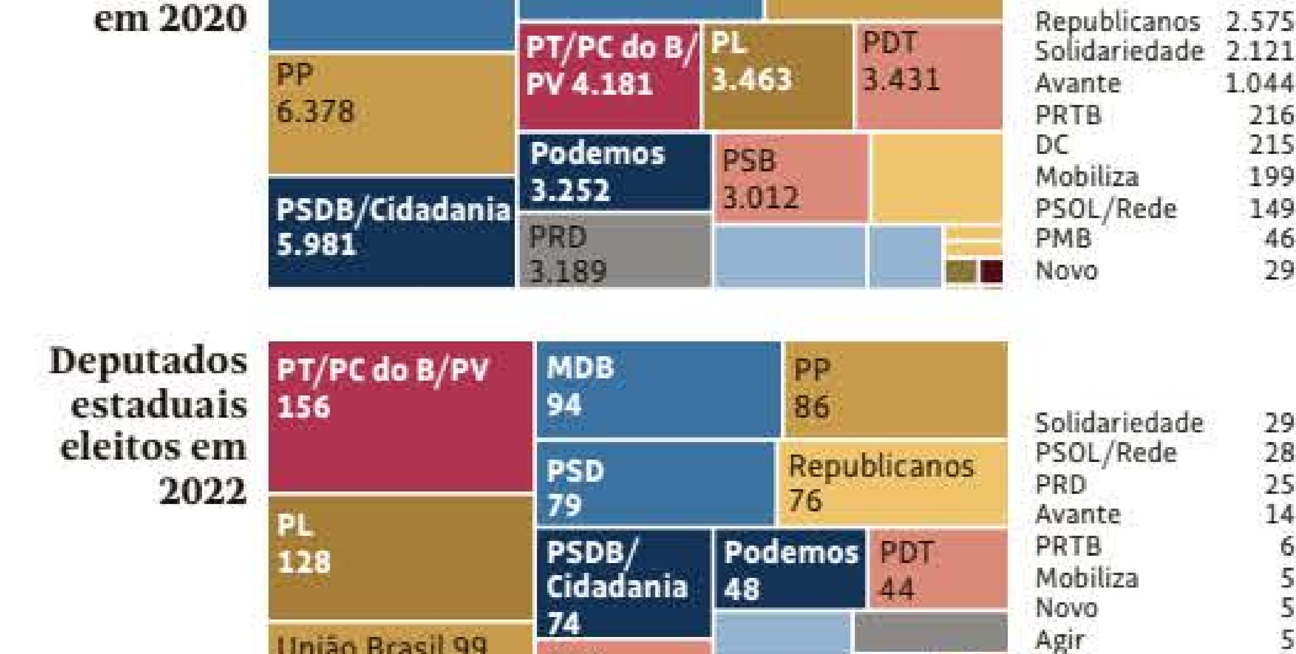












* Projeção feita pela Fundação 1º de Maio, do partido Solidariedade; o valor oficial ainda será divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral

** As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da **Folha**. O PRD (Partido da Renovação Democrática) ainda não teve sua posição ideológica calculada pelo DeltaFolha

Continuação da pág. A4

A médio prazo, o PT buscará apoiar nomes na chefia do Congresso que não tragam problemas ao governo e tentará manter um arco de aliança e uma força mínima no Congresso que dê suporte à possível tentativa de reeleger Lula em 2026.

Já o PL vê Bolsonaro inelegível, embora aliados almejem a reversão desse obstáculo. Caso isso não ocorra, a aposta maior em 2026 para concorrer com Lula segue sendo Tarcísio.

No Republicanos, a saída de Tarcísio é bem vista, pois eliminaria um dos entraves ao apoio governista a Marcos Pereira na Câmara.

Embora disputas municipais influenciem os resultados das eleições gerais de dois anos depois, é impossível cravar prognósticos.

Em 2000, o PT emplacou Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, e em outras cinco capitais, em contraste com o esvaziamento de aliados do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Dois anos depois, Lula obteria nas urnas o direito de chegar pela primeira vez à Presidência.

Já em 2004 o PT perderia espaço nas grandes cidades —Marta não se reelegeu—, e o PSDB conseguiria o comando da capital paulista pela primeira vez. Isso não impediu Lula de obter o segundo mandato, novamente derrotando o PSDB, dois anos mais tarde.

O pleito de 2016 pode ser exemplo para quem vê ou não reflexo de uma eleição em outra. Naquele ano, o PT, após o impeachment de Dilma Rousseff, foi o maior derrotado. O prefeito Fernando Haddad foi batido por João Doria (PSDB) no primeiro turno.

Fiador da campanha tucana, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) via fortalecida sua candidatura à Presidência.

A onda que varreu as eleições de 2018, porém, deu o posto a Jair Bolsonaro (então no PSL) e deixou Alckmin em quarto lugar, com 4,76% dos votos, pior resultado da história do partido. O PT também saiu derrotado, embora tenha ido ao segundo turno com Haddad.

Apesar disso, 2016 já dava sinais de uma onda antipolítica e populista que se consolidaria em 2018.

Cifras bilionárias abastecem partidos e candidatos. O G7 partidário terá à disposição em 2024 R$ 3,7 bilhões do Fundo Eleitoral e R$ 860 milhões do Fundo partidário, ou 73% dos recursos públicos paras legendas e eleições.

A divisão do bolo de R$ 6,2 bilhões é quase toda definida segundo o desempenho dos partidos nas eleições gerais. Como o financiamento empresarial está proibido desde 2015, o controle dos fundos é essencial para manter o poder nessas legendas.

A isso se soma o controle das emendas parlamentares, que, por pressão dos partidos de centro e de direita, têm neste ano o recorde de cerca de R$ 50 bilhões, para obras e investimentos nos redutos eleitorais.

Além de ter no bolso a chave do cofre, o controle pelo G7 da maior parte da máquina municipal é outro trunfo para repetir o bom desempenho nas eleições de outubro, já que tentarão a reeleição na cadeira de prefeito ou vereador.

Nos governos estaduais e nas assembleias legislativas. O G7 ocupa cerca de 70% desse espaço.

Entre os outros 22 partidos médios, pequenos e nanicos está o PSDB, que teve papel de destaque no Congresso e governou São Paulo por quase três décadas, mas que registrou em 2022 o pior resultado eleitoral de sua história.



O deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil) Pedro Ladeira - 29.fev.24/Folhapress

Elmar Nascimento flerta com PT e trava duelo com ACM Neto

Deputado quer presidir a Câmara e acena a petistas; ex-prefeito prevê punição

João Pedro Pitombo

SALVADOR No sábado de Carnaval, em fevereiro deste ano, o deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil) circulava à vontade pelo Palácio de Ondina, residência oficial dos governadores da Bahia habitada por petistas desde 2007.

Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), visitou o governador Jerônimo Rodrigues (PT). As fotos o mostram sorridente e abraçado a adversários, um com uma camisa vermelha com a estrela do PT.

A visita alicerçou uma ponte entre Elmar e a cúpula do PT baiano. Mas gerou atritos com um de seus principais aliados: o ex-prefeito de Salvador e vice-presidente nacional da União Brasil, ACM Neto.

Potencial candidato à presidência da Câmara em 2025, Elmar quer consolidar o apoio de Lira e busca uma aliança ampla. Para isso, tem evitado embates com o governo Lula (PT) e se aproximou do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), antigo adversário que governou a Bahia de 2015 a 2022.

Na Bahia, deixou de lado a postura de oposição aguerrida, pisou no freio das críticas e tem feito acenos ao governador Jerônimo Rodrigues.

Deputados estaduais aliados de Elmar também baixaram o tom: votam a favor de projetos de interesse do governo na Assembleia Legislativa e até participam de solenidades com o governador em cidades do interior baiano.

A postura irritou a cúpula da União Brasil na Bahia e ACM Neto, que tem feito dura oposição ao governador nos últimos meses. Derrotado nas eleições para o governo baiano em 2022, quer concorrer novamente ao cargo em 2026.

Na semana passada, a Executiva estadual da União Brasil fechou questão para votar na Assembleia contra um pedido de empréstimo de US$ 400 milhões, equivalente a R$ 2,1 bilhões, do governador.

Também decidiu que deputados estaduais que não seguissem a orientação poderiam ser punidos com perda de recursos do fundo eleitoral.

Elmar classificou a decisão como ameaça a promessa de cortes de recursos: "Acho que não se constrói partido na base da intimidação e ameaça. Prefiro sempre o diálogo", disse o deputado em entrevista ao site Política Livre.

> "Acho que não se constrói partido na base da intimidação e ameaça. Prefiro sempre o diálogo
>
> **Elmar Nascimento (União Brasil-BA)**
> deputado federal, sobre ameaça do partido de corte de recursos do fundo eleitoral a quem votar contra questões fechadas

A decisão foi tomada após deputados estaduais ligados a Elmar —Marcinho Oliveira e Júnior Nascimento, ambos da União Brasil— terem votado a favor de outro empréstimo pedido pelo governador em março. A divergência causou mal-estar e críticas na oposição.

Deputado em primeiro mandato, Marcinho Oliveira é umbilicalmente ligado a Elmar e teve suas bases eleitorais irrigadas com emendas e equipamentos por meio da Codevasf, órgão federal controlado pelo aliado. Júnior Nascimento é primo de Elmar.

Marcinho Oliveira também tem ido a atos políticos ao lado de Jerônimo no interior. No ano passado, em inauguração de uma escola, elogiou seu republicanismo e disse não torcer por um cenário de "quanto pior, melhor."

À **Folha**, ACM Neto disse que tem relação de amizade com Elmar e minimizou as divergências entre ambos.

"Elmar está fazendo um trabalho na Câmara para construir um caminho mais amplo. De forma correta, ele não quer se colocar como adversário do governo em Brasília. Mas, na Bahia, somos oposição ao PT, não há dúvida quanto a isso", disse.

Afirmou que divergências são naturais, mas destacou que não terão impacto no plano nacional. "Elmar é o nosso candidato à presidente da Câmara, faz parte do nosso grupo político. Vamos contribuir para que possa se fortalecer."

O ex-prefeito também defendeu a decisão de votar contra o empréstimo e disse que o fechamento de questão em torno de determinados temas é parte do jogo político, não ameaça ou autoritarismo.

Mas líderes petistas endossaram as críticas ao ex-prefeito. À rádio Metrópole, Jerônimo disse que a decisão do União Brasil de punir deputados que votarem com o governo é "a fotografia do chicote". O senador Jaques Wagner (PT) disse que ACM Neto tem práticas políticas antigas.

Procurado, Elmar não atendeu nem respondeu às mensagens da reportagem.

Aliados de Elmar e ACM Neto dizem que o cenário de divergência entre ambos deve perdurar ao longo dos próximos anos diante do conflito de interesses.

Delator aponta Romário e Marcos Braz em esquema de corrupção na Prefeitura do Rio

Ruben Berta

RIO DE JANEIRO | UOL A Polícia Federal e o MPF (Ministério Público Federal) estão investigando o senador Romário (PL-RJ) por envolvimento em suposto esquema de desvio de dinheiro de projetos de esportes da Prefeitura do Rio de Janeiro. O caso também envolve o vereador do Rio Marcos Braz (PL), vice-presidente de futebol do Flamengo. As acusações contra eles partiram de uma delação premiada.

Inquérito foi aberto no início deste mês no STF (Supremo Tribunal Federal) para investigar o caso, que tem indícios de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Sob sigilo, o inquérito tem relatoria do ministro Kassio Nunes Marques.

A base para as investigações é um anexo da delação premiada do empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva. Ele chegou a ser preso em 2019, acusado de participar de desvio de recursos de projetos sociais do governo e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, assinou com a PGR (Procuradoria-Geral da República) acordo de delação premiada, cujo conteúdo está sob sigilo. Em seguida, ele passou a responder ao processo em liberdade.

Segundo Marcus Vinícius, Braz era o responsável por recolher valores desviados no esquema que envolveu uma ONG para "favorecimento ilícito de Romário". A reportagem não teve acesso a detalhes sobre como se dava o repasse.



Senador Romário durante sessão da CPI das Apostos no Senado Gabriela Biló -22.abr.24/Folhapress

Disse ainda que os pagamentos ocorreram durante a passagem de Braz pelo comando da pasta, cargo para o qual foi indicado por Romário e onde permaneceu entre janeiro de 2015 e março de 2016.

O MPF pediu informações à Prefeitura do Rio sobre contratos assinados por Braz com o Cebrac (Centro Brasileiro de Ações Sociais para Cidadania), no total de R$ 13 milhões, para gestão de vilas olímpicas (espaços para prática de esportes).

Segundo o delator, o dinheiro desviado veio da ONG, que recebeu recursos por meio de contratos com a secretaria de Esportes. Os desvios se dariam a partir do pagamento de valores superiores aos serviços efetivamente prestados.

Ao UOL Romário disse, por meio de sua assessoria, que a delação "possui narrativa vaga e imprecisa".

"O senador Romário não responde pelas ações do secretário [Braz] no exercício de suas funções. Ele reafirma sua confiança na Justiça e no inquestionável arquivamento da investigação", afirma nota da assessoria.

O UOL não teve acesso a provas apresentadas por Marcus Vinícius. Procurada, a defesa do delator não quis se pronunciar.

Informado pelo UOL sobre a investigação, Braz se mostrou surpreso e disse que não iria se manifestar.

O UOL apurou que dois contratos, no total de R$ 13 milhões, foram assinados com a ONG Cebrac na gestão de Braz na Secretaria Municipal de Esporte do Rio.

Segundo o delator, houve direcionamento no processo que selecionou a entidade. Ele também mencionou Marcos Antônio Teixeira, conhecido como Marcos San, ex-assessor parlamentar de Romário.

Por WhatsApp, Marcos San declarou ao UOL que a menção de seu nome "deve ser um grande engano".


Plenário do Congresso Nacional deverá receber nesta terça debate sobre vetos presidenciais Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Lula e Bolsonaro cobram de aliados manutenção de vetos

Projeto sobre saidinhas e texto que substituiu a Lei de Segurança Nacional estarão na pauta desta terça (28)

Thaísa Oliveira e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) trabalham para manter os vetos presidenciais que estarão na pauta da sessão do Congresso Nacional desta terça-feira (28).

De um lado, o presidente tenta manter o veto à lei das saidinhas —garantindo esse direito aos detentos. O petista afirmou a ministros e líderes do governo que a manutenção do veto é prioridade e pediu empenho na articulação política.

Aliados afirmam que essa preocupação de Lula se dá não só do ponto de vista de governo, mas também pessoal. Pessoas próximas ao presidente avaliam que, apesar de o projeto mirar as saídas temporárias em datas comemorativas, Lula se sensibiliza com o tema por ter vivido na pele as restrições de estar preso.

Amigos do petista lembram que ele foi impedido pela Justiça de ir ao enterro do irmão Vavá, em 2019, e reforçam a importância de ele ter sido liberado para participar do enterro do neto Arthur, poucos meses depois.

Do outro lado, Bolsonaro tenta manter seus próprios vetos ao texto que revogou a Lei de Segurança Nacional, que se arrasta na pauta desde 2021 por falta de consenso sobre temas como punição por fake news e aumento do tempo de condenação de militares por crimes contra o Estado de Direito.

Na semana passada, o ex-presidente participou de uma reunião da bancada ruralista para discutir estratégias.

Segundo um deputado bolsonarista presente na reunião, Jair Bolsonaro pediu para que todos os parlamentares trabalhassem pela manutenção dos vetos à substituta da Lei de Segurança Nacional e colocassem um ponto final nas saídas temporárias de presos.

Apesar de o fim das saidinhas ter sido aprovado por ampla maioria nas duas Casas, parlamentares da base afirmam que, se houver uma força-tarefa do Palácio do Planalto, existe chance de manter o veto do presidente.

Segundo um membro do governo, três ministros foram escalados para fazer o corpo a corpo: Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança), Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Jorge Messias (Advocacia-geral da União).

A mobilização também conta com o defensor público-geral federal, Leonardo Magalhães, diante do temor de que o fim das saidinhas aumente rebeliões e tentativas de fuga no sistema prisional. A extinção do direito também preocupa juízes, advogados e especialistas.

Antes da última sessão do Congresso, no dia 9, Lewandowski ligou para líderes partidários para falar sobre o tema. Apesar da iniciativa, parlamentares da base afirmam que a mobilização dos últimos dias foi tímida —sobretudo diante da gravidade e impopularidade do tema.

Na semana passada, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), organizou um jantar com um grupo de líderes do centrão da Câmara para tratar dos vetos. o ministro Alexandre Padilha também compareceu.

De acordo com relatos de dois participantes do encontro, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que a manutenção do veto é uma prioridade para o presidente e fez um apelo para que as bancadas fossem convencidas.

No encontro com líderes da Câmara também foi passada a orientação de que quem não puder votar pela manutenção do dispositivo por medo da reação eleitoral deve se ausentar da sessão —já que isso diminui o quórum da votação e ajuda a manter o veto.

Para que um veto presidencial seja derrubado é necessário maioria absoluta nas duas Casas (257 votos de deputados e 41 de senadores).

Um líder disse à **Folha** que irá se empenhar para garantir a manutenção das saidinhas e avaliou que, se os parlamentares "trabalharem direitinho", é possível que o Executivo saia vitorioso.

Reservadamente, porém, líderes do centrão dizem que entendem os argumentos técnicos, mas afirmam que o debate foi contaminado pela polarização política.

O relato é o de que, dentro das bancadas, há o receio de que votar pela manutenção do veto de Lula possa gerar desgastes com a opinião pública, ainda mais entre os pré-candidatos às eleições municipais de outubro.

Mesmo diante dos alertas feitos por especialistas sobre o risco de rebelião nos presídios, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos de Bolsonaro, afirma que o Congresso deve votar para extinguir o direito dos detentos.

"A sociedade não pode ficar refém de uma possível rebelião. Eu sei que, em uma rebelião, inocentes morrem. Nós temos gente recolhida por crimes leves, é essa a minha preocupação. Mas a saidinha não acabou com a progressão de pena", afirmou.

Já o senador Rogério Carvalho (PT-SE), relator do texto que substituiu a Lei de Segurança Nacional, afirmou que a disseminação de notícias falsas sobre a tragédia no Rio Grande do Sul só reforça a importância de punir "comunicação enganosa em massa" —como dizia a lei antes do veto de Bolsonaro.

"Por que Bolsonaro está preocupado? Porque foi tudo o que eles fizeram durante quatro anos. E isso, a mobilização que eles fizeram usando a comunicação enganosa em massa, gerou uma tentativa de golpe."

Os dois projetos de lei foram motivo de impasse entre governo e oposição na sessão do Congresso do dia 9. Na ocasião, Randolfe pediu que fosse retirado da pauta o veto da lei das saidinhas, diante de uma provável derrota do governo.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), líder da minoria no Congresso e filho mais velho de Bolsonaro, por sua vez, defendeu a manutenção na pauta do veto da saidinha e, também temendo derrota, a retirada dos vetos da substituta da Lei de Segurança Nacional.

Ao final, foi firmado um acordo proposto pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que os dois temas saíssem da pauta e fossem analisados na sessão desta terça-feira —dando assim mais tempo para que as matérias fossem discutidas internamente entre os parlamentares.

A avaliação entre governistas e oposição, no entanto, é a de que não haverá um acordo sobre as matérias e que esses dois vetos serão decididos no voto em plenário.

+ Entenda quais vetos presidenciais estão em debate no Congresso

Funcionamento No caso de derrubada de veto, a lei é restabelecida assim como foi aprovada pelos parlamentares

Saidinhas Projeto aprovado pelo Congresso restringiu as situações em que presos podem ser beneficiados pelas saídas temporárias; Lula vetou o trecho que acabava com as saidinhas para visitas à família e sancionou os demais trechos do projeto

Crimes contra o Estado democrático Em 2021, Bolsonaro sancionou com vetos parciais a lei que substituiu a Lei de Segurança Nacional. Um dos itens vetados criminaliza a ação de promover ou financiar campanha ou iniciativa "para disseminar fatos que sabe inverídicos", com pena de um a cinco anos

Pena maior para militares e servidores Outro item barrado por Bolsonaro na lei foi o aumento de pena para militares e funcionários públicos em crimes contra a democracia. No caso dos militares haveria ainda perda de posto e patente

Ex-presidente retoma viagens após internação e inicia caravana por doações ao Rio Grande do Sul

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) retomou nesta segunda-feira (27) suas viagens, com uma caravana iniciada pelo interior paulista por doações aos atingidos pela tragédia ambiental do Rio Grande do Sul, depois de ter ficado 12 dias internado em São Paulo.

Bolsonaro ficou internado para tratar uma erisipela agravada na perna e teve alta no último dia 17. Nesta segunda, ele fez sua primeira aparição pública desde então.

Ele e aliados políticos deram início a uma caravana pelo interior paulista que começou em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) e passará nos próximos dias por Rio Claro, Campinas, Jundiaí, São Bernardo do Campo e Guarulhos.

Na sequência, segundo seus aliados, dependendo da saúde do político e das parcerias fechadas, a proposta pode se estender também para outros estados, como Paraná e Santa Catarina.

"A intenção é, mais uma semana de planejamento, quem sabe, ir para o Paraná; mais uma semana de planejamento, Santa Catarina, e assim nós vamos indo. Porque, estou comentando com as pessoas que me questionam, não serão dias, não serão semanas, não serão meses. Estou falando em anos [para recuperar o Rio Grande do Sul]", afirmou o deputado federal Luciano Zucco (PL-RS).


Ex-presidente Jair Bolsonaro em Ribeirão Preto, durante iniciativa para arrecadar donativos Jair Bolsonaro no X

É a segunda visita do ex-presidente a Ribeirão no intervalo de um mês. Pouco antes de ser internado, ele participou de um ato em 28 de abril e, no dia seguinte, do primeiro dia de visitação pública da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação).

O evento em Ribeirão nesta segunda começou às 10h para o recebimento de alimentos e outros itens, e doadores chegaram a ficar duas horas na fila para tirar uma foto com o ex-presidente.

Bolsonaro disse à **Folha** que não pensa em fazer pessoalmente a entrega das doações no Rio Grande do Sul e que seus filhos não devem participar da caravana, mas que a iniciativa surgiu após relatório que recebeu de dois deles sobre a situação no estado.

"Os dois [Eduardo, deputado federal, e Carlos, vereador no Rio] já foram ao Rio Grande do Sul, viram lá e me trouxeram informações. Estou participando só agora porque estava hospitalizado, mas tenho conversado que essas ações vão ter que durar por meses, porque o que aconteceu lá foi algo diferente de apenas uma enchente. Muita gente perdeu a casa, perdeu tudo. E a reconstrução vai levar anos", afirmou Bolsonaro.

Até o início da tarde, centenas de pessoas tinham passado pelo drive-thru de doações, como a empresária Danielle Ferreira, 42, que contou ter saído pouco depois das 4h da manhã de Mirassol (SP) com o marido e uma amiga. Segundo ela, o ex-presidente foi a principal motivação para viajar 218 km para levar os donativos.

A arrecadação foi montada em um espaço alugado de uma Igreja católica na zona sul (nobre) da cidade e contou com a mobilização das polícias Civil e Militar para organização da fila para doação e foto e também do drive-thru de donativos, além de segurança privada.

Ao defender as doações, Bolsonaro se referiu à população do Rio Grande do Sul como trabalhadora e patriota.

"É uma ação humanitária, mas essa consideração do povo não tem preço e aquele povo trabalhador patriota [do RS] precisa do apoio de todos os brasileiros nesse momento, nos orgulha a todos essa forma de um brasileiro atender o chamamento", disse Bolsonaro.

O comboio final da caravana deve sair da capital paulista, onde os aliados pretendem reunir Bolsonaro e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Caso a situação em Porto Alegre permita, a cidade deverá ser usada como ponto de apoio para a distribuição das doações, que devem ser destinadas a cidades gaúchas menores também afetadas e de acesso mais difícil.

Paulo Junqueira, presidente do Sindicato Rural e da Associação Rural de Ribeirão Preto e principal promotor da caravana, afirmou que a previsão era arrecadar entre duas e três carretas de donativos para os afetados nas enchentes do Rio Grande do Sul.

Conselho analisa caso de rachadinha de André Janones

BRASÍLIA Depois do adiamento na última quarta-feira (22), o caso do deputado André Janones (Avante-MG), suspeito de ter promovido esquema de "rachadinha" em seu gabinete será analisado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (28).

O Conselho vota o parecer do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, que tenta livrar o colega do processo sob o argumento de que Janones não era parlamentar na época em que foi gravado falando em pedir de volta parte do salário de auxiliares. O áudio da gravação, porém, contradiz essa tese.

Os 49 minutos de gravação indicam que a reunião ocorreu quando Janones já havia tomado posse do mandato.

O deputado —que reconheceu ser sua a voz nos áudios— fala no encontro com cerca de dez assessores que naquele dia haveria sessão no plenário da Câmara e ele ainda estava desguarnecido sobre como proceder, além de reclamar com a equipe que outros deputados já estavam apresentando projetos.



O governador Tarcísio de Freitas reza ao lado de líderes evangélicos na Marcha para Jesus de 2023 Eduardo Knapp - 8.jun.23/Folhapress

Tarcísio e Nunes devem ir à Marcha para Jesus no feriado

Presença reedita aceno a evangélicos em anos anteriores; Boulos e Tabata não devem comparecer ao evento

Ana Luiza Albuquerque e Carolina Linhares

são paulo O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) devem participar da Marcha para Jesus, maior evento evangélico da América Latina, nesta quinta-feira (30) no centro de São Paulo.

A marcha atrai anualmente dezenas de políticos e já contou com a presença de Tarcísio e de Nunes em anos anteriores —ambos costumam fazer acenos aos evangélicos.

Ainda não está certo, contudo, se eles discursarão.

Pré-candidato à reeleição neste ano em uma aliança de partidos de centro e da direita, com o apoio de Jair Bolsonaro (PL), Nunes tem larga vantagem entre o público evangélico ante m os principais adversários, segundo pesquisa Datafolha de março.

Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB) não devem ir. A deputada federal vai à missa e à procissão de Corpus Christi na Paróquia São Francisco Xavier, na Vila Missionária (zona sul), onde cresceu.

No ano passado, o representante de Lula (PT), o ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), Jorge Messias, foi vaiado ao citar o presidente.

Segundo aliados, Bolsonaro, que esteve na marcha em 2019 e 2022, não deve ir neste ano —ele também esteve ausente em 2023. No feriado de Corpus Christi, ele estará fazendo um giro pelo interior de São Paulo em mobilizações para arrecadar doações para o Rio Grande do Sul.

No ano passado, Nunes faltou ao principal evento do segmento evangélico por causa de uma viagem à França em que fechou um contrato para trazer a São Paulo um campeonato de automobilismo.

Se neste ano Tarcísio e Bolsonaro são os principais cabos eleitorais de Nunes, em 2022 o prefeito recepcionou na marcha a então presidenciável Simone Tebet (MDB). Na ocasião, ele, que é católico e conservador, disse que São Paulo é uma cidade "abençoada" e que "acolhe a todos".

Tarcísio foi à Marcha para Jesus nos últimos dois anos. Em 2023, foi aplaudido pelo público e recebeu uma declaração do apóstolo Estevam Hernandes, organizador do evento, que declarou no palco: "Tarcísio, eu te amo".

Na ocasião, o governador, filiado ao Republicanos do pastor licenciado Marcos Pereira, ajoelhou-se com as mãos ao alto, em sinal de oração.

Tarcísio citou trechos da Bíblia e anunciou uma profecia: "Essa é a grande palavra profética de hoje, que Deus vai abençoar a casa de vocês, o projeto de vocês, e São Paulo".

Em fevereiro, o governador se reuniu com os organizadores da marcha. Segurando a camisa oficial da edição deste ano, gravou um convite à população para o evento.

"Uma grande oportunidade de a gente agradecer, louvar nosso senhor Jesus Cristo, mostrar que São Paulo é do nosso Senhor Jesus", afirmou Tarcísio na ocasião.

Nesse encontro, o governador também participou de uma oração ao lado dos apóstolos Estevam Hernandes e Cesar Augusto e com a bispa Sonia Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo, que pediram bênçãos para o governo.

Em março do ano passado, Tarcísio sancionou um projeto de lei que tornou a marcha um patrimônio cultural imaterial do estado. O texto argumentava que é responsabilidade do Estado "estimular, apoiar, preservar e divulgar as manifestações culturais, religiosas e expressões artísticas, inclusive as iniciativas populares".

Católico, o governador intensificou sua agenda com evangélicos durante a campanha de 2022, organizando reuniões com pastores, participando de eventos religiosos e incluindo referências a Deus em seus discursos.

Em sua participação na Cpac (Conferência de Ação Política Conservadora) do Brasil, que foi realizada em junho daquele ano, Tarcísio afirmou que a esquerda nega Cristo e ajoelhou-se no palco para receber uma oração especial feita pelo ex-senador e pastor evangélico Magno Malta (PL).

Pastores e padres participaram da campanha do governador, que, ao assumir o cargo, nomeou secretários associados à pauta evangélica —foi o caso de Sonaira Fernandes (PL), Gilberto Nascimento Jr (PL) e Roberto de Lucena (Republicanos).

PT define apoio a nome do PSB em Curitiba, mas ala tenta reverter decisão

Catarina Scortecci

curitiba Por maioria de votos, a Executiva nacional do PT aprovou nesta segunda (27) a aliança com o PSB para a disputa à prefeitura de Curitiba em outubro. Isso significa apoio ao deputado federal Luciano Ducci —nome do PSB para o pleito. Foram 15 votos a favor e 7 contra.

Petistas insatisfeitos sinalizam que vão tentar reverter a decisão, apelando ao diretório nacional, que reúne 81 membros de todo o país.

Dois deputados federais do PT —Zeca Dirceu e Carol Dartora— eram pré-candidatos do partido, rejeitando a ideia de apoiar Ducci.

Após a decisão da Executiva, Zeca Dirceu foi às redes sociais para dizer que segue pré-candidato. "Seguindo o que garante o estatuto, vou recorrer ao Diretório Nacional, única instância partidária que pode dar palavra final nestas situações", escreveu.

A possibilidade de recuo no comando do PT é considerada pequena. Entre as lideranças que defendem o apoio a Ducci está a presidente nacional do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann. À **Folha**, no mês passado, ela disse que a resolução do partido que trata da política de alianças indica prioridade ao núcleo que apoiou o presidente Lula (PT) na campanha de 2022.

"Aonde um desses partidos [que apoiou Lula] tivesse melhor colocado em termos de disputa eleitoral, faríamos um esforço para apoiar este candidato. Porque nós achamos importante fortalecer este campo, da centro-esquerda e o democrático, contra o bolsonarismo", disse.

Ela lembrou que o PSB de Geraldo Alckmin tem cobrado apoio dos petistas nas capitais onde já tem pré-candidaturas sólidas, caso de Curitiba e do Recife.

"O PT não vai ter candidatura própria em todas as capitais exatamente por isso. Porque precisamos ajudar a construir este campo democrático. Às vezes a gente é criticado por querer hegemonia. Pois agora estamos fazendo um esforço para recompor um campo democrático, com aliados longevos", afirmou.

Uma ala do PT resiste ao nome de Ducci por causa de seus laços no passado com o PSDB, especialmente quando os tucanos ainda tinham protagonismo no embate com o PT. Ele foi vice de Beto Richa (PSDB) e comandou a prefeitura a partir da renúncia do tucano para disputar o governo paranaense, em 2010. Em 2016, já era deputado federal quando votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff (PT).



Deputado federal Luciano Ducci, pré-candidato à Prefeitura de Curitiba pelo PSB Zeca Ribeiro - 15.mai.24/Câmara dos Deputados

Ex-aliados podem se enfrentar na eleição para a Prefeitura de São José dos Campos este ano

Marcelo Toledo

ribeirão preto A eleição à Prefeitura de São José dos Campos, principal cidade do Vale do Paraíba, poderá ter na disputa candidatos que já foram aliados na administração do município e hoje estão em lados opostos.

O município, de 697 mil habitantes, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tem, a dois meses do período permitido para o início da realização de convenções partidárias, ao menos seis pré-candidatos a prefeito anunciados pelos partidos ou pelos próprios políticos.

O atual prefeito, Anderson Farias (PSD), deve ir para a disputa à reeleição tendo como oponente o ex-deputado federal Eduardo Cury (PL), seu antigo aliado.

Cury foi prefeito de São José dos Campos em duas gestões, entre 2005 e 2012, e migrou para o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em abril depois de permanecer filiado por mais de 30 anos ao PSDB, legenda pela qual foi deputado federal também por dois mandatos (2015-2023).

No último dia 7 de abril, ele disse que a decisão começou a ser tomada há um ano, quando recebeu convite, e que os partidos realmente oposicionistas ao governo do presidente Lula (PT) são PL, Novo e PSDB, sendo que os deputados dos dois últimos enfrentam dificuldades para fazerem um bom trabalho por terem poucos parlamentares eleitos.

Já Farias foi vice-prefeito até o titular, Felício Ramuth (PSD), deixar o cargo para ser vice-governador na chapa com Tarcísio de Freitas (Republicanos) em 2022. Com isso, assumiu a prefeitura e vai para as urnas enfrentar Cury e pelo menos outros quatro oponentes —caso todas as pré-candidaturas sejam homologadas nas convenções partidárias.

Antes de ser eleito vice há quatro anos, Farias foi chefe de gabinete de Cury na Câmara dos Deputados e secretário (Administração e Transportes) quando o ex-tucano governou a prefeitura.

Outro nome que projeta ir para as urnas é o do médico gastroenterologista Elton de Carvalho Júnior (União Brasil), atual deputado estadual, eleito com 46 mil votos em 2022, depois de ter sido vereador por duas legislaturas.

O ex-vereador por quatro mandatos Wagner Balieiro (PT) lançou sua pré-candidatura à Prefeitura no último sábado (18), vinculando sua campanha ao nome do presidente Lula e com a presença de dirigentes de outros partidos ligados ao petismo —PSOL, que indicou a pré-candidata a vice, Marina Sassi, PC do B, PV e Rede.

Com a candidatura de Balieiro, que tenta o cargo pela segunda vez, e o apoio de partidos do campo progressista, o PT busca retomar a prefeitura, que já governou com Angela Guadagnin (1993-1996) e Carlinhos Almeida (2013 a 2016).

Wilson Cabral (PDT), professor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), é especialista em sustentabilidade e mudanças climáticas e tem se reunido nas últimas semanas com pré-candidatos a vereador pelo partido para debater os problemas da cidade.

Já o advogado Toninho Ferreira (PSTU) é ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e pode concorrer pela terceira vez à Prefeitura de São José. Também disputou o governo do estado em 2018, quando criticou PT e PSOL.






Fotos Redes sociais, Carol Jacob e Alesp, Cadu Gomes/Divulgação

No alto, Anderson Farias (PSD), Eduardo Cury (PL), Dr. Elton (União Brasil); acima Wagner Balieiro (PT), Wilson Cabral (PDT) e Toninho Ferreira (PSTU)

+ Veja quem são os possíveis candidatos na eleição deste ano

PRÉ-CANDIDATOS

- Anderson Farias (PSD)
- Dr. Elton (União Brasil)
- Eduardo Cury (PL)
- Toninho Ferreira (PSTU)
- Wagner Balieiro (PT)
- Wilson Cabral (PDT)

CALENDÁRIO ELEITORAL

- **6.abr**: data-limite para o registro partidário
- **25.jul a 05.ago**: convenções
- **15.ago**: prazo para o registro de candidaturas
- **30.ago a 03.out**: propaganda eleitoral no rádio e na TV
- **06.out**: primeiro turno
- **27.out**: segundo turno

A universidade é de esquerda?

Instituições falham em se comunicar com população e mostrar sua relevância

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP

Um dos sintomas mais miseráveis da polarização que vivemos é a tentativa, por parte de ambos os lados dela, de empurrar quem não está 100% com eles para o lado contrário da disputa política. Este é o ponto em que a adesão política passa a funcionar como uma religião exclusivista. Não é mais uma proposta de transformação do mundo, que precisa buscar novos defensores para que seja implementada na democracia, e sim uma maneira do indivíduo se sentir moralmente superior, levando-o, portanto, a excluir de seu círculo quem não pertence ao grupo dos puros.

A sociedade democrática só resiste na medida em que uma massa crítica de cidadãos e instituições não cederem a essa lógica binária, cuja consequência lógica é a guerra civil —se houver semelhança de força entre os polos— ou a ditadura, se um deles for mais forte. E uma dessas instituições é, sem dúvida, a universidade, em especial as faculdades de humanas, que são aquelas que se propõem a falar sobre a sociedade. Se deve existir um espaço em que o pensamento seja explorado com total liberdade e profundidade, sem se render aos interesses políticos do momento, é a universidade. Não parece, contudo, que seja o caso.

Na semana passada, foi a vez de Francisco Bosco, intelectual que se situa tranquilamente na centro-esquerda, ser massacrado por ter dito que Olavo de Carvalho tinha razão ao criticar a falta de autores de direita nas universidades. Não sei se o problema está tanto na bibliografia dos cursos de humanas ou no posicionamento político de professores e estudantes, esse sim majoritariamente de esquerda e sem abertura a questionamentos (o que, imagino, deve ter algum impacto em como leem a bibliografia). Mas existe sim um problema, que tem levado a um distanciamento crescente entre mundo acadêmico e o debate público aqui fora.

Até onde eu saiba, a crítica de Olavo foi feita por muitos outros autores, inclusive com mais propriedade. No que ele foi realmente pioneiro, isso sim, foi em descobrir na prática o caminho para minar a relevância pública da universidade. Ele, ainda na primeira década dos anos 2000, percebeu que a tecnologia tornara possível prescindir dos canais da imprensa e da chancela das universidades. Cortando um a um todos os vínculos que ele tinha com a imprensa nos primeiros anos do século 21, Olavo migrou para a conexão direta com o público via internet: seja por seu curso pago de filosofia, com milhares de alunos, seja pelos comentários políticos que veiculava gratuitamente para centenas de milhares de ouvintes.

Numa linguagem que se conectava com um público sedento por saber, em seu discurso a universidade virara um antro de esquerdismo e perversão moral. Isso é mentira, mas o fato de que seja facilmente acreditado por tanta gente mostra que seus membros têm falhado em se comunicar com a população e em mostrar sua relevância.

Se, além disso, transformam-se em meros peões da disputa política, só confirmam as crenças de quem os ataca. Os defensores da universidade têm razão; mas isso vale muito pouco se não conseguirem também convencer a sociedade. E, nisso, têm deixado a desejar. Um dos jeitos de recuperar a confiança da população é ser capaz de mostrar que em seus quadros há pessoas de variadas ideologias, e que fomenta nos estudantes não o radicalismo da vez, e sim a disposição de pensar por si mesmos, sem as amarras do grupo ou da tradição. Num momento em que professores exigem —com justiça— melhor pagamento, é preciso também mostrar à sociedade que aquilo tudo vale o investimento.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

PF pagou segurança para diretor-geral em Londres

Órgão havia negado gasto público ao responder a questionamento sobre evento

Lucas Marchesini e Mateus Vargas

BRASÍLIA A Polícia Federal pagou as diárias de um segurança que acompanhou o diretor-geral da instituição, Andrei Rodrigues, em viagem a Londres, no Reino Unido, em abril.

O segurança recebeu R$ 9,5 mil dos cofres públicos. As informações são do Siga, sistema do Senado Federal com os dados de pagamento do governo federal. A diária para o Reino Unido vai de US$ 350 a US$ 460.

Após o evento, questionada pela reportagem sobre os custos para os cofres públicos da participação de Andrei no 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, a PF declarou que essas despesas foram custeadas pela organização do evento no Reino Unido e que o convite para a viagem havia sido feito pelo site Consultor Jurídico.

"A viagem foi sem ônus para União, tendo a organização do evento custeado passagem, em voo comercial, e hospedagem no The Peninsula", disse.

Sobre o gasto, a PF informou que "houve acompanhamento de seguranças, atividade que gerou despesas conforme legislação em vigor".

A PF apontou também que, além de participar do Fórum, o diretor-geral da corporação compareceu a uma reunião com o comissário-geral da polícia londrina, Peter O'Doherty. "Na ocasião", explicou a PF, "foram tratados temas como o intercâmbio de policiais em áreas de interesse de ambas as instituições, entre outros assuntos."



O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues Pedro Ladeira - 24.mar.24/Folhapress

O Grupo Voto, que é presidido pela cientista política Karim Miskulin, foi a entidade organizadora do fórum.

Em 2022, às vésperas da campanha eleitoral, esse grupo promoveu um almoço do então presidente da República Jair Bolsonaro (PL) com 135 empresárias e executivas no Palácio Tangará, em São Paulo.

Também participaram do evento do Grupo Voto, em Londres, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e os ministros do governo Lula (PT) Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

Algumas empresas que mantêm ações nos tribunais superiores também bancaram alguns palestrantes ou patrocinaram o evento. Entre elas, estão incluídas a indústria de cigarros BAT Brasil (British American Tobacco) —antiga Souza Cruz— e o Banco Master.

Jornalistas foram impedidos de acompanhar o fórum, que teve no total a participação de ao menos dez autoridades do Judiciário brasileiro. Na entrada do evento, Gilmar afirmou não saber da proibição à imprensa.

"Isso não nos foi informado. Eu não sabia, vou me informar", disse o ministro.

Como mostrou a **Folha**, não foi permitido à imprensa, inclusive, permanecer no mesmo andar em que o evento foi realizado, no luxuoso Hotel Peninsula, ao lado do Hyde Park, cartão postal de Londres, e cujas diárias custam acima de £ 900 (cerca de R$ 5.800).

O diretor-geral da PF não foi o único a levar segurança custeado com recursos públicos para Londres.

O ministro Dias Toffoli gastou R$ 99,6 mil de recursos públicos em diárias para um servidor que o acompanhou em viagens para Londres, no Reino Unido, e Madri, na Espanha, onde participou de outros eventos.

O STF omitiu informações sobre as viagens feitas por Toffoli e se negou a confirmar se ele passou 25 dias no exterior, conforme indicam os pagamentos ao servidor que o acompanhou.

Após a **Folha** revelar o pagamento das diárias, o STF tirou do ar a página de transparência sobre diárias e passagens. O site ficou uma semana desativado e, quando voltou, não tinha mais as informações sobre seguranças de ministros.

"As informações sobre segurança institucional sempre foram divulgadas com restrição, sem detalhamento, de modo a dificultar qualquer planejamento que crie riscos reais para tribunal, seus ministros e servidores. O formato em que estavam sendo divulgadas recentemente as informações sobre diárias e passagens estava em descompasso com essa orientação", justificou o STF na ocasião.

PGR omite dados sobre as viagens de Paulo Gonet, subprocuradores-gerais e agentes

Ana Pompeu

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) omite informações de diárias e passagens do chefe do órgão, Paulo Gonet, de subprocuradores gerais e de seguranças nos relatórios do Portal da Transparência e Prestação de Contas.

De forma genérica, a instituição usa como justificativa a LAI (Lei de Acesso à Informação) ou uma portaria de 2022 que trata de viagens de representação institucional para classificar os dados como reservados para esses cargos.

As omissões foram reveladas em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

Desde o início do ano, a PGR desembolsou mais de R$ 6,2 milhões para quase 7.000 diárias. O custo das passagens, até o momento, chega a R$ 3,1 milhões. A atualização mais recente é de 15 de maio.

Em janeiro, já como chefe do Ministério Público Federal, Gonet teve um gasto de R$ 37,4 mil em diárias e R$ 8,9 mil em passagens em um único registro. Como no restante dos gastos, não há detalhamento sobre a viagem, apenas a indicação de informação reservada pela LAI. Ele tomou posse em dezembro de 2023.

Os gastos da PGR com diárias e passagens a Gonet nos relatórios de janeiro a abril totalizam R$ 68.403,23, considerando um registro negativo constante nas tabelas de R$ 7.537,29. Segundo a assessoria de imprensa do órgão, trata-se de um reembolso. Não há dados sobre os trechos viajados, o período em viagem ou a razão dela.

Segundo a assessoria, não há detalhamento, mas há informação. "As informações sigilosas não retiram a essência da publicação de informar, especialmente os valores pagos e o beneficiário".



Paulo Gonet, procurador-geral da República Leobark Rodrigues/ MPF

No último mês, Gonet teve três passagens compradas. As datas, os trechos feitos e os motivos das viagens foram ocultados das tabelas com a indicação de informação reservada e o número da LAI. Uma ficou em R$ 9.205,61, outra em R$ 7.537,29 e a terceira tem valor negativo de R$ 7.537,29.

Em março, foram R$ 1,2 mil em diárias e zero em uma passagem, além de R$ 2,8 mil em diárias em outra ocasião e R$ 3,5 mil de passagem. Em fevereiro, consta um registro de diária, de R$ 2,5 mil.

O documento tem 116 páginas. Ao longo da tabela, há diferentes tipos de justificativas para as viagens, como acompanhamento de visita técnica da Defesa Civil a comunidades indígenas do Povo Maxakali na terra indígena Maxakali, em Minas Gerais, ou reuniões de trabalho entre as fronteiras com Paraguai, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Apenas as informações sobre Gonet, subprocuradores e seguranças foram subtraídas.

Gonet, e os ministros do STF Dias Toffoli e Gilmar Mendes participaram de eventos jurídicos na Europa em um intervalo de semanas, mas não divulgaram informações sobre custeio e período fora do Brasil.

No fim de abril, o procurador-geral esteve em Londres para o 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, organizado pelo Grupo Voto.

À época, a reportagem procurou a PGR, mas não obteve respostas sobre a estadia.

A Lei de Acesso à Informação foi criada para dar maior publicidade aos atos públicos. Ela prevê que informações classificadas como reservadas tenham acesso restrito por no máximo cinco anos. A informação pode ser categorizada como ultrassecreta, secreta ou reservada, "observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado".

Já a portaria usada para não revelar datas, motivos e trechos viajados é assinada pelo antecessor de Gonet, Augusto Aras.

mundo

Ataque de Israel a área humanitária mata 45 em Rafah

Bibi fala em 'acidente trágico' e promete investigação; países criticam bombardeio em região de deslocados

GUERRA ISRAEL-HAMAS

SÃO PAULO Um ataque de Israel contra um acampamento de deslocados internos em Rafah, no sul da Faixa de Gaza, deixou pelo menos 45 mortos no domingo (26), afirmou o Ministério da Saúde do território palestino, controlado pelo Hamas.

O bombardeio, feito no mesmo dia em que o grupo terrorista disparou foguetes contra Tel Aviv pela primeira vez em quatro meses, causou indignação na comunidade internacional. Dois dias antes, na última sexta-feira (24), a CIJ (Corte Internacional de Justiça) havia ordenado que Israel interrompesse a ofensiva na cidade, o que não ocorreu.

Questionado, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, não confirmou o número de mortes e disse que Tel Aviv tem tentado manter os civis de Rafah em segurança por meio de operações de retirada. Admitiu, no entanto, que o ataque pode ter saído do controle.

"Apesar dos nossos esforços para não feri-los [os civis], houve um acidente trágico. Estamos investigando o incidente. Para nós é uma tragédia, para o Hamas é uma estratégia", disse o premiê.

O comentário de Netanyahu enfraquece o argumento prévio do Exército de Israel, segundo o qual o ataque teria se baseado em "inteligência precisa". A pressão internacional fez a principal promotora militar do país, a major Yifat Tomer Yerushalmi, dizer que o ataque foi "muito grave".

"Os detalhes do incidente ainda estão sob investigação, e estamos comprometidos a conduzi-la da maneira mais completa", afirmou Yerushalmi. "O Exército lamenta qualquer dano a não combatentes durante a guerra."

Os Estados Unidos voltaram a pedir que Israel tome todas as precauções para proteger civis após "imagens devastadoras" do ataque militar em Rafah. "Israel tem o direito de ir atrás do Hamas, e entendemos que este ataque matou dois terroristas seniores do Hamas responsáveis por ataques contra civis israelenses", disse um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional. "Mas, como temos sido claros, Israel deve tomar todas as precauções possíveis para proteger civis."




Em uma sequência de publicações na rede social X, o Crescente Vermelho Palestino, como as sociedades da Cruz Vermelha são denominadas em países de maioria muçulmana, publicou "cenas horríveis de equipes de resgate transportando vítimas" no ataque contra o acampamento.

Ao amanhecer, o acampamento era uma ruína de metal retorcido e pertences carbonizados sob fumaça. Diversas famílias correram para hospitais para preparar seus mortos para o enterro —uma cena que já se tornou familiar no território, palco de uma guerra há oito meses.

Sentado ao lado dos corpos de seus parentes, Abed Mohammed Al-Attar disse que Israel mentiu quando disse aos moradores que eles estariam seguros nas áreas ocidentais de Rafah. Seu irmão, sua cunhada e vários outros parentes foram mortos no incêndio.

"O Exército é mentiroso. Não há segurança em Gaza. Não há segurança nem para uma criança, um homem idoso ou uma mulher. Aqui está meu irmão com sua esposa, eles foram martirizados", disse Al-Attar. "O que eles fizeram para merecer isso? Seus filhos estão órfãos."

De acordo com o Hamas, mais de 36 mil palestinos já foram mortos em Gaza desde o início do conflito.

Por meses, Rafah foi o último refúgio da guerra para mais de 1 milhão de moradores do território —quase metade da população total. Nas últimas semanas, porém, Israel concretizou as ameaças que fazia de avançar sobre essa cidade na fronteira com o Egito, fazendo com que cerca de 800 mil pessoas fugissem dali, segundo a UNRWA, agência da ONU para refugiados palestinos.

O presidente da França, Emmanuel Macron, disse estar indignado com o ataque. "Essas operações devem parar. Não há áreas seguras em Rafah para civis palestinos", disse ele no X. O secretário-geral da ONU, António Guterres, também mencionou a falta de alternativa segura e disse que o bombardeio "matou vários civis inocentes que apenas buscavam refúgio neste conflito mortífero".

A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, afirmou que a decisão da CIJ deve ser respeitada. "O direito humanitário internacional se aplica a todos, inclusive à conduta de guerra de Israel", declarou Baerbock.

Apesar das críticas da comunidade internacional, tanques israelenses continuaram a bombardear áreas orientais e centrais de Rafah na segunda (27), matando oito pessoas, segundo autoridades locais.

Capitais europeias, como Madri e Paris, tornaram-se nesta segunda palco de novas manifestações em apoio à causa palestina. Dezenas de milhares de pessoas exibiam cartazes contendo frases como "parem o genocídio".

Com Reuters e AFP



Criança em meio a destroços e pertences incinerados em área bombardeada por Israel em Rafah, no sul da Faixa de Gaza Eyad Baba/AFP

Ucrânia alveja radares de defesa nuclear da Rússia

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO Perdendo terreno no norte e no leste de seu território, o governo da Ucrânia adotou uma nova e arriscada tática no seu combate assimétrico contra a Rússia, passando a atacar radares da rede de proteção contra mísseis nucleares do país vizinho.

Como de costume, Kiev ainda não havia assumido oficialmente a prática. Na segunda (27), contudo, vazaram à imprensa ucraniana dados sobre um ataque ocorrido no domingo (26) contra a estação de radar de Orsk, na região de Orenburg (centro-sul da Rússia).

Os drones, segundo as informações extraoficiais, fizeram o mais distante ataque até aqui na guerra, voando 1.800 km. A Rússia não comentou o caso, mas blogueiros militares do país confirmaram que houve a ação, embora não tenham certeza acerca dos danos.

Não foi a primeira vez. Na sexta (24), imagens de satélite da empresa Planet Labs divulgadas pelo site americano The War Zone mostraram danos a outra estação, mas próxima da Ucrânia, na região de Krasnodar (sul russo). Elas batiam com fotos divulgadas em redes sociais mostrando os enormes edifícios dos radares danificados. Não é preciso botá-los ao chão para inutilizar o sistema, dada a fragilidade dos componentes do equipamento.

A Rússia opera ao menos dez bases do sistema Voronej, batizado em homenagem a uma cidade próxima da fronteira ucraniana. Eles formam o guarda-chuva nuclear de Moscou, identificando lançamentos de mísseis balísticos a distâncias que podem chegar até a 10 mil km caso o alvo esteja em grande altitude, com um horizonte de ação ao nível do solo de 6.000 km.

Eles começaram a ser implantados em 2009, com as mais recentes estações finalizadas em 2020, para substituir o antigo sistema soviético. Os EUA têm sistema semelhante, com maior grau de sofisticação segundo analistas. Ambos os países somam quase 90% das ogivas nucleares do mundo.

A tática ucraniana é arriscada. A doutrina nuclear atualizada por Vladimir Putin em 2020, prevê o emprego de armas atômicas em caso de ataques considerados existenciais à Rússia. É discutível se danos à rede que permite prever um ataque com mísseis nucleares se encaixam nessa definição.

Seja como for, os ataques vêm em um momento em que as cartas nucleares têm sido manuseadas com frequência. Putin realizou na semana passada exercícios com armas táticas, de emprego considerado limitado, em resposta à ameaça francesa de enviar tropas para a Ucrânia e às autorizações dadas por Reino Unido e EUA de uso de suas armas contra solo russo —um tabu até aqui.

A França entrou no jogo, fazendo na sequência o primeiro teste de um novo míssil para ataques nucleares lançado por um caça, também na semana passada.

Militares ucranianos afirmaram, de forma anônima, que os radares podem ser usados para identificar lançamentos de mísseis americanos ATACMS (Sistema de Míssil Tático do Exército, na sigla inglesa), cujo novo carregamento entregue a Kiev tem feito estragos contra alvos russos dentro da área ocupada da Ucrânia. São radares difíceis de repor.

As ações ocorrem enquanto a Ucrânia perde terreno lentamente para os russos, que retomaram a iniciativa na guerra neste ano. Nesta segunda, o Ministério da Defesa em Moscou afirmou ter capturado mais uma cidade na região de Kharkiv (norte), a nova frente da invasão, e outra em Donetsk (leste). Kiev não confirmou as perdas.

+

Otan está em confronto direto conosco, diz Kremlin

A Otan, aliança militar de 32 membros liderada pelos Estados Unidos, está envolvida diretamente em um confronto com a Rússia devido à Guerra da Ucrânia. A afirmação foi feita nesta segunda-feira (27) pelo porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. Ele criticou em entrevista ao jornal Izvestia a sugestão dada pelo secretário-geral da Otan, o norueguês Jens Stoltenberg, aos países ocidentais que fornecem armas para Kiev que permitam o emprego delas contra alvos no território legal russo.
"A Otan está aumentando o grau de escalada, flertando com retórica militar e caindo em êxtase militar", disse o porta-voz de Vladimir Putin.

MUNDO OUVIU

Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Podcast discute projeto de arma atômica espacial de Moscou

João Batista Natali

SÃO PAULO Simplificando algo muitíssimo sério e grave: a Rússia poderá ainda neste ano colocar em órbita armas nucleares capazes de destruir satélites ocidentais que construíram uma vasta rede de telecomunicações.

O assunto foi tratado em recente podcast pelo americano Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, na sigla em inglês). Não existem ainda detalhes sobre as características técnicas da ogiva russa ou quais seriam os mísseis que a lançariam. Há mesmo a possibilidade de o Kremlin estar operando um blefe parecido com o que setores da inteligência do Pentágono atribuem às ameaças nucleares feitas por Moscou, quando invadiu a Ucrânia e passou a ameaçar os ocidentais solidários com o território invadido.

De qualquer modo, blefe ou não, o assunto é levado a sério pelos especialistas em defesa e proliferação nuclear. As primeiras informações, disse o CSIS, chegaram a Washington em meados de fevereiro. O Pentágono em seguida se disse preocupado porque o embaixador russo no Conselho de Segurança da ONU vetou uma resolução reiterando a proibição do lançamento de armas atômicas ao espaço. A questão é objeto de um tratado antigo, de 1967, que proibiu a colocação em órbita de armas de destruição em massa. Paradoxalmente, em 2007, foi a própria Rússia que voltou ao assunto e pediu que o tratado fosse atualizado.

No início de maio, o tema foi levantado em sessão do Congresso por John Plumb, secretário-assistente da Defesa americana para política espacial. Caso os EUA não convençam a Rússia a desistir da ideia, o lançamento da bomba teria "efeitos indiscriminados". Ou seja, destruiria indistintamente satélites públicos e privados que operam da localização de telefones celulares aos GPS que orientam a navegação de aviões e navios.

Uma das participantes do podcast é Kari Bingen, diretora do programa de segurança aeronáutica do CSIS. Ela diz que a questão é hoje mais sensível que no passado em razão da complexidade da rede de telecomunicações gerida pelos satélites. É algo inimaginável em outubro de 1957, quando a então União Soviética lançou o Sputnik, o primeiro satélite artificial. O atual progresso no setor nos tornou mais vulneráveis a qualquer plano militar de destruição dos satélites em órbita.

Outra especialista foi Heather Williams, diretora do programa de questões nucleares do CSIS, diz que a Rússia poderia partir para essa loucura como desdobramento da Guerra da Ucrânia. Foi em razão dela que o Kremlin evocou a possibilidade de "se defender" com ogivas nucleares.

The Truth of the Matter: Russia's New Space Weapon

Autoria: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS). Disponível no Spotify. Duração: 26 min. (em inglês)

| DOM. Sylvia Colombo
| TER. Mundo Leu
| **QUI. Lúcia Guimarães**
| SÁB. Igor Patrick

Papua-Nova Guiné estima 2.000 mortos em deslizamento

ONU havia falado inicialmente em 670 óbitos; localização remota de vilas dificulta resgate de vítimas

SÃO PAULO O governo de Papua-Nova Guiné afirmou à Organização das Nações Unidas que estima haver mais de 2.000 pessoas soterradas após um deslizamento de terra em vilarejos ao norte do país da Oceania, na última sexta (24).

"O deslizamento causou grande destruição em construções e plantações e teve um grande impacto na economia do país", disse Lusete Laso Mana, diretor do Centro Nacional de Desastres, em carta à ONU.

No domingo (26), a entidade havia divulgado uma estimativa de 670 mortos. O relatório mencionava as dificuldades de salvar os atingidos. A principal rodovia da região está interditada, e o solo permanece instável, com água fluindo sob as rochas, deslocando a terra e "representando um perigo contínuo tanto para as equipes de resgate quanto para os sobreviventes". Apenas cinco corpos foram encontrados até este domingo, segundo uma autoridade local.

As Nações Unidas organizarão nesta terça (28) uma reunião com diversos governos para tentar coordenar os trabalhos de resgate. Segundo funcionários da entidade, a necessidade de assistência será de longa duração. "Essa situação exige ação imediata e apoio internacional para mitigar mais perdas e fornecer ajuda essencial aos afetados", disse Anne Mandal, porta-voz da OIM (Organização Internacional para as Migrações).

O ministro papuano da Defesa, Billy Joseph, disse que 4.000 pessoas viviam em seis aldeias remotas e montanhosas na área de Maip-Mulitaka, na província de Enga, onde o deslizamento ocorreu na madrugada de sexta (tarde de quinta no Brasil), enquanto a maioria dormia. Mais de 150 casas ficaram destruídas. Equipes de resgate ouviram gritos vindos da pilha de escombros.

"Tenho 18 membros da minha família enterrados aí e muitos outros na aldeia que não consigo nem contar", disse Evit Kambu à agência de notícias Reuters. "Mas não tenho como recuperar os corpos. Estou aqui, impotente."

Chegar aos sobreviventes tem se mostrado um desafio. Um comboio de ajuda humanitária chegou à área no sábado à tarde para entregar lonas e água, mas sem comida.

Com AFP, Reuters e The New York Times

Papua-Nova Guiné



Chefe de Estado
Rei Charles 3º

Chefe de governo
Primeiro-ministro James Marape

Independência
Em 1975, quando o país se juntou à Comunidade Britânica (British Commonwealth)

Etnias
A maioria da população é papuana (quatro quintos) e melanésia. As minorias são polinésios, chineses e europeus

Religiões



Línguas oficiais



No país, há 839 línguas indígenas vivas (cerca de 12% do total mundial); muitas têm menos de 1.000 falantes

Raio-X

Área: 462.840 km² (o equivalente aos estados de Rondônia e Roraima juntos)

População: 10 milhões (Brasil tem 203 milhões) *

PIB: US$ 31.6 bilhões (Brasil - US$ 1.92 trilhão) *

PIB per capita: US$ 4.432 (Brasil - US$ 17.827) *

IDH: 0,568 (154º lugar, Brasil é o 89º)*

* Dado mais recente de 2022
Fontes: CIA World Factbook, UNFPA, Banco Mundial, PNUD, Britannica e IBGE





Fotos de satélite mostram terreno na província de Enga, em Papua Nova-Guiné, antes e depois de deslizamento de terra 23 e 26.mai.24/Planet Labs Inc/Reuters

Deteriorado, Soweto pode contribuir para derrota governista na África do Sul

Fábio Zanini

JOANESBURGO Principal via que corta o distrito de Soweto, em Joanesburgo, a Chris Hani Road lembra ruas de São Paulo na sucessão de semáforos apagados devido ao furto de cabos elétricos. Ao contrário do que ocorre na capital paulista, no entanto, eles há tempos não são mais repostos, gerando caos nos horários de pico.

Alguns estão inoperantes há mais de um ano e se tornaram símbolo do fracasso do Estado em prover serviços básicos. Lar de 1,7 milhão de pessoas, Soweto tem uma história que reflete as diversas fases da África do Sul das últimas décadas.

Durante o regime do apartheid, que durou até 1994, era não mais do que um reservatório de mão de obra negra para indústrias e bairros mais afluentes. Uma enorme e simbólica favela, conhecida mundialmente, de precária infraestrutura.

Com a chegada da democracia racial, o Congresso Nacional Africano (CNA), partido que assumiu o governo e se mantém nele até hoje, fez questão de transformar o vasto distrito em um showroom da nova África do Sul. Ruas foram pavimentadas, quadras, urbanizadas, e casas, construídas. Soweto passou a ter um shopping center e bolsões de classe média.

Nos últimos anos, no entanto, a região a 20 km do centro de Joanesburgo acompanhou a decadência do país como um todo. O desemprego disparou, passando de 30%, e a visão de pessoas perambulando pelas ruas ou sentadas em calçadas sem fazer nada se tornou frequente. Os índices de criminalidade se multiplicaram, enquanto blecautes e falta d'água viraram rotina. O shopping ainda resiste, mas esvaziado.

Quem corre risco de sofrer eleitoralmente é o CNA, que nesta quarta (29) tenta evitar uma derrota histórica nas urnas. Antigo reduto do partido, Soweto pode contribuir para que a legenda perca pela primeira vez a maioria desde o fim do apartheid, sendo obrigada a governar em coalizão.

Mesmo que a oposição não empolgue os sowetanos, há para o CNA o risco adicional da abstenção de eleitores que sempre foram fiéis, num país onde o voto não é obrigatório.

Desempregada e mãe de oito filhos, Thato Masonto, 32, decidiu pela primeira vez não votar. "Qual o sentido, se não muda nada? Não faz diferença."

Em eleições passadas, ela cravou CNA, mas perdeu a esperança. "Há muito crime, buracos nas ruas, e, mais importante, falta de água e energia. Emprego é muito difícil", diz ela, que vive de bicos como lavadeira. "Há muito crime, muito. Você não consegue sair de casa depois das 18h."

A aposentada Hazel Shihlabane, 62, é outra que se frustrou. Com o filho desempregado, vende roupas de cama de porta em porta para ajudar no sustento de dois netos. Ela diz lembrar com nostalgia da era de Nelson Mandela, primeiro presidente após o fim do apartheid, que morreu em 2013.

"Eu sinto muito a falta de Mandela. Meu coração está partido. Onde ele estiver dormindo, eu tenho certeza que ele está bravo com o que está acontecendo", diz ela, que votará em algum partido da oposição, mas não quis revelar qual.

Também aposentado, Mpee Kunene, que é negro, decidiu radicalizar no voto de protesto. Diz que escolherá entre duas organizações que chama de brancas, a Aliança Democrática ou a Frente da Liberdade. Ambos os partidos, embora apoiados também por negros, são liderados por políticos da minoria descendente dos colonizadores europeus. "As organizações negras são todas corruptas, todas elas", afirma.

O CNA tem, de forma um tanto acanhada, ensaiado um mea culpa por falhas de gestão e acusações de corrupção. Em seu manifesto eleitoral, o partido admite erros e diz que "alguns membros e líderes minaram instituições do Estado democrático e avançaram interesses pessoais egoístas".

Para alguns em Soweto, o partido, embora tenha errado, merece reconhecimento por seu papel histórico na luta pela democracia.

"Eu cresci com o CNA. Minha família, desde a minha avó, sempre votou nele. Dar as costas agora seria como dar as costas a meus ancestrais", diz Hapelo Mokoene, 32, que trabalha como guia turístico perto da casa onde Mandela viveu, hoje transformada em museu.

Outros estão dispostos a conceder mais um crédito de confiança ao presidente Cyril Ramaphosa, que seria refém de interesses escusos da máquina partidária.

"Tem muita coisa acontecendo com o partido, mas eles estão tentando consertar. Quando Ramaphosa sentou naquela cadeira, muitas coisas já estavam estragadas", afirma Jules Pitso, 52.

Raio-X



Área: 1,22 milhão de km² (equivalente ao estado do Pará)

População: 61 milhões (Brasil tem 217,6 milhões)

PIB: US$ 405,3 bilhões (Brasil - US$ 1,92 tri)*

PIB per capita: US$ 15,9 mil (Brasil - US$ 17,8 mil)**

IDH: 0,717 (110º lugar, Brasil é o 89º)

* Dados de 2022
** Com paridade de poder de compra
Fontes: CIA World Factbook, Banco Mundial, UNFPA e ONU


Homens observam rua alagada no bairro Sarandi, na zona norte de Porto Alegre Anselmo Cunha/AFP

Bairros da zona norte de Porto Alegre seguem alagados; água cede em outros

Farrapos e Humaitá ainda estão tomados pela enchente quase um mês após início da tragédia

Leonardo Vieceli

PORTO ALEGRE Jorge Adir Barcelos dos Santos, 59, recorria a um barraco improvisado junto à rodovia Freeway (BR-290) para se proteger da chuva e do frio na manhã desta segunda-feira (27) na zona norte de Porto Alegre. "Faz 23 dias que estamos aqui", afirma.

Ele vive na região dos bairros Farrapos e Humaitá, às margens da estrada. Trata-se de uma área que segue inundada quase um mês após o início da enchente de proporções históricas na capital gaúcha. A água tomou conta da casa de Santos e do caminhão que ele usava para fazer fretes.

"Vou precisar de ajuda para pôr de pé esse caminhão de novo, ganhar meu dinheiro do dia a dia e sobreviver. Sem meu meio de trabalho, vai ser muito difícil", diz.

A situação dos bairros Farrapos e Humaitá contrasta com o quadro de outras regiões que também foram atingidas pela enchente em Porto Alegre. Em áreas mais centrais da cidade, como Centro Histórico, Menino Deus e Praia de Belas, a água baixou e é possível observar pessoas limpando prédios e lojas, embora ainda existam alagamentos em vias mais próximas do lago Guaíba. Também há barro e entulho espalhados por calçadas.

Já nas comunidades dos bairros Farrapos e Humaitá, que ficam ao lado da Arena do Grêmio, a enchente continua cobrindo grande parte das moradias e dos pequenos comércios. Carros permanecem embaixo d'água.

Com a demora para a melhora do quadro, moradores da região protestaram na manhã desta segunda. Eles pararam o trânsito na Freeway, em uma tentativa de pressionar a prefeitura por ações que aliviem o drama local.

A reportagem questionou o Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgotos) sobre os alagamentos, mas não obteve retorno até a conclusão desta edição.

As inundações também continuam em outros bairros da zona norte de Porto Alegre, como o Sarandi. O pesquisador Rodrigo Paiva, do IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas) da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), diz que a enchente mais persistente na região pode estar associada a uma combinação de fatores.

Segundo ele, áreas mais baixas tendem a permanecer mais tempo inundadas, e alguns pontos da cidade podem apresentar mais dificuldade para expulsar a água de volta para o Guaíba, incluindo os bairros da zona norte.

Esse quadro, ele diz, foi agravado pela volta da chuva na semana passada. "A chuva foi muito forte e piorou a situação de regiões mais baixas e que estavam com a drenagem já comprometida. Elas receberam muita lama com a inundação", afirma Paiva.

De acordo com o pesquisador, a expectativa para os próximos dias é de que o nível do Guaíba siga baixando de forma lenta. O grande volume de água que chega ao lago a partir do rio Jacuí tende a dificultar uma redução mais acelerada, afirma Paiva.

André Salata, coordenador do laboratório de estudos PUCRS Data Social, diz que a enchente atual chama atenção por afetar bairros de diferentes perfis na capital gaúcha. Afirma, contudo, que historicamente —e não só em Porto Alegre— as famílias com renda menor ficam mais expostas a tragédias ambientais por morarem em áreas com infraestrutura urbana mais simples ou pior.

É o caso, segundo ele, de bairros como Farrapos e Humaitá. A região abriga, por exemplo, famílias que tiram o sustento a partir de atividades desenvolvidas em dias de jogos na Arena do Grêmio, como estacionamento de carros e venda de bebidas e lanches. O estádio do clube gaúcho também ficou inundado.

"A comunidade no entorno da Arena do Grêmio é de renda mais baixa, com condições de moradia muito precárias, e acaba exposta a enchentes", diz Salata, citando um estudo recente do Observatório das Metrópoles. A publicação em questão identificou que áreas mais pobres foram as mais atingidas pela calamidade climática no Rio Grande do Sul.

Em bairros que já iniciaram a volta para casa ou para o trabalho na capital gaúcha, o cenário ainda está longe do habitual. No Centro Histórico, o tradicional vaivém de consumidores dava lugar à circulação de equipes e máquinas que atuavam na limpeza da cidade na manhã desta segunda.

Depois de quase um mês, o funcionário público Marcelo Mesko, 55, conseguiu voltar para seu apartamento na manhã desta segunda. Ele havia deixado o local porque a cheia inundou o prédio no Centro Histórico.

A enchente de proporções incomuns alcançou o nível da fechadura da porta de entrada do edifício, estragou um elevador e espalhou sujeira na calçada e no pátio, ele conta.

"Fiquei 26 dias fora, na casa da minha mãe. Antes, quando chovia, a rua até alagava, mas dava umas três horas e a água voltava para o Guaíba", afirma Mesko.

Também no Centro Histórico, o empresário Raphael Garcia de Oliveira, 30, aproveitava a manhã para limpar seu restaurante, atingido pela água. Em um trecho da rua em frente ao estabelecimento ainda havia água acumulada.

"A gente está estimando um prejuízo, só de materiais e para a reconstrução, de R$ 150 mil, fora a mercadoria perdida e os dias sem trabalhar", lamenta Oliveira.

Ele planeja reabrir o restaurante em 30 dias, mas diz que o setor precisará de apoio para superar a crise. Entre as medidas que precisam chegar imediatamente aos donos de negócios, afirma, está a concessão de crédito com taxas menores de juro.

"A gente vendia 200 almoços em um dia. Como vai ser agora, vamos vender cem? Estou estimando, no mínimo, um ano para faturar o que a gente estava faturando antes."

Bairros de Porto Alegre



Dados cartográficos ©2024 Google

Emoção marca reencontro de famílias no primeiro dia de voos em Canoas

Felipe Prestes

CANOAS (RS) O aeroporto emergencial em Canoas (RS), devido à inundação do Salgado Filho, em Porto Alegre, começou a operar nesta segunda-feira (27) e marcou um reencontro aguardado ansiosamente entre familiares. O primeiro voo saindo de Congonhas pousou na base aérea da cidade gaúcha às 8h05.

A partir desta segunda, a base aérea de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, passou a receber voos comerciais como tentativa de atenuar o caos logístico criado pelo fechamento do terminal da capital gaúcha.

Cerca de 170 passageiros se deslocaram em quatro ônibus até o Canoas Park Shopping, que está operando como terminal de embarque e desembarque. Os passageiros só puderam desembarcar depois que chegou um caminhão com as malas.

Foi mais cerca de meia hora de espera e a ansiedade era visível no olhar da psicopedagoga Clarissa Candiota. A sua filha, Marta Karrer, voltaria de São Paulo no dia 3 de maio, mas o reencontro acabou adiado por 24 dias.

"Ela tinha saído de férias para São Paulo na metade de abril e aí aconteceu tudo isso. Passou o aniversário dela, passou o Dia das Mães, e hoje eu estou aqui para comemorar tudo isso", contou Clarissa à **Folha**. A filha completou 28 anos e foi o primeiro aniversário longe da família.

A emoção também tomou conta da gerente administrativa Juliana Duarte. Ela está com a casa inundada, no bairro Humaitá, em Porto Alegre, e ficou longe da filha por 19 dias a mais que o previsto.

A filha Isabela viajaria por um mês, mas a viagem se estendeu devido ao fechamento do aeroporto em Porto Alegre.

"A gente está passando por um momento muito difícil, porque a nossa casa foi inundada, meu local de trabalho também, mas agora é um momento de alegria", disse Juliana, sem conter o choro.

A juíza Helga Reeps aguardava a filha, a advogada Astrid Reeps, e disse que estava tranquila porque a filha estava em segurança em São Paulo. "Mais [segura] do que aqui. E ela ficou ansiosa para voltar porque gostaria de se voluntariar. Mas lá ela ajudou carregando caminhões de doações."

As operações em Canoas têm caráter emergencial, enquanto o terminal de Porto Alegre segue paralisado pela enchente de proporções históricas que devastou regiões do Rio Grande do Sul.

Marcado para as 9h20, o primeiro voo de Canoas rumo a Congonhas decolou na base aérea às 10h. De acordo com a Fraport, concessionária do aeroporto Salgado Filho, o atraso aconteceu por conta de procedimentos normais de aviação e toda a operação funcionou bem, desde o check in até o embarque e desembarque nos ônibus que fizeram o trajeto de 3,5 quilômetros entre o shopping e a base.

Leia mais em Mercado, na pág. 5


Clarissa Candiota reencontra sua filha Marta Karrer em Canoas (RS) Felipe Prestes/Folhapress

Exército afasta militares após falso alerta de evacuação

BRASÍLIA O Exército afastou e abriu investigação interna contra militares que, no domingo (26), evacuaram moradores de um bairro de Canoas (RS) com a informação falsa de que um dique havia se rompido na região.

O caso ocorreu por volta das 18h. Militares da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada receberam vídeos que circulavam em redes sociais sobre um suposto rompimento da represa e, sem checar a veracidade das informações, enviaram um alerta aos moradores do bairro Mathias Velho.

"O Exército Brasileiro esclarece que tal situação decorreu de um grave erro de procedimento. Medidas administrativas foram adotadas para apurar rigorosamente os fatos. Os militares diretamente envolvidos foram afastados de suas atividades durante o processo de investigação", disse a Força.

O Exército ainda disse que reitera seu "compromisso com a população afetada pela catástrofe ambiental".

Governo Lula não inclui no PAC projeto do RS contra cheia

Casa Civil afirma que gestão gaúcha recebe recursos há 12 anos, mas que os planos básicos não foram concluídos

Renato Machado

BRASÍLIA O governo do presidente Lula (PT) não incluiu no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) dois projetos contra enchentes que haviam sido pedidos em julho do ano passado pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Um deles prevê a construção de um sistema de diques de R$ 447 milhões para evitar inundações em Eldorado do Sul. O município foi proporcionalmente o mais afetado pela recente tragédia climática, com praticamente todo o seu território alagado.

O outro projeto busca criar uma barreira contra cheias no rio Gravataí e seus afluentes, em Alvorada e na capital Porto Alegre. O projeto completo está estimado em R$ 2 bilhões.

Meses antes do lançamento do Novo PAC, em agosto do ano passado, Lula havia pedido que os governadores encaminhassem os três projetos prioritários para os estados para inclusão no programa. A **Folha** teve acesso à lista.

Leite apontou 27 prioridades, entre pontes, duplicação de rodovias e construção de barragens —conseguiu pelo menos oito na primeira leva de anúncios.

Após enviar a lista, o governador ainda foi a Brasília no dia 2 de agosto para tratar das propostas com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento)

Eldorado do Sul tem 39,5 mil habitantes e está localizado a 12 quilômetros de Porto Alegre.

O município foi proporcionalmente o que esteve em pior situação, ao considerar o número de moradores (81,1%) e de imóveis (71,2%) afetados pela tragédia, segundo levantamento do núcleo de dados da **Folha** com base no IBGE e em mapeamento da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

O governo federal ainda analisa se o projeto relativo à cidade fará parte do chamado PAC Seleções —uma modalidade posterior, que contempla os melhores projetos de estados e municípios.

"O Projeto de Proteção contra cheia do Delta do Jacuí em Eldorado do Sul foi inscrito no Novo PAC Seleções e está em fase de análise, porque os projetos de macrodrenagem ainda não foram divulgados. O investimento solicitado pelo estado é de R$ 447 milhões", afirmou a Casa Civil.

A pasta comandada por Rui Costa não respondeu por que o projeto não foi incluído na carteira principal do programa. O ministério acrescenta que haverá uma seleção específica para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática.

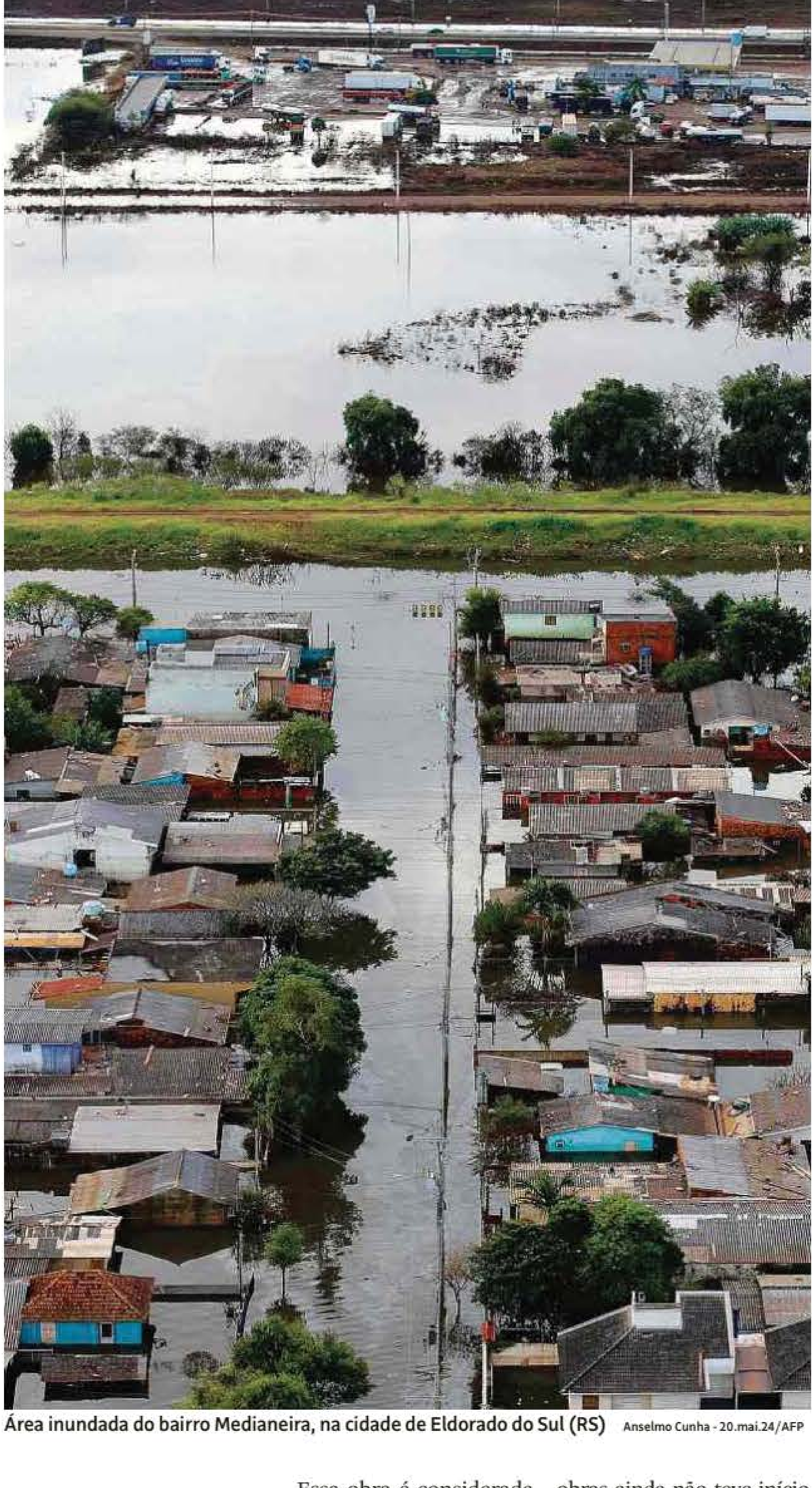
O projeto é apontado pelo estado e por especialistas como medida fundamental para impedir as cheias do Rui Jacuí. "A melhor opção seria ter um ordenamento urbano e não ocupar as planícies inundáveis", afirma o professor Fernando Dornelles, do Instituto de Pesquisa Hidráulicas da UFRGS, que atuou no projeto.

Os diques são muradas em torno da cidade, de terra, que impedem a entrada da água. Também haveria um sistema com casas de bomba, para retirar a água de dentro das áreas protegidas.

O texto do projeto diz que o sistema será composto por quatro estruturas: diques de proteção, estações de bombeamento, galerias e drenos coletores e canais de descarga. A obra teria uma extensão de cerca de dez quilômetros e três estações de bombeamento.

O governo estadual afirma que o sistema "atenderá uma demanda de extrema relevância, contribuindo para a diminuição das cheias e, consequentemente, os prejuízos individuais e sociais". A gestão Leite diz que os estudos preveem a proteção de 6.200 residências no Delta do Jacuí, onde vivem 18,6 mil pessoas.

O projeto com o sistema de proteção contra as cheias do rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre prevê um sistema com base em diques. O estudo diz que o sistema pode evitar danos da ordem de R$ 572 milhões, além de proteger 5,7 mil famílias.



Área inundada do bairro Medianeira, na cidade de Eldorado do Sul (RS) Anselmo Cunha - 20.mai.24/AFP

> O Projeto de Proteção contra cheia do Delta do Jacuí em Eldorado do Sul foi inscrito no Novo PAC Seleções e está em fase de análise
>
> **Ministério da Casa Civil** em nota

Essa obra é considerada mais complexa —e por isso seu custo entra na casa dos bilhões—, pois a implantação dos diques vai exigir a construção de 19 pontes para que seja possível acessar a região, além de 8,5 quilômetros de estrada.

A Casa Civil afirma que o projeto não migrou para o Novo PAC por ser uma obra que "já está em execução pelo governo do estado e tem acompanhamento pelo Ministério das Cidades". A pasta cita investimento federal de R$ 11,7 milhões.

O governo do estado, por sua vez, diz que a etapa de obras ainda não teve início e que pediu a sua inclusão no PAC Seleções.

"Importante ressaltar que nenhum dos convênios mencionados prevê recursos para execução de obras. Os valores correspondem apenas às etapas até o projeto executivo. Por essa razão, o governo do estado solicitou ao governo federal a inclusão dos projetos no PAC Seleções, para viabilizar as obras", afirma o Executivo gaúcho.

"Portanto, a efetivação dos referidos projetos depende, necessariamente, da resposta do governo federal sobre a inclusão ou não dos projetos no PAC Seleções, o que até o momento não ocorreu."

O Ministério das Cidades disse inicialmente ter contratos firmados com o governo gaúcho para a elaboração de estudos e projetos de prevenção de inundações, um deles na bacia do rio dos Sinos e na bacia do Gravataí. Os dois projetos juntos —sem obras— têm um valor estimado em R$ 25 milhões.

A pasta acrescenta que o governo estadual fala em conclusão até 30 de dezembro deste ano.

A gestão Leite, por sua vez, afirma que são quatro e não dois os convênios para a elaboração de projetos contra inundações. Dois deles (bacia do Gravataí e Bacia do Rio dos Sinos) estão na fase de licenciamento ambiental.

Os outros dois são justamente os que o governador havia pedido para serem incluídos no Novo PAC, no ano passado. O governo estadual, no entanto, afirma que precisa de complementação de valores para concluírem os projetos executivos, que é a última parte do planejamento.

"Os convênios previram a destinação de R$ 20,8 milhões. Desde a assinatura dos convênios, em 2012, não houve por parte do governo federal qualquer reajuste e hoje estima-se que os valores dos projetos executivos totalizam R$ 52,3 milhões", disse.

Em relação aos afluentes do Gravataí, o ministério teria reservado R$ 5 milhões, mas o valor do projeto executivo varia atualmente entre R$ 20 milhões e R$ 30 milhões, segundo o estado.

O governo federal também teria disponibilizado R$ 2,7 milhões para o projeto executivo do delta do Jacuí, sendo que o orçamento aponta a necessidade de R$ 8 milhões.

O Ministério das Cidades afirma que não consta nenhum pedido de suplementação aos contratos vigentes e que os valores atendem ao que havia sido pleiteado pelo estado do Rio Grande do Sul à época.

A Casa Civil afirmou não ser verdadeiro que o governo Lula deixou de fora do PAC os projetos contra inundações solicitados. A pasta diz que eles recebem recursos há 12 anos, mas que os projetos básicos não foram concluídos pelo estado, que também não os priorizou na lista enviada para o novo PAC, constando na 12ª e 18ª posição do documento, respectivamente.

A **Folha** havia feito questionamentos específicos à Casa Civil sobre os dois programas, mas a pasta encaminhou apenas uma nota genérica, em que ignorou as perguntas sobre se havia falta de preenchimento de pré-requisitos por parte da gestão Leite ou se os projetos não haviam sido colocados como prioridade.

Alunos de São Paulo vão ajudar a reconstruir escolas gaúchas

DIAS MELHORES

Laura Mattos

SÃO PAULO As arrecadações de doações para o Rio Grande do Sul tomaram escolas de todo o país, mas um grupo de alunos de São Paulo resolveu ir além. Eles se preparam para viajar ao estado gaúcho, devastado pelas cheias, para atuar na reconstrução de escolas.

A ideia partiu dos próprios jovens, alunos da Castanheiras, uma escola particular que fica em Alphaville, no município de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo.

Impactados pela tragédia, eles organizaram uma gincana para arrecadar donativos, mas resolveram também desenvolver um projeto para atuar in loco. Com a ajuda da direção da escola, escolheram como alvo da ação as escolas afetadas pelas enchentes.

"A nossa preocupação é que as pessoas, que agora estão mobilizadas e ajudando o RS, com o tempo, se esqueçam. Com isso, naturalmente, a ajuda e as doações vão diminuir", diz Rafaella Marcondes, 16. "Por isso, decidimos fazer a viagem em agosto, depois desse momento inicial de muita solidariedade, para ajudar as escolas destruídas", conta.

Antes disso, no entanto, um grupo de lideranças dos alunos irá ao estado com a diretora, Cláudia Siqueira, para fazer o que estão chamando de visita técnica.

"Vamos ter reuniões com ONGs e diferentes instituições para ver como poderemos ajudar na reconstrução das escolas", explica a diretora, que também é professora da disciplina de Criatividade, Ação e Serviço, na qual o projeto de apoio ao RS será desenvolvido.

Esse primeiro grupo deve ter três ou quatro jovens e, para a viagem de agosto, já há 20 estudantes voluntários. Eles receberão um treinamento de pedagogia de emergência, com estratégias para dar suporte a quem passa por eventos traumáticos.

> Vamos ter reuniões com ONGs e diferentes instituições para ver como poderemos ajudar na reconstrução das escolas
>
> **Cláudia Siqueira** diretora da escola Castanheiras

"Nós vamos entender como as perdas, em uma situação como essa, vão muito além das materiais", afirma a estudante Maria Clara Fedato, 16. "A maioria dos alunos aqui nunca saiu da bolha, então será um crescimento pessoal muito grande para nós, porque vamos conhecer outras realidades", avalia.

As primeiras ideias do projeto já foram discutidas em uma reunião online entre os alunos e uma advogada do Rio Grande do Sul, que fez um retrato da situação para o grupo. "Ela não perdeu a casa, mas está sem água há muitos dias", conta Maria Clara.

O preparo para a viagem também inclui a arrecadação de materiais de construção. Nesse primeiro momento, a escola arrecadou alimentos, roupas e produtos de limpeza e higiene.

As cheias no Rio Grande do Sul, uma tragédia sem precedentes no país, atingiram cerca de 55% das escolas do estado. As inundações, que começaram no final de abril, afetaram, ao todo, 378 mil estudantes, cerca da metade do total da rede pública.

Desse número, perto de 173 mil ainda estão sem aula e sem nenhuma previsão de retorno. Eles fazem parte das regiões mais afetadas pelas cheias. Em alguns municípios, no Vale do Taquari, escolas destruídas nesta enchente haviam acabado de ser reconstruídas após os danos causados pelas cheias de setembro de 2023.

A Emei Família Feliz, por exemplo, do município de Muçum (115 km da capital gaúcha), sofreu três inundações em um período de nove meses. Havia sido reinaugurada em fevereiro, após uma reconstrução que contou com o apoio de voluntários, e, com as chuvas de agora, apenas dois meses depois, foi novamente coberta por lama.

Para essas áreas mais destruídas, o governo do Rio Grande do Sul estuda a construção de escolas de campanha, de acordo com a secretária da Educação, Raquel Teixeira.

Nesta semana, com a retomada das chuvas, novos alagamentos afetaram Porto Alegre e a região metropolitana, o que levou a mais uma suspensão de aulas presenciais.

Escolas que não foram afetadas, tanto públicas como privadas, estão sendo utilizadas como abrigo ou para fornecer atendimento e alimentação para a população atingida.

Quando barulho de chuva dá medo

Os efeitos dos traumas sobre os indivíduos e a coletividade

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

São Paulo amanheceu debaixo de uma chuva que poderia ter sido recebida com alívio diante da estiagem que a precedeu. O barulho ritmado que costuma servir para embalar o sono só trouxe mau presságio e aflição. São imagens da tragédia no RS que nos vêm à memória, como se pudéssemos ser transportados para o tempo e para o espaço no qual nossos conterrâneos ainda temem por suas vidas.

E aqui a vida não diz respeito só ao risco de morrer, mas da perda de uma experiência que nunca mais será a mesma, perda de uma forma de existência.

A elaboração individual do luto, no entanto, não aceita justificativas. Uma mãe que perdeu a filha no parto me diz: "Não quero negociar minha dor com a vontade Divina nem com a explicação médica. Quero o direito de sofrer sem ser consolada, apenas escutada".

Vivemos em uma sociedade que diante da perda busca uma fórmula mágica de negociar com o imponderável. Ora negando o acontecido, ora inventando alguma vantagem que dele possa advir.

Mas aqui não há compensação possível, apenas a amarga convicção de que a devastação poderia ter sido evitada ou drasticamente reduzida. Neste caso, a responsabilização é a única forma para que a tragédia não se repita.

Não há nada edificante em perder seus parentes, amigos, animais de estimação, sua casa, seus objetos-memória, sua cidade. O que edifica são as relações entre nós e a forma como podemos reconhecer a experiência de cada um quando tudo parece perder o sentido.

O trauma, por definição, é o acontecimento que nos pega desprevenidos. Ele rompe com nossa crença na continuidade dos eventos e abala nossa fé no devir. A partir daí passamos a viver num estado de permanente alerta, na esperança de não sermos surpreendidos novamente.

Em tragédias coletivas vive-se uma dupla experiência. Por um lado, não importa para onde se olhe, todos estão sob o efeito do horror e, portanto, os recursos se tornam parcos. Por outro lado, a sensação de cumplicidade, de fazer parte de uma ação conjunta pelo bem de todos, tem efeitos positivos. Ao invés do lugar de impotência da vítima, cada um pode, em dado momento, sentir que apoia os demais.

Tragédias coletivas precisam ser elaboradas individual e coletivamente, pois a memória do que se perdeu só poderá ser preservada em comunidade. Reconstruir o RS não é apenas a tarefa hercúlea de reconstruir seus prédios, mas de construir cada história de sofrimento, compaixão e heroísmo testemunhada. As próximas gerações só conhecerão a sua terra se conhecerem um dos capítulos mais lancinantes de sua história. Algo para se discutir nas famílias e nas escolas.

A tragédia está no gerúndio, como comentou Natuza Nery, e requer um fôlego que as campanhas de auxílio, passada a comoção midiática, não costumam ter. O atendimento à saúde mental tampouco prescinde do tempo de elaboração, que não responde às demandas de produtividade capitalista.

O estado tem seu próprio serviço de atendimento à população, com profissionais que conhecem as necessidades próprias da região. São eles que devem nos guiar para melhor atendermos suas necessidades e ajudá-los. Lembremos que as mazelas de classe, de gênero, étnicas e etárias (mais novos e mais velhos) são potencializadas nessas situações.

O RS vai se reerguer e com ele, espero, a conscientização de que estamos na mira dos desastres climáticos.

Muitos são os gatilhos de uma ansiedade que tem por função nos manter alertas. Aproveitemos esse mecanismo de defesa para confrontar riscos anunciados.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | **QUA. Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES** — CashMe

DATA: 1º Público Leilão: 04/06/2024, às 14h00 | 2º Público Leilão: 06/06/2024, às 14h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.175.529/0001-68, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 03/10/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito, o seguinte **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 08 DA QUADRA Nº 02, DO LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL RINCÃO NOVO**, Taquaritinga/SP, sobre o qual consta a construção do **PRÉDIO RESIDENCIAL**, situado à Avenida Carmine Tafuri, nº 398, com **ÁREA CONSTRUÍDA de 173,15m² (conforme Laudo de Avaliação expedido em 09/05/2024) ou de 177,28m² (conforme Certidão de Valor Venal, emitida pela Prefeitura de Taquaritinga/SP, em 06/05/2024)**, não averbada na matrícula do imóvel. **ÁREA TOTAL DE TERRENO de 360,00m²**, descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 29.495 do Oficial de Registro de Imóveis de Taquaritinga/SP. Inscrição Municipal nº 17669 (01.004.0163.0124.001). Consolidação da propriedade em 22/04/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 292.247,32. 2º Leilão: R$ 171.458,41. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para a regularização da construção e benfeitorias junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente e demais órgãos públicos e privados e deverá observar as restrições urbanísticas e construtivas do município; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal **WWW.PECINILEILOES.COM.BR**, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Fiduciantes **FRANCISCO DA CRUZ**, CPF nº 020.532.488-66, e **JURACI BATISTA DA CRUZ**, CPF nº 054.108.188-81, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Acha-se aberto, no **Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, PREGÃO ELETRÔNICO nº 90024/2024**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE LENÇOL ADULTO** a ser realizado através do sistema "Compras SP". A data da abertura do certame será no dia 13/06/2024 às 14h00m, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberto no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90065/2024, processo SEI nº 024.00065386/2024-01** destinada a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS** a realização da sessão será na data **14/06/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **28/05/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras – www.imprensaoficial.com.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90087/2024 - Edital nº. 111 - referente ao Processo nº SEI- 02400076365/2024-11** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM - ADAPTADORES INTERM. E FILTROS BACTERIANO.** A realização do Pregão Eletrônico será no dia **12 de Junho 2024 às 10h00min**. O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90088/2024 - Edital nº. 112 - referente ao Processo nº SEI-02400070313/2024-23** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS CLINICAS**. A realização do Pregão Eletrônico será no dia **14 de Junho 2024 às 10h00min**. O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Retificação de Publicação de 25/05/24: PA9287/24**... Onde se lê **PE0084/24-DLC**... Leia-se: **PP90084/24-DLC...**

UASG: 090160 – HOSPITAL HELIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO em 28/05/2023

Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico http://www.compras.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 90021/2024, PROCESSO SEI: 024.00027408/2024-27**, tipo MENOR PREÇO. Objeto: Aquisição de manta térmica com fornecimento de equipamento portáteis para o Hospital Heliópolis, data da sessão pública, será no dia 13/06/2024 às 9:00 horas. O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site http://www.imprensaoficial.com.br, Seção " Negócios Públicos".

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90089/2024 - Edital nº. 113 - referente ao Processo nº SEI-02400080517/2024-72** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE**. A realização do Pregão Eletrônico será no dia **14 de Junho 2024 às 08h00min**. O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.



CENTRO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: https://www.gov.br/compras/pt-br, www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br ou no seguinte endereço: **Serviço de Compras do CEPEUSP**, sito à Av. Prof. Mello Moraes, 661 - Portão 10 - São Paulo - SP - CEP: 05508-030 - Telefones: (0XX11) 3091-3226/3586 - 2648-0665 - e-mail: compras-cepe@usp.br.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - CEPEUSP PROCESSO SEI nº 154.00000351/2024-61 LICITAÇÃO Nº 90001/2024	AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS HIGH BAY TIPO UFO, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.	A partir do dia 28/05/2024	12/06/2024 às 09h00

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**
1º LEILÃO: 10 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 12 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 0010289767, firmado em 24/02/2022, com os Fiduciantes **LEONARDO BASTOS DE SOUSA**, brasileiro, coordenador de almoxarifado, portador do RG nº 25404831-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 307.700.768-09, e sua mulher **CAROLINA OLIVEIRA TIUMAN DE SOUSA**, brasileira, controladora de acesso, portadora do RG nº 42.633.796-7-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 359.156.798-11, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Ribeirão Preto/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 169.436,01 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e um centavo - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Manoel Abrão Filho, nº 164, Lote 05-B, Centro, Jardinópolis/SP. Área construída: 65,45m² e Área de terreno: 128,37m², melhor descrito na matrícula nº 23.289 do Oficial de Registro de Jardinópolis/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 151.709,30 (cento e cinquenta e um mil setecentos e nove reais e trinta centavos) – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0577 (Dossiê 22071).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90017/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00001447/2024-46

Torna publico o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90017/2024 - HU, menor preço, cujo objeto é EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO, conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 28/05/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. O início do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 28/05/2024 a partir das 08h00, estando à sessão de disputa agendada para o dia 11/06/2024 às 09h00, no "Portal de Compras do Governo Federal" - www.gov.br/compras.

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE** — FRAZÃO
1º LEILÃO: 10 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 12 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública firmado em 01/07/2021, com os **Fiduciantes THAIS AGOSTINHO DA SILVA**, maior, inscrita no CPF nº 442.733.328-17, no dia 10/06/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 281.916,45 (duzentos e oitenta e um mil novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **41.604 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Marília/SP**, constituído por "Um terreno compreendendo o lote nº 12, da quadra "S", do Núcleo Habitacional Nova Marília, na cidade de Marília/SP, medindo 10,03 metros de frente para a Avenida Mem de Sá, de um lado confronta com o lote nº 11, mede 21,62 metros; de outro lado confrontando com o lote nº 13, mede 21,62 metros; nos fundos onde confronta com o lote nº 05, mede 10,04 metros; encerrando uma área de 216,96 metros quadrados, **no qual existe um prédio residencial de tijolos sob nº 83-A da Avenida Mem de Sá. Cadastro Municipal**: 4815100-8 (conf. Av. 03). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.08 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 12/06/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 172.683,60 (cento e setenta e dois mil seiscentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira.** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. **Outras informações no site da Leiloeira**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22046_OL_2697-10).



AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2024, PROCESSO: 136/2024, OBJETO RESUMIDO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS GIRATÓRIAS.

- Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 13/06/2024
- Início da sessão de disputa: 9 horas do dia 13/06/2024
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014.
JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.



AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP FSCS 00992/24-Prestação de serviços de locação de caixa brooks de 5 m3 e transporte de resíduo de cal virgem das ETAs do Departamento OAT, da UN de Produção de Água da Metropolitana OA - Diretoria de Operação e Manutenção. Edital para "download" a partir de 29/05/24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 13/06/24 até as 08h59 de 14/06/24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h00 do dia 14/06/24 será dado início a Sessão Pública. SP 28/05/2024 - (OAT) A Diretoria.

PG SABESP FSC 00912/24-Prestação de serviços sem exclusividade de reserva e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, serviços de transporte aéreo e serviços correlatos para atender às demandas da SABESP, através do sistema SAP Concur. Edital completo disponível para download a partir de 28/05/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Recebimento das Propostas: a partir das 00:00 h (zero hora) do dia 14/06/2024 até as 09:00 h do dia 17/06/2024 no sítio da Sabesp na Internet. Abertura das Propostas: às 09:00 h do dia 17/06/2024 pela Comissão Julgadora. São Paulo/SP, 28/05/2024 - FSCS.

PG SABESP CSM 771/24-Aquisição de conexões de ferro fundido para aplicação no SAA São José dos Campos nas obras de reforço de transferência de água tratada, no âmbito da Coordenadoria B de Projetos Regionais TIO e da Superintendência Vale do Paraíba OV. Recebimento das Propostas a partir da 00h00 de 11/06/2024 até 09h00 de 12/06/2024, no site www.sabesp.com.br/licitacoes. Abertura das Propostas às 09h00 de 12/06/2024. Credenciamento dos Representantes permanentemente aberto através do site acima. O Edital completo será disponibilizado a partir de 28/05/2024, para consulta e cópia no site acima. CSM/SP, 28/05/2024.

PG SABESP CSM 00686/24-Prestação de serviços de engenharia para remoção, desidratação, transporte e disposição de resíduos sólidos da lagoa de tratamento de esgoto denominada ETE Silveiras, da UN do Vale Paraíba, da Diretoria de Operação e Manutenção. Edital disponível para download a partir de 29/05/2024 no site www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedor". Envio das "Propostas" a partir das 00h00 do dia 19/06/2024 até as 9h00 do dia 20/06/2024 no site acima. Às 9h00 será dado início a sessão pública. SP, 28/05/2024 -CSM.

PG SABESP CSM 00885/24-Aquisição de acessórios para flanges, para aplicação no SAA São José dos Campos nas obras de reforço de transferência de água e reservação de água tratada, no âmbito da Coordenadoria B Projetos Regionais TIO e Superintendência Vale do Paraíba OV. Edital para download a partir de 28/05/24 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "cadastre sua empresa". Envio das Propostas a partir da 00h00 de 12/06/2024 até às 09h00 de 13/06/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h00 será dado início a Sessão Pública. CSM/SP, 28/05/2024.

PG SABESP CSM 00898/24-Aquisição de conexões de ferro fundido para aplicação no SAA São José dos Campos nas obras de reforço de transferência de água e reservação de água tratada, no âmbito da Coordenadoria B Projetos Regionais TIO e Superintendência Vale do Paraíba OV. Edital para download a partir de 28/05/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "cadastre sua empresa". Envio das Propostas a partir da 00h00 de 13/06/2024 até às 09h00 de 14/06/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h00 será dado início a Sessão Pública. CSM/SP, 28/05/2024.







PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA Nº 06/2024

Encontra-se aberta no Depto. de Licitações, Contratos e Aditivos do Município de Pedreira/SP, a CONCORRÊNCIA Nº 06/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2024 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica, mediante concorrência pública, por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para os serviços de execução de rede de recalque, sistema de bombeamento, construção de duas bases individualizadas em concreto armado para instalação de dois reservatórios metálicos fundo chato com capacidade de 60m³ cada e construção de casa de bombas no município de Pedreira/SP. A sessão pública de processamento da concorrência será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, às 9h do dia 18/06/2024. O Edital e seus anexos em inteiro teor estarão à disposição dos interessados, a partir do dia 28/05/2024, no site do Município, através do portal www.pedreira.sp.gov.br no link Licitações, junto à concorrência correspondente.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, no Depto. de Licitações, Contratos e Aditivos, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo telefone (19) 3893-3522, ramais 215, 217 ou 260.

Bruno Henrique de Almeida
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE** — SOLD LEILÕES
1º LEILÃO: 05 de julho de 2024, a partir das 10h30min
2º LEILÃO: 08 de julho de 2024, a partir das 14h30min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 070735230010426, firmado em 13/01/2016, com o(s) **Fiduciante(s) DANILO PIERONI FERNANDES/MARIANA CRISTINA MEIRELES FERNANDES**, maior/maior, inscrito no CPF nº 220.150.548-90/373.398.028-00, no dia 05 de julho de 2024, a partir das 10h30min em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 380.246,48 (trezentos e oitenta mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 75.637 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Bauru/SP, constituído por Casa residencial situada na Rua Matheus Tacla, nº 3-72, Lote L da Quadra 17, Vila Nova de Julho, em Bauru/SP, com área de terreno de 143,00m² e área construída de 69,50m². Cadastro Municipal: 50380012. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.09 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **08 de julho de 2024, a partir das 14h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 150.480,85 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950-9667 ou e-mail imoveis.sao@superbid.net. (Dossiê 02.22029).



CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CNPJ 71.832.679/0001-23

CONVOCAÇÃO
68ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia **05/06/2024, às 15h00** a ser realizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

1 – Eleição de membros do Conselho de Administração.

São Paulo, 23 de maio de 2024.

ALEXANDRE AKIO MOTONAGA
Presidente do Conselho de Administração

CPTM



SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

PROCESSO: **6018.2024/0017978-8** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90366/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL MEDICAMENTOS: DASATINIBE 100 MG, UPADACITINIBE 15 MG, TELMISARTANA 80 MG, VALSARTANA 160 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG + ANLODIPINO, BESILATO 5 MG, SACUBITRIL 49 MG + VALSARTANA 51 MG (ENTRESTO), TADALAFILA 5 MG, LETROZOL, 2,5 MG (FEMARA), ATENOLOL, 25 MG, DIPIRONA MONOIDRATADA 1 G (NOVALGINA).** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 11 de junho de 2024**, a cargo da **6ª CPL.**

PROCESSO: **6018.2024/0034717-6** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90377/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL - INSULINA GLARGINA, 100 UI/ML, FRASCO 10 ML (LANTUS) e AÇÃO JUDICIAL - INSULINA GLARGINA, 100 UI/ML, CANETA DESCARTÁVEL, 3 ML (LANTUS SOLOSTAR).** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:00h do dia 11 de junho de 2024**, a cargo da **17ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0041915-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90397/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL INSULINA HUMALOG.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 11 de junho de 2024**, a cargo da **1ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6110.2024/0004141-7** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90395/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OPME ARTROSCOPIA DE JOELHO COM ENTREGA EM CONSIGNAÇÃO COM COMODATO DE INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS, NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE DE ORTOPEDIA, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SP, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 11 de junho de 2024**, a cargo da **9ª CPL/SMS.**


Obras da futura estação São Joaquim da linha 6-laranja do metrô de São Paulo Divulgação/Linha Uni

Entrega da linha 6 do metrô de SP pode atrasar três anos

Em documento, concessionária aponta problemas geológicos; custo aumentará

Fábio Pescarini



SÃO PAULO Dificuldades geológicas na obra da linha 6-laranja do metrô, que ligará a zona norte à região central de SP, podem atrasar em 1.096 dias, ou seja, mais de três anos, a entrega das estações do novo ramal de São Paulo.

O prazo consta em um relatório de administração publicado em março pela concessionária Linha Uni, responsável pela obra e gestão do novo ramal metroviário paulistano, em uma PPP (Parceria Público Privada) com o governo do estado.

Por causa da possibilidade de atraso, está pedindo uma compensação financeira de R$ 230 milhões, que está em estudo pelo governo estadual. A construção da linha está orçada em R$ 18,5 bilhões, em valores atualizados.

"A obra está sendo impactada em seu cronograma com os atrasos na construção de algumas estações, devido a problemas encontrados durante a sua construção, que não foram previstos nos estudos de geologia durante os levantamentos prévios executados para a preparação do edital de licitação", afirma o documento.

"O Poder Concedente já possui conhecimento dos impactos no cronograma inicial para entrega da obra e por isso houve a comunicação formal e reconhecimento pelo governo do estado com o acréscimo de 1.096 dias", diz a empresa no documento, que afirma buscar soluções de engenharia para contornar os problemas.

Governo e concessionária falam que estão tentando agilizar cronogramas.

Se todo o prazo for utilizado, a linha será entregue em 2028, três anos depois do previsto de quando a Linha Uni, que tem a espanhola Acciona à frente, iniciou os trabalho em outubro de 2020.

O projeto do ramal metroviário atravessou os governos do PSDB de José Serra, Geraldo Alckmin, João Doria e Rodrigo Garcia, até o possível novo atraso chegar à gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Prometida inicialmente para começar em 2010, a obra sofreu uma série adiamentos e efetivamente teve início em 2015, com previsão de entrega em cinco anos depois. Porém, a construção acabou paralisada em 2016, sendo retomada em 2020 com a atual concessionária.

Houve ainda a interrupção inesperada de sete meses em parte dos trabalhos, quando uma cratera afundou o asfalto na marginal Tietê, em fevereiro de 2022, por causa do rompimento de uma tubulação de esgoto, que também inundou a tuneladora, conhecida como tatuzão, que fazia a escavação.

A proposta inicial era entregar toda a linha de uma vez em 2025. No início deste ano, entretanto, Tarcísio admitiu que não seria possível cumprir a meta.

O cronograma atual prevê início da operação em 2026 —último ano do atual mandato do governador— entre a Brasilândia e Perdizes, na zona oeste. A inauguração do restante ficaria para 2027 —o prazo é sustentado tanto pelo governo quanto pela Linha Uni, mesmo com o alerta público de possível atraso.

"A concessionária está realizando estudos para agilizar a entrega do empreendimento diante dos riscos geotecnológicos materializados durante as obras, modificando o método de construção e ampliando os esforços e recursos aplicados", afirma a Secretaria de Parcerias em Investimentos, sobre os esforços para se manter o prazo atual.

Com 15 estações, quando estiver concluído, o ramal vai ligar a Brasilândia, na zona norte, ao centro da cidade, com interligações com outras linhas e com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). A expectativa é de transportar 630 mil pessoas diariamente.

À **Folha**, a Linha Uni afirmou na última quinta-feira (23) que enfrenta "desafios consideráveis" tanto no trecho norte quanto no sul, "devido as condições do solo não previstas originalmente como falhas geológicas".

Para Edilson Pizzato, professor de Geologia de Engenharia do Instituto de Geociências da USP (Universidade de São Paulo), a concessionária aponta que pode ter ocorrido erro nos estudos geológicos ou de sua análise.

"Ele [relatório] não dá detalhes de qual é o problema, mas não é para acontecer isso", afirma o especialista, dizendo que no estudo de obras do Metrô de São Paulo há uma série de investigações geológicas, com sondagens, coletas de amostras, ensaios técnicos no local e em laboratórios, entre outros, para detectar problemas.

"Lógico que ocorram alguns imprevistos, mas o Metrô costuma fazer muita investigação, faz sondagens a cada 50 metros", diz Pizzato. "Se a empresa precisou mudar o sistema construtivo é preciso investigar o que aconteceu."

Na semana passada, parte da quadra esportiva de um condomínio na Freguesia do Ó, na zona norte da cidade, afundou. O acidente fica próximo das escavações

Esse problema, entretanto, era previsto. Conforme a Linha Uni, as falhas geológicas que provocaram o desabamento durante a passagem da tuneladora já haviam sido identificadas durante análises preliminares de risco. Por isso, o local foi isolado preventivamente.

No documento, a Linha Uni afirma que os atrasos causaram impacto financeiro no custo, e que devido à situação, foi aplicada retenção de valores sobre pagamentos de notas fiscais emitidas. A concessionária diz ainda que "as penalidades totalizaram o valor de R$ 48,3 milhões em 2023".

Em nota, a Secretaria de Parcerias em Investimentos confirma que os riscos geotecnológicos são objeto de regramento no contrato de concessão e, a partir de certo limite financeiro, são assumidos pelo governo. "Nesses casos, os impactos dos atrasos e os custos financeiros adicionais devem fazer parte de posterior reequilíbrio contratual", diz a pasta, que não cita valores.

Sindicato assina acordo para dar fim à greve dos professores de instituições federais

Bruno Lucca

SÃO PAULO A Proifes (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico) assinou, na tarde desta segunda (27), a proposta de reajuste salarial feita pelo governo Lula (PT).

A assinatura foi feita sem a participação do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), outra entidade com protagonismo nas negociações, que não aceitou os termos apresentados pelo governo.

O desfecho ocorre após 54 dias de paralisação e cinco rodadas de negociações. O aumento aprovado é de 9% em janeiro de 2025 e de 3,5% em maio de 2026.

Os servidores pediam reajuste de 7,06% já em 2024, de 9% em janeiro de 2025 e de 5,16% em 2026. Na última semana, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos ignorou essas exigências e em um email afirmou que não receberia mais contrapropostas dos grevistas.

A postura da pasta de Esther Dweck causou confusão entre os sindicatos que representam a classe. A Proifes quis aceitar as condições do governo, mas o Andes rechaçou a possibilidade e tentou deslegitimar a autoridade da Proifes para fechar um acordo.

Em reunião na tarde desta segunda, em Brasília, os sindicatos trocaram xingamentos e acusações. O governo tentou apaziguar a situação com o Andes, dizendo que postergaria o encerramento das negociações. A proposta, porém, terminou assinada pelo Proifes.

O presidente do Andes, Gustavo Seferian, chamou a assinatura do acordo nesta segunda de "golpe" e "um tiro no pé" dado pela gestão petista. Já o presidente do Proifes, Wellington Duarte, disse ser "do jogo democrático" haver divergências entre sindicalistas e defendeu o trato com o Ministério da Gestão.

No total, 58 universidades e institutos federais aderiram à paralisação deste ano.

Agora, a estratégia do Andes é convencer professores a seguir em greve. O grupo avalia que a postura de Brasília só fortaleceu o movimento e deixou o governo fragilizado. Lula, eles dizem, não pode mais se dizer defensor da educação.

O presidente enfrentou protestos de professores e estudantes em agendas durante o fim de semana. Na quinta-feira (23), Lula afirmou que "eles [servidores] pedem quanto eles querem, a gente [governo] dá quanto a gente pode".

Para o Andes, é hora de apresentar outras exigências, como a recomposição do orçamento das universidades federais, em queda nos últimos anos. A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), por exemplo, já anunciou estar em calamidade financeira.

Em meio à crise com os sindicalistas, base histórica do PT, aliados tentam blindar Lula. Membros da comissão de Educação da Câmara, os deputados petistas Zeca Dirceu (PR) e Natália Bonavides (RN) culparam os governos passados pela irritação dos profissionais da educação.

"Durante cinco, seis anos, a educação só viveu retrocessos. Enquanto a arrecadação batia recordes e crescia, foram reduzindo o orçamento da educação. Natural que eles [docentes] queiram recuperar todos os prejuízos, natural também o governo não conseguir resolver tudo de uma única vez", disse Dirceu.

"Lula vem repetindo ser preciso fazer luta para conseguir conquistas. É preciso reclamar para fazer o governo avançar e buscar solução para o cenário de desvalorização do salário dos servidores e de escassez orçamentária das instituições herdado dos anos de desmonte promovido por [Michel] Temer e [Jair] Bolsonaro", acrescentou Bonavides.

Inscrições para o Enem podem ser feitas até 7 de junho

As inscrições para o Enem 2024 começam nesta segunda-feira (27). Os candidatos têm até 7 de junho para se inscrever para o exame. Os candidatos devem fazer a inscrição na página: https://enem.inep.gov.br/participante. A taxa de inscrição é R$ 85 e deve ser paga até 12 de junho. Estudantes com direito a isenção de taxa tiveram até 26 de abril para solicitar o benefício. Os moradores do Rio Grande do Sul terão um prazo extra para se inscrever, por causa das enchentes. O Ministério da Educação trabalha em um novo calendário para esse público, que também terá a isenção da taxa de inscrição.

Tarcísio sanciona lei que cria escola cívico-militar

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou nesta segunda-feira (27) a lei de criação de escolas cívico-militares em São Paulo. O evento no Palácio dos Bandeirantes contou com a presença do aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), um defensor da medida.

Mas os dois secretários estaduais que vão ser responsáveis pelo programa —Renato Feder (Educação) e Guilherme Derrite (Segurança Pública)— não estiveram presentes.

O governador defendeu que o modelo irá melhorar os indicadores educacionais paulistas e prometeu superar a meta de 100 escolas militarizadas.

"Eu tenho certeza que com a escola cívico-militar a gente vai desenvolver ambiente em que a pedagogia vai fluir, vai fluir de maneira leve", disse ele durante evento na tarde desta segunda-feira (27).

ambiente

As alunas Leiane Vitoria e Thainá Aciole jogam sobras de comida no biodigestor do Ciep Mané Garrincha, em Magé (RJ) Eduardo Anizelli/Folhapress

Escola em Magé (RJ) produz energia limpa a partir do lixo

Alunos instalaram biodigestor que converte resíduo em biogás para cozinhar

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA DIAS MELHORES

Aléxia Sousa

RIO DE JANEIRO Imagina se as sobras do que você come se transformassem magicamente em energia para a sua própria produção de novos alimentos. Sem mágica, esse ciclo é uma realidade no Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) 441 - Mané Garrincha, em Magé (RJ), na Baixada Fluminense.

A escola instalou um biodigestor que transforma restos de comida em fonte de energia limpa. Com o equipamento, a unidade de ensino pode reaproveitar mais de uma tonelada e meia de resíduos orgânicos durante o ano, para gerar gás de cozinha, o biogás.

Além disso, o mesmo lixo vira um biofertilizante, que é utilizado para irrigar a horta do colégio produzindo a própria merenda dos alunos e impulsionando um ciclo completo de consumo sustentável dentro da comunidade escolar.

O biodigestor faz parte do projeto Vamos Dar um Gás, realizado em colaboração com a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Ele foi instalado em fevereiro e ligado pela primeira vez em abril.

Professora da Escola Politécnica da UFRJ e coordenadora do projeto, Mônica Pertel disse que a ideia é levar mais sustentabilidade para essa escola que já é exemplo no tema. "Estamos colaborando com o efeito estufa, afastando o resíduo do aterro e transformando em gás que vai para a cozinha, onde é preparada a merenda dos estudantes", explica.

"Também é uma forma de você já inserir a pesquisa e aproximar os alunos da universidade e trazer mais sustentabilidade para a escola e para o bairro, porque a ideia é ampliar o projeto saindo do colégio para as casas", completa.

Para o diretor adjunto da unidade, professor Sidney Cardoso, as ações no Ciep Mané Garrincha são desenvolvidas para serem replicadas.

"As práticas sempre são pensadas para serem colocadas aqui e reproduzidas em outro lugar. É o que dá sentido a tudo que fazemos. Não é para ficar só para a gente", diz.

Por isso, segundo ele, o aluno é o ator de todo o processo sustentável da escola. "Ele é responsável pelo descarte do próprio lixo, do reaproveitamento desse resíduo, e, no fim, ele colhe os frutos, literalmente, que esse comportamento traz", afirma Cardoso, em referência aos 4.000 pés de hortaliças plantadas em 2023. Neste ano, foram 1.200. Segundo o docente, todo o alimento é consumido pelos estudantes.

São os próprios alunos que alimentam o biodigestor diariamente. "Ele será cuidado pela equipe técnica da UFRJ e operado por nossos alunos nas aulas de sustentabilidade ao longo do ano. Ou seja, os estudantes monitoram de perto todo o processo de produção de biogás, desde a coleta dos resíduos orgânicos até a produção final", conta Cardoso.

O professor e orientador educacional Alexandre Magno defende a importância da participação efetiva do aluno em cada etapa nessas ações.

"A gente usa instrumentos metodológicos para medir tudo o que estamos fazendo. Transformamos toda a prática feita na escola em dados. Tudo é voltado para a iniciação científica, porque só assim podemos replicar essas iniciativas em outros lugares", afirma.

Cursando a terceira série do ensino médio, a aluna Thainá Aciole faz parte do grupo de estudantes bolsistas de iniciação científica que são responsáveis pela apuração dos dados relacionados ao biodigestor e outros projetos na escola.







"Nós montamos relatórios para responder quanto foi produzido de gás e quanto foi gasto de matéria orgânica, por exemplo", explica Aciole, que vislumbra um caminho para a universidade através do projeto.

A estudante repassou o que aprendeu na escola para a mãe, com quem mora, e passou a usar compostagem em casa. "Ainda plantamos uma horta de temperos."

Também no último ano do ensino médio, Mariana Rodrigues conta que já tinha o hábito de fazer o descarte correto do lixo em casa, mas foi a partir do envolvimento nas ações da escola que passou a mobilizar amigos e vizinhos.

"Me lembro de como tudo isso começou, foi tão simples. Estávamos eu e uns amigos caminhando no pátio quando o professor Alexandre Magno chamou a gente e deu uma luva para cada um catar lixo. A partir daí não parei mais", narra.

A jovem é um dos 500 alunos que estudam na unidade de ensino e estão incorporados a um ciclo sustentável desenvolvido na escola, que também é equipada com painéis solares, sistema de reúso de água, coleta seletiva de lixo, horta comunitária e composteira. No portão do colégio, um ecoponto convida toda a comunidade do entorno para o descarte adequado do lixo.

Desde 2022, o Ciep Mané Garrincha foi transformado em uma E-tec (Escola de Novas Tecnologias e Oportunidades) do Rio de Janeiro. A partir daquele ano, o colégio passou a construir um currículo com práticas sustentáveis e se tornou referência em sustentabilidade com a autossuficiência e produção de zero lixo.

"Agora fechamos o ciclo. Veja, temos aqui essa beterraba plantada com a produção do composto orgânico. Regamos essa beterraba com a água que é de reúso dos ares-condicionados, através de um modelo de irrigação em que usamos o biofertilizante", enumera Cardoso.

"Ela será colhida, vai para a nossa cozinha, alimenta nossos alunos e seus restos são utilizados no biodigestor, retornando ao início desse ciclo", orgulha-se.

Senado volta a discutir PEC que pode privatizar áreas da União no litoral

Renato Machado

BRASÍLIA A Comissão de Constituição e Justiça do Senado promoveu na segunda-feira (27) uma audiência pública para discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que transfere terrenos de marinha em áreas urbanas da União para estados e municípios ou para proprietários privados.

Com isso, o Senado retoma a discussão da polêmica proposta, que estava parada desde agosto do ano passado por iniciativa de parlamentares governistas, inclusive com a apresentação do requerimento de audiência pública.

Ambientalistas apontam que o texto dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade.

A audiência pública nesta segunda-feira vai contar com a presença de representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, de associação de pescadores, de terminais portuários privados e prefeitos de cidades banhadas por mares, rios ou lagoas.

A PEC foi aprovada pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2022. A medida enfrenta resistência do governo, que prevê riscos ambientais e busca obstruir a votação. A última tentativa aconteceu em agosto do ano passado, em sessão da própria CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Nesta sessão, o presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) afirmou que muitos senadores estavam "cobrando a deliberação dessa matéria". O governo, no entanto, ganhou tempo ao aprovar requerimento do senador Rogério Carvalho (PT-SE) solicitando a realização de audiência pública.

Os terrenos de marinha são faixas na costa marítima que foram definidas com base em uma linha imaginária da maré alta do ano de 1831. Ela se estende por 33 m em direção à terra firme.

O texto da PEC mantém sob domínio da União áreas usadas pelo serviço público federal, unidades ambientais federais e terrenos não ocupados. Autoriza, porém, transferir para os estados e municípios as áreas que são usadas pelos serviços desses entes.

A PEC prevê que a União fará a cessão onerosa dessas áreas, ou seja, seus ocupantes serão obrigados a comprar o terreno.

saúde

Estresse tóxico na primeira infância pode dificultar aprendizado

Situações de violência e de negligência nos primeiros anos de vida afetam saúde física e mental das crianças

PRIMEIRA INFÂNCIA

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Episódios negativos frequentes e contínuos nos primeiros três anos de vida, chamados de "estresse tóxico", podem gerar dificuldades de aprendizado e de relacionamento, além de danos à saúde física e mental.

Um desafio que Patrícia Rodrigues Miziara Papa, 54, pró-reitora de ensino e inovação, viveu de perto quando adotou a filha, então com 1 ano e 1 mês.

A menina, hoje com 9 anos e muito bem integrada à família, havia passado seis meses no abrigo antes de ganhar um lar definitivo e enfrentou atrasos motores. "Provavelmente, teve choros no berço negligenciados, não foi estimulada, não foi pega no colo", diz Patrícia.

"Com um ano, ela ainda não sentava sozinha. Demos continuidade à fisioterapia, ela foi se recuperando, mas ainda tinha algumas atitudes mais agressivas, mordia com vontade, arranhava", relata a mãe.

A família buscou suporte de uma psicóloga e de uma psicopedagoga para lidar com a situação. "O mais difícil é lidar com agressividade, a gente não espera e sempre se magoa quando está se empenhando em fazer o melhor. O mais dolorido, porém, era saber que tudo poderia ter sido evitado se o processo da adoção, o caminho jurídico, não fosse tão lento", afirma.

A professora Nara Andrade, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisadora associada à Harvard University e à Rede Nacional de Ciência para a Educação, explica que "níveis elevados de adversidade podem ter influências poderosas e duradouras sobre o neurodesenvolvimento de crianças e adolescentes".

Andrade reforça que o estresse tóxico corresponde a respostas prolongadas de ativação do sistema de estresse frente a situações como violação de direitos, maus-tratos, pobreza, racismo, entre outras situações violentas.

Segundo Andrade, as crianças afetadas têm duas vezes mais chances de desenvolver um transtorno mental e até risco de chegar a uma psicopatologia. Além disso, a docente ressalta que cerca de dois terços dos transtornos mentais em todo o mundo são atribuíveis à exposição negativa extrema, como ameaça ou privações.

Ana Paula Matias, oficial de projetos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Brasil, diz que os prejuízos provocados pelo estresse tóxico são comprovados por evidências científicas.

"Especialmente no caso da primeira infância, essa toxicidade pode gerar comprometimentos da arquitetura cerebral, a exemplo da capacidade de o cérebro se organizar e fazer novas conexões, e na interação da criança com as pessoas e o ambiente em que vive, gerando, entre outras consequências negativas, dificuldade de socialização e de comunicação", diz afirma.

Outra situação que desencadeia o problema são eventos trágicos, como o das enchentes no Rio Grande do Sul. "Crianças têm passado por situações adversas graves, como a perda dos pais, familiares, muitas ficaram sem acesso a escolas e serviços de saúde. Preservar a criança desse tipo de situações é vital", observa a oficial.

O Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), comitê internacional que inclui a USP (Universidade de São Paulo), aponta que as principais formas de maus-tratos causadoras do estresse tóxico são a negligência física, emocional e educacional e as violências sexual, física e psicológica.

O estresse tóxico desencadeia doenças crônicas e mudanças de comportamento, incluindo agressividade, problemas de atenção, hipervigilância, ansiedade, depressão e dificuldade de adaptação escolar.

Em documento publicado em 2023, em parceria com outras entidades, o NCPI apontou que 26% dos casos de maus-tratos infantis no Brasil acontecem com quem tem de 0 a 4 anos de idade. Além disso, das crianças que sofreram morte violenta intencional no país, 58,9% eram do gênero masculino e 66,3%, negros.

"Segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), mais de 60% da população brasileira de até 17 anos vive em situação de pobreza. A privação de acesso à estimulação cognitiva e a serviços de educação de qualidade tem impactos importantes. A exclusão inclui dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que se materializam em trajetórias, em sofrimento", avalia Andrade.

A terapeuta e assistente social Mariana Argentato Abbari tem duas filhas. Uma das meninas, que hoje tem 1 ano e 5 meses, foi adotada quando tinha 30 dias de vida. Mesmo tão novinha, passou por situações de estresse enquanto ficou no hospital e no abrigo.

Abbari, que é pesquisadora da ciência do início da vida, afirma que a falta de atenção que a filha sofreu logo nos primeiros dias era perceptível no comportamento e na saúde da recém-nascida.

"Quando a equipe técnica nos chamou, ela já estava com uma bronquiolite. A violência e a negligência são muito determinantes do estresse para a criança. Ela sentiu todas as sensações de abandono, desde a barriga. Foi uma bebê que chegou chorando muito, desde o primeiro momento", lembra Abbari. Com muita paciência e amor, a família conseguiu superar a fase difícil.

Telma Abrahão, biomédica especialista em neurociência e desenvolvimento infantil, diz que o cérebro nesta fase tem uma atividade muito acelerada e que por essa razão o estresse tóxico causa tanto prejuízo.

O efeito da exposição à violência na primeira infância também foi demonstrado em um artigo publicado neste ano no Journal of Child Psychology and Psychiatry por pesquisadores da USP, da University of Basel (Suíça) e de Harvard (EUA). Foram analisando 3.241 nascidos no Brasil, entre 2012 e 2014, de três anos de idade e de baixa que tiveram algum tipo de contato com homicídios ocorridos perto de suas casas.

Os dados foram cruzados com relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo para identificar quais crianças tinham presenciado homicídios (a 600 m, 700 m, 800 m, 900 m e 1 km de distância), bem como um grupo comparativo que não havia vivido a situação.

Todas as crianças expostas à violência tiveram prejuízo de competências de autorregulação, comportamento e habilidades cognitivas, de linguagem e motoras, com efeitos mais fortes em quem estava mais perto do crime. Os danos observados equivalem "a aproximadamente sete meses de perdas de aprendizagem".

*A série Primeira Infância é uma parceria da **Folha** com a ONG Todos Pela Educação e a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.*



A filha de Patrícia Rodrigues Miziara Papa, 54, passou por situações de estresse tóxico antes de ser adotada Ricardo Benichio/Folhapress



MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Cantou sucessos do Chiclete com Banana

EDMILSON DE AMORIM FERREIRA (1960 - 2024)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Quando a banda baiana Chiclete com Banana lançou a canção "Tiete do Chiclete" em 1985, Missinho estava nos vocais. Também compositor do sucesso que anima os carnavais até hoje, ele permaneceu como cantor do grupo, ao lado de Bell Marques, até 1986.

O artista foi convidado para entrar na banda quando ainda se chamava "Scorpions", em 1980. Era um conjunto de baile que se apresentava em formaturas e outros eventos, tocando hits internacionais. O batismo com o famoso nome foi no ano seguinte.

Missinho foi autor de músicas que marcaram a memória dos foliões que pulam o Carnaval de Salvador, como "Mistério das Estrelas" e "Lua Menina". Quando a banda começava a escalar as paradas de sucesso, decidiu seguir carreira solo. Mas disse diversas vezes em entrevistas durante a carreira que não se arrependia da decisão.

Nas redes sociais, a Chiclete publicou que Missinho foi fundamental para o que a banda se tornou na cena musical. "Trouxe a necessidade do autoral, compôs canções maravilhosas e executou seu instrumento com muita habilidade".

Edmilson de Amorim Ferreira nasceu em 1960, na capital baiana. Mais velho dos dois filhos do radialista Elias Alves com a dona de casa Célia, vivenciava o mundo da música desde pequeno. O pai tocava em uma banda de forró e a mãe lhe deu de presente o primeiro violão.

O garoto talentoso aprendeu logo a tocar e teve as primeiras experiências no palco ao lado do pai em festas juninas. Depois, aprendeu cavaquinho e guitarra.

Missinho impressionava por tirar as músicas apenas ao ouvir. Foi autodidata na profissão, da composição à produção musical, e trabalhou a vida toda na área. Em seu estúdio, um refúgio construído em casa, foram gravados álbuns de bandas locais e encomendas como jingles de eleições. Os shows também continuaram, principalmente no interior da Bahia.

O artista que dominava o palco tinha seu lado caseiro. "Ele se apresentando era bem espontâneo e extrovertido, mas quando não estava no palco era mais introvertido. Era muito sossegado", diz o filho Pablo Djavan Ferreira, 45.

Para colorir a rotina, Missinho assistia a filmes. "A gente quando sentava para conversar era sobre filmes. Além de respirar música, gostava muito de cinema", afirma o filho.

Missinho morreu no dia 16, aos 64 anos, por falência múltipla de órgãos após uma crise renal agravada pelo diabetes. Deixa os filhos Pablo, 45, e Mahal, 37, além da neta Anna Julia, 12.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Saúde incinerou 6,4 mi de vacinas da Covid em 2024

SAÚDE PÚBLICA

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Ministério da Saúde incinerou em 2024 cerca de 6,4 milhões de doses de vacinas da Covid-19 que perderam a validade. Os lotes descartados são avaliados em R$ 227 milhões.

Os imunizantes foram fabricados pela Janssen e usam a tecnologia de vetor viral. Esse tipo de vacina perdeu força no SUS (Sistema Único de Saúde) desde o fim de 2022, quando a Saúde passou a priorizar os imunizantes de RNA mensageiro, como da Pfizer e Moderna.

Em nota, a pasta afirma que realizou "uma série de ações estratégicas com o compromisso de minimizar as perdas de estoques de insumos".

"Apenas em 2023, o Ministério da Saúde evitou o desperdício de R$ 251,2 milhões em vacinas. O valor equivale a mais de 12,3 milhões de doses", afirma a Saúde.

Essas doses descartadas estavam no estoque desde dezembro de 2021. Venceram entre setembro e outubro de 2023 — esses imunizantes têm 2 anos de validade.

No total, a Saúde recebeu 41 milhões de doses da vacina da Janssen, sendo que 38 milhões foram compradas com o laboratório, e 3 milhões, doadas pelos Estados Unidos.

Como a **Folha** revelou, a Saúde já havia perdido cerca de R$ 2 bilhões em vacinas da Covid, de diversos fabricantes, até o começo de 2023. Estes imunizantes perderam validade principalmente entre o fim de 2022 e o começo de 2023.

Os dados consideram apenas as vacinas que estavam no estoque da Saúde e perderam a validade antes da entrega aos estados e municípios. A equipe de Nísia atribui a responsabilidade destas perdas ao governo Jair Bolsonaro (PL).

As informações sobre o estoque da Saúde foram colocadas sob sigilo no governo Michel Temer (MDB) e mantidas desta forma por Bolsonaro. Em 2023, o governo Lula (PT) passou a liberar a relação de itens armazenados ou perdidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

O ministério entregou às secretarias de Saúde do país 643 milhões de doses de imunizantes da Covid-19 desde o começo de 2021. Destas, 34,5 milhões são da Janssen.

Informações apresentadas em maio, após pedido da **Folha**, mostram que a Saúde descartou produtos avaliados em cerca de R$ 314 milhões em 2024. O valor inclui as vacinas da Janssen. Por regras da legislação sanitária, produtos vencidos ou que são reprovados em inspeção precisam ser incinerados.

Depois deste imunizante, os lotes incinerados de maior valor são de imunoglobulina anti-hepatite B e da vacina meningocócica, contra a meningite, avaliados em cerca de R$ 16 milhões cada.

No estoque central do ministério, localizado em Guarulhos, ainda estão armazenados cerca de R$ 200 milhões em produtos já vencidos e que devem ser incinerados. Os lotes mais caros (cerca de R$ 120 milhões) são roupas de proteção doadas ao Brasil durante a pandemia e que se tornaram um problema para a gestão atual, pois o descarte é caro e causa dano ambiental.

Até novembro de 2023, a Saúde gastou R$ 26 milhões apenas para armazenar milhares de toneladas destas roupas. Parte deste material Foi doado para cooperativas de reciclagem.

A atual gestão considera que herdou de Bolsonaro um estoque desorganizado e repleto de produtos com validade curta ou já vencidos.

esporte

Nadal cai na estreia em Roland Garros e avalia futuro no tênis

Com problemas físicos, atleta tem sua pior participação no Aberto da França

André Fontenelle

PARIS "Não tenho o ego tão grande para querer uma homenagem hoje. Queria entrar na quadra. Haverá tempo para homenagens." Assim Rafael Nadal encerrou sua entrevista após a eliminação na primeira rodada do Aberto da França, nesta segunda-feira (27), em um jogo que levou muitos torcedores a enxugar lágrimas na quadra central de Roland Garros.

A derrota por 3 sets a 0 (6/3, 7/6 e 6/3) para o alemão Alexander Zverev, número quatro do mundo, representou a pior das 19 participações do espanhol em Roland Garros, onde ele foi campeão 14 vezes e tem até estátua.

Nos últimos dois anos, uma cirurgia no tornozelo esquerdo e outra no quadril impediram Nadal de repetir os resultados do passado. A uma semana de completar 38 anos, ele vive o dilema de continuar jogando ou não. Diante das insistentes perguntas dos repórteres, garantiu que ainda não decidiu pendurar a raquete.

"Juro que não estou enganando vocês. As coisas não são branco ou preto. Há tons de cinza e diferentes cores. É por isso que não estou dizendo agora que vou me aposentar. Não quero pensar daqui a um ano, um ano e meio, que não dei a mim mesmo essa oportunidade. Gosto de treinar. Gosto de jogar. Gosto de viajar com minha família. Se eu estou me sentindo bem e gosto, posso continuar por algum tempo", afirmou.



Rafael Nadal, na quadra, após derrota na estreia de Roland Garros Anne-Christine Poujoulat/AFP

"É uma sensação estranha estar em Roland Garros e não ser favorito. Para mim, é duro chegar aos torneios sem chances de ganhar", acrescentou o espanhol. Ele disse ter ficado "destruído mentalmente" com as lesões no início da temporada, que o impediram de participar do primeiro Grand Slam do ano, o Aberto da Austrália.

Nadal confirmou que disputará o torneio de tênis dos Jogos Olímpicos de Paris, daqui a dois meses, no mesmo complexo de Roland Garros. Mas deu a entender que não jogará o próximo Grand Slam, em Wimbledon, dentro de um mês, que é disputado na grama. Nadal é especialista do saibro, o piso de Roland Garros, mais lento. "Não seria inteligente fazer uma grande transição, para uma superfície completamente diferente, e depois voltar para a Olimpíada."

Nadal esperava pegar um adversário mais fácil na primeira rodada e melhorar fisicamente dia a dia até recuperar a melhor forma. Como seu ranking atual (275º do mundo) não lhe permitia ser cabeça de chave, o acaso do sorteio o colocou diante daquele que é, talvez, o tenista em melhor forma no circuito, campeão do Aberto de Roma, em quadra de saibro, na semana passada.

As limitações físicas de Nadal foram evidenciadas no saque. Sem poder se movimentar como antes, o espanhol só conseguiu sacar a 183,5 km/h, em média, contra 202,1 km/h de Zverev. Com isso, virou presa fácil para as devoluções poderosas do alemão.

Nadal mostrou lampejos de seu melhor tênis, chegando a sacar para fechar o segundo set. Nem o apoio da torcida, porém, adiantou diante de um adversário confiante, que fechou os últimos pontos com uma série de poderosos golpes cruzados de revés.

"Eu tive minhas chances", analisou Nadal. "Joguei em um bom nível. Estou decepcionado por ter perdido, mas feliz por ter me sentido bem. Pelo menos, voltei. Se é a última vez, fico em paz comigo mesmo."

Bia Haddad perde e sofrerá queda em ranking mundial

SÃO PAULO Beatriz Haddad Maia terminou o Aberto da França de 2023 entre as dez melhores do mundo no tênis. Neste ano, ao fim da disputa em Roland Garros, provavelmente não estará entre as 20 primeiras do ranking da WTA, a associação das tenistas profissionais.

Na noite parisiense de segunda-feira (27), a brasileira perdeu para a italiana Elisabeta Cocciareto, número 51 do mundo, por 2 sets a 1, com parciais de 3/6, 6/4 e 6/1.

Sua derrota fechou um péssimo dia para o Brasil, que tinha seis tenistas nas chaves principais, o maior número desde 1988. Cinco caíram na primeira rodada: Beatriz Haddad Maia, Laura Pigossi, Thiago Wild, Thiago Monteiro e Gustavo Heide.

Resta Felipe Meligeni que enfrenta, na terça (28), o norueguês Casper Ruud, sétimo no ranking da ATP, a associação dos tenistas profissionais.

Com campeãs, Barcelona se torna capital do futebol feminino

Rory Smith e María Garrido

BARCELONA | THE NEW YORK TIMES Pouco mais de uma hora antes do início do jogo, os portões do Estádio Johan Cruyff se abrem e cerca de mil fãs correm para dentro. Alguns se apressam para as catracas. Outros esperam pacientemente nas barracas de mercadorias, ansiosos para comprar uma camisa, um cachecol, um souvenir comemorativo.

A fila mais movimentada é longa, no entanto, se forma do lado de fora de um estande que oferece aos fãs a chance de tirar uma foto as atletas. Em questão de minutos, ela se estende até a entrada, povoada por pais carinhosos e pré-adolescentes fascinados.

Eles vieram para ver o Barcelona Femení, campeão espanhol todos os anos desde 2019. Não perdeu um jogo da liga desde maio passado, uma sequência durante a qual oito de suas jogadoras também levantaram a Copa do Mundo. No sábado (25), a equipe conquistou seu terceiro título da Liga dos Campeões.

Esse sucesso transformou os destaques da equipe em estrelas globais e o clube em algo que muitas vezes parece um gigante. Também transformou o Barcelona e a região da Catalunha no coração do futebol feminino, um estudo de caso sobre o que acontece quando o jogo feminino conquista o mesmo destaque que o masculino.

Nas ruas da cidade, camisas com o nome de Alexia Putellas ou Aitana Bonmatí, as maiores estrelas do Barça Femení, são tão comuns quanto aquelas com os nomes de um ícone da equipe masculina. E nos campos de futebol da região, um boom está acontecendo.

O número de jogadoras de futebol registradas na Catalunha dobrou nos últimos seis anos e espera-se que cresça exponencialmente na próxima década. Há mais treinadores, mais clubes, mais equipes, mais jogos, mais ligas.

Desde os 11 anos até os 14, disse Marta Torrejón, ela nunca jogou futebol contra outra garota. Ela fez isso na juventude, quando representava equipes de bairro. Mas desde o momento em que se juntou ao Espanyol —o menor dos dois clubes de futebol profissional de Barcelona— seus companheiros de equipe e adversários eram todos meninos.

Às vezes, ser a única garota entre os talentos que cresceram para jogar na primeira divisão espanhola a fazia se sentir "deslocada", ela admitiu, mas na maior parte do tempo estava simplesmente agradecida.

Torrejón não era apenas corajosa para suportar, mas talentosa o suficiente para se destacar nos times mistos. Ela só se juntou a um time de meninas aos 14 anos, quando a lei espanhola exigiu que ela fizesse isso. Poucos meses depois, ela estava no primeiro time do Espanyol. Ela conquistou um título espanhol lá e depois adicionou mais seis com o Barcelona Femení.

Agora, no entanto, sua experiência parece anacrônica. Apesar da vitória da Espanha na Copa do Mundo no ano passado ter sido ofuscada pela visão de Luis Rubiales, presidente da federação de futebol do país na época, beijando à força Jennifer Hermoso, no pódio, o crescimento exponencial do futebol feminino em Barcelona está inabalado.

Nos últimos três anos, a equipe feminina do Barcelona triplicou o dinheiro que arrecada com patrocínios, mercadorias e venda de ingressos. Agora ela ganha US$ 8,5 milhões (R$ 43,8 milhões) por temporada apenas com patrocinadores. Em 2023, o ano que trouxe o título da Copa do Mundo para a Espanha, as vendas online de roupas femininas do clube aumentaram cerca de 275%.

Para o clube, o sucesso da equipe feminina tem sido mais do que um estímulo econômico: numa altura em que alegações de corrupção, má gestão financeira e desempenho fraco giram em torno do time masculino, os executivos admitem que a equipe feminina provou ser um tônico bem-vindo para autoestima do clube.

Muito mais significativas, porém, são as oportunidades que foram criadas. Um exemplo: em 2019, Sant Pere de Ribes, um clube nos arredores da cidade onde Bonmatí começou sua carreira, tinha apenas uma equipe feminina. Agora existem 10 equipes, além de uma equipe feminina sênior.

Esse crescimento forçou o órgão que supervisiona o futebol na Catalunha —a Federação Catalã de Futebol— a se modernizar para garantir que todas as meninas que queiram jogar tenham um lugar para fazê-lo.

O primeiro adeus

Rafael Nadal havia avisado que o jogo de segunda (27) não seria sua despedida

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Roland Garros teve um primeiro dia emotivo, e um tanto estranho, na edição de 2024.

Aos 37 anos, Rafael Nadal, maior tenista que já pisou na terra batida, entrava na quadra para disputar a primeira rodada. O espanhol tem lutado o ano inteiro contra lesões e tem avisado que está na fase das últimas raquetadas profissionais, mas não estipulou nenhuma data ou torneio.

Porém avisou à organização do Grand Slam francês que o jogo desta segunda, em caso de derrota, não era de despedida. Não queria homenagem.

Aparentemente, só esqueceram de avisar ao resto do mundo. A quadra inteira estava emotiva, torcedores tinham olhar angustiado, a mulher de Nadal, com o filho no colo, estava presente; Novak Djokovic (o número 1), Carlos Alcaraz (o suposto sucessor de Nadal) e Iga Sviatek (a número 1) estavam presentes —não me lembro de ver Djokovic, Federer ou o próprio Nadal assistirem a um jogo de um outro tenista enquanto ainda estavam no torneio.

Tudo estava com cara de despedida, cheiro de despedida e gosto de despedida. Mas Nadal é resiliente até no adeus.

Até o rival não poderia ser mais especial: Alexander Zverev, número quatro da ATP. Há dois anos, na mesma quadra, Zverev fazia um jogaço contra Nadal, na semifinal, e parecia pronto para derrubar o espanhol e conquistar seu primeiro Slam. Mas uma torção de tornozelo fez Zverev, o Sasha, urrar de dor e deixar a Philippe Chatrier em cadeira de rodas.

Ter um confronto desses numa primeira rodada é uma anomalia em um Grand Slam. Porém Nadal não tem ranking competitivo, está fora do top 200. Assim, como dizem os especialistas, estava solto na chave e poderia pegar qualquer um no sorteio. Pegou Sasha possuído e com o mesmo foco de dois anos atrás.

Nadal não foi páreo para o alemão e caiu em três sets.

Zverev entra para o seleto grupo de três terráqueos que conseguiram a façanha de derrotar Nadal em Roland Garros desde que ele fez sua primeira partida profissional por lá, em 2005, e foi campeão —os outros dois foram o sueco Robin Soderling e o sérvio Djokovic, duas vezes.

Num duelo normal, Zverev rolaria no saibro, gritaria de alegria e jogaria bolinhas para a galera. Desta vez não. Ao fim da partida, Sasha nem comemorou direito, estava quase pedindo desculpa. Depois, na hora da entrevista do vitorioso, ainda em quadra, ele falou rapidamente e praticamente passou o microfone ao espanhol.

Nadal tentou não se despedir, falou das contusões, que está tentando tudo. Enquanto isso, sua mulher chorava, torcedores choravam, este escriba se segurava... Mas a relação de Nadal com Roland Garros, onde ganhou 14 títulos, é tão especial que até na hora do adeus ele tem uma segunda chance.

Afinal, neste 2024, os Jogos Olímpicos serão na capital francesa e a disputa será nas quadras de Roland Garros —algo semelhante aconteceu em 2012, quando Wimbledon teve um repeteco olímpico nos Jogos de Londres.

Assim, apesar de toda a emoção no torneio francês nesta segunda, prepare-se para uma sequência. Em julho tem mais Nadal em Roland Garros, quem sabe até numa disputa de duplas com Carlos Alcaraz...

Trupe brasileira

Roland Garros também foi especial para os brasileiros em 2024, com seis tenistas na chave de simples, quatro homens e duas mulheres. Não chega a ser uma armada, como a espanhola, mas é uma bela trupe.

Este escriba não se lembrava de um ano com tantos locais na disputa principal —mas, após uma pesquisa, descobri que em 1988 foram sete tenistas, três homens e quatro mulheres.

Gustavo Heide, Thiago Monteiro, Thiago Wild, Laura Pigossi e Bia Haddad caíram na primeira rodada.

No entanto, ver tantos nomes representando o país do tricampeão Gustavo Kuerten já é um alento.

Felipe Meligeni Alves, 137º na ATP, enfrenta nesta terça (28) o favorito Casper Ruud, sétimo da ATP.

Plantas são inteligentes? Se sim, o que isso significa para a sua salada?

ENTREVISTA
ZOË SCHLANGER

Elizabeth A. Harris

THE NEW YORK TIMES Zoë Schlanger era repórter e cobria a mudança climática —lidando com uma avalanche de ocorrências de enchentes, incêndios e outros desastres— quando começou a se interessar por publicações sobre botânica. Foi ali que descobriu algo surpreendente: pesquisadores estavam discutindo se plantas têm inteligência própria.

O milho, por exemplo, é uma das várias plantas que conseguem identificar as espécies de lagarta que as atacam e produzir nuvens de compostos químicos, atraindo o predador do inseto. Alertada pelos odores, a vespa parasítica chega para destruir a larva, protegendo o milho.

"Um dos grandes debates atuais é se as plantas têm ou não algum tipo de intencionalidade, e se esse é um elemento necessário para que a criatura seja considerada inteligente. Há quem diga, porém, que o importante", disse Schlanger.

Ela passou os anos seguintes explorando o comportamento das plantas para seu livro recém publicado: "The Light Eaters: How the Unseen World of Plant Intelligence Offers a New Understanding of Life on Earth" (Os Comedores de Luz: Como o Mundo Invisível da Inteligência Vegetal Oferece uma Nova Compreensão da Vida na Terra).

*

Conte algo surpreendente que as plantas fazem O que me fascina são as formas como manipulam os animais em benefício próprio. A *Mimulus guttatus* amarela, por exemplo, engana a abelha para atraí-la. Os insetos analisam as substâncias químicas voláteis eliminadas pelas flores, que indicam quanto pólen há ali. Essa flor bolou um jeito de não fazer esse trabalho de produção, que é custoso; ela simplesmente elimina as substâncias. A abelha vem e vê que não tem nada ali, mas a essa altura já aconteceu a polinização.

Tem truques que algumas orquídeas usam. Algumas desenvolvem uma pétala comprida, com um pequeno bulbo na extremidade. A vespa macho chega e se agarra a ela porque elimina um feromônio quase idêntico ao da vespa fêmea.

A que os cientistas se referem quando falam sobre inteligência nas plantas? Elas ficam o tempo todo fazendo cálculos, assimilando os aspectos do ambiente e ajustando a vida de acordo com ele, em um processo parecido com o que consideramos inteligência —em uma forma de vida totalmente estranha. Não estamos falando de inteligência segundo nossos parâmetros, mas é algo que se destaca de formas que são apropriadas para as plantas no âmbito evolutivo.

> Elas [as plantas] ficam o tempo todo fazendo cálculos, assimilando os aspectos do ambiente e ajustando a vida de acordo com ele, em um processo parecido com o que consideramos inteligência

Seu comportamento mudou de alguma forma? Sente alguma dificuldade para comer salada? Somos animais e precisamos comer plantas. Mas dá para imaginar um futuro com práticas de plantio mais afinado com o estilo de vida da planta, o que abre um mundo novo de ética vegetal. Várias culturas se baseiam nisso. Robin Wall Kimmerer (autora de "Braiding Sweetgrass") escreve sobre o tema, como a ciência indígena deixa mais espaço para os questionamentos sobre as plantas, baseados no respeito e no interesse mútuo.

Qual a percepção que as plantas têm do mundo? Elas interagem com sons? Em uma pesquisa que está sendo desenvolvida, os cientistas produzem diferentes sons e perceberam que alguns fazem com que as plantas acelerem a produção de determinadas substâncias. Tem um que, quando emitido por determinado período, faz com que o brócolis aumente o volume de antioxidantes; outro leva os brotos de alfafa a reforçar a quantidade de vitamina C. Dá para ver —a partir do momento em que entenderem melhor o processo— que podemos ajustar o conteúdo nutritivo de determinada cultura por estímulos dos sons.

O que quer que o leitor leve da sua obra? Pensar na inteligência das plantas é ter a consciência de quanto participam ativamente da própria vida. Elas têm um nível de arbítrio, ainda que não tenha nada a ver com o nosso.

Todas as criaturas querem viver. Perceber isso me ajudou a voltar às reportagens climáticas com uma consciência maior daquilo que está em jogo se não controlarmos o aquecimento global. Absolutamente todas as espécies são fenômenos biológicos engenhosos e seria uma tragédia perdê-las para a extinção.



CORRIDA ANUAL DO QUEIJO REÚNE CENTENAS DE PESSOAS EM EM COOPER'S HILL, NO REINO UNIDO
No torneio, participantes descem uma colina atrás do prêmio: uma roda de queijo Double Gloucester, lançada pouco antes do início da prova Henry Nicholls/AFP

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
28.mai.1924

Guiomar Novaes brilha e atrai multidão em SP

As apresentações da pianista Guiomar Novaes diante da plateia paulista foram sempre apontadas como triunfos memoráveis, e não foi diferente no concerto desta terça-feira (27).

No Theatro Municipal de São Paulo, ela demonstrou estar na plena posse de todas as qualidades e os excepcionalíssimos dotes de vigor, destreza, maleabilidade e limpidez que caracterizam a sua interpretação.

Com plateia, balcões e camarotes repletos, na porta do teatro formou-se uma multidão contra as escassas acomodações do Municipal, no desespero de não encontrar lugar livre.


Folha da Noite

LEIA MAIS EM **acervo.folha.com.br**

A 'inteligência' artificial vai matar as mídias sociais, viva a IA!

Predições de uma neurocientista que acha que a IA é burra

Suzana Herculano-Houzel
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

Acho que algo de maravilhoso está acontecendo com o mundo: a suposta inteligência artificial está se tornando tão acessível e disseminada que já está começando a encher o saco e mudar nossos hábitos mais uma vez. A parte divertida do momento é que eu suspeito que a primeira vítima é justamente onde tudo se propaga feito fogo em palha: as mídias sociais.

Digo suposta porque o que se chama de IA por aí são apenas algoritmos, tecnologia que acelera operações e portanto massifica o número de processos que cabem em um dia de nossa existência. Inteligência, mesmo, é aquilo que nos torna mais (não menos!) flexíveis, que expande nossos horizontes e aumenta nossas possibilidades de estados futuros que são valiosos para cada um de nós. Inteligência é mais que adaptação: é proatividade a favor do que é importante. Pela minha definição, massificação é o contrário de inteligência.

Massificação, ao contrário, é exatamente o que geradores de conteúdo apenas atrás de dinheiro querem, e, como há muito dinheiro a ser feito nas mídias sociais, elas rapidamente se tornaram campo de experimentação para conteúdos feitos por IA.

Primeiro vieram os cães e gatos ad nauseum: veja um único vídeo, e a partir de então tudo o que lhe é mostrado são mais cães e gatos. Viu um vídeo de receita? Tome mais 200. No meu caso, foram as bibliotecas integradas em arquitetura orgânica, sempre à beira d'água ou de portas abertas para montanhas e vales chuvosos.

E então algo fabuloso aconteceu: li em alguma mídia tradicional, daquelas escritas com curadoria, checagem de dados e edição, que minhas bibliotecas lindas no Instagram eram fantasia pura, produto de algoritmos que aprenderam a criar imagens de acordo com o gosto do freguês... e meu cérebro chaveou.

Foi como se um disjuntor tivesse caído e interrompido o acesso daquelas imagens ao meu sistema de recompensa. O cérebro não gosta de se sentir enganado, sobretudo no que diz respeito a interações supostamente sociais, onde alguém que se importa com a gente compartilha algo novo conosco.

A experiência me lembrou o Jogo do Ultimato que, 20 anos atrás, virou moda na neurociência ao revelar que o cérebro avalia a mesma oferta de ganho financeiro exibida numa tela de computador de maneiras completamente diferentes dependendo de quem o dono do cérebro acredita estar do outro lado, fazendo a oferta: uma pessoa, ou apenas um computador, mesmo?

Vejo as mídias sociais começarem a sofrer com seu próprio veneno, e parece que as mídias usadas para espalhar conteúdo de campanhas políticas já estão indo pelo mesmo caminho. A graça do gato, da receita ou ilha paradisíaca é eles serem minoria e surpresa que acreditamos vir de um outro humano, não a norma produzida por computadores.

Os cientistas que usavam o falecido Twitter para compartilhar descobertas estão desaparecendo da tela. Minha filha, quem diria, saiu do TikTok. Acho divertido pensar que estamos voltando às origens, buscando conteúdo diretamente nas fontes originais da internet: os blogs e jornais. A inteligência artificial está matando as mídias sociais, viva a inteligência artificial!



FOLHA DE S.PAULO

TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2024 C1

Não verás país nenhum

Crise climática começa a dominar as obras literárias após anos sendo encarada como ficção científica pelo mercado conservador

Pintura do artista Iberê Camargo que estampa a capa do livro 'Água Turva', de Morgana Kretzmann Divulgação

Walter Porto

SÃO PAULO A era do aquecimento global apresenta um desafio gigantesco tanto ao senso comum quanto à ficção literária, argumenta o escritor indiano Amitav Ghosh.

"Os eventos climáticos da nossa época têm alto grau de improbabilidade. Não é fácil os acomodar ao mundo deliberadamente prosaico da ficção séria em prosa", escreve ele. A inverossimilhança é inimiga dos escritores, e introduzir o improvável na literatura faz com que ela "corra o risco de ser banida para as moradias humildes" da fantasia, do terror e da ficção científica.

"É como se, na imaginação literária, as mudanças climáticas fossem de alguma forma semelhantes a extraterrestres ou viagens espaciais."

Não faz muito tempo que Ghosh escreveu isso. O livro "O Grande Desatino" foi publicado com barulho em 2016 e abordava não só a crítica literária, mas a crise geral de imaginação que faz com que toda a sociedade ocidental assista meio catatônica aos eventos que, como indica a ciência, devem mudar radicalmente o mundo que conhecemos.

O livro chegou ao mercado brasileiro pela Quina há dois anos. E agora, quando o repórter pergunta ao autor se algo mudou nesse período, ele é assertivo. "Sim, muito."

Ghosh assinala que desde a publicação do romance "The Overstory" pelo americano Richard Powers —que sairá no próximo ano pela Todavia—, houve uma torrente de literatura de preocupação climática evidente. Mas o indiano diz não ter ressaltado o suficiente em sua obra que o problema nunca foram os autores, mas o "ecossistema literário" que entendeu "tudo errado".

"O mundo da literatura, as editoras, a crítica literária, é todo na verdade muito conservador", afirma ele, em uma entrevista por videoconferência. "E dá para entender, porque são pessoas muito bem educadas, com frequência vindas de famílias de elite, então não levam a sério nada fora da literatura realista tradicional."

O tipo de ficção consagrado a partir do século 19, irradiando da Europa, tem no centro as narrativas individuais e gira em torno de umbigos humanos —por isso, diz Ghosh, são pouco compatíveis com acontecimentos como as tragédias climáticas, que irmanam a todos num coletivo e deslocam o foco para a natureza.

Hoje, quando acontecimentos catastróficos como o do Rio Grande do Sul mostram que a emergência não é mais parte do futuro, e sim do presente, também cresce a boa ficção que lida com o tema, aponta a pesquisadora

A pesquisadora Ana Rüsche, que é doutora pela Universidade de São Paulo e se tornou referência na intersecção entre literatura e estudos do clima, reforça que o cânone literário sempre teve uma concepção rígida de progresso, desprezando outras narrativas para a vala da literatura menor.

Mas ela diz que a preocupação com ecologia e "os efeitos da ação humana desmesurada" aparecem na arte desde pelo menos o século 18.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DE ONDE EU VIM

A Polícia Federal (PF) passará a disponibilizar dados genéticos armazenados no Instituto Nacional de Criminalística para auxiliar pessoas que foram adotadas e, depois de adultas, decidiram buscar seus pais biológicos.

ASSINATURA O convênio para que as informações sejam acessadas foi firmado na semana passada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça com a PF.

TRILHA Entre 2022 e 2024, 144 pessoas procuraram a ajuda do ministério para esclarecer suas origens biológicas. O pedido parte tanto de cidadãos que vivem no Brasil como de pessoas que foram adotadas por famílias no exterior.

TRILHA 2 Do total, 18 desistiram da busca, 31 foram encerrados sem resultado algum e nove tiveram sucesso ao permitir o reencontro com a família biológica. Outros 86 casos permanecem com buscas em andamento.

TRILHA 3 A lei brasileira garante ao cidadão que foi adotado o direito de conhecer sua origem biológica e de ter acesso irrestrito ao processo de adoção depois que completar 18 anos.

TRILHA 4 Há adoções, no entanto, que foram feitas de forma irregular, e portanto não há documentos que possam ser consultados.

TRILHA 5 "Nos anos 1980, especialmente, houve muitos casos de crianças tomadas de mães que viviam em situação de pobreza e vulnerabilidade, que estavam sozinhas, ou de famílias que passavam pela mesma situação. Nada era documentado, tudo era feito de forma irregular", diz a coordenadora-geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes do ministério, Michelle Najara.

VAZIO Ela relata que as pessoas que procuram o ministério muitas vezes fazem a busca por longos anos. E, quando não conseguem descobrir suas origens, ficam imensamente frustradas e tristes. "É um vazio muito grande", afirma ela, confiante de que o acesso ao banco genético do Instituto de Criminalística deve aumentar a taxa de sucesso das buscas.

TROCA O CFM (Conselho Federal de Medicina) voltou a pedir, na segunda-feira (27), que a ação que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) gerou a suspensão de uma resolução que restringia o aborto legal acima de 22 semanas seja julgada pelo ministro Edson Fachin. A relatoria, atualmente, é de Alexandre de Moraes.

TROCA 2 A autarquia sustenta que Fachin deveria analisar o processo por ser também o relator da ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) 989. A iniciativa pede que o Estado assegure a realização do aborto nas hipóteses previstas em lei.

VETO A demanda já havia sido negada por Moraes anteriormente. O magistrado diz que a ação atual "se insurge contra ato administrativo específico". "Embora versando sobre temáticas correlatas, as arguições tratam de objetos distintos", afirma Moraes.

À MESA


1
Fotos Ronny Santos/Folhapress


2


3

Os empresários Marcelo Abrão e Marcela Crespi 1 receberam convidados em um jantar realizado para o cantor Andrea Bocelli antes de seu show no Allianz Parque, em São Paulo, na noite de sábado (25). O italiano chegou acompanhado da mulher, Veronica Berti 2, ao evento, que teve menu assinado e servido pelo restaurante La Serena. O secretário municipal da Justiça de São Paulo, Fernando José da Costa, a mulher, Cristiane Zanetti da Costa, e a filha do casal, Julia da Costa 3, estiveram lá

ALTO LÁ O Observatório Nacional de Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) apresentou ao Tribunal de Justiça de São Paulo um pedido de ingresso como amicus curiae (amigo da corte) em uma ação que questiona a lei estadual que aprovou a privatização da Sabesp.

ALTO 2 A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi ajuizada pelo PT e argumenta que o caminho para a privatização deveria ser a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), porque a Constituição paulista impede que o serviço de saneamento seja privatizado.

ALTO 3 O Ondas afirma que a desestatização da empresa "coloca em risco o direito humano à água" e cita um relatório que identificou, entre 2000 e 2019, 1.408 municípios no mundo que privatizaram algum serviço público essencial e, depois, voltaram atrás.

JOGO DE CENA A Oceânica Companhia de Teatro encenará a peça "A Filha Perdida", a primeira adaptação do romance homônimo da escritora Elena Ferrante para os palcos brasileiros. O espetáculo ficará em cartaz no Sesc Bom Retiro, em São Paulo, entre os dias 28 de junho e 28 de julho.

CENA 2 As atrizes Juliana Araujo e Maristela Chelala dividirão o palco com o ator Alex Huszar, que, além de interpretar os personagens masculinos, executa a trilha sonora ao vivo.

TABLADO O Teatro Garagem, em São Paulo, sediará na próxima quarta-feira (29) uma leitura da peça "Cães de Rua", escrita por Patrícia Vilela. O evento reunirá atores como Vanessa Goulartt e João Signorelli. A renda obtida será revertida para duas organizações que abrigam e resgatam animais na Bahia e no RS.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Não verás país nenhum

Continuação da pág. C1

Para ver como a literatura esteve atenta à ética ecológica, basta pensar até no monstro vegetariano de "Frankenstein" de Mary Shelley —não por acaso, encarada como uma das obras inaugurais da estante da ficção científica.

Além disso, o que são clássicos da literatura brasileira como "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, e "Não Verás País Nenhum", de Ignácio de Loyola Brandão, senão ficções sobre as crises climáticas —que, à sua época, não foram lidas com esse rótulo?

Hoje, quando acontecimentos catastróficos como o do Rio Grande do Sul mostram que a emergência não é mais parte do futuro, e sim do presente, também cresce a boa ficção que lida com o tema, aponta Ana Rüsche. A pesquisadora cita, por exemplo, "A Extinção das Abelhas", romance de Natalia Borges Polesso finalista do Jabuti, e "O Deus das Avencas", coleção de narrativas curtas de Daniel Galera.

A escritora gaúcha Morgana Kretzmann também acaba de lançar "Água Turva", um livro que tem sido recebido como premonitório nos círculos de leitura que ela tem frequentado —apesar de sua história se diferenciar muito das chuvas trágicas que tomaram seu estado, ela ainda é carregada de tensão com o meio ambiente.

Na trama policial, o Parque Estadual do Turvo, que fica na divisa do Rio Grande do Sul com a Argentina, é ameaçado por queimadas e pelo alagamento de uma hidrelétrica empurrada para ali por políticos maliciosos —os personagens também expressam volta e meia o choque com o calor repentino e as mudanças no território uma vez natural.

"Antes as pessoas diziam de cara que não iam gostar de um livro sobre questões ambientais", afirma a autora. "Percebi uma mudança recentemente, claro que um pouco em função da crise no Sul, mas sinto que as pessoas não estão vendo mais isso como algo chato, há um interesse que se nota até nas vitrines das livrarias."

A editora Luara França, hoje gerente editorial da Aleph, lembra mesmo que costumava ser lugar-comum no mercado rejeitar, ou ao menos desestimular, a publicação de obras que tocassem em discussões climáticas porque, supostamente, "ambientalismo não vendia".

Tanto ela quanto Kretzmann citam o mesmo autor para falar de um ponto fulcral de virada no debate público —os livros do líder indígena Ailton Krenak, colunista deste jornal que passou a ampliar um pensamento que foge ao "umbiguismo" ocidental em publicações populares como "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" e "A Vida Não É Útil".

A arte não tem obrigação de nada, acrescenta Kretzmann, mas "pode colaborar com mudanças de pensamento". "Pode fazer com que surja uma consciência, principalmente nas novas gerações, para que entendam que o tique-taque do relógio está gritando e as pessoas fingem não escutar."

A resposta do indiano Amitav Ghosh quando ouve uma pergunta sobre o efeito de tragédias como a do Rio Grande do Sul na conscientização de um país vem carregada de ceticismo. "É estranho que tantos cientistas achem que o clima vai fazer o trabalho da política", comenta ele. "Não vai."

O Grande Desatino
Autor: Amitav Ghosh.
Trad.: Renato Prelorentzou.
Ed.: Quina. R$ 65 (216 págs.)

[...]

> Hoje, quando acontecimentos catastróficos como o do Rio Grande do Sul mostram que a emergência não é mais parte do futuro, e sim do presente, também cresce a boa ficção que lida com o tema, aponta a pesquisadora Ana Rüsche. Ela cita, por exemplo, 'A Extinção das Abelhas', romance de Natalia Borges Polesso finalista do Prêmio Jabuti, e 'O Deus das Avencas', coleção de narrativas curtas de Daniel Galera

> A arte não tem obrigação de nada, afirma Morgana Kretzmann, autora de 'Água Turva', mas 'pode fazer com que surja uma nova consciência para que as novas gerações entendam que o tique-taque do relógio está gritando e fingem não escutar

Morgana Kretzmann narra a luta ambiental com realismo mágico

Cinematográfico, 'Água Turva' traz uma narrativa rápida e tensa sobre mulheres fortes em conflito com poderosos

LIVROS
Água Turva
Autora: Morgana Kretzmann.
Ed.: Companhia das Letras.
R$ 79,90 (272 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Talita Almeida

Os detalhes minuciosos de como cada personagem se porta, se veste e está inserido nos espaços despertam, já no início de "Água Turva", a possibilidade de se posicionar como telespectador e conduzem a uma leitura de pouco respiro.

A partir da construção mitológica da experiência de viver ao redor do Parque Estadual do Turvo, no Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, o segundo romance de Morgana Kretzmann se destaca pela escolha de dialogar diretamente com as experiências sociais e políticas do Brasil, a serviço de seu tempo.

O enredo aposta na catarse das relações de disputa de território envolvendo mágoas e paixões familiares, expressões da religiosidade local e a interferência de políticos corruptos nas riquezas naturais das cidades interioranas. É fácil espelhar as personagens mais desprezíveis do livro em personalidades típicas do governo brasileiro.

Afinal, a obra gira em torno da construção de uma hidrelétrica a partir de um jogo complexo de poderes que envolve políticos indecorosos — de Brasília até o município gaúcho fictício de Dourado— cidadãos "de bem", empresários da cidade e um grupo de contrabandistas, os Pies Rubros.

Das tentativas de emplacar um projeto arquitetado para desviar dinheiro e que ameaça o parque, conhecemos as histórias de Chaya Sarampião, guarda florestal que tem na proteção daquele espaço e do legado de seu antepassado um motivo para existir; Preta, prima de Chaya e chefe dos Pies Rubros, também da família Sarampião, e Olga, assessora parlamentar de Afrânio Eichma, deputado que personifica o típico sujeito machista, grosseiro e criminoso dentro das instituições públicas.

Essas mulheres têm um passado em comum, são filhas daquela cidade e, cada uma a seu modo, acharam maneiras de sobreviver à realidade imposta pela herança familiar.

Olga vai embora desprezada pelos conterrâneos e rejeitando tudo o que viveu até ali, Chaya dá a vida para preservar a natureza conquistada por Sarampião, ancestral da família que desaparece no Parque do Turvo; e Preta responde a sua raiva liderando um grupo de contrabandistas desertoras, criado por sua avó.


As construções mais poéticas da narrativa estão nas manifestações de crença em Sarampião, uma entidade respeitada pela população e que se manifesta pelo vento e pelas águas do Salto do Yucumã.

É por meio do realismo mágico que a história cria conexões com uma religiosidade de comum em toda a América Latina, espaço de pertencimento e identificação para os que têm raízes apartadas dos grandes centros urbanos.

Passado e presente se intercalam nos capítulos, mostrando a construção íntima dos conflitos sociais e existenciais dessas mulheres, além de sua força revolucionária de mudança que quando, juntas, se unem para derrubar os donos do poder e honrar sua terra.

Se Kretzmann, vencedora do Prêmio São Paulo de Literatura em 2021, expressa na linguagem literária uma crítica contundente e ecológica, é na formulação da força das mulheres e seu envolvimento com uma comunidade transcendentalmente ligada à floresta, aos animais e aos saberes de seu povo que a decadência da política brasileira é exposta.

Na capa, a reprodução da tela "Jaguari", de Iberê Camargo, acolhe bem o espírito do livro, dando pistas de sua força e intensidade simbólica. Os conflitos cinematográficos convocam a uma leitura curiosa para os que não conhecem sua ambientação, atentos a sua fauna e flora e ao paralelo inevitável com a realidade nada fantástica do Brasil recente.



Carteiras de uma escola afetada pelas chuvas em São Sebastião do Caí, no Rio Grande do Sul Anselmo Cunha/AFP

Milei é cruel com a cultura, diz Selva Almada, argentina finalista do Booker

Indicada ao prêmio internacional vê exportação da literatura minguar ao editar 'O Vento que Arrasa' no Brasil

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Logo em frente ao café no qual Selva Almada marca esta entrevista, na avenida Corrientes, uma das artérias de Buenos Aires, há uma grande igreja evangélica. Seu prédio de paredes e pilastras brancas não é monumental como algumas das unidades construídas no Brasil, mas ainda assim destoa no centro do bairro residencial de Almagro.

Nada proposital, é claro, mas impossível não remeter ao enredo de "O Vento que Arrasa", o primeiro romance dela, que é um dos principais nomes da literatura argentina atual. Publicado em 2012 e traduzido no Brasil pela Cosac Naify pouco depois, o título é agora relançado pela editora Todavia, que já publicou dois outros livros dela.

Há 12 anos a argentina adiantou o debate sobre a presença evangélica em seu país, um tema que só ganharia tração na arte e na academia anos depois. É uma espécie do método de Almada —olhar para as beiradas, não para o umbigo portenho do país.

O romance que narra a história do reverendo Pearson, de sua filha, Leni, do mecânico Gringo Brauer e seu filho, Tapioca, foi escrito com base no que ela observou em viagens à província de Chaco, na porção norte e uma das mais empobrecidas da Argentina. Seu marido nascera ali.

"Chamava muito a atenção o avanço evangelista que se via nesses lugares mais distantes, ainda não tanto em Buenos Aires. Estava em qualquer lugar, numa garagem de casa, num galpão", afirma ela.

Foi com histórias que fogem do eixo conhecido da Argentina que Almada foi indicada ao Booker International, prêmio que seleciona os melhores livros estrangeiros traduzidos ao inglês e editados no Reino Unido ou na Irlanda.

Ela concorreu com "Não É um Rio", de 2021, já publicado no Brasil. A obra é a caçula de sua "trilogia dos varões", ou trilogia masculina, da qual "O Vento que Arrasa" foi a primeira. Entre um e o outro, veio "Ladrilleros", este sem edição brasileira.

O livro tem duas tramas que se entrelaçam, a de um trio de amigos com uma forte carga de sofrimentos que vive seus momentos mais importantes às margens desse rio e a de duas irmãs cheias de vida com pouco tempo para se divertir.

Almada concorreu, entre outros, com "Torto Arado", do baiano Itamar Vieira Junior, também publicado pela Todavia. O vencedor, anunciado na última terça-feira, entretanto, foi "Kairos", da alemã Jenny Erpenbeck.

Como a escritora se sentiu com a indicação? Contente, é claro. Era a quarta obra que a Charco Press, sua editora britânica, enviava para a premiação. E, enfim, vingou. Mas de certo modo também há um gosto bem amargo nisso tudo.

A publicação de "Not a River", em inglês, foi possibilitada por um programa da diplomacia argentina criado há 15 anos para apoiar a tradução de obras locais no exterior, o chamado Programa Sur. Desde aquele ano, mais de 1.600 traduções foram viabilizadas. Mas o programa minguou sob o governo do presidente ultraliberal Javier Milei.

"É mais uma das medidas desse governo em relação a um montão de temas relacionados à cultura. Parece que há uma crueldade com o setor cultural", afirma a escritora.

Sob a batuta de Milei, o Programa Sur está na geladeira. Ainda não se sabe qual será seu orçamento para este ano, mas a imprensa divulgou nas últimas semanas que os planos são reduzir o aporte a 10% do valor de 2023, quando foram destinados quase US$ 320 mil, equivalentes a R$ 1,6 milhão.

"A todo momento há algum comentário sobre a cultura como algo sem importância, isso quando não é tratada como algo a combater", diz Almada. "No melhor dos casos esse governo terminará em quatro anos e virá outro, mas toda essa destruição que se pode fazer... Podem apagar com uma canetada algo que se levou décadas para construir."

"Isso é o mais doloroso. Depois teremos de reconstruir tudo e levaremos mais décadas. Sem contar a ideia que semeiam na população de que tudo o que se investe em cultura é dinheiro roubado da saúde, da educação, quando isso é uma mentira", diz ela. "Vai se gerando um caldo de ressentimento com a cultura."

Milei é autor de alguns livros, incluindo um recente sobre teoria econômica, e até há pouco tempo namorava uma comediante. Mas entrou em pé de guerra com o setor cultural ao desfinanciar ou enxugar de maneira expressiva o orçamento de todos os órgãos da área que é uma espécie de soft power argentino.

No ano passado, mais de 120 obras argentinas foram traduzidas no exterior graças ao Programa Sur. Com a verba modesta de US$ 3.000, foram publicados em inglês 3.000 exemplares de "O Vento que Arrasa", o finalista argentino do Booker. Naquele ano, o programa viabilizou a publicação de dez obras argentinas no Brasil.

Para além das incertezas na cultura, essa autora que há anos veste os lenços verdes em defesa do direito ao aborto teme consequências para as mulheres. A coalizão de Milei, Liberdade Avança, afirma querer derrubar a legalização do aborto no país.

A escritora não vem de uma família onde essa bandeira era presente, mas viu nas mulheres mais próximas exemplos de independência. A mãe terminou o ensino médio apenas quando a filha tinha uns 16 anos. A avó, empregada doméstica em Buenos Aires, pôde se aposentar graças a uma moratória previdenciária que facilitava a aposentadoria a mulheres que por décadas trabalharam sem registro.

Dias após um ataque de ódio matar três mulheres lésbicas em Buenos Aires, ela menciona o caso. "Começam a circular esses discursos de ódio contra gays, lésbicas, mulheres que abortam. Se esses discursos estão permitidos, é claro que a ação passa a estar."

O Vento que Arrasa
Autora: Selva Almada. Trad.: Samuel Titan Júnior. Ed.: Todavia. R$ 69,90 (112 págs.); R$ 44,90 (ebook)

Não É um Rio
Autora: Selva Almada. Trad.: Samuel Titan Júniot. Ed.: Todavia. R$ 56,90 (96 págs.); R$ 37,90 (ebook)

‘O Pacto da Água’ conta o drama de uma família que vive amaldiçoada

Médico Abraham Verghese, autor do best-seller, compara o exame de um paciente à criação de um personagem

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Quando Arthur Conan Doyle conheceu o doutor Joseph Bell, ficou embasbacado. O médico escocês, ao apenas olhar e conversar um pouco com seus pacientes, poderia não apenas conhecer sua personalidade, como também que tipo de viagem havia feito para chegar até seu consultório e como. O médico ainda fazia um diagnóstico sobre sua condição com grande precisão, sem ter de pedir uma série de exames —o que, aliás, seria quase impossível naqueles tempos.

Foi Bell quem deixou na mente engenhosa de Doyle a semente para que criasse seu mais famoso personagem, o detetive Sherlock Holmes.

Mais de 130 anos depois, Bell é referência novamente, dessa vez de um escritor contemporâneo, Abraham Verghese, de 68 anos. Seu romance "O Pacto da Água" acaba de ser lançado no Brasil pela Companhia das Letras. Médico nascido na Etiópia e formado na Índia, filho de pais indianos, é professor na Universidade Stanford, nos Estados Unidos, e, entre atendimentos médicos, aulas e tempo livre, ele se dedica à literatura.

"O Pacto da Água" demorou cerca de 14 anos para ser escrito e se trata de uma saga que atravessa gerações de uma família e que entrelaça seus conhecimentos médicos aos de um cidadão do mundo.

Quando atende a reportagem, numa entrevista por videoconferência feita dos Estados Unidos, Verghese mostra antes de tudo o painel em que desenhou os protagonistas, suas ramificações e seus destinos. "Isso foi mudando, esta deve ser a sétima ou oitava versão deste guia", diz, enquanto mostra o quadro com desenhos dos seus personagens e sua árvore genealógica.

"O que me aproximou da literatura foi o lado humano, essa ideia de que, ao estudar o paciente, também estamos indo à essência daquela pessoa. Por isso, a medicina é tão rica. Ler um corpo é ler uma vida. Um médico que nem olha para você e já passa vários pedidos de exame é como um autor que não quer entender o que seus personagens sentem. Por isso, para mim é importante integrar as duas coisas", afirma.

O romance se passa entre 1900 e 1977, em Kerala, no sul da Índia, e segue uma família que sofre com uma tragédia cíclica. Como uma maldição, a cada três gerações, ao menos uma pessoa morre afogada. "Se você vai à Índia, se encontra com essa presença contínua da água e da relação íntima que todos têm com ela, ali se mergulha, tomam dois ou três banhos por dia, morrem nela", afirma Verghese.

As histórias que recheiam a saga têm uma referência, o caderno de notas de sua mãe, morta em 2016. "Minha mãe sempre foi uma grande contadora de histórias e professora. Ela nos contava de modo muito envolvente as histórias de cada membro da família quando éramos pequenos. Um dia, descobrimos que ela mantinha desde os cinco anos um caderno em que havia escrito a história de todos os familiares e de coisas que aconteceram com ela naquela época, com os olhos coloridos e exagerados de uma criança."

O manuscrito, lembra Verghese, tem desenhos, como os que ele tenta fazer antes de começar a escrever uma história, para ajudar a imaginar os personagens. "Ainda aprendo muito como encaminhar uma história e como construir um personagem com esse documento deixado pela minha mãe", afirma.

Na obra, os afogamentos estão relacionados a uma determinada condição médica que faria com que certas pessoas fossem mais vulneráveis a se afogar do que a média. Essa condição teria sido desenvolvida pelos casamentos intercomunitários. É algo não certificado do ponto de vista científico, mas no qual Verghese crê ver algo de verdade.

"É muito comum, na Índia, que as pessoas apenas se casem dentro de sua comunidade religiosa. Aí o que quis investigar é se patologias podem atravessar gerações por conta desse tipo de reprodução. Algo que seguramente não aconteceria no Brasil, porque entendo que seja muito mais comum que as pessoas de distintas religiões se casem entre si", afirma.

Segundo Verghese, a história das doenças e seus tratamentos são também sagas que devem ser contadas pela literatura. O escritor diz que aprendeu essa lição quando fazia seu treinamento médico em Boston, nos anos 1980, na época da explosão dos casos de Aids.

"Era frustrante ver como a doença aparecia e não dava tempo, nem havia recursos para estudar e salvar o paciente. Vi muita gente a quem atendi pessoalmente morrer. Demorou muito tempo para encontrar um tratamento eficaz. E hoje vemos doenças como a Covid-19 aparecerem e em menos de um ano temos uma vacina. A história do corpo e de suas enfermidades é também a história das pessoas."


A experiência com os pacientes com HIV é contada por Verghese no livro "Minha Terra", também publicado no Brasil pela Companhia das Letras. Na ocasião do lançamento, o autor esteve na Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

Quando começou a escrever, Verghese conta que acendeu uma vela para que Oprah Winfrey o escolhesse para sua lista de recomendações. Não conseguiu com o primeiro livro, mas sim com "O Pacto da Água". "Foi muito importante, conheço gente que não é leitora nos Estados Unidos, mas que espera sua lista todo ano para ler os escolhidos."

O também autor de "O Décimo Primeiro Mandamento", entre outros reconhecimentos, também recebeu a Medalha Nacional de Humanidades, entregue pelo presidente Barack Obama em 2015.

O prêmio é concedido a pessoas responsáveis por obras que, de alguma forma, ajudaram a aprofundar os conhecimentos de humanidades no país. Naquele ano, Louise Glück, poeta vencedora do Nobel, morta em outubro do ano passado, também foi homenageada com a láurea.

O Pacto da Água
Autor: Abraham Verghese. Trad.: Odorico Leal. Ed.: Companhia das Letras. RS 99,90 (632 págs.); R$ 39,90 (ebook)



Pintura de Amadeo Luciano Lorenzato, que ilustra a capa de ‘O Pacto da Água’ Divulgação

Sandro Veronesi mostra elegância e se alinha a grandes autores italianos com seu ‘O Colibri’

LIVROS
O Colibri
★★★★☆
Autor: Sandro Veronesi. Trad.: Karina Jannini. Ed.: Autêntica. R$ 74,90 (336 págs.); R$ 52,90 (ebook)

Stefania Chiarelli

Marco Carrera é um colibri, apelido dado pela mãe na infância, quando não crescia de acordo com o esperado para as crianças de sua idade. Apesar de pequeno, o filho se assemelharia ao pássaro que tem força para pairar no ar —as famosas 70 batidas de asas por segundo, um enorme feito.

Com o tempo, a limitação física do jovem é superada, mas o mito materno permanece. Marco passa a vida se equilibrando entre o movimento dos outros e seu desejo de imobilidade. Ele não aprecia solavancos e mudanças.

"O Colibri" passa por cinco décadas da família Carrera, desde os anos 1970, quando vivem em Florença e passam os verões em uma praia toscana, até um futuro próximo.

Do casamento infeliz de um pai engenheiro com a mãe arquiteta nascem Marco e os irmãos Giacomo e Irene. Na maturidade, já médico oftalmologista, o protagonista também vive uma união conflituosa, que gera a filha Adele. Com ela, a relação oscila entre o carinho paterno e uma estranha simbiose.

Veronesi está alinhado a grandes narradores italianos contemporâneos, como Domenico Starnone, autor de "Laços", que igualmente encara a família como grande teatro das emoções, lugar de amor, mas também de disputa e muito ressentimento.

Nascido em 1959 e arquiteto de formação, o escritor florentino recebeu pelo romance o seu segundo Strega, um dos maiores prêmios literários italianos. O primeiro foi com "Caos Calmo", de 2007, publicado no Brasil pela Rocco.

Veronesi se identifica como narrador, o que faz com maestria. Em mais de 300 páginas, ele orquestra a trajetória de vários personagens dentro de uma estrutura fragmentada. Passado, presente e futuro se embaralham, conferindo leveza à narrativa, apesar dos episódios de grande dor.

A alternância entre um narrador em terceira pessoa e trechos que reproduzem a intimidade de cartas, emails, listas e mensagens de celular rende belos momentos, surgidos na correspondência entre Marco e a francesa Luisa, paixão de adolescência retomada platonicamente depois de casados com outras pessoas —um amor literário temperado pela rivalidade fraterna, tema presente na literatura de todos os tempos.

Apesar do excesso de sentimentalismo em algumas passagens, é elegante a escrita de Veronesi, que dribla o clichê com a ironia. Outra notável habilidade aparece na criação de imagens impactantes, como o suicídio de um personagem no mar revolto. Nesse admirável afresco, "O Colibri" investiga a condição masculina hoje, convidando a refletir sobre as contradições de um país como a Itália —e o Brasil.

É sintomático que em uma cultura de forte tradição patriarcal, em que proliferam discursos racistas e xenofóbicos, o escritor crie uma trama em que os Carrera vejam brotar na quarta geração uma criança negra, a pequena Miraijin. Crescida, ela será uma alegoria da nova linhagem, signo de uma Europa que talvez vislumbre os próximos tempos com outros olhos. Como afirma sua mãe, Adele, "o homem do futuro é uma mulher".

Me engana que eu gosto

Para ser bom, às vezes é preciso ser um pouco amoral

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, é criadora da série 'As Seguidoras' e trabalha com desenvolvimento de projetos audiovisuais

Nunca me esqueci da noite chuvosa em que fomos abordados na rua, eu e um amigo, por um homem de aparência cansada e expressão aflita. Sua filha estava internada em um hospital próximo. Ele nos mostrou uma foto da menina que carregava na carteira —a cara do pai, os mesmos olhos espremidos represando o pretume da íris. Precisava de dinheiro para o tratamento da criança. Comovida, dei a ele tudo o que tinha —na época era comum andar com dinheiro em espécie, como faziam os astecas.

Assim que ficamos a sós, eis que meu amigo comenta que via aquele mesmo homem, havia anos, nos arredores do hospital, contando a mesma história da filha internada e pedindo dinheiro. Minha reação imediata foi confrontá-lo. Por que não havia me avisado?

Desmascarar o golpista causaria, sem dúvidas, um clima mais carregado do que o céu que desabava sobre as nossas cabeças. Mas custava uma cutucada, um olhar enviesado, qualquer sinal que fosse?

Ele apenas deu de ombros e disse: "É o trabalho do cara". Não me dei por satisfeita: "Ele mentiu para mim, me deu um golpe". O que meu amigo me diria, a seguir, foi o motivo pelo qual nunca me esqueci daquela noite: "E o seu golpe é escrever roteiros. Qual é o problema?".

Vale pontuar que, na época, esse amigo morava em um templo budista, onde era voluntário, e trabalhava como enfermeiro domiciliar de pacientes em estágio terminal. Todos que o conheceram se referiram a ele como uma pessoa boa.

Foi ali que me dei conta de que, para ser bom, às vezes é preciso ser um pouco amoral. Não preciso desperdiçar caracteres para exemplificar quantas atrocidades foram cometidas ao longo da história em nome da moral, certo?

Lembrar aquele homem sempre me comove —por motivos, agora, diferentes. Debaixo de sol e de chuva, noite adentro, contando a mesma história, atuando com a entrega de uma Fernanda Montenegro, voltando para os braços da filha.

Penso nos meus amigos escritores, humoristas, poetas, cineastas, publicitários, comerciantes, contando histórias para sobreviver —como Sherazade, que, condenada à morte, conta uma história por 1.001 noites para adiar a execução de sua pena.

(Ao leitor que deve estar pensando que acho bonito ser enganada: não somos tão diferentes assim. Me dedico, toda semana, a mentir para que você sinta a mesma coisa.)


Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

MasterChef Brasil estreia temporada na televisão com embates regionais

MasterChef Brasil
Band, 22h30, 10 anos
A maior competição gastronômica do país estreia sua 11ª temporada, começando com embates regionais entre 23 candidatos, que serão julgados pelos chefs Erick Jacquin, Helena Rizzo e Henrique Fogaça. Nas semanas seguintes, acontecem novos desafios, jurados convidados participam e o vencedor leva R$ 350 mil e outros prêmios. O reality também é exibido às sextas, às 19h, no canal Discovery Home & Health.

Três filmes de Sean Baker
Recém premiado com a Palma de Ouro no Festival de Cannes com "Anora", três filmes do diretor Sean Baker estão disponíveis no Brasil, todos refletindo a humanidade de quem vive às margens do convencional na sociedade —"Red Rocket" (para alugar em lojas digitais, 18 anos), "Tangerine" (Filmicca, 16 anos) e "Projeto Flórida" (Max, 14 anos).

Eu Sou Country: Beyoncé e o Renascimento de Nashville
Max, 12 anos
O documentário faz uma reflexão sobre a música country e o impacto de Beyoncé em Nashville, cidade americana que representa a capital do gênero, onde artistas negros lutam por visibilidade.

Provoca
TV Cultura, 22h, livre
A autora de "Um Defeito de Cor", Ana Maria Gonçalves, conta a Marcelo Tas que esta será sua última entrevista do ano porque precisa de tempo para terminar o novo livro de ficção científica afro-futurista.

Derrapada
Telecine Touch, 22h, 16 anos
Samuca descobre que a namorada Alicia está grávida e fica inconformado por repetir a história de sua mãe, que engravidou dele aos 16 anos e precisou lidar com um pai irresponsável e ausente. O filme é uma adaptação do livro "Slam", de Nick Hornby.

Troia
HBO, 0h, 14 anos
Inspirado no famoso poema "Ilíada", de Homero, o drama épico narra uma batalha sangrenta que durou mais de uma década, depois que o príncipe Paris de Tróia roubou Helena, a rainha de Esparta, de seu marido, Menelau. Estrelado por Brad Pitt, Orlando Bloom e Diane Kruger.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*







Bicudinho *Caco Galhardo*



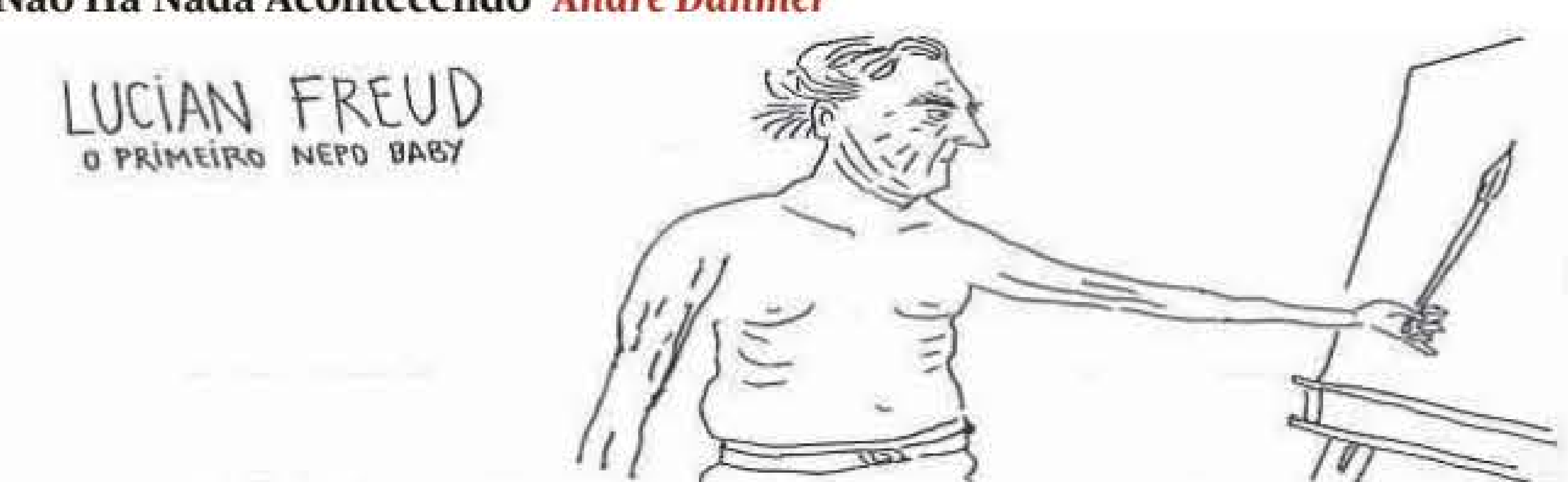
Níquel Náusea *Fernando Gonsales*







Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*



Viver Dói *Fabiane Langona*



Péssimas Influências *Estela May*



Vida Besta *Galvão Bertazzi*



SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

								8
	2				8	3		
	9		4	5			1	
9	4				7	2	8	
	8						5	
	5	1	2				9	4
	1			7	9		2	
		9	8				7	
5								

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com novo lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

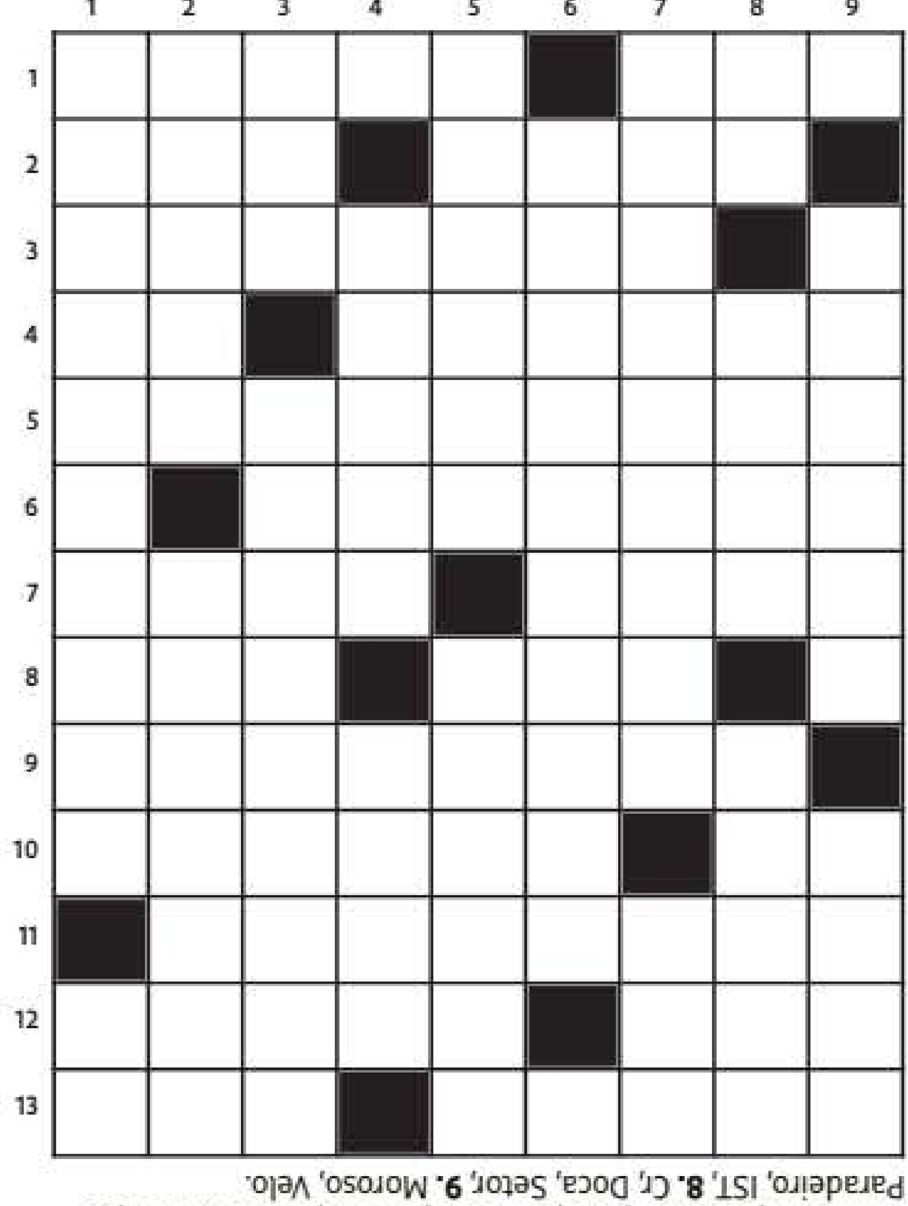
SOLUÇÃO

1	6	5	7	3	2	9	4	8
4	2	7	1	9	8	3	6	5
3	9	8	4	5	6	7	1	2
9	4	6	5	1	7	2	8	3
2	8	3	9	6	4	1	5	7
7	5	1	2	8	3	6	9	4
8	1	4	3	7	9	5	2	6
6	3	9	8	2	5	4	7	1
5	7	2	6	4	1	8	3	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Relativo ao feto / Pessoa com Deficiência **2.** Saudação de felicidade afro-brasileira / Sulcar (águas ou terras) **3.** Especificidade **4.** Característica que encanta, charme / Mencionado **5.** Que pule pedras preciosas **6.** (Pop.) Pessoa graciosa, boazinha **7.** Palavra que designa alguma coisa que se acha afastada espacialmente do falante e mais perto do ouvinte / O Daniel do esporte paralímpico **8.** Despidos / Lugar onde são vendidas bebidas, porções etc. **9.** Acordos, pactos **10.** Um nome do ex-presidente Dutra (1883-1974) / Érico Veríssimo (1905-1975), escritor de "Incidente em Antares" **11.** Cidade cearense do Norte do estado **12.** O ditador cubano Castro (1926-2016) / A nota musical G **13.** A sigla de Mixed Martial Arts, violenta luta / Nem este nem aquele.

VERTICAIS
1. Sem esforço / Felipe Massa, ex-piloto de F1 **2.** Diz-se de ciência como a matemática ou a geometria / Peixe de água doce, de carne muito saborosa **3.** O dia entre Seg e Qua / Grande quantidade de pequenas aves **4.** O oposto de abaixo / O técnico de futebol campeão do mundo com o Corinthians **5.** A voz frequente e contínua do cão / Cajado **6.** Dispositivo capaz de atrasar uma ação **7.** Lugar onde alguém ou alguma coisa está / Infecções Sexualmente Transmissíveis **8.** As iniciais do ator Reeve (1952-2004), de "Superman", grande sucesso nos anos 1970 / Parte abrigada de um porto, onde se podem recolher embarcações para fugir do mau tempo / Espaço delimitado **9.** Que anda ou procede com lentidão / A lã que cobre a pele do cordeiro.



HORIZONTAIS: 1. Fetal, PCD, **2.** Axé, Arar, **3.** Caráter, **4.** It, Citado, **5.** Lapidador, **6.** Amoreco, **7.** Essa, Dias, **8.** Nus, Bar, **9.** Tratados, **10.** Eurico, EV, **11.** Baturité, **12.** Fidel, Sol, **13.** MMA, Outro.

VERTICAIS: 1. Facilmente, FM, **2.** Exata, Surubim, **3.** Ter, Passarada, **4.** Acima, Tite, **5.** Latido, Báculo, **6.** Retardador, **7.** Paradeiro, IST, **8.** Cr, Doca, Setor, **9.** Moroso, Velo.



Angelo Abu

Profetas da desgraça

Quer Donald Trump vença ou perca as eleições, a rebelião é certa

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

O problema dos profetas é que nunca são escutados no seu tempo. Já escrevi nesta **Folha** *sobre o caso Robert Kagan. Seus ensaios de inícios do século 21 me pareceram hiperbólicos quando os li, 20 anos atrás.*

Mas, 20 anos depois, sou obrigado a reconhecer que Kagan viu longe: nossos dramas geopolíticos em 2024 —guerra na Europa, guerra no Oriente Médio, possível guerra no Pacífico— foram antecipados, com certo pedantismo intelectual, por Kagan, que ria sem pudor dos tolinhos do "fim da história".

A pergunta é inevitável: será que o mais recente ensaio de Kagan será também profético?

O título é "Rebellion: How Antiliberalism Is Tearing America Apart Again" (rebelião: como o antiliberalismo está destruindo a América novamente) e, sem surpresas, o autor tem recebido pauladas da crítica inteligente. Sempre assim foi.

Eu, com alguma humildade, aproximei-me do seu texto e, apesar de não subscrever todas as teses, reconheço um fundo de validade que arrepia.

Eis a tese de Kagan: os Estados Unidos sempre tiveram duas culturas políticas distintas, como se albergassem dois países dentro do mesmo país.

A mais conhecida é a cultura política liberal que triunfou na Revolução de 1776. Por "liberal" entenda-se: um mecanismo constitucional que procura preservar certos direitos e liberdades individuais contra a "tirania da maioria" e a "tirania de um só". Essa foi a ambição dos pais fundadores.

Certo, certíssimo: falamos de direitos e liberdades dos brancos. Os negros não entravam nessa contabilidade.

Mas isso não altera a natureza radical da Revolução Americana: de início, os colonos pretendiam que o rei George 3º respeitasse a própria Constituição britânica, não cobrando impostos nas colônias porque estas não estavam representadas no Parlamento de Londres. É o famoso bordão "no taxation without representation".

Mas, quando isso não foi possível, os revolucionários apelaram para outros direitos —direitos naturais, pertencentes ao homem enquanto homem— e assim forjaram uma nova nação.

Nem todo mundo gostou. E aqui entra a segunda tradição política americana: uma tradição antiliberal que se opõe aos desmandos de Washington, defende direitos tradicionais, não aceita a retórica e a lógica dos direitos naturais e sempre procurou manter as hierarquias sociais e raciais.

Essa tradição, ao longo da história, foi sofrendo derrotas sobre derrotas: assim foi na Guerra Civil, na reconstrução, na Primeira Guerra Mundial, na Grande Depressão, na Segunda Guerra, na luta pelos direitos civis, na Guerra Fria —o liberalismo, em seus múltiplos trajes, foi marcando a pauta política do país.

Ou, como escreve Kagan, a ordem liberal foi se impondo a uma sociedade pré-liberal e até antiliberal.

Mas essa sociedade nunca desapareceu; ela se manteve dormente, com temporárias erupções de fanatismo ou violência (o Ku Klux Klan, o macarthismo, os populismos de Huey Long ou George Wallace). Até chegar, intacta, aos nossos dias. Até chegar a Donald Trump, o mais bem-sucedido líder dessa facção.

Fato: a ascensão de Trump não se explica apenas pela força dessa corrente subterrânea na cultura política do país —e Robert Kagan falha nessa cegueira primordial.

E também falha na forma displicente como trata o progressismo americano de feição "woke", tão antiliberal como muitos seguidores de Trump.

Mas Kagan acerta quando antecipa a dissolução civil —não é o mesmo que guerra civil— que as eleições deste ano podem representar. Que será dos Estados Unidos se Donald Trump vencer o pleito?

Pergunta errada, avisa Kagan. Vencendo ou perdendo, a rebelião é certa. Se Trump perder, as eleições serão vistas como fraudulentas pelos seus seguidores —e, no momento mais sombrio do ensaio, Kagan não exclui que alguns estados possam constituir-se como uma espécie de confederação pró-Trump, em claro desafio ao governo federal.

Nesse caso, que fará Joe Biden? É o dilema que Abraham Lincoln enfrentou no século 19.

Se Trump vencer, a rebelião começa pelo topo: pelo desmantelamento do patrimônio liberal —separação de Poderes, autonomia do Legislativo etc.— que a Constituição americana consagrou. Que farão os liberais perante esse assalto?

Em novembro deste ano, saberemos as respostas aos cenários do profeta.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Tela de Caravaggio recém-descoberta é mostrada após quase ser vendida

'Ecce Homo', no Museu do Prado, seria leiloada por preço 100 mil vezes menor que o real antes de autoria ser atestada

Ivan Finotti

MADRI O Museu do Prado, em Madri, na Espanha, começa a expor nesta terça-feira o "Ecce Homo", do italiano Caravaggio, três anos após a pintura surgir em um leilão, atribuída a um artista sem relevância, com preço inicial de € 1.500 —cerca de R$ 8.500.

Em abril de 2021, uma pequena foto num pé de página de um catálogo desse leilão levantou as sobrancelhas dos especialistas em arte renascentista do Museu do Padro, já que a história de um quadro perdido do mestre italiano pairava havia décadas no ar.

A casa de vendas o atribuía a um discípulo não identificado do pintor José de Ribera, contemporâneo de Caravaggio.

Era sabido que um "Ecce Homo" de Caravaggio, que retratava Jesus Cristo, Pôncio Pilatos e um soldado, havia sido presenteado ao rei Felipe 4º, da Espanha, em 1664. Mas o quadro trocara de mãos diversas vezes e estava perdido havia cerca de um século.

Antes que a pintura fosse a leilão, o Prado conseguiu com que o governo declarasse a obra "inexportável" e de interesse cultural. Começou então um processo de estudo e restauração de três anos.

Neste ano, o quadro foi enfim adquirido por um britânico que mora em Madri. Como não pode sair do país —salvo para exibições temporárias—, o preço ficou muito abaixo de um Caravaggio —apenas € 36 milhões, ou R$ 200 milhões. Não fosse assim, o valor poderia alcançar € 150 milhões, ou R$ 850 milhões, segundo especialistas.

Nesta segunda-feira, o museu recebeu uma centena de jornalistas para apresentar a obra e contar sua história.

"A pintura veio de Nápoles no século 17. Viajou para a Espanha, provavelmente, no mesmo navio em que veio 'Salomé com a Cabeça de São João Batista'", diz a professora de arte italiana Cristina Terzaghi, da Universidade de Roma, no auditório do museu.

"Salomé com a Cabeça de São João Batista" é outra obra do Caravaggio que pode ser visto em outro museu de Madri, a Galeria das Coleções Reais.

"Esta é uma ocasião extraordinária. Estamos olhando para um fragmento da beleza que o mundo redescobriu", afirmou Terzaghi, uma das especialistas que atestaram a autenticidade da obra.

Segundo o chefe do departamento de pintura italiana do Prado, David García Cueto, "havia 45 anos que não acontecia no campo acadêmico o aparecimento de uma pintura que pudesse ser claramente atribuída a um pintor como Caravaggio e que os críticos concordassem unanimemente em incluir a tela no catálogo".



Obra 'Ecce Homo', do pintor italiano Caravaggio, agora no Museu do Prado, em Madri Divulgação

A obra foi pintada entre 1606 e 1609, os anos mais atribulados da vida de Caravaggio. Em 1606, ele matou um homem em uma disputa e passou três anos buscando uma absolvição judicial e fugindo. Durante esses anos, morou e trabalhou em regiões como Roma, Nápoles, Malta e Sicília.

"Ecce Homo" retrata um momento de Cristo logo após a flagelação feita por soldados romanos, quando é levado perante o governador romano na Judeia, Pôncio Pilatos.

Conforme o Evangelho segundo João —capítulo 19, versículos dois a cinco—, Cristo foi apresentado à multidão usando uma coroa de espinhos, um cetro de junco e manto roxo. Organizados e vestidos por seus algozes, cada item zomba simbolicamente da afirmação de Cristo de ser o rei dos judeus. "Eis o homem", ou "ecce homo", anuncia Pilatos ao povo.

Segundo a descrição do quadro no catálogo do museu, "a figura mais próxima do observador, se inclinando enfaticamente sobre o parapeito da varanda, é Pilatos". "Envolvendo tanto a multidão implícita quanto o espectador diretamente, Pilatos fica arrasado com indecisão."

"Não encontrando provas da acusação contra ele, o governador entrega o destino de Jesus à multidão e ele é condenado à morte por gritos de 'crucifica!'. Brilhantemente iluminado com o dramático claro-escuro típico do estilo de Caravaggio, Cristo ocupa o centro da composição."

"Pontos vívidos de sangue ecoam o rico carmesim do manto zombeteiramente colocado sobre seus ombros pelo soldado, contrastando com sua pele pálida", diz o artigo.

Em acordo com o novo proprietário, o Museu do Prado vai exibir a obra até outubro, em uma sala exclusiva e ao lado da sala de outro Caravaggio do museu, "Davi com a Cabeça de Golias", de 1606. A entrada para o museu custa € 15 — cerca de R$ 85.



Catarina Pignato

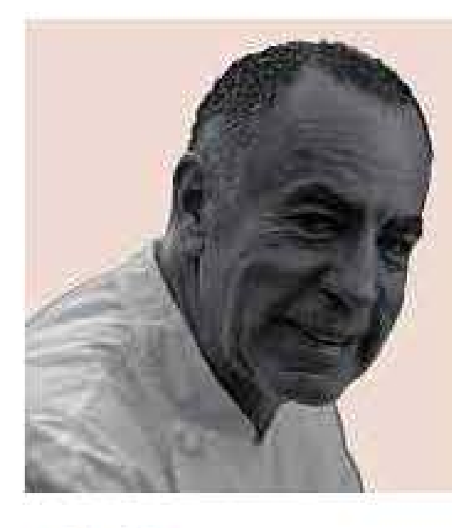
Pode um restaurante chique barrar um cliente de bermuda?

Após vídeo de Érick Jacquin, chefs e profissionais do setor debatem 'dress code'



"Temos que respeitar desde um restaurante com estrela Michelin até um bistrô. Eu não iria de biquíni ao D.O.M.

Filipa Pato
enóloga



"A forma como nos vestimos não pode incomodar as outras pessoas, tanto funcionários como os outros clientes da casa

Vítor Sobral
chef



"Num país quente como o Brasil, não vejo como pode ser problemático ir a um restaurante chique de bermuda. Não temos que imitar costumes europeus

Bel Coelho
chef

Guilherme Genestreti e Roberto de Oliveira

SÃO PAULO Vestido de terno e gravata laranja, Érick Jacquin dá um mergulho no mar e emerge ensopado, com o cabelo na testa. "Você acha que a gente vai à praia desse jeito? Non", diz o chef à câmera, com seu carregado sotaque francês. "Então, a gente não vai no restaurante de regata, chinelo e boné, tá me entendendo?"

O que o cozinheiro-celebridade não conta no vídeo que postou em suas redes é que até ele, autor do manifesto, já foi impedido de entrar num restaurante alheio por não estar vestido de forma adequada. Quem recorda essa história é o restaurateur Gero Fasano, à frente da rede que leva o seu sobrenome.

"Há alguns anos, ele foi barrado porque estava de bermuda. Até fiquei chateado, mas é a regra da casa. O maître não fez distinção", afirma Gero. De qualquer forma, diz, a questão não é nem o teto de vidro do colega. "Até porque achei o vídeo engraçado. Eu compartilho da posição de Jacquin."

Não só ele. A consultora de etiqueta Fátima Scarpa diz que adorou o vídeo. "Do jeito que a coisa anda, daqui a pouco a mulher vai almoçar de camisola e o homem de pijama!"

Bermuda, segundo ela, só em restaurantes muito descontraídos e em dias quentes. Nos mais sofisticados, a peça de roupa "não tem vez", afirma a influencer, que dá dicas de boas maneiras aos seus mais de 600 mil seguidores nas redes sociais. Em suas postagens, costuma contar com a presença do irmão, o playboy Chiquinho Scarpa, para ensinar que é o anfitrião quem escolhe o vinho e qual a maneira correta de passar perfume.

Um dia, lembra, foi ao restaurante Le Vin, em São Paulo, e topou com um casal vindo do parque Ibirapuera —ela com roupa de ginástica, ele com regata, boné e toalha no pescoço. "Fiquei indignada e perguntei ao maître se não tinham restrições para pessoas que viessem vestidas assim."

"Sabe o que ele respondeu? Que era um excelente cliente da casa. Eu diria: 'so what?'. A reputação de um restaurante desses vai para o espaço."

Para o dono do Grupo Fasano —com nove restaurantes e um bar na capital paulista, além de hotéis de luxo em cidades como Nova York, Salvador e Punta del Este—, "a deselegância está tomando conta. E não só no Brasil".

Gero coleciona anedotas de quando teve de pedir para alguém se retirar. Um deles, que circulava de Havaianas em seu cinco estrelas nos Jardins, quis saber se a atitude seria a mesma se o hóspede fosse Mick Jagger. Acontece que o roqueiro inglês "sempre está super bem vestido, porque isso é regra no país dele", diz.

A outro, bebericando no balcão, pediu que terminasse seu gim-tônica e partisse. "Parecia que o cara estava nu, com cueca cor da pele, justa no corpo. Falou que tinha comprado na Gucci. Eu respondi: 'então volte lá e compre uma calça'."

Gero continua: "O que não entendem é que os outros clientes que estão bem vestidos também se incomodam com isso. Imagina olhar para o lado e ver alguém coçando o pé?" Em resumo, "perna peluda não deve ficar à mostra, muito menos axila".

A questão não é elitista, frisa Gero, pelo contrário. "Acham que podem só porque estão pagando. O dinheiro pode comprar o vinho mais caro da carta, mas não o direito de estar em desacordo com o lugar. A atitude de alguns é que é arrogante, não a do restaurante."

O que seria estar de acordo? Para ele, uma dica é olhar como estão trajados os funcionários. "Se todos os que te atendem estão de gravata, não pode haver uma descontração exagerada. Num almoço de sábado, posso fazer uma concessão, deixar alguém ir de bermuda, mas me passa uma sensação de grosseria."

A chef e iabassê Dona Carmem Virgínia, do restaurante Altar, com unidades no Recife e em São Paulo, pensa diferente. "Comida tem de servir para aproximar, não para afastar", afirma a também apresentadora do programa Uma Senhora Panela, da GNT.

"A comida não pode ser exclusiva de quem tenha dinheiro para pagar e pode comprar um terno, por exemplo", diz. "Se eu fosse escolher cliente pela roupa, estaria me arruinando como cozinheira."

À frente do restaurante Animus, em São Paulo, a chef Giovanna Grossi não tem dúvidas de que o tema é polêmico.

"Já evoluiu bastante, mas ainda causa incômodo aos mais conservadores", explica a primeira mulher brasileira a participar de uma final do Bocuse D'Or, na França, o mais importante concurso de gastronomia para jovens profissionais. Ela não vê problema em quem quer "se montar e caprichar para um jantar especial".

Ao mesmo tempo, segue, "as pessoas têm que se vestir com conforto e se sentir bem. É claro que há limites, de acordo com a ocasião. Acho superconveniente chinelos, bermudas e regatas em um restaurante de praia descontraído. Com um pouquinho de bom senso, todo mundo sai feliz".

Para Scarpa, a influencer das boas maneiras, não adianta vir com o papo de que o importante é se trajar de maneira confortável. "Se não quer se vestir adequadamente, então põe a regata, o chinelo ou um pijama e pede no iFood."

Jacquin, o autor do vídeo, também discorda de que roupa formal seja sinônimo de desconforto. "Se você não tem roupa confortável é porque compra errado, não escolhe o adequado para o seu corpo", ele responde, por email.

"Não estou falando de roupas caras, mas de elegância. Bermuda, chinelo e regata não são elegantes num restaurante francês ou italiano de alta gastronomia. São mais indicados para a praia, concorda?"

Com 30 anos de Brasil nas costas, o jurado do MasterChef diz que ensina a equipe dos seus sete endereços, entre eles a casa Les Présidents, a orientar os clientes de forma gentil sobre o "dress code". "O grande problema é que as pessoas confundem as coisas e acham que isso é preconceito", afirma o autointitulado criador do petit gâteau.

"Temos que respeitar desde um restaurante com estrela no Michelin até um bistrô", conta a enóloga portuguesa Filipa Pato, da terceira geração de uma família produtora de grandes vinhos da região da Bairrada. Formada em engenharia química pela Universidade de Coimbra, passou por estágios em vinícolas na Argentina, na Austrália e em Bordeaux, na França.

"Não vou de tênis ou sapatilha a um restaurante estrelado da Bélgica ou de Nova York, assim como não iria de biquíni ao D.O.M.", brinca, referindo-se ao premiado restaurante de Alex Atala, em São Paulo. "De biquíni, iria tomar uma água de coco, mas só se fosse no calçadão de Ipanema."

Seu conterrâneo, o chef Vítor Sobral, dono do Tasca da Esquina, de Lisboa, com filial em São Paulo, afirma que a forma "como nos vestimos não pode incomodar as outras pessoas, tanto os funcionários como os clientes que compartilham o restaurante conosco".

Aos 57 anos, 38 deles à frente da cozinha portuguesa, ele já escreveu 23 livros de gastronomia, traduzidos em diferentes idiomas. "A principal razão da ida para o restaurante é para comermos", segue o chef. "Ir para o restaurante para sermos vistos ou porque é moda, como cozinheiro, não me parece o lugar certo", defende Sobral, que já cozinhou para o papa Francisco.

Bel Coelho, do Cuia, tem outras prioridades na cabeça. "Num país quente como o Brasil, não vejo como pode ser algo problemático ir a um restaurante chique de bermuda."

E diz mais. "Não temos que seguir ideias colonizadoras, imitar costumes europeus." Ou então, acrescenta Coelho, que o restaurante deixe bem claro qual é o "dress code" antes de sair expulsando.

Eis um ponto importante. A legislação brasileira não é bem clara quanto a esse tema, isto é, se a conduta de um restaurante de barrar clientes trajados de forma inadequada pode ser tida como abusiva.

De acordo com Roberto Pfeiffer, ex-diretor do Procon e professor na Faculdade de Direito da USP, "o que não pode é barrar sem que o consumidor seja alertado".

"Se a informação for clara e ostensiva, condizente com o local e o tratamento for cortês, não vejo problema num restaurante estabelecer 'dress code'", afirma. Mas há que se atentar para que o código de vestimenta não configure uma discriminação, segundo ele —por exemplo, barrar alguém por vestir indumentária religiosa.

Procurado uma segunda vez para falar sobre o dia em que foi barrado no restaurante Gero, o chef Érick Jacquin não se manifestou até a conclusão desta edição.



"O dinheiro pode comprar o vinho mais caro da carta, mas não o direito de estar em desacordo com o lugar

Gero Fasano
restaurateur



"Bermuda, chinelo e regata não são elegantes num restaurante de alta gastronomia. São mais indicados para a praia, concorda?

Érick Jacquin
chef e apresentador



"Comida tem de servir para aproximar, não para afastar. Não pode ser exclusiva de quem tem dinheiro e pode comprar um terno

Dona Carmem Virgínia
Chef e apresentadora


Cebola e ouriço, do menu do Oteque, restaurante carioca que tem duas estrelas Michelin Rubens Kato/Divulgação

'Efeito Michelin' provoca aumento nos preços

Estudos sustentam que as estrelas dadas pelo guia gastronômico geram resultados controversos sobre as cidades

Daniel Buarque

SÃO PAULO O Guia Michelin, uma das publicações mais prestigiosas de crítica gastronômica do mundo, divulgou na semana passada as suas indicações de melhores restaurantes de São Paulo e do Rio de Janeiro —as duas únicas cidades do país contempladas.

No total, distribuiu 27 estrelas a 21 estabelecimentos. Seis ficaram com duas estrelas — D.O.M. (SP), Evvai (SP), Tuju (SP), Lasai (RJ), Oro (RJ) e Oteque (RJ)— e 15 com só uma.

Cada estrela custou aos cofres públicos paulistanos e cariocas neste ano o equivalente a R$ 111 mil. Isso porque as prefeituras das duas cidades acertaram um contrato de patrocínio com o Guia Michelin para que seus restaurantes fossem avaliados. O acordo prevê a publicação de guias das cidades por três anos ao custo total de R$ 9 milhões, o equivalente a R$ 3 milhões por ano, metade de cada capital.

O Michelin justifica a necessidade de patrocínio alegando que ele viabiliza a produção do guia e diz que ele ajuda a impulsionar o turismo local com as estrelas e a reputação conferida a restaurantes.

É o chamado "efeito Michelin", que é tema de diversos estudos acadêmicos em diferentes universidades do mundo e que gera resultados controversos, nem sempre muito convincentes para as cidades.

Uma das principais pesquisas sobre o tema, publicada em 2022, apontou que há indícios claros de benefícios para os restaurantes citados no guia, mas que a maior parte deles estão ligados mais ao lado do marketing da experiência do que à gastronomia em si.

Realizado por três pesquisadores da Coreia do Sul, o estudo revelou que as estrelas Michelin realçam os valores sociais, hedônicos e de qualidade de serviço, mas que não são observados efeitos significativos nos valores de consumo funcional, tais como preço e de qualidade das comidas —que teoricamente seriam o foco da avaliação do guia.

Outro benefício claro para os restaurantes estrelados foi apontado por uma pesquisa realizada no Reino Unido e na França para avaliar o impacto das estrelas no preço dos restaurantes. "Descobrimos que estrelas adicionais resultaram em preços de menu mais elevados", diz o estudo.

Avaliação do mesmo tipo realizada na Espanha apontou que os restaurantes indicados se tornam mais lucrativos a cada estrela adicional conquistada. "A importância de ganhar a primeira estrela como forma de aumentar a rentabilidade pode ser atribuída ao fato de, após receberem a distinção, os restaurantes poderem aumentar significativamente os seus preços e gerar mais receitas", diz a pesquisa.


Tortelli de codorna servido no paulistano Evvai, premiado com duas estrelas Michelin na semana passada Keiny Andrade/Folhapress

Entre 2014 e 2018, enquanto restaurantes sem nenhuma estrela tinham um lucro médio de 6,2%, os restaurantes de uma estrela atingiam rentabilidade, em média, de 9,2%; os de duas estrelas chegavam a 10,6%; e os com a classificação máxima totalizavam uma rentabilidade média de 25,6%.

Mais do que isso, a pesquisa mostra que restaurantes que passaram de zero para uma estrela melhoraram sua lucratividade de 7,9% para 11,3% no ano em que foram promovidos.

Os mesmos pesquisadores da Espanha publicaram um outro artigo alegando que um restaurante com estrela Michelin contribui para uma melhoria da rentabilidade independentemente da gestão de custos, sugerindo que os clientes estão dispostos a pagar preços mais elevados pelo fato de ser um restaurante estrelado.

Enquanto há evidências claras de benefícios para os restaurantes estrelados, os dados são menos conclusivos em relação aos efeitos do Michelin para as cidades avaliadas.

Pesquisadores de Sevilha, na Espanha, se debruçaram sobre a relação entre as estrelas Michelin e o turismo na Espanha. Eles apontaram que existe uma correlação, e que a qualidade dos restaurantes, medida através do número de estrelas, é altamente ligada à procura turística. Isso parece confirmar uma relação positiva entre gastronomia e turismo na Espanha —mas sem uma confirmação de causalidade.

De volta ao guia pela primeira vez desde 2020, quando ele parou de avaliar o país por causa da pandemia, o Brasil é um dos países em que é mais barato comer em um restaurante estrelado. Isso, segundo um levantamento realizado neste ano pela revista australiana Chefs Pencil, publicado antes do lançamento da versão brasileira do guia.

O preço médio dos menus-degustação mais caros nos restaurantes estrelados do país era de US$ 131, apenas um dólar a mais do que no Vietnã, onde era mais barato. Depois do Brasil, apareciam Malta (US$ 133), China (US$ 138) e Grécia (US$ 140). Entre os lugares com média de preço de menus mais caros da lista estão a Dinamarca (US$ 314), Hong Kong (US$ 266), a Islândia (US$ 248), Singapura (US$ 241) e os EUA (US$ 227).

Segundo a avaliação, o preço médio da refeição chega a ser quase US$ 100 mais alto a cada estrela Michelin adicional.

RECEITAS DO MARCÃO | *Marcos Nogueira*
folha.com/receitasdomarcao

No Dia do Hambúrguer, uma especialidade cheia de cebola

Dizem que, em 28 de maio de 1904, um sanduíche foi apresentado como novidade na feira agrícola de Saint Louis, nos Estados Unidos. Era um disco de carne moída grelhada, num pãozinho redondo e fofo.

O quanto disso é verdade, impossível saber. Mas 28 de maio —para quem lê a edição impressa, também conhecido por hoje— foi a data que americanos pegaram para ser o Dia Nacional do Hambúrguer.

Outros países embarcaram na onda e o dia passou a ser internacional. Então, que seja: vamos de hambúrguer.

Escolhi um de meus hambúrgueres prediletos: o Oklahoma onion burger.

Trata-se de um cheeseburger com muita cebola, mas muita mesmo. Conta a lenda que, na época da Grande Depressão, um dono de lanchonete (em Oklahoma, por óbvio) decidiu cortar custos fazendo um hambúrguer com tanta cebola quanto carne. Ficou maravilhoso, a crise passou e o sanduíche continuou igual.

Para fazer, você precisa de dois equipamentos simples.

O primeiro é uma espátula de virar hambúrguer. Ela é essencial para amassar a carne e para descolá-la da chapa.

A chapa é o outro. Pode ser uma boa frigideira. Mas devem ser, tanto a chapa quanto a frigideira, de ferro fundido —aquece muito e não tem material antiaderente tóxico.

Para o hambúrguer, compre uma carne moída com cerca de 25% de gordura. Bons açougueiros vão saber os cortes (acém e peito são ótimos) e fazer o blend para você.

A técnica do Oklahoma é diferentona. Você faz um disco pequeno e alto de carne e, sobre ele, distribui rodelas finas de cebola. Cerca de meia cebola média por sanduíche.

Aí, com a espátula, esmaga o negócio. Antes de virar, joga sal na cebola. Vira, amassa de novo e salga o outro lado. Põe o queijo (algum que derreta bem) e abafa com uma tampa.

Se tiver maçarico, dá para derreter o queijo sem abafar e cozinhar demais a carne. Mas esse não é um hambúrguer para ser comido malpassado.

Por fim, você remove o hambúrguer com cuidado, usando a espátula, para pegar toda a cebola queimadinha.


Oklahoma onion burger Marcos Nogueira/Folhapress

Oklahoma onion burger

Dificuldade: fácil

Ingredientes
- 120 g de carne moída
- ½ cebola média em fatias finas
- 1 fatia de queijo
- Sal a gosto
- Óleo para untar a chapa
- 1 pão de hambúrguer

Preparo
- Aqueça a chapa em fogo alto por pelo menos 5 minutos.
- Molde um disco de carne menor do que o diâmetro do pão. Unte a chapa e coloque a carne. Distribua a cebola sobre a carne e amasse com a espátula.
- Deixe grelhar por 3 a 4 minutos, recolhendo as cebolas que caíram para fora e colocando-as de volta no hambúrguer. Salgue a cebola e vire o hambúrguer com cuidado.
- Amasse novamente o hambúrguer, salgue o outro lado cubra com o queijo. Grelhe por mais 3 minutos e tampe para abafar. Enquanto isso, aqueça o pão.
- Quando o queijo estiver derretido, transfira o hambúrguer com cuidado para o pão aquecido.



Alberto Caetano, sócio desde 1991 da Padaria Aracajú, em Higienópolis, que usa receitas de clientes Lucas Seixas/Folhapress

Padaria de bairro se adapta a novos tempos

Atendentes antigos, empenho do proprietário e receitas originais fortalecem estabelecimentos tradicionais

Beatriz Gatti

SÃO PAULO Antes mesmo de Graziela, 61, e Adriana, 60, se sentarem à mesa, o chapeiro já sabe o que as irmãs vão pedir. Há anos, elas reservam uma parte da manhã às terças e quintas-feiras para tomar café na padaria Aracajú, no bairro de Higienópolis, na região central de São Paulo.

"Já chamam a gente pelo nome e sabem do que a gente gosta", diz Adriana, que sempre divide um pão na chapa com a irmã. "A minha metade é com muita manteiga; a dela, com pouca."

Dentre variados tipos de pães, o francês é o que mais tem saída: entre 4.000 e 5.000 unidades por dia, vendidas a R$ 23,50 o quilograma.

A pessoalidade no atendimento é um dos principais aspectos que, na opinião do proprietário, Alberto Caetano de Pinho, 72, mantêm o sucesso da Aracajú após quase quatro décadas de existência.

"O cliente chega e o João [atendente] já sabe como deve ser o café: com leite frio ou com mais espuma etc. Se você troca de funcionário todos os meses, isso se perde e o cliente vai embora", afirma o português, à frente do negócio desde 1991 junto a outros três sócios.

Para ele, o envolvimento direto dos donos nas operações da panificadora é determinante para fidelizar o público, que até contribui com parte do cardápio. Algumas das receitas da padaria foram colaborações dos próprios clientes, como a de bolo de laranja.

"Quando você precisa do comércio para viver, você pensa de um jeito diferente de quem tem o negócio como um investimento", acrescenta Alberto.

Grupos de investidores costumam apostar em pontos novos ou reformar estabelecimentos que não vão bem, segundo Rui Gonçalves, presidente do Sampapão, entidade que representa o setor de panificação e confeitaria da cidade de São Paulo. "A tendência da padaria que não se atualiza é morrer ou ser comprada."

Com opções variadas de refeições, pizzas e sopas, o cardápio da Aracajú é renovado com frequência para acompanhar o preço dos ingredientes. Pratos econômicos diversos, a um valor fixo de R$ 31,90, e novos lanches com frango são alguns dos acréscimos recentes apontados por Alberto.

Continua na pág. 2

Padaria de bairro se adapta a novos tempos

Continuação da pág. 1

A cerca de 5,5 km da Aracajú, outro estabelecimento resiste, mantendo características de uma padaria de bairro raiz sem se fechar às novidades. Além da clientela fiel e do foco no atendimento, a Rodésia Pães e Doces tem uma fachada aberta e faz questão de anotar os pedidos em comandas de papel.

"É diferente de uma padaria de rede", diz o dono Manoel Tomé Pereira, 62.

Fundado em 1982 e localizado na Vila Madalena, zona oeste da cidade, o negócio passou a incorporar diferentes opções ao cardápio e, atualmente, tem o café da manhã e o almoço como carros-chefe.

O estabelecimento, porém, ainda não recuperou o fluxo de clientes de antes da pandemia, quando saíam cerca de 3.000 pães franceses por dia. Hoje, as vendas estão na casa das 2.000 unidades, a R$ 21,90 o quilo.

Novos empreendimentos imobiliários no bairro têm trazido impactos adicionais. O fechamento da Mercearia São Pedro, cujo imóvel ficava a 60 metros de distância e foi comprado por uma incorporadora, deixou o entorno mais ermo, de acordo com Manoel.



Manoel Tomé Pereira no balcão da padaria Rodésia Pães e Doces, na Vila Madalena, em São Paulo Lucas Seixas/Folhapress

Para Heliana Comin Vargas, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e vice-coordenadora do Laboratório de Comércio e Cidade (LabCom), a tendência à verticalização em bairros da capital faz com que os comerciantes acabem espremidos pelos grandes prédios.

"Se demorar para vender, ele nunca mais vai conseguir repassar o imóvel, porque ninguém vai se interessar em construir em um espaço tão pequeno", explica.

É essa a aposta de Manoel. O locador do imóvel ocupado pela Rodésia já recebeu propostas, todas recusadas. "Agora ele não vende mais, porque só sobrou esse [imóvel] aqui no meio", diz.

Como cerca de 70% das panificadoras da capital paulista existem em imóveis alugados, o assédio de incorporadoras causa receios. Um dos mecanismos favoráveis às padarias é a duração do contrato de locação, que costuma ser de cinco anos, com direito a ação renovatória.

Para Rui Gonçalves, do Sampapão e também proprietário de panificadora, a verticalização contribui para alterar a dinâmica de consumo. Surge um novo desafio, diz ele: o de competir com pontos quentes criados nos condomínios, como trailers e feiras gastronômicas, que tendem a reter os moradores. "Isso acabou prejudicando a porcentagem da padaria justamente porque os prédios estão oferecendo mais mordomias."

Embora de maneira menos acentuada, outra Vila em que edifícios vêm tomando o lugar de casas é a Pauliceia, na região norte de São Paulo. Com os novos prédios, cuja maioria não oferece garagem, há mais carros estacionados nas ruas, o que aumenta a competição por vagas nos arredores da padaria Estado Luso.

"Acaba afastando muito a clientela, que precisa dar voltas [até encontrar vaga]", afirma Renan Botelho, 32, um dos sócios. "Apesar de morar perto, muita gente usa o carro para vir porque estamos em um ponto mais alto", completa.

O negócio, criado em 1965, é comandado por sua família desde 1992, mesmo ano em que nasceu. "Eu brinco que a Estado Luso é minha irmã mais nova. Nasci em 7 de março e meu pai entrou no quadro societário dois dias depois."

A verticalização tem um possível impacto positivo, na visão de Renan. Ele espera ganhar novos clientes nas proximidades da panificadora, que também aposta na fidelização e viu o fluxo aumentar após a pandemia.

Vendidos a R$ 22,50 o quilo, os pãezinhos alcançaram a média diária de 8.000 unidades; antes da Covid, o número rondava os 5.000.

Diferentemente de outras padarias, a Estado Luso tem foco nos produtos de balcão. "Nossa copa não é o ponto principal do faturamento. Ainda temos a ideia do pão como o principal chamariz — e queremos continuar assim", acrescenta o sócio.



Ritha Jacome, do Empório Du Carmo, na frente da loja, em Belo Horizonte (MG); em fase de expansão a empresária usou recursos do Pronampe Marco Antônio de Carvalho/Divulgação

Crédito acessível dá fôlego financeiro a empreendedores

Empréstimo deve estar ligado à expansão do negócio, segundo especialista

João Rabelo

SÃO PAULO Um empório de bairro, com um pouquinho de cada coisa, como um minimercado central de produtos mineiros de qualidade. Em 2017, a empreendedora Ritha Jacome deu continuidade à iniciativa do irmão, que abriu a primeira loja assim um ano antes, e levou para o bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte, o Empório Du Carmo.

O negócio no ramo alimentício seguiu bem mesmo durante a pandemia e, segundo Jacome, cresceu no período 34% em relação a 2019. Porém, o aumento repentino da folha de pagamento de três para seis funcionários e a decisão de não repassar reajustes de preços dos produtos para os clientes elevaram os custos operacionais.

Em 2021, ela pegou dois empréstimos. Um do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), do governo federal, no valor de R$ 90 mil. O outro, de R$ 50 mil, veio pela linha de crédito Capital de Giro, criada pelo Sebrae para ajudar os pequenos empresários a equilibrar o fluxo de caixa.

"A gente precisou de dinheiro porque teve prejuízo. O custo do produto chegou a consumir 80% do meu faturamento", afirma Jacome. "Eu poderia ter buscado novos produtores com preços mais baratos e manter a minha margem, mas a qualidade para mim era o principal. Conheço o local de produção de todos os meus fornecedores", diz.

O Brasil tem hoje 15,5 milhões de MEIs (microempreendedores individuais); 6,6 milhões de microempresas e 1,2 milhão de empresas de pequeno porte. Para reestruturar o mercado de crédito, o governo federal lançou em abril o programa Acredita visando melhorar o acesso desse público ao sistema financeiro.

Fora do programa, a principal barreira para empreendedores ao buscar um empréstimo é a ausência de garantias a serem oferecidas às instituições, o que eleva as taxas de juros praticadas pelos bancos.

Segundo o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, por meio do Acredita o governo disponibiliza um fundo garantidor que aumenta o interesse dos bancos em emprestar para os pequenos com juros baixos.

Com a política de estímulo Procred 360, destinada às empresas com faturamento anual de até R$ 360 mil, é possível pegar um valor emprestado com juros fixados em Selic mais 5% ao ano. Essa taxa representa menos da metade da que é praticada pelo mercado para esse público e é ainda menor que a do Pronampe.

Com as novas linhas de crédito mais baratas, os pequenos podem também substituir empréstimos caros contratados em outros momentos e ganhar mais fôlego financeiro.

Um exemplo é o de empreendedores endividados com cartão de crédito, com juros altos. Eles podem renegociar as dívidas bancárias por meio do Desenrola, ação voltada para empresas inadimplentes com faturamento bruto anual de até R$ 4,8 milhões, e pegar um empréstimo por meio do Procred 360 com as taxas mais baixas.

De acordo com o professor de economia Hugo Garbe, convidado da Universidade Presbiteriana Mackenzie, há vários momentos na vida do empreendedor para se pedir um auxílio financeiro. Mas o melhor está ligado a uma oportunidade de negócio.

"O empréstimo sempre tem que estar associado a uma produção. Eu estou comprando mais máquinas, equipamentos, estou aumentando a minha fábrica, vou vender mais, vou faturar mais. Esse é o bom empréstimo", diz Garbe.

Por outro lado, o ruim é aquele que entra no capital de giro da empresa para cobrir outras dívidas e só aumenta o endividamento. "Daí para a falência é um processo muito rápido", afirma.

"No Brasil, infelizmente, os empresários não têm uma boa educação financeira. É muito empírico, ou seja, aprende fazendo, aprende errando. E isso, infelizmente, aumenta a taxa de insucesso do empreendedorismo", avalia o professor.

No programa Acredita, para evitar dívidas, o crédito é limitado a 30% do faturamento do ano anterior, para pequenos negócios em geral, e de 50% para as empresas lideradas por mulheres.

Além disso, segundo o ministério, o programa aposta na orientação financeira para o melhor uso dos recursos e conta com a parceria do Sebrae para isso. Ritha Jacome, do Empório Du Carmo, recebeu da entidade a consultoria Checkup Finanças.

"A gente conseguiu projetar o que estava fora do caminho correto. Margem de produto, custos internos, prazos de pagamento, produtos que não giravam e empatavam o capital há muito tempo. A consultoria deu uma visão muito clara da nossa rentabilidade", diz a empreendedora.

A loja, com produtos do dia a dia como doces, biscoitos, queijos, charcutaria, azeites, vinhos e linhas gourmet a preços acessíveis, agora está com a saúde financeira estabilizada. A empresária conclui o pagamento dos dois empréstimos em agosto deste ano.

Jacome investiu em mídias sociais e retomou as vendas pelo ecommerce. No começo de 2023, saiu de um espaço de 30 metros quadrados para uma loja de esquina, com 110. "A gente começou em 2017 com um faturamento anual de R$ 380 mil e fechou, no ano passado, com um faturamento de R$ 1,6 milhão", diz.

Vender ao governo dá estabilidade e é seguro, mas exige cuidado

Desde 2020, micro e pequenas empresas responderam por R$ 271 bilhões das compras do Executivo federal

Marcos Hermanson

SÃO PAULO Pequenos empreendedores podem estabilizar seu fluxo de caixa, expandir operações e obter mais previsibilidade logística ao vender produtos e serviços para órgãos públicos.

Participar deste mercado, no entanto, exige cuidados. Estar em dia com obrigações trabalhistas e fiscais, ler atentamente editais de compra e se planejar para cumprir adequadamente os contratos com órgãos públicos, evitando sanções, são alguns deles.

"Vendas públicas são uma grande oportunidade de ampliar o seu negócio, de ter receita continuada e garantida", afirma Cláudio Tomanini, professor do MBA em Gestão de Varejo da Fundação Getulio Vargas.

Falta de atenção à descrição dos objetos da compra, aos prazos de entrega e às exigências documentais são erros comuns, segundo o professor. Ele recomenda fazer cursos de licitações antes de entrar nesse mercado e diz que, no geral, o Estado oferece mais garantia de pagamento do que a iniciativa privada.

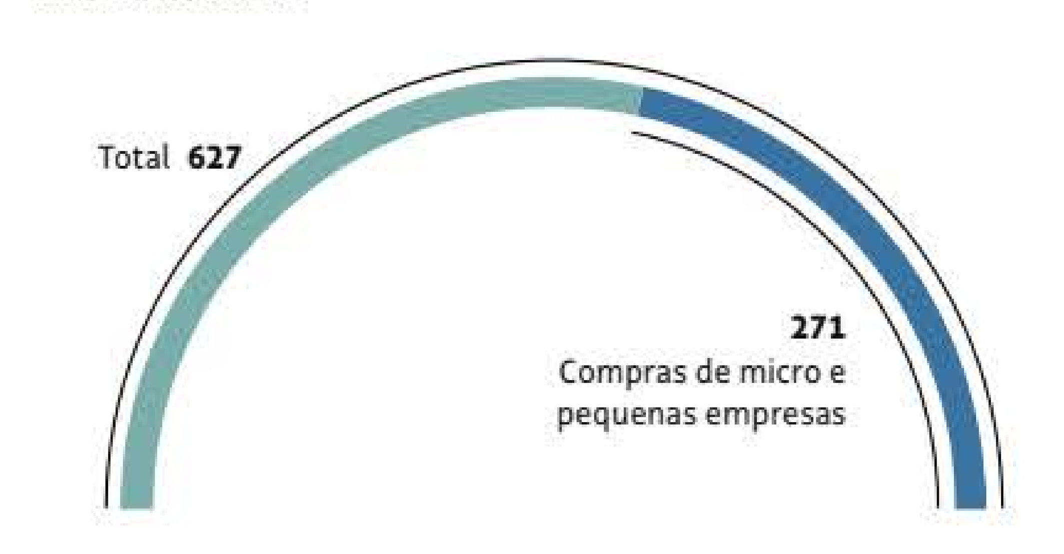
"O empresário precisa levar em consideração custo da compra, transporte e margem de lucro ao precificar o produto num pregão ou licitação", afirma Rodolpho dos Anjos, criador do Siga Pregão.

Por R$ 397 mensais, o site disponibiliza ao assinante boletins diários com todos os editais de compra pública adequados ao perfil da empresa.

O usuário pode filtrar por distância, órgão público e objeto da licitação. É uma ferramenta para empreendedores com dificuldade em vasculhar portais de compras públicas e diários oficiais.

Micro e pequenas empresas abocanharam 43% das compras do Executivo federal desde 2020

Compras públicas do Poder Executivo federal*
Valores em R$ bilhões



Modalidade das compras*
Valores em R$ bilhões



* Não inclui empresas públicas de economia mista, como a Petrobras
Fonte: Painel de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

"Muita gente não entende do processo, não sabe o que é edital, termo de referência, especificação de produto", diz dos Anjos.

Outro erro comum, apontado por especialistas, é propor preços inexequíveis na tentativa de vencer a licitação.

Essa prática gera desclassificação do processo licitatório ou, pior, descumprimento do contrato com o órgão público. No último caso, o Estado pode impedir a empresa de participar de novas licitações por até três anos.

"Varejo é muito sofrido, uma cadeia de porta aberta", diz o comerciante Rodrigo Antonio dos Santos, de Jaboticatubas (MG). Ele se refere à própria rotina antes de se converter em fornecedor de alimentos e produtos de limpeza para o setor público, há 25 anos.

Hoje o supermercado Maloca, de Santos, atende 12 prefeituras da região com arroz, feijão, açúcar, óleo, macarrão, biscoitos, carnes e itens de hortifrúti para a merenda escolar.

Com a previsibilidade das entregas e 90% da receita oriunda de compras públicas, o empresário conquistou uma vida mais confortável: não trabalha aos fins de semana, tira 15 dias férias em julho e outros 45 entre dezembro e janeiro. O faturamento da empresa é de R$ 2,8 milhões.

Compras institucionais também beneficiam produtores rurais. Um quinto da receita com vendas de café torrado e moído auferida pela Coopfam, que reúne 560 produtores da região de Poço Fundo (MG), vem de compras públicas.

"Já atendemos o Comando da Marinha, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Polícia Rodoviária Federal, Fundação João Pinheiro e secretarias de Educação", recorda a coordenadora do departamento de indústria da cooperativa, Thaís Oliveira. A entidade também forneceu café para a Copa do Mundo da Fifa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

"É um processo educativo", diz Adilson Ribeiro, presidente da baiana Coopercuc (Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá). "Ao vender para o governo, o agricultor aprende a fazer conta, entender o comércio, e a produzir com mais qualidade e segurança".

A Coopercuc acessa compras institucionais por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do Pnae (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos) —programas que compram de agricultores familiares e distribuem alimentos a escolas, comunidades vulneráveis e estoques estratégicos.

Os agricultores cooperados produzem melancia, abóbora, feijão de corda, milho e feijão verde, entre outros gêneros alimentícios e produtos processados. Em 2023, o faturamento via Pnae foi de R$ 900 mil.

Em entrevista à **Folha**, o presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, ressaltou a importância dos pequenos empreendedores para a economia e defendeu a legalização de consórcios para participação em compras públicas de bens e serviços.

Nessa modalidade, hoje restrita à disputa de obras públicas, empresas somam recursos para participar de licitações que, sozinhas, seriam incapazes de disputar. "As grandes obras estruturais do Brasil são disputadas por consórcio", diz Lima. "Por que os pequenos não podem se aglutinar?"

Para o professor Paulo Feldmann, que leciona economia na USP, a formação de consórcios permitiria a modernização do maquinário de pequenas empresas, gerando ganho de escala e facilitando exportações —que hoje representam cerca de 1% do total. "Permitiria que os pequenos competissem em pé de igualdade com os grandes", afirma.

Veja dicas de como participar de compras públicas

REQUISITOS*


Ter alvará de funcionamento e CNPJ ativos


Estar em dia com obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais



Possuir o CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), no caso de agricultor familiar

* O orgão licitante pode exigir outros documentos, como a testado de capacidade técnica e registro junto à Anvisa, conforme especificidade do edital

PONTOS DE ATENÇÃO


Leia o edital atentamente


Ao elaborar a proposta de preço, considere custos com transporte e pessoal e a margem de lucro


Tenha os seus documentos à mão e em dia


Não ofereça um preço que você não pode cumprir. Descumprimento de contrato pode gerar impedimento de vender para o setor público


Em caso de dúvida, entre em contato com o órgão licitante

Abrir MEI é fácil, ajuda no início do negócio e conta no INSS

Victoria Borges

SÃO PAULO Tornar-se MEI (Microempreendedor Individual) é um passo importante para quem quer sair da informalidade ou está começando a empreender.

Uma vez registrado como MEI, o profissional passa a ter um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e pode emitir notas fiscais mais facilmente, abrir contas empresariais e ter acesso a linhas de crédito com condições especiais e melhores taxas de juros.

O processo de formalização é totalmente online, isento de custos e pode ser feito por qualquer pessoa física, mas a categoria empresarial deve obedecer a algumas regras.

A atuação do MEI deve constar na lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que contempla mais de 450 ocupações. É preciso ter atenção se a atividade é permitida pelas legislações do município e estado em que será exercida.

Também não é permitido que o MEI tenha participação em outra empresa como sócio ou titular. Ele pode contratar no máximo um funcionário, desde que não pague mais do que um salário mínimo ou o piso da categoria.

Além disso, o rendimento anual da empresa não pode ser maior que R$ 81 mil, considerando o período de janeiro a dezembro.

Caso a formalização tenha sido feita durante o ano em curso, o limite de faturamento deve ser proporcional a R$ 6.750 por mês —o MEI que se formalizar em julho, por exemplo, não pode exceder o limite de R$ 40,5 mil no ano.

O MEI deve pagar um valor fixo mensal, por meio do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), para manter o cadastro regularizado. As taxas variam entre R$ 71,60 e R$ 76,60, a depender da atividade exercida.


Glória Audi Ribeiro em sua loja de roupas autoral e sustentável, a Fuá Ateliê, em São Paulo Lucas Seixas/Folhapress

Para entender as regras da categoria, Glória Audi Ribeiro, 28, dona do Fuá Ateliê, buscou ajuda do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), por meio de uma consultoria gratuita.

Ela começou a empreender no ramo da moda em 2016, mas só dois anos depois decidiu formalizar o negócio. Desde o início, cuida de toda a produção da loja, da modelagem até a costura e venda das peças.

Angela Martins, analista de negócios do Sebrae, ressalta que o valor do DAS deve ser pago em dia, ainda que o profissional autônomo não tenha executado a atividade após a abertura do CNPJ.

Ela explica que o valor é também uma contribuição à previdência social e garante o acesso a benefícios como aposentadoria programada, auxílio por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez), auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e salário-maternidade.

Também é dever do empreendedor entregar, no último dia de maio de cada ano, a Declaração Anual de Faturamento (DASN) da empresa.

Quando não há faturamento, a DASN deve ser preenchida com o valor de R$ 0, sinalizando que a empresa não teve rendimentos naquele ano.

Nos casos que extrapolam o limite anual de R$ 81 mil, é preciso informar o valor excedente na DASN feita no início do novo ano fiscal. O próprio sistema calcula os impostos que devem ser pagos.

Se a receita anual superar em até 20% o teto (ou seja, se chegar a R$ 97,2 mil, no máximo), o cálculo incide sobre o valor excedido. Quando o faturamento ultrapassa esse limite, a conta é feita sobre o total da receita. Nesse caso é obrigatório fazer a migração de MEI para microempresa, no site do Simples Nacional.

O passo seguinte, se o faturamento anual crescer para mais de R$ 360 mil, é mudar o registro para EPP (empresa de pequeno porte).

Com o objetivo de expandir a marca, Audi Ribeiro abriu uma loja física em São Paulo, em dezembro de 2023. "Ser MEI nesse período em que estava entendendo como ser uma empreendedora foi ótimo, porque pude reduzir os custos fixos de impostos e me preparar para uma expansão", conta.

Passos para formalizar MEI

1. Criar conta no Gov.br
Para abrir um MEI, é preciso ter cadastro na plataforma Gov.br, o portal de serviços do governo federal, que pode ser feito via site ou aplicativo. A conta deve ser nível ouro ou prata.

2. Completar o cadastro no Portal do Empreendedor
No Portal do Empreendedor, clique em "Formalize-se". Informe a conta de acesso ao Gov.br e preencha o formulário de inscrição. Os documentos necessários são o RG, CPF, comprovante de endereço da empresa (a depender da atividade, pode ser a própria residência do empreendedor), título de eleitor e número da declaração de Imposto de Renda dos últimos dois anos, caso tenha feito.

3. Informações adicionais
Além dos documentos, é preciso informar as atividades que serão realizadas e o nome fantasia da empresa —ou seja, a forma como ela será conhecida comercialmente.

4. Emissão do CCMEI
O último passo para formalizar o MEI é emitir o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), que comprova a inscrição, com o CNPJ e número do registro na Junta Comercial.



Ariane Con (no espelho), dona do Ateliê de Máscaras, com as funcionárias Kelly Henrique (dir.), Mariana Candido, (esq.) e Gabriele Silva Zanone Fraissat/Folhapress

Vale-refeição entra no menu de micro, pequenas e médias

Plataformas descomplicadas e prêmios atraem empreendedores

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO O vale-refeição e o vale-alimentação, dois dos benefícios mais populares no Brasil (e mais desejados pelos trabalhadores), não são exclusividade de quem é contratado por grandes empresas — empreendimentos de pequeno porte estão cada vez mais na mira das grandes gestoras de benefícios.

Na VR, as micro, pequenas e médias empresas já representam 80% da base de clientes. "São basicamente pequenos comércios, clínicas, prestadores de serviço, escolas e até ONGs [organizações não governamentais]. Algumas chegam a ter apenas um funcionário", diz Priscila Abondanza, diretora-executiva de negócios pessoa jurídica da VR.

A Alelo vai no mesmo caminho. Por enquanto, as PMEs representam 20% da clientela, mas a fatia só aumenta. "Em 2018, quando criamos a plataforma para este segmento, elas eram apenas 4% da carteira de clientes. Até o fim do ano, devem chegar a 25%, afirma Pricila Medina, diretora comercial da Alelo.

Deixar os funcionários satisfeitos não é a única vantagem para o empregador. Segundo Emerson Neves, consultor de negócios do Sebrae-SP, empresas que aderem voluntariamente ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e oficializam a concessão do benefício se protegem de eventuais processos trabalhistas.

"Desta forma, a verba destinada à alimentação não se configura como parte do salário e, portanto, fica isenta de encargos sociais, como a contribuição para o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço e para o INSS", ele explica.

Determinar um valor justo para o vale-refeição ou vale-alimentação, que caiba no bolso do empregador e, ao mesmo tempo, não deixe o funcionário frustrado, é uma das grandes dificuldades dessa fatia da clientela.

"Receber um valor compatível com a realidade onde se vive e trabalha é fundamental. Dados comprovam que, atualmente, o benefício médio fornecido no Brasil dura apenas 11 dias", alerta Alberto Ippolito, gerente de marketing de produtos da Pluxee, ex-Sodexo.

Por isso, segundo o executivo, seus clientes têm acesso a levantamentos atualizados, que informam o valor médio das refeições em todo o país. Na capital paulista, por exemplo, uma refeição completa, com bebida e sobremesa, custa R$ 53,12 —esta é a média entre os preços cobrados por restaurantes self service, à la carte e de padrão executivo.

Quando os antigos talões de papel foram substituídos por cartões com chip e, mais recentemente, por novas tecnologias, como pagamento por aproximação, o setor de benefícios se tornou mais flexível, o que facilita a vida de empregados e empregadores.

Dona do Ateliê de Máscaras, oficina que produz máscaras venezianas no bairro da Barra Funda, em São Paulo, Ariane Con, 39, tem três funcionárias que, desde fevereiro de 2024, recebem verba para alimentação através do cartão de benefícios Alelo.

Por mês, Con deposita R$ 450 para cada uma, valor que ela considera uma ajuda de custo. "Eu faço o crédito, e elas decidem onde gastar. Como uma delas almoça em casa e as outras trazem marmitas, imagino que estejam usando a verba no supermercado. Não há valor fixo, e posso depositar um valor extra quando faturo mais."

Plataformas intuitivas e fáceis de navegar, que se propõem a resolver todos os problemas sem complicação, são o principal recurso para que as operadoras de benefícios conquistem as PMEs.

"O autosserviço é fundamental. Como os pequenos empreendedores geralmente não dispõem de departamento de recursos humanos, a jornada não pode gerar ainda mais carga operacional para ele", defende Medina.

A plataforma ainda pode funcionar como um setor de RH virtual. Segundo Abondanza, a VR disponibiliza serviços, prestados por parceiros, como admissão, holerite, gestão de ponto, controle de escala e férias e até mobilidade —quanto maior o depósito mensal, maior o número de serviços extras atrelados ao contrato.

Como não cobram taxa de adesão e oferecem produtos bastante parecidos, as gestoras de benefícios disputam os clientes acenando com prêmios e descontos.

Clientes da Ticket, assim como seus funcionários, ganham desconto em academias de ginástica, farmácias, cursos e têm acesso à plataforma Ticket Vantagens, que oferece cupons com cashback em vários e-commerces.

Na Caju, o programa Premiações permite que tais benesses virem presentes, como bônus que os colaboradores recebem dos gestores em ocasiões especiais —e podem ser usados em compras online e até em serviços de streaming.

"A empresa consegue presentear através do mesmo cartão de benefícios, sem perder a segurança jurídica", diz Mariana Hatsumura, diretora de marketing da Caju.

Embora o desembolso de verba de alimentação pareça inacessível para boa parte das PMEs, o custo de perder um funcionário para a concorrência, e ter que substituí-lo, pode ser ainda mais alto, alerta Ippolito.

"Nossa pesquisa interna 'Perfil do Trabalhador Formal Brasileiro' comprova que 78% dos empregados são mais propensos a ficar com seus empregadores quando o pacote de benefício é atrativo. Contratar e reter talentos é o maior desafio das empresas e, se você não oferecer um bom pacote de benefícios, seu concorrente sai na frente."

Cliente da Pluxee, o norte-americano Stephen Tannenbaum, 46, oferece vale-refeição para seus dez empregados desde a inauguração da SKUrban, em abril de 2023. Cada um deles recebe R$ 33 por dia. O galpão de 7.500 m^2, localizado na Lapa, funciona como co-warehousing: além de espaço para armazenamento, agrega serviços como recebimento, empacotamento, SAC, transporte, estúdio fotográfico e salas de reunião.

"A raiz da SKUrban é oferecer bem-estar para os inquilinos e também para quem trabalha aqui. Tenho convívio diário com meus colaboradores, converso com toda a equipe e sei que faz diferença. Acho até estranho que ainda não seja uma prática obrigatória para toda as pequenas empresas."

+ Onde contratar os benefícios

Alelo – alelo.com.br
Caju – caju.com.br
Pluxee – pluxee.com.br
Ticket – contratar.ticket.com.br
VR – vr.com.br

INSS e investimentos são opções para planejar aposentadoria

Paola Ferreira Rosa

SÃO PAULO Sem os benefícios trabalhistas assegurados por um contrato CLT, micro e pequenos empreendedores devem se preparar de forma estratégica e organizada para o futuro, principalmente com relação à aposentadoria, alertam especialistas.

"Essas pessoas precisam construir uma segurança financeira, primeiramente porque dependem de um negócio para se manterem, e negócios podem sofrer atravessamento do mercado. Outro ponto é pensar na saúde física, que tem um limite, exige recursos. O trabalho tem um limite, que acontece quando os empreendedores não podem estar à disposição desse negócio", afirma Dina Prates, contadora, administradora e educadora financeira.

No caso do MEI (microempreendedor individual), pessoa jurídica que fatura até R$ 81 mil ao ano, o pagamento da contribuição mensal (DAS) contempla o recolhimento de impostos como o ICMS e o ISS, além da contribuição de 5% do salário mínimo para o INSS.

A Previdência Social assegura auxílio por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez), auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), licença-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte, além da aposentadoria por idade —que consiste no pagamento de um salário mínimo, R$ 1.412 em 2024.

Consultora jurídica de negócios do Sebrae-SP, Sandra Fiorentini observa que os benefícios só são liberados se o pagamento das guias é feito em dia e a carência é respeitada.

"Para se aposentar, por exemplo, é preciso ter pelo menos 180 meses ou 15 anos de contribuição paga em dia", diz. Para quem aderiu ao sistema depois de 2019, a idade para aposentadoria do homem é 65 anos, e a da mulher, 62.

Pessoas que trabalharam no regime CLT antes de se tornarem MEI devem atentar às especificidades de cada tipo de contribuição. "Quem trabalha em regime de CLT tem os seus recolhimentos por meio de um outro tipo de aposentadoria, que é por tempo de contribuição. No momento em que ele passa a fazer a contribuir para o MEI, vai ter aposentadoria por idade", afirma.

Na aposentadoria por tempo de contribuição, mulheres podem se aposentar com 30 anos de recolhimento e os homens, com 35. São recolhidos 20% do piso salarial.

Nesse caso, o ideal é que o empreendedor faça uma complementação de 15% ao recolhimento pago na DAS em uma guia à parte do INSS. Com isso, conseguirá somar os tempos de trabalho dedicados ao CLT e ao MEI e continuará recolhendo sua contribuição na modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição.

Já donos de microempresas (que têm faturamento anual de até R$ 360 mil) ou pequenos negócios (até R$ 4,8 milhões) devem fazer o recolhimento no INSS referente ao pró-labore —como é chamado o salário do sócio.

De acordo com Sandra, esse tipo de empreendedor pode escolher uma aposentadoria maior do que os anteriores. "Ele vai ter a aposentadoria equivalente ao que ele pagou. Se recolher a vida toda 20% sobre dois salários mínimos, vai ter uma aposentadoria inicial equivalente a dois pisos salariais. Se recolher sobre um, vai receber um. Se recolher sobre cinco, vai ter cinco, e assim sucessivamente."

Ela explica que, caso o empreendedor recolha valores diferentes ao longo do período, o governo soma todas as contribuições e faz a divisão pelo tempo de contribuição para determinar o valor da aposentadoria. "Se ele não recolher nada, não terá direito à aposentadoria", observa.

Dona de uma clínica de estética há 5 anos, a farmacêutica Arina Gabriela Pereira Costa, 36, trabalhou em regime CLT antes de abrir sua empresa e hoje faz o recolhimento do INSS correspondente a um salário mínimo. Ela conta ter acordado com sua sócia investidora que a contribuição seria paga pela empresa.

"A ideia é a empresa colaborar em cima do mínimo e eu fazer os meus investimentos para aumentar o valor. Aí eu tenho que ter o meu CDB ou a minha carteira, e quando a clínica estiver vivendo dando mais lucro talvez a gente pense num outro cenário", afirma.

Arina conta que chegou a recolher previdência privada durante um período, mas precisou retirar o valor e nunca retomou a contribuição. Hoje ela investe em CDBs, títulos emitidos pelos bancos para a captação de recursos que, no prazo combinado, podem ser acessados pelo cliente.

Para Dina Prates, profissionais autônomos ou pequenos empreendedores que ainda não conseguem arcar com os custos no INSS podem optar por uma previdência privada ou começar um investimento de longo prazo, comprando títulos públicos de longo prazo do Tesouro Direto, por exemplo.

"Dá para começar a investir com R$ 35, um valor baixo, em comparação com o mínimo obrigatório da Previdência Social. Não é a melhor indicação para todo mundo, mas pode ser um caminho para começar a investir", afirma.

"Com relação aos investimentos, é importante a pessoa ter constância. Não adianta investir em junho e depois só em outubro. É preciso tratar como prioridade e entender que se está investindo para a aposentadoria esse é um investimento a longo prazo, não pode ficar sacando o valor a qualquer momento", alerta Eduardo Feldberg, dono do canal Primo Pobre nas redes sociais. Ele compara o investimento a uma bola de neve. "Quanto mais você investe, sem saques, mais expressivo é o crescimento da renda, a ponto de lá na frente você ter um valor muito maior do que o que efetivamente colocou do bolso, por causa dos juros compostos", diz.

+ Opções para aposentadoria

MEI aposentadoria por idade (um salário mínimo, R$ 1.412) se contribuir só com o DAS. Se tiver tempo de contribuição como CLT, pode fazer recolhimento extra para conseguir a aposentadoria por tempo de serviço.

Micro e pequenos aposentadoria por idade, recolhendo valor proporcional ao pró-labore. O teto pago pelo INSS é de R$ 7.786,02

Para todas as faixas previdência privada e/ou carteira de investimentos (por exemplo, fundos de renda fixa ou variável, CDBs, títulos do Tesouro)

Magda Chambriard, que assumiu a presidência da Petrobras na sexta (24), concede sua primeira entrevista coletiva, no Rio Alexandre Brum/Agência Enquadrar/Folhapress

Petrobras tem de acelerar exploração de petróleo, afirma nova presidente

Em 1ª entrevista, Magda Chambriard diz ainda que estatal é 'capaz de garantir retorno aos acionistas'

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em sua primeira entrevista após assumir a presidência da Petrobras, Magda Chambriard indicou um reforço na estratégia de buscar novas reservas de petróleo, o que é questionado por organizações ambientalistas em meio à crise climática e a tragédias como as cheias no Rio Grande do Sul.

Magda tomou posse na sexta-feira (24) e, em sua fala pública, defendeu a exploração da margem equatorial, disse que a estatal não entrará em negócios que não dão lucro e que recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a missão de gerir a empresa com "respeito à sociedade brasileira".

"Temos que tomar muito cuidado com a reposição das reservas, a menos que a gente queira aceitar o fato de que podemos voltar a ser importadores, o que, para mim, está fora de cogitação", afirmou. "O esforço exploratório dessa empresa tem que ser mantido, tem que ser acelerado."

"Temos novas fronteiras importantes a perseguir, dentre elas a questão do Amapá, na bacia Foz do Amazonas, temos a bacia de Pelotas", continuou, defendendo que o impasse sobre o licenciamento de poços na região Norte do país seja resolvido pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

O órgão reúne representantes de diversos ministérios, entre eles o MMA (Ministério do Meio Ambiente), e da sociedade civil.

"Esses assuntos têm que ser discutidos à luz da sua contribuição para a sociedade brasileira", disse. "Toda vez que a gente restringe essa discussão a uma instituição única, não expande a outras instituições, a sociedade sai perdendo."

Questionada sobre os efeitos da produção de petróleo sobre o clima e, especificamente, sobre as cheias no Sul, Magda defendeu que desastres como esse podem ocorrer por uma série de fatores e citou, entre eles, aterros sobre áreas antes alagadas. "Não vamos culpar o pré-sal."

A executiva foi indicada por Lula para substituir Jean Paul Prates, demitido na semana retrasada após longo processo de fritura, que ganhou força após sua abstenção em votação sobre dividendos extraordinários sobre o lucro de 2023.

Após recuar em relação à proposta de reter 50% dos dividendos extraordinários sobre o lucro de 2023, o governo determinou à empresa que decida até o fim do ano se distribui os 50% restantes.



Temos que tomar muito cuidado com a reposição das reservas [de petróleo], a menos que a gente queira aceitar o fato de que podemos voltar a ser importadores, o que, para mim, está fora de cogitação

Magda Chambriard
nova presidente da Petrobras

"Precisamos ver como isso se encaixa, o que vem pela frente, o que queremos acelerar", afirmou Magda.

A nova presidente da Petrobras afirmou que vai manter a política de preços dos combustíveis atual, que foi implementada por Prates em 2022 cumprindo promessa de campanha de Lula. A política, disse, reduziu os preços internos e garantiu estabilidade ao consumidor sem dar prejuízo à Petrobras.

E, também como Prates, defendeu que a gestão da empresa tem que se equilibrar entre os interesses do governo, acionista majoritário, e de acionistas privados.

"A Petrobras é perfeitamente capaz de garantir retorno aos acionistas, sejam eles privados, sejam governamentais, da melhor forma, com muito empenho", afirmou.

Nesta segunda, ela sinalizou uma mudança de discurso em relação à transição energética, um dos pilares da gestão de seu antecessor. Falou pouco sobre tema e, quando questionada, citou iniciativas como a captura de carbono.

O governo espera que ela toque uma agenda prioritária de projetos, que inclui recompra de refinarias, encomendas a estaleiros nacionais, e apoio à criação de polo gás-químico em Minas Gerais, base eleitoral do ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia).

Magda afirmou conhecer as promessas de campanha do presidente e tentará cumpri-las, mas sem dar prejuízo à companhia.

Citou entre as prioridades, além da reposição de reservas, a busca por novos mercados para gás natural e garantia de "igualdade de condições" a fornecedores nacionais de equipamentos —a gestão anterior era criticada por arrendar plataformas, serviço oferecido principalmente por empresas estrangeiras.

Ela afirmou que ainda não decidiu por mudanças na diretoria, mas que considera natural que novos gestores busquem nomes mais alinhados para seu entorno. E que ainda não teve tempo de se debruçar sobre o tema dividendos, que ajudou a derrubar Prates.

'Empresa precisa ter 100% ou 200% de alta no lucro?', questiona ministro

Artur Búrigo

BELO HORIZONTE Uma semana depois de o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) derrubar o acordo que determinava a venda de refinarias pela Petrobras, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) voltou a defender o investimento da estatal nesses ativos.

"A Petrobras precisa ter 100% ou 200% de [alta no] lucro? No governo anterior, chegou a ser distribuído mais dividendo do que o lucro líquido registrado. Por que isso? Porque os ativos eram vendidos e distribuídos como lucro", afirmou o ministro.

Ele concedeu entrevista a jornalistas após abertura da terceira reunião do grupo de trabalho de transições energéticas do G20, nesta segunda-feira (27), em Belo Horizonte.

A Petrobras se comprometeu com o Cade em 2019, sob a gestão Jair Bolsonaro (PL), com a venda de oito refinarias —três negócios foram realizados. Há duas semanas, o termo de compromisso foi desfeito, sob condição de que a petroleira ofereça às refinarias independentes um contrato com garantia de oferta de volume mínimo.

A partir do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a estatal alterou sua política de investimentos e voltou a privilegiar também fábricas de fertilizantes, que tinham perdido espaço durante as gestões de Michel Temer (MDB) e Bolsonaro.

Silveira defendeu o investimentos nessas plantas, mesmo que ele não gere o mesmo retorno que a principal atividade da Petrobras.

"O projeto não precisa dar 100% de lucro. O projeto de fertilizante, naturalmente, em um primeiro momento, pode ser menos rentável do que extrair o petróleo."

Na área, o governo trata como prioridade a conclusão da fábrica de Três Lagoas (MS), paralisada desde 2014, e estudos para viabilizar a construção de um novo polo em Minas Gerais, estado de influência do ministro.

A gestão da nova política de investimentos da Petrobras foi uma das razões para a troca recente na presidência da estatal promovida pelo governo Lula. Jean Paul Prates, antigo chefe da petrolífera, tentou equilibrar sua gestão atendendo a promessas de campanha de Lula, mas sem assustar investidores privados.

Já Magda Chambriard, que tomou posse como presidente da companhia na semana passada, defende o papel do setor de petróleo como indutor do desenvolvimento industrial do país, em pensamento alinhado ao do governo.

Questionado sobre a indicação de Chambriard, Silveira disse estar otimista com a nova gestão.

"Principalmente porque ela acompanhou por um ano e quatro meses de debates profundos do Ministério de Minas e Energia com a Petrobras sobre a agenda nacional", disse o ministro, citando o plano de investimentos da companhia.

'Guiana chupa de canudinho riqueza do Brasil', afirma Silveira

BELO HORIZONTE O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que, enquanto o país discute a exploração de petróleo na margem equatorial, a Guiana está extraindo o óleo em região que deveria ser explorada pelo Brasil.

"Nossos irmãos da Guiana estão chupando de canudinho as riquezas do Brasil, estão explorando na divisa, em um bloco adquirido no governo Dilma. Não podemos desrespeitar contratos. É direito do povo brasileiro conhecer suas riquezas", afirmou.

Silveira é defensor da exploração de petróleo na margem equatorial, mas o projeto é contestado pelo corpo técnico do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que negou há pouco mais de um ano a licença para a Petrobras perfurar um poço na bacia Foz do Amazonas.

A medida gerou um embate público entre as áreas energética e ambiental do governo, que gostaria de uma avaliação mais ampla de eventuais impactos da atividade petrolífera na região, considerada ambientalmente sensível.

Em sua fala, Silveira criticou uma atuação "dogmática" de setores que "atrapalham o desenvolvimento nacional", mas evitou estender sua crítica à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

"Nunca vi uma opinião dela contrária ao mérito à exploração da margem equatorial. Mas, com relação ao Ibama, sei que parte do órgão está paralisada, em greve, tem suas limitações, mas não posso deixar de demonstrar minha ansiedade e angústia de fazer o Brasil rodar", afirmou.

"Nós precisamos achar uma solução estrutural para o licenciamento ambiental no Brasil, que não pode ser um atravancador do crescimento nacional, desde que respeitando a legislação ambiental."

Na semana passada, Silveira afirmou que ele e a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, têm o mesmo pensamento em relação à necessidade de exploração de petróleo na margem equatorial brasileira.



O ministro Alexandre Silveira Bruno Santos - 22.abr.24/Folhapress



Nossos irmãos da Guiana estão chupando de canudinho as riquezas do Brasil, estão explorando na divisa, em um bloco adquirido no governo Dilma. Não podemos desrespeitar contratos. É direito do povo brasileiro conhecer suas riquezas

Alexandre Silveira
ministro de Minas e Energia, sobre exploração de petróleo na margem equatorial

PAINEL S.A. | *Julio Wiziack*

painelsa@grupofolha.com.br

Guerra da borracha

A venda de pneus importados, principalmente asiáticos, mais que dobrou em seis anos devido ao preço mais baixo. Com esse diferencial competitivo, ultrapassaram os nacionais pela primeira vez no ano passado. Esse fenômeno, entretanto, preocupa o governo. Dados do Ibama indicam que a média de descarte adequado pelos importadores foi de 82% por ano desde 2009. Somente as nacionais cumpriram a norma.

TROCA Resoluções definem que, para cada pneu novo vendido, outro inservível deve ser recolhido. A regra vale para todos: nacionais e importados.

BARREIRAS Em junho, a Câmara de Comércio Exterior deve julgar pedido da Anip, associação das fabricantes nacionais, para um aumento da tarifa de importação dos atuais 16% para 35%. Hoje, já existe restrição para pneus importados de aros 20, 22 e 22,5.

MAIS CARO A Abidip, que representa importadores, afirma que suas 40 associadas estão "100% adimplentes com a norma ambiental". Ela avalia que há protecionismo das nacionais e estima um aumento de custos nos pneus no país de 20% caso a elevação das alíquotas seja aprovada.

EM BUSCA DE... Em visita oficial ao papa Francisco na semana passada, o líder do MST, João Pedro Stedile, pediu que o pontífice declare apoio à proposta encampada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de taxar super-ricos como forma de acabar com a fome. "A proposta será apresentada em julho deste ano, no Rio de Janeiro, na reunião dos ministros de Economia do G20", escreveu Stedile na carta enviada a Francisco.

...UM MILAGRE O líder do MST quer ainda o engajamento do papa para outra ideia —a adoção de um imposto comum de 15% sobre os ganhos anuais das multinacionais. "Este imposto significará mais de US$ 200 bilhões por ano. Seria administrado por um comitê nomeado pela ONU e supervisionado por organizações civis", escreveu Stedile.

NÃO VAI... Nove em dez dos trabalhadores com conta no FGTS querem que o saque-aniversário seja mantido. É o que mostra uma pesquisa do Datafolha encomendada por associações de bancos e instituições financeiras. Eles usam os recursos como antecipação para fugir de empréstimos e quitar contas em atraso.

...PARA BANCOS... A pesquisa chega no momento em que o governo cogita acabar com o benefício. Como noticiou o Painel S.A., a medida já destinou mais de R$ 100 bilhões para bancos como garantia de empréstimos e o governo teme que ela prejudique financiamentos, principalmente do Minha Casa, Minha Vida.

PAU DE SEBO A prefeitura de Caruaru (PE) firmou um acordo com o Ecad, escritório que recolhe e distribui direitos autorais no país, e, pela primeira vez, vai recompensar artistas que tiverem suas músicas tocadas durante a festa de São João. As rivais no festejo Campina Grande (PB) e São João de Petrolina (PE) negaram-se.

com Diego Felix

Enxugamento na ANP afeta fiscalização de combustíveis

Agência tem desafio de regular novo mercado de gás em meio a cortes de verba

AGÊNCIAS REGULATÓRIAS

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) diz que o corte orçamentário anunciado pelo governo em março vai afetar suas atividades, enxugando programas como os que monitoram a qualidade e o preço dos combustíveis no país.

Uma das mais antigas agências reguladoras federais, a ANP completa 26 anos em 2024, com o desafio de regular o novo mercado de gás natural em um cenário de escassez de servidores, segundo já apontou o TCU (Tribunal de Contas da União).

A agência é responsável por regulamentar e fiscalizar os setores de petróleo, gás e biocombustíveis, da produção e importação aos postos de gasolina. É ela quem realiza os leilões de áreas para exploração e produção de petróleo no país.

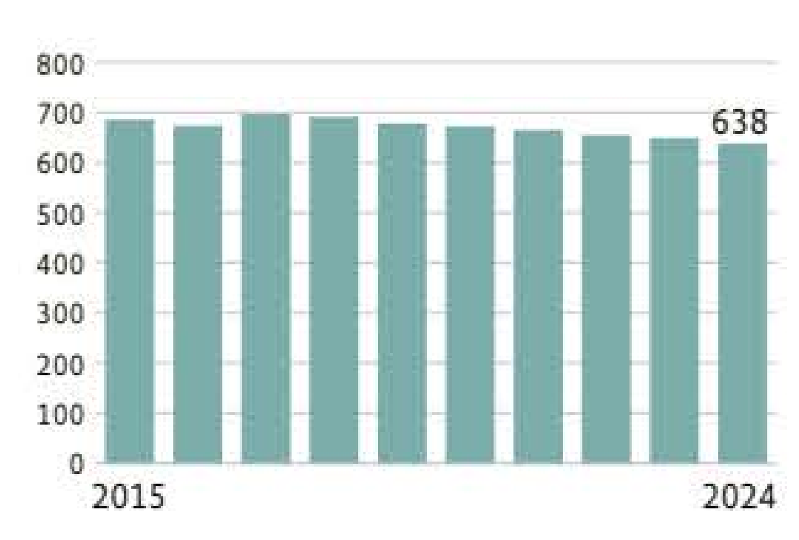
Um dos programas sob risco na ANP atinge uma das preocupações do mercado sobre a atuação da agência, a qualidade dos combustíveis. Outra preocupação está na demora em regulamentar a lei que deveria ampliar a competição no mercado de gás.

O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, diz que a agência vem sofrendo sucessivos cortes orçamentários. "O orçamento que temos hoje é um terço do que tínhamos há dez anos, sem contar a inflação. Se corrigirmos, vai a um quinto."

A ANP nos últimos dez anos



Número de servidores efetivos



Orçamento

Em R$ milhões*

600
500
400
300
200
100
0
136,41
2015
2024

*Corrigido pelo IPCA até abril de 2024

Fonte: ANP

Série faz raio-X das agências reguladoras

Este é o sétimo episódio de série da **Folha** que detalha a atuação das agências reguladoras federais. Ao todo, serão 11 reportagens para traçar um raio-X dessas instituições na regulação e supervisão de setores como energia, petróleo, planos de saúde, vigilância sanitária, transportes, mineração, águas, aviação civil e audiovisual.

Em março, o governo anunciou novo corte, de 18% sobre o valor previsto para 2024. "Isso teve efeito devastador em nosso planejamento de contratos que já tinham sido assumidos. Nos obriga a mais do que cortar na carne, estamos amputando os primeiros dedos", afirma Saboia.

Nesse processo, a agência reduzirá convênios com universidades para coletar amostras de combustíveis em postos de todo o país e deve também reduzir contratos para a pesquisa semanal de preços dos combustíveis.

O controle da qualidade dos produtos é uma preocupação no mercado, diante de uma onda de adulterações de gasolina com metanol, produto altamente cancerígeno, que explodiu em 2023. Há ainda a venda de diesel com menos biodiesel, que é mais caro.

Saboia afirma que o aumento na adulteração foi detectado justamente pelo programa de monitoramento da ANP e que, ao longo do segundo semestre, a fiscalização foi reforçada, reduzindo os indicadores de não conformidade na venda de combustíveis.

Mas o diretor-geral diz temer que a redução da abrangência do programa pela falta de recursos possa reverter o quadro. "Controle de combustível é assunto extremamente importante. Monitoramos um mercado muito sensível e muito exposto a interesses fraudulentos."

A ANP vem perdendo também servidores ao longo dos anos. Ao fim de 2023, eram 649, queda de 7,5% em relação a dez anos antes. Saboia diz que vem pedindo, sem sucesso, a abertura de concurso, principalmente diante da necessidade regulamentar o novo mercado de gás.

Em abril, o TCU divulgou relatório em que classifica como "grave" o déficit de servidores na agência. Segundo o tribunal, a ANP tem "dificuldades para lidar com todas as demais atribuições que lhe foram imputadas" pela Nova Lei do Gás, de 2021.

Entre essas atribuições, está estabelecer as condições para a abertura do sistema de transporte do combustível —hoje ainda concentrada em contratos com a Petrobras— e para o uso de unidades de processamento de gás, também ocupadas pela estatal.

Saboia concorda com o TCU, mas diz que o gás é hoje prioridade na agenda regulatória de curto prazo da ANP.

Outra tarefa de curto prazo é rever a carteira de áreas de exploração e produção em oferta no país. Um dos objetivos é retirar da prateleira blocos com sensibilidades ambientais e sociais, que têm motivado protestos sem atrair o interesse das petroleiras.

O diretor-geral da ANP defende a abertura de novas fronteiras para a exploração de petróleo no país, mesmo diante das pressões contra combustíveis fósseis.

"A transição energética tem que ser realizada pela redução da demanda por petróleo e não pela redução da oferta", argumenta. "Só vai acontecer com a expansão das energias renováveis ou de emissão zero. Imaginar que pode acontecer pela restrição da oferta é condenar os mais pobres."

Ele alega que o petróleo brasileiro tem baixa emissão de carbono e, por isso, tem boas condições de contribuir com a segurança energética. Afirma ainda que, sem descobrir novas reservas, o Brasil voltará a importar petróleo na próxima década. "Não vejo contradição em buscarmos novas fronteiras para repor nossas reservas e a transição energética", conclui Saboia.

Por dentro da ANP

O QUE É
Autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede no Rio de Janeiro, é o órgão regulador das atividades da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil

ATRIBUIÇÕES
Promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas dessa indústria, desde a exploração e produção de petróleo ao posto de gasolina

CRIAÇÃO
1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso

ORÇAMENTO
R$ 134 milhões (2024)

SERVIDORES
638 (2024)

DIRETORES
- **Rodolfo Henrique de Saboia, diretor-geral** (mandato até 22 de dezembro de 2024)
- **Symone Araújo** (mandato até 18 de fevereiro de 2026)
- **Daniel Maia Vieira** (mandato até 10 de outubro de 2026)
- **Fernando Moura** (mandato até 9 de novembro de 2026)
- **Patrícia Baran, substituta** (mandato de 1.880 dias ou até nomeação de novo diretor)

Responsáveis por megagarimpos foram alvo da Polícia Federal

João Gabriel e Lucas Marchesini

BRASÍLIA As cooperativas e os empresários responsáveis pelos principais megagarimpos da Amazônia já foram alvo da Polícia Federal (PF) em uma série de ocasiões. Eles são suspeitos de venderem ouro ilegal e de lavagem do minério.

Levantamento feito pela **Folha** com dados da ANM (Agência Nacional de Mineração) mostrou que cooperativas driblam a legislação minerária para explorar áreas maiores que a cidade de São Paulo, e uma só pessoa chega a ser dona de um garimpo maior que o de Serra Pelada.

Algumas das cooperativas de garimpeiros, inclusive, exploram uma região tão grande que superam algumas das maiores mineradoras do país.

Na lista das dez maiores cooperativas está a Coopertin (Cooperativa de Produtores de Estanho do Brasil).

Como mostrou a **Folha**, ela foi alvo de uma operação da PF que apurou a comercialização de minérios extraídos de garimpos ilegais na Terra Indígena (TI) Yanomami, vendido para gigantes internacionais, como Disney e Amazon.

Segundo a investigação, a Coopertin seria responsável por lavar o estanho ilegal e vendê-lo para uma mineradora, que então revenderia o material para empresas de fora do país.

Segundo a PF, a cooperativa vendeu R$ 166.330.238,46 de minério irregular para essa empresa, apenas entre fevereiro e julho de 2021 —65% de sua operação naquele ano é suspeita de ter origem no território indígena.

A Coopertin não respondeu aos diversos questionamentos da **Folha** sobre o caso.

Duas cooperativas exploram mais de 200 mil hectares da Amazônia —como comparação, a cidade de São Paulo tem cerca de 151 mil hectares. São a Cooperalfa (Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta) e a Coogavepe (Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto).

Ambas, se fossem mineradoras, seriam respectivamente a terceira e a quarta maiores do país, atrás só da Vale e da Companhia Brasileira de Alumínio em tamanho de lavras.

Seus sócios são citados em uma operação da PF que mirou um esquema de compra de mercúrio ilegal —o metal é usado no garimpo e causa efeitos graves à saúde dos povos indígenas, contaminando rios e alimentos, inclusive com consequências neurológicas.

As duas foram alvo de operações de busca e apreensão e, segundo a investigação, compravam o mercúrio irregular.

Questionadas pela reportagem, nenhuma respondeu.

A maior pessoa física na lista é José Antunes. Ele é ligado à Amot (Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós), tem 161 requerimentos ativos de garimpo na ANM, acumulando 8.048 hectares no Pará.

Antunes é citado em investigação da PF sobre esquema para esquentar ouro ilegal de acordo com o The Intercept.

Atualmente, um CPF pode ter até cinco garimpos e cada um desses deve ter apenas 50 hectares —limite que sobe para 10 mil no caso de pessoas jurídicas, as cooperativas.

Essas restrições, no entanto, foram determinadas por portarias e normativas e são desrespeitadas.

Atualmente, o registro de extração de ouro é feito por autodeclaração, ou seja, o próprio garimpeiro diz a quantidade e de onde retirou o minério. Assim, criminosos extraem o material de áreas ilegais —como terras indígenas ou mesmo áreas privadas, mas sem autorização na ANM— e o registram com origem em uma área regularizada.

Essa é a prática mais comum para lavagem de ouro ilegal no Brasil e serve também para alimentar a exportação do minério.

Hoje, as cooperativas se tornaram um mecanismo importante para comercializar o ouro irregular e viraram alvo da PF. Esses grupos podem registrar áreas maiores na ANM e conseguem declarar que exploram mais minério. Portanto, têm capacidade de lavar mais ouro, levantando menos suspeitas.

Outro caso comum é o de pessoas físicas que funcionam como facilitadoras do processo burocrático dentro da agência. Elas atuam irregularmente para pequenos garimpos encaminhando todo o processo burocrático. O registro fica no nome do atravessador, que lucra com o negócio irregular.

Muitos garimpos são operados por famílias de baixa renda sem condições financeiras de lidar com os trâmites burocráticos envolvidos, o que inclui viajar a cidades maiores.

A presidente da Funai (Fundação dos Povos Indígenas do Brasil), Joenia Wapichana, quando deputada, apresentou projeto de lei para criar um sistema de rastreabilidade do ouro e acabar com a autodeclaração.

Tributação de cigarros pode subir para bancar parte da desoneração

Impacto da medida, em estudo pelo governo, é considerado 'irrisório', e novas formas de compensação devem integrar MP

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda elevar a tributação de cigarros. A medida, se adotada, pode ajudar a compensar parte das perdas de arrecadação com a desoneração da folha de pagamentos das empresas de 17 setores e dos municípios.

A avaliação de integrantes do governo é que, apesar de colaborar com a compensação, o impacto previsto para 2024 gira em torno de R$ 1 bilhão, o que é considerado "irrisório" ante o total da desoneração.

O baixo impacto em 2024 se deve à exigência de noventena (90 dias) para que alterações no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) entrem em vigor. Integrantes da Receita Federal já acenaram ao setor sobre a possibilidade dessa elevação.

O custo da renúncia tributária em 2024 das duas desonerações foi calculado em R$ 25,8 bilhões pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

Nesta segunda-feira (27), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que o governo vai editar uma MP (medida provisória) com as definições para a compensação. Ainda não está certo se a elevação dos tributos sobre o cigarro entrarão no texto.

Devido ao tamanho da necessidade de compensação prevista pela Fazenda, há uma grande expectativa entre os agentes do setor produtivo e do mercado financeiro sobre onde o governo vai mirar para compensar a desoneração.

Segundo Haddad, a medida já está pronta, mas o anúncio só deve ocorrer na semana que vem, em razão do feriado de Corpus Christi. O acerto ainda será feito com o Senado, que participou dos acordos celebrados com o governo.

O anúncio da compensação estava previsto inicialmente para a semana passada. "Estou vendo se é o caso de mandar nesta semana, que não tem sessão, ou se nós combinamos de mandar no começo da semana que vem. Mas estão prontas as medidas", disse Haddad nesta segunda.

Pessoas do governo a par do assunto informaram à **Folha** que a decisão seria a de não punir quem paga imposto demais. O governo quer contar também com uma gordura para garantir algum imprevisto até o final do ano.

Sem a compensação, afirmam integrantes da equipe econômica, a desoneração não poderá ser feita. Essa seria a decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu por 60 dias a sua liminar que barrou a desoneração aprovada pelo Congresso. Nesse prazo, espera-se que o acordo seja materializado, e a compensação, editada.

Pelo artigo 14 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A medida de compensação soma-se ao projeto de lei que foi protocolado pelo senador Efraim Filho (União Brasil-PB), que formaliza os termos do acordo com os 17 setores. O acerto com os municípios ainda não está completamente fechado —falta definir como se dará o ritmo de reoneração gradual a partir de 2025 até 2027.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles, está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

Haddad também falou sobre o debate em torno do fim da isenção do Imposto de Importação das compras internacionais de até US$ 50 que são feitas por meio das plataformas de ecommerce.

Ele reconheceu que o tema está polarizado e vem piorando nos últimos cinco anos e previu que os atores envolvidos chegarão a denominador comum.

Para Haddad, o importante é que esse assunto começou a ser debatido por vários atores.

"Hoje, pelo menos você tem um debate estabelecido no Congresso, no Supremo também. As confederações estão mobilizadas. É importante saber o que está acontecendo, a repercussão para a economia, para tomar a melhor decisão", ressaltou Haddad.

O ministro evitou, porém, comentar a sua posição em relação à inclusão da medida num projeto de lei.

"Eu não estou a par das últimas negociações com o congresso. Acompanhei até a semana passada, mas não conversei depois nem com o relator, nem com os líderes. O mais importante é que as pessoas começaram a debater."

Quando lhe foi perguntado se concordava com a sinalização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que vetaria o fim da isenção, caso aprovada pelo Congresso, Haddad respondeu: "Ele é o presidente da República (risos). A orientação da Fazenda é fazer o debate acontecer. Isso não pode ser responsabilidade de uma pessoa. É um assunto que está polarizado. E o que importa é que o debate técnico se estabeleça para saber o que é melhor para o país".



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prevê para a próxima semana anúncio de medidas para compensar desoneração da folha de pagamentos Adriano Machado - 28.ago.23/Reuters

Campos Neto afirma 'ver com bons olhos' debate sobre desindexar gastos

Júlia Moura

SÃO PAULO A eventual flexibilização dos pisos de Saúde e Educação no Orçamento da União pode contribuir para a reancoragem das expectativas de inflação no Brasil, avalia o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

"Vejo com bons olhos a discussão sobre a desindexação dos pisos", disse Campos Neto nesta segunda-feira (27), durante evento do grupo Lide, em São Paulo.

Estimativa do Tesouro Nacional aponta que desvincular o gasto mínimo das pastas ao crescimento da arrecadação e à inflação poderia liberar até R$ 131 bilhões para outros gastos até 2033, o que aliviaria o déficit fiscal. A previsão do mercado é de um déficit de 0,70% este ano e de 0,63% em 2025, ante as metas de déficit zero para ambos os períodos.

Campos Neto disse ainda que as expectativas de inflação subiram em meio a ruídos recentes, como a flexibilização da meta fiscal, a especulação sobre uma mudança na meta da inflação e a tragédia no Rio Grande do Sul, mas que a autoridade monetária entende que ao longo do tempo deve haver uma estabilização e posterior melhora nas projeções de mercado. Ele também voltou a dizer que a inflação no Brasil está convergindo para a meta de 3%.

De acordo com o economista, foi a desancoragem das expectativas que impulsionou a decisão do BC de reduzir o ritmo do afrouxamento monetário de 0,5 para 0,25 ponto percentual na última reunião do Copom, levando a Selic a 10,50% ao ano.

A decisão, porém, não foi unânime, como de costume. Os quatro diretores do BC indicados pelo presidente Lula (PT) votaram pela manutenção do corte previsto anteriormente, de 0,5 ponto percentual, mas foram vencidos.

De acordo com Campos Neto, a discordância teria sido totalmente técnica. "Foi técnica sobre o custo de se manter ou não o guidance [indicação da reunião passada]. Tentam politizar as decisões que são tomadas, mas, com o tempo, vai ficar bem claro que não foi."

Juro do consignado do INSS vai reduzir para 1,66% ao mês

SÃO PAULO Os juros do crédito consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vão cair de 1,68% ao mês para 1,66%, conforme aprovação do CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) nesta segunda (27).

A nova taxa é válida para o empréstimo pessoal consignado. No caso do cartão de crédito consignado e do cartão de benefício, os juros vão cair de 2,49% para 2,46%. As taxas foram aprovadas por 11 votos a 4.

A redução vai ao encontro da política adotada pelo ministro Carlos Lupi na Previdência Social, que acompanha a queda da Selic, atualmente em 10,5%.

As constantes reduções, contudo, têm sido motivo de debate dentro do conselho de Previdência. Representantes dos bancos afirmam que, com as quedas, ficará mais difícil oferecer o consignado e, com isso, o crédito pode parar de ser ofertado a aposentados e pensionistas do INSS, como ocorreu em março de 2023. **Cristiane Gercina**

Empréstimos concedidos caem 1,6% em abril

SÃO PAULO | REUTERS As concessões de empréstimos no Brasil recuaram 1,6% em abril na comparação com o mês anterior, informou o Banco Central nesta segunda-feira (27), com o estoque total de crédito avançando 0,2% no período, a R$ 5,894 trilhões.

A leve alta foi resultado de queda de 0,9% no saldo das operações de crédito às pessoas jurídicas e ganho de 0,9% no de pessoas físicas, que totalizaram R$ 2,250 trilhões e R$ 3,644 trilhões no mês de abril, respectivamente.

As concessões de financiamentos com recursos livres, nos quais as condições são livremente negociadas entre bancos e tomadores, tiveram queda de 1,0% em relação a março.

Para as operações com recursos direcionados, que atendem a parâmetros estabelecidos pelo governo, houve queda de 6,8% no mesmo período. Já a inadimplência nos recursos livres ficou em 4,6%, contra 4,5% no mês anterior.

Meteoro de Guedes ficou maior

Fatura de precatórios e requisição de pequeno valor será de R$ 100 bi em 2025

Adriana Fernandes

Jornalista em Brasília, onde acompanha os principais acontecimentos econômicos e políticos há mais de 25 anos

eu fiz a Um meteoro de cerca de R$ 100 bilhões está na direção do Orçamento de 2025.

É o tamanho da fatura que o governo recebeu de despesas com o pagamento de precatórios e as chamadas RPVs (requisições de pequeno valor). Eles terão de ser pagos integralmente no ano que vem.

São dívidas decorrentes de decisão judicial já definitiva. Portanto, têm tratamento de despesas obrigatórias no Orçamento.

Na semana passada, o Ministério do Planejamento havia informado que, para 2025, o valor dos precatórios seria de R$ 70,7 bilhões.

Mas a conta ainda não levava em consideração o valor das RPVs, o que foi esclarecido à coluna nesta segunda-feira (27) pelos secretários do Planejamento Gustavo Guimarães (Executivo) e Paulo Bijos (Orçamento Federal).

Os dois secretários calculam que as despesas com RPVs cheguem a R$ 30 bilhões —a média dos últimos anos.

Resultado: a fatura pode até mesmo superar os R$ 100,7 bilhões, se o valor das RPVs for ainda maior em 2025. O valor final ainda não foi repassado pela Justiça ao governo federal.

A conta a pagar é astronômica. É claro que os valores explosivos assustaram o mercado financeiro, porque essa é uma despesa com a qual, ao menos a curto prazo, o governo não tem muito o que fazer. Está de mãos atadas: é pagar ou pagar.

O tamanho da fatura de 2025 é uma prova de que o meteoro dos precatórios de Paulo Guedes não morreu. Está vivo e ainda maior para impactar o Orçamento da União no ano que vem, já pressionado pelo crescimento de outras despesas obrigatórias.

Os precatórios de 2025 darão um salto em relação a este ano, quando o gasto será de R$ 86 bilhões —R$ 29 bilhões de RPVs.

Na prática, as RPVs também são precatórios. Enquanto o precatório é emitido nos casos de condenações acima de 60 salários mínimos, as RPVs são emitidas para sentenças abaixo desse limite. A maior parte das RPVs é de dívida previdenciária relativa a processos contra a Previdência Social, que quase quadruplicaram em dez anos.

A palavra meteoro para precatórios foi usada pela primeira vez em meados de 2021 por Paulo Guedes, então ministro da Economia, após receber uma fatura de R$ 89 bilhões do Judiciário para pagar em 2022.

Na época, o míssil disparado pelo governo Jair Bolsonaro com apoio do Congresso para desarmar o meteoro foi aprovar a PEC do Calote.

A emenda aprovada com fins eleitoreiros deu um calote no pagamento dos precatórios, rolando parte do pagamento para os anos seguintes.

O governo Lula costurou um acordo com o STF que permitiu a quitação dos precatórios fora dos limites das regras fiscais. O pagamento dos atrasados ficou conhecido como despedalada dos precatórios.

O acordo permitiu ao governo regularizar o estoque dos atrasados sem infringir as regras fiscais até 2026. As despesas ficam fora da meta fiscal. O processo ainda está em curso.

Para 2025, cerca de R$ 45 bilhões dos precatórios ficarão nessa situação. O valor estimado antes de a conta chegar era de R$ 40 bilhões. Há implicações na meta fiscal de déficit zero do ano que vem.

Com esse aumento dos precatórios, o déficit poderá chegar a R$ 76 bilhões e, mesmo assim, a meta ser considerada cumprida.

O acordo não acabou com o problema fiscal gerado pelo crescimento explosivo desse tipo de despesa ao longo dos últimos anos. A vantagem agora é que o problema não foi empurrado para debaixo do tapete.

Os secretários Guimarães e Bijos dizem que a conta é salgada, mas o governo está tratando de conhecer as razões para diminuir o problema. "Estamos aumentando a transparência, o controle e a ação", diz Bijos.

Um Comitê de Monitoramento e Acompanhamento dos Riscos Fiscais Judiciais está funcionando para coordenar medidas de enfrentamento dos problemas antes que virem precatórios. "O tamanho da fatura só reforça a importância do comitê", diz Guimarães.

O governo terá de correr se quiser barrar o crescimento explosivo.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Compra brasileira de arroz inflaciona preços mundiais, afirma analista

Um mês após o início das fortes enchentes no Rio Grande do Sul, a avaliação do mercado é que o governo exagerou nas medidas anunciadas com relação ao arroz.

O anúncio de compra externa de até 1 milhão de toneladas do cereal acabou inflacionando tanto os preços internos quanto os externos. Até as instituições mundiais que compram arroz para distribuição humanitária viram uma aceleração de preços, o que diminui a capacidade de compra delas.

Vlamir Brandalizze, analista do setor de cereais, diz que o volume de 1 milhão de toneladas representa 2% do todo o comércio mundial anual. Isso representa muito para o mercado externo, uma vez que a produção mundial está estagnada e a população cresce ano a ano.

Se o anúncio tivesse sido de 100 mil toneladas, como deveria fazer nesta primeira compra escalonada, os reflexos nos preços mundiais seriam pequenos, segundo o analista.

O consumidor brasileiro paga um dos menores preços pelo cereal no mundo, e as importações vão exigir muito subsídio do governo.

Além dos custos dessa importação, as compras externas podem afetar a oferta do produto nacional no próximo ano. O produtor dos estados centrais está animado, e há uma previsão de aumento de área semeada nessas regiões.

O produtor do Rio Grande do Sul também elevará a área dedicada ao cereal, prevê o analista, que não acredita em desabastecimento no país.

Após a corrida aos supermercados neste mês, os consumidores vão comprar menos em junho e em julho, mês em que tradicionalmente há uma queda nas compras devido às férias. Com isso, os preços devem acomodar.

A concorrência do produto externo pode desestimular o produtor brasileiro, que, diante da ameaça do arroz importado, reduziria a área de plantio, afetando a oferta do cereal em 2025.

As vendas recordes de maio provocaram uma corrida das indústrias em busca de arroz para processar e atender ao varejo. Os preços subiram e vão para a inflação.

É o que aponta a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) nesta segunda-feira (27). Os preços do arroz, que estavam com queda de 2,24% na primeira quadrissemana deste mês, recuaram apenas 0,3% na terceira.

Mesmo quando sobem rapidamente nos supermercados, os preços demoram para serem incorporados pelo índice de inflação. A Fipe compara os preços médios das últimas quatro semanas, com a média das quatro imediatamente anteriores. Quando entra uma semana nova, sai a primeira da lista.

Este é o segundo pico dos preços do arroz nos últimos meses. Na entressafra do final do ano passado, a saca de arroz em casca atingiu R$ 127, em média, em dezembro. Recuou para R$ 100 em março e subiu para R$ 113 neste mês. Neste final de maio, já está em R$ 122, com alta de 13% em relação ao final de abril.

No Paraguai, a tonelada do cereal subiu para US$ 820, com aumento de 26% no mês; na Tailândia, foi a US$ 664 (mais 8%), e, no Vietnã, a US$ 592 (elevação de 2%). O produto americano, com qualidade maior, chega a US$ 900 por tonelada.

O arroz de padrão médio está sendo negociado a R$ 6,5 por quilo no varejo brasileiro. Com base nos preços externos, o governo teria de gastar próximo de R$ 9 por quilo nas importações. O subsídio será grande, uma vez que ele terá de repassar o cereal por um valor menor para o varejo.

É uma hora ruim para importações, segundo Brandalizze. Além de o arroz estar caro, a oferta de trigo também é mais restrita, devido a problemas nas safras da Rússia, da Ucrânia, do Leste Europeu e dos Estados Unidos. Os dois cereais são complementares.

O país não terá desabastecimento de arroz. A safra gaúcha, prevista inicialmente em 7,5 milhões de toneladas, fica em 7 milhões. É o mesmo volume de 2023, afirma Brandalizze.

Outro fator de oferta interna é a queda no volume a ser exportado neste ano. Recorde em 2023, ao ficar próxima de 2 milhões de toneladas, a venda externa deste ano será de 1 milhão, afirma o analista.

Mais resistente, café canéfora se consolida entre grãos especiais

Produtores das variedades conilon e robusta investem em técnicas de manejo para aumentar rentabilidade

AGROFOLHA

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Os cafés robusta e conilon, variedades da espécie canéfora historicamente associadas a produtos de baixa qualidade, já não são mais os patinhos feios do setor. Somente no ano passado, a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) certificou seis lotes de canéforas —significa que os grãos, isentos de impurezas e defeitos, conquistaram mais de 80 pontos nas análises sensoriais.

Esses cafés, que já vinham aparecendo em microlotes nas cafeterias de São Paulo, também entraram com força na pauta da grande indústria.

Desde 2019, quando a marca Nescafé estreou no segmento de cafés premium, a Nestlé vem apostando no canéfora. A segunda edição limitada do Nescafé Origens do Brasil, café torrado e moído proveniente das Montanhas Capixabas, acaba de chegar ao mercado.

Ao contrário do lote anterior, lançado em 2022, o atual é 100% canéfora —embora o produto mescle grãos das variedades robusta e conilon, a empresa optou por identificá-lo apenas como robusta, por considerar a classificação mais conhecida pelo consumidor.

"Nos incomodava ver esse café atrelado à baixa qualidade, por isso redirecionamos nossos investimentos em comunicação e inovação para o canéfora especial", afirma Taissara Martins, gerente de sustentabilidade da Nestlé.

A aposta da multinacional, que trabalha com 1.500 fornecedores de café no Brasil, não se baseia apenas nos aspectos sensoriais interessantes que o canéfora pode entregar, desde que seja cultivado e beneficiado com os mesmos cuidados dispensados ao arábica.

Trata-se de uma espécie mais rústica, menos vulnerável a pragas, que se adapta facilmente a diferentes terroirs, independente da altitude, e demonstra maior capacidade para resistir aos eventos climáticos extremos.

A produtividade média do canéfora também ganha do arábica. "São 80 sacas por hectare, contra as 60 sacas do arábica. Produzo mais, com custo mais baixo. Como as plantas concentram mais frutos, até o pessoal que trabalha na colheita tem preferido trabalhar com o canéfora", relata o cafeicultor Luís Carlos Gomes, proprietário da Fazenda São Bento, em Santa Teresa (ES).

Além de ser um dos fornecedores da nova linha da Nescafé, Gomes vendeu seus grãos para a edição Melitta Terras Capixabas 100% Canephora, lançada em novembro de 2023. Atualmente, os pés de robusta e conilon respondem por 30% de seu cafezal, mas ele prevê que a proporção logo vai se inverter.

"Temos sofrido com a falta de chuvas, e regiões tradicionais no café arábica estão sentindo mais. Já vejo muito produtor, por aqui, interessado em mudar para o canéfora."

Em comparação com o arábica, o canéfora só apresenta uma desvantagem: por ser uma planta com fecundação cruzada, a polinização só acontece quando há plantas de materiais genéticos diferentes no mesmo talhão.

Para dar uma forcinha à natureza, a Nestlé desenvolveu o projeto Colmeia, em parceria com a empresa Agrobee, especializada na integração de produtores rurais e apicultores —caixas de abelhas *Apis mellifera*, também conhecidas como europeias, foram instaladas no meio dos cafezais durante o período da floração.

Só na Fazenda São Bento, foram 40 caixas —cada uma abriga até 100 mil indivíduos. Elas ficaram concentradas em um talhão de 1,8 hectare, ao longo de 15 dias. Um plano de polinização guia a distribuição das colmeias, para que as abelhas, que voam a até 3 quilômetros de distância, consigam polinizar toda a área plantada.

Segundo Guilherme Sousa, fundador da Agrobee, o movimento na área deve ser o menor possível e a aplicação de defensivos agrícolas, inteiramente suspenso. Ele garante que vale a pena. "O incremento na produtividade, no caso dos cafés conilon e robusta, pode chegar a 20%", afirma.

O mel resultante do Projeto Colmeia integra o kit vendido pela Nescafé. A lata com 250 gramas de café moído, com um potinho de 40 gramas de mel de flor de café, sai por R$ 30,77 na Amazon —a previsão é que o kit chegue às cafeterias e empórios de São Paulo nesta semana.

Foi também em 2019 que a 3 Corações incluiu o canéfora especial em seu portfólio. Os microlotes do projeto Tribos são cultivados nas terras indígenas Rio Branco e Sete de Setembro, ambas em Rondônia —na Amazon, o pacote com 250 gramas do café torrado e moído custa R$ 26,98.

O estado, em 2021, conquistou a primeira Indicação Geográfica (IG) do mundo para cafés canéfora. O grão chega ao mercado com a Denominação de Origem Robusta Amazônico e foi descoberto pela 3 Corações em feira do setor.

"Conhecemos o líder indígena Dalton Tupari, que trazia seu café nas mãos, e decidimos fazer uma imersão em Rondônia. Eles já recebiam ajuda da Embrapa, para aprimorar o manejo, mas ainda vendiam o café para intermediários, a preço muito baixo", lembra Patricia Carvalho, líder do Projeto Tribos.

O suporte da indústria, oferecido originalmente a três famílias, cresceu e chega a 150 núcleos familiares. A 3 Corações garante a compra de toda a safra e, desde 2019, arrematou 6800 sacas. Os grãos mais promissores entram no Concurso Tribos —dependendo da pontuação do café, o produtor recebe até 100% acima do preço de mercado.

Segundo Carvalho, a expansão do Projeto Tribos é certa. "O canéfora tem muito potencial. Não vejo como uma substituição ao arábica, mas como uma opção a mais. Ainda temos muito a descobrir sobre toda a complexidade de sabor que ele pode entregar."

Café canéfora resiste mais a variações climáticas

Canéfora
Coffea canephora (variedades robusta e conilon)

• Se adapta a baixas altitudes porque não depende do frio

• O teor de cafeína chega ao dobro do arabica e contém mais sólidos solúveis, o que o torna mais propício para produção de café solúvel

• Depende de fecundação cruzada: a polinização só ocorre quando há plantas de variedades diferentes no mesmo talhão



• Gera frutos menores, de formato arredondado, em maior concentração por galho

Arábica
Coffea arabica



• Precisa de frio e altitude para se desenvolver

• Tem menores teores de cafeína e de sólidos solúveis

• Não depende de fecundação cruzada: a polinização ocorre mesmo quando há um só cultivar na lavoura



Vinícius Dalla Rosa/Divulgação

Renner quer ser referência na doação de roupas ao RS, diz CEO

Empresa gaúcha chegou a fechar 4% das lojas e teve 400 funcionários atingidos

ENTREVISTA
FABIO FACCIO

Joana Cunha

SÃO PAULO A gaúcha Renner, que nasceu vendendo capas de lã para o frio e a chuva no início do século passado, planeja atravessar a tragédia das enchentes em seu estado como referência para a doação de roupas às vítimas.

Segundo o CEO, Fabio Faccio, a empresa quer se tornar linha de frente no enfrentamento da crise, assim como os profissionais de saúde fizeram na Covid. "Na pandemia, a gente não podia estar na linha de frente. Então, ficamos por trás e apoiamos os médicos, hospitais. Mas agora podemos estar na linha de frente também", diz.

Além das próprias doações, a empresa abriu pontos de coleta em centros de distribuição e lojas pelo país para receber as doações de clientes e fornecedores e transportá-las até o Sul do país.

Com 13% de suas lojas no Rio Grande do Sul, a companhia, que também tem marcas como Camicado e Youcom, precisou fechar algumas das unidades. Segundo o executivo, cerca de 400 funcionários foram atingidos pelas chuvas com grandes perdas e tiveram auxílio da empresa para se realocar em casas de familiares ou hotéis, além de antecipação de férias, 13º e depósito emergencial.

Faccio vê a catástrofe como consequência da atuação humana sobre o ambiente e defende maior compromisso das empresas e do poder público com a sustentabilidade.

"Nesses eventos climáticos que estamos presenciando, fica ainda mais clara a importância. Se alguém tinha dúvidas, está vivendo a experiência na prática, infelizmente."

O aquecimento global atinge em cheio o setor de vestuário ao prejudicar a venda das roupas de inverno, de maior valor agregado, mas Faccio afirma que a moda se adapta vendendo roupas mais leves. "Atualmente, tem tido um comportamento de usar mais camadas. Em vez de usar uma peça mais pesada, a pessoa usa duas ou três mais leves. Se esfriar, ela compõe."

*

Como a Renner está lidando com a tragédia? A Renner nasceu no Rio Grande do Sul. Nos sentimos responsáveis pelo estado. É um cordão umbilical. Dividimos nossas ações em quatro pilares. O pilar 1 é proteger as pessoas, tanto as do nosso time quanto clientes e comunidade.

Com recursos nossos para barcos e equipes, resgatamos mais de mil pessoas, algumas delas do nosso próprio time. Fechamos temporariamente algumas lojas onde não era possível operar ou poderia ter risco de transporte.

Quantas? Quando começou o impacto maior, o pico chegou a 4% de todas as lojas. Temos 669 lojas, somando Brasil, Argentina e Uruguai com Renner, Camicado Youcom e Ashua. Hoje, está em torno de 1% das lojas fechadas.

E tem algumas com horário reduzido. Em alguns locais, a segurança pública pede para fechar mais cedo por risco de deslocamento à noite ou pelo transporte. Iluminação natural também é uma questão de segurança. Estamos adaptando a operação.

Quais são os outros pilares de ação? Temos o pilar 2, que é estar na linha de frente ajudando para a questão das roupas. Na pandemia, tivemos atuação semelhante para algumas coisas, mas o pilar era apoiar quem estava na linha de frente naquele momento, porque a gente não podia estar. Então, nós ficamos por trás e apoiamos os médicos, hospitais. Mas agora podemos estar na linha de frente também.

Temos 380 mil peças prontas para doar, sendo que 80 mil já estão com a Defesa Civil e parte já foi doada. Estamos preparados para doar mais. Neste momento, as pessoas que perderam tudo não têm onde colocar as coisas, mas depois, quando voltarem para casa, vão precisar de mais roupa.

Como nós somos uma das maiores empresas no estado, temos esse papel de ponte para ampliar as ações de quem queira ajudar. Então, o pilar 3 são as parcerias, conectando empresas com órgãos públicos e instituições locais. Temos parceria com a Cufa e o Sesc, por exemplo. Também vamos ajudar na fase da reconstrução, tanto das moradias como da infraestrutura. Estamos formando coalizões, por exemplo, com o Instituto Ling.

O pilar 4 é manter a saúde financeira da empresa. Fazer tudo isso e continuar operando, mitigar possíveis perdas para continuar gerando resultados e lucro para continuar ajudando.

Qual é o volume de doações? Foram mais de 112 mil litros de água, 28 mil cobertores e roupas de cama e toalha, 52 mil itens de higiene e limpeza e 31 toneladas de alimentos. Nossos fornecedores também estão contribuindo. Parte disso vem deles. Estamos recebendo doação nas lojas e nos nossos centros de distribuição e trazendo para cá. Tem muita gente querendo ajudar e não sabe como.

Quais foram as perdas da empresa? Não tivemos perdas de material. Tivemos algumas lojas em que entrou água, mas pouca, e deu tempo de tirar equipamentos e roupas. Não teve casos de inundação. As lojas que estão fechadas são por dificuldade de acesso ou por água num dos pisos.

O impacto maior é no abastecimento? No fluxo de abastecimento e de pessoas nas lojas. Do nosso parque de lojas total, 13% está no Rio Grande do Sul, e 11,5% do faturamento está aqui. Algumas unidades não sentiram nada, como as do norte do estado. Algumas estão capturando um pouco do movimento de pessoas de outras cidades que migraram. Então, uma parte do faturamento do estado está sendo impactada, não toda.

Quanto ao abastecimento, os nossos centros de distribuição ficam em São Paulo, Rio e Santa Catarina. A maior parte das lojas está sendo abastecida, com raras exceções que estão com tempo de abastecimento um pouco mais longo em função do fluxo das estradas para algumas cidades.

Isso acontece em um momento de forte preocupação do varejo em geral com outro tema, a isenção das vendas de US$ 50 dos sites estrangeiros, não? O que a gente pede é tratamento tributário isonômico para as empresas nacionais e estrangeiras, livre competição. No Brasil, as empresas nacionais pagam em média 90% de imposto para um mesmo produto que uma empresa estrangeira paga 17%. É o protecionismo às avessas, um absurdo que está exportando empregos brasileiros, quebrando a pequena indústria, o pequeno varejo e já as grandes indústrias e varejistas nacionais. Não há ninguém no país que seja contra a isonomia. É um tema de interesse de todos, e espero que seja resolvido.

Os recursos emergenciais do governo para a população devem ajudar a aquecer o varejo? Com certeza, qualquer recurso adicional que for destinado à população do Rio Grande do Sul, neste momento, ajuda diretamente as pessoas afetadas e, indiretamente, toda a economia do estado.

Na questão climática, o calor extremo, que atrapalha vendas de inverno, também preocupa? Do ponto de vista de negócio, nosso trabalho é proporcionar ao cliente o que ele tem necessidade. Temos opções de produtos para cada clima e estação. É possível se adaptar a isso. É mais difícil, mas é possível.

O que eu acho importante do ponto de vista climático, e tem muito a ver com a pauta das enchentes, é que está cada vez mais claro o impacto que nós, como humanidade e sociedade, estamos tendo no meio ambiente, e que estã gerando estes impactos climáticos. Não estou falando só das enchentes no RS. Tivemos os meses de fevereiro, março e abril mais quentes da história, não só no Brasil.

Sobre as enchentes no estado, alguns dizem: 'Lá em 1941 nós tivemos [enchente em Porto Alegre]'.

Mas não foi tão impactante nem tínhamos os sistemas fluviais que temos hoje. Tivemos outra em 1969, um pouco menos relevante. Agora, nós tivemos em junho, setembro, novembro, janeiro e agora em maio. Várias em menos de um ano. A intensidade e a frequência estão maiores.

Em São Paulo, eu dificilmente vi 33ºC por tanto tempo no outono. Pode ter tido um dia ou outro no passado, mas não dessa forma.

Nós, como humanidade, acabamos causando isso. Fica clara a importância de ações de mitigação, descarbonização e redução de impactos climáticos. Isso está na nossa estratégia. Temos compromissos públicos de sustentabilidade. Fica ainda mais clara a importância da sustentabilidade e do compromisso das empresas e dos órgãos públicos nesses eventos climáticos que estamos presenciando. Se alguém tinha dúvidas, está vivendo a experiência na prática, infelizmente. Acho que isso acende a relevância do tema e a urgência.

Ter inverno é importante para o negócio do vestuário porque são roupas de maior valor agregado? É importante, mas sempre há o consumo de moda. Atualmente, tem tido um comportamento de usar mais camadas. Em vez de usar uma peça mais pesada e de valor mais alto, a pessoa usa duas ou três mais leves. Se esfriar mais, ela compõe. Tem opções.

Fabio Faccio, 51
Formado em administração pela PUC-SP, foi trainee na Renner em 1999 e ocupou cargos de gerência e direção. Assumiu a presidência em 2019

+
Concessionária do Salgado Filho quer reequilíbrio financeiro

A Fraport Brasil, concessionária do Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre (RS), pediu à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) que estude o reequilíbrio econômico-financeiro do seu contrato. A informação foi negada pela empresa, mas confirmada pela agência reguladora. A Anac recebeu na terça-feira, 21 de maio, o pedido da Fraport Brasil para avaliação de reequilíbrio econômico-financeiro com vistas à recomposição de perdas decorrentes da inundação do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), após as fortes chuvas que acometeram o Rio Grande do Sul", disse, em nota, o órgão. A Anac diz que está iniciando a análise do pleito e já está considerando que há razão para apresentação do pedido.

Empresários vão doar 2.000 toneladas de carne

Marianna Holanda

BRASÍLIA O ministro Carlos Fávaro (Agricultura) anunciou, nesta segunda-feira (27), que empresários do setor de proteína animal vão doar 2.000 toneladas de carne para o Rio Grande do Sul.

De acordo com o titular da pasta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez o pedido aos executivos, que atenderam à iniciativa. O anúncio ocorre depois de reunião com empresários e o chefe do Executivo, no Palácio do Planalto.

Metade da doação virá da JBS, empresa de Joesley e Wesley Batista, que também participaram da reunião.

Fávaro contou que será criado um grupo de trabalho com representantes do governo federal, estadual e da indústria para organizar a logística das doações, que devem acontecer ao longo dos próximos meses.



Carlos Fávaro (Agricultura) cumprimenta Lula no Planalto, em reunião com empresários do setor de proteína animal, entre os quais Joesley Batista (segundo à esq. do ministro) e Wesley Batista (à direita, na ponta da mesa) Pedro Ladeira/Folhapress

Como já há estoque disponível no estado para a doação, a expectativa é que a carne já seja encaminhada para abrigos e cozinhas solidárias nos próximos dias.

"Nós vamos fazer juntos, governo e iniciativa privada, [logística] para que a gente possa então ter um programa permanente, até quando necessário, para a doação de proteínas", disse Fávaro a jornalistas.

A ideia é acrescentar na alimentação das pessoas cerca de 200 g ou 300 g de proteína animal por dia. As doações serão de carne bovina, suína, frango e ovo. Segundo ele, serão 6 milhões de refeições.

De acordo com Fávaro, o presidente repetirá o pedido de doação para empresários de outros setores.

Participaram do encontro e da doação, nesta segunda, 30 executivos do setor de proteína animal, além de dois representantes de associações, e do ministro e do presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 240/2024 - PE SMS nº 221/2024 - Processo: 182.396/2023 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93240/2024** - Processo Comum - **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por lote - **Objeto:** Aquisição de insumos para atendimento odontológico nas unidades de saúde do município de Bauru, devidamente especificado no Anexo I do Edital, através de pedido de Empenho. - **Período para entrega das propostas: 28/05/2024 às 8h até 12/06/2024 às 9hm. Data prevista para abertura da sessão pública: 12/06/2024 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site **www.bauru.sp.gov.br**, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - Id contratação **PNCP: 46137410000180-1-000211/2024** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 27/04/2024 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscila Dionísio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

Gol lança plano para sair da recuperação judicial nos EUA

Companhia aérea prevê aumento de capital e renegociação de dívida, com melhora de margens a partir de 2025

SÃO PAULO | REUTERS A Gol anunciou nesta segunda-feira (27) o lançamento de um plano financeiro de cinco anos destinado a permitir à empresa sair da recuperação judicial nos Estados Unidos e melhorar os resultados, processo que pode culminar com queda de margem em 2024 e redução no valor das ações da empresa.

A companhia aérea estimou que a margem de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) deva cair para cerca de 23% neste ano, mas, em meio a esforços de "melhorias de resultados", esse patamar deve avançar para cerca de 29% em 2025, 30% em 2026 e 34% até 2029. Em 2023, a margem recorrente foi de 32%.

"As margens Ebitda serão impulsionadas, em parte, pela implementação de um programa anual de melhoria de resultado de cerca de R$ 1 bilhão, que permitirá à Gol manter uma vantagem competitiva sobre seus pares no custo unitário", afirmou a empresa, sem dar detalhes.

Parte do plano está baseada em um aumento de capital de US$ 1,5 bilhão (R$ 7,76 bilhões) e refinanciamentos de US$ 2 bilhões (R$ 10,34 bilhões) em dívida que deverão reduzir a alavancagem da empresa de cerca de 3,7 vezes no final de 2023 para 3,6 vezes em 2025, 2,9 vezes em 2026 e 1,7 vez em 2029.

A Gol anunciou na sexta-feira (24) um programa de codeshare com rival Azul. Gol e Azul são, respectivamente, a segunda e a terceira maiores companhias aéreas do Brasil em receita por passageiro por quilômetro.

Cada uma tem cerca de 30% de participação no mercado doméstico, atrás dos 40% da chilena Latam, de acordo com dados da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

A companhia aérea não explicou nesta segunda-feira o papel do acordo de codeshare no processo de recuperação de suas operações.

A Gol está em recuperação judicial nos Estados Unidos desde o início deste ano, ampliando um longo grupo de companhias aéreas do Brasil que acabou precisando de proteção da Justiça contra credores.

O Grupo Latam Airlines, por exemplo, pediu recuperação judicial nos EUA em 2020, processo que se encerrou em novembro de 2022.

A Gol afirmou ainda nesta segunda-feira que o plano prevê que a empresa terá 169 aeronaves em sua frota até 2029, ante 141 no final de 2023.

Brasil se torna maior mercado de veículos eletrificados da China

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

PEQUIM (CHINA) | REUTERS O Brasil ultrapassou a Bélgica como o maior mercado de exportação para veículos chineses eletrificados, de acordo com dados do setor. O aumento acontece em momento em que montadoras da China expandem vendas para mercados fora da Europa em meio à investigação antitruste da União Europeia sobre setor.

As exportações de carros elétricos e híbridos plug-in para o Brasil aumentaram 13 vezes em relação ao ano anterior, atingindo 40.163 unidades em abril.

Isso torna o país o maior mercado de exportação pelo segundo mês consecutivo, de acordo a CPCA (Associação de Carros de Passageiros da China). Em janeiro, o Brasil era o 10º maior mercado de exportação de carros chineses.

O crescimento ocorre em antecipação ao aumento do Imposto de Importação no Brasil, que passou a valer para carros elétricos no início desde ano e foi elevado para os híbridos.

De acordo com o plano do governo federal, o imposto será elevado até 35% até meados de 2026 a partir de nível zero, no caso de elétricos, e de 12% no caso dos híbridos.

Montadoras chinesas já começaram a elevar investimentos para a produção local no Brasil.

A BYD começou a construir um complexo fabril no país para iniciar a produção até o final do ano ou no início de 2025. A Great Wall Motor afirmou que sua fábrica no Brasil começaria a operar neste mês.

O Brasil também se tornou o segundo maior destino de exportação da China para todos os carros em abril, ficando atrás da Rússia, que manteve primeira posição.

A Rússia, que está sujeita a sanções ocidentais, deve continuar sendo o maior mercado de exportação de automóveis da China, disse o secretário-geral da CPCA, Cui Dongshu.

Espanha, França, Holanda e Noruega estão entre os países que registraram as maiores quedas nas importações de veículos elétricos de passageiros chineses entre janeiro e abril, de acordo com a Associação.

A investigação antissubsídios da União Europeia abalou exportações de veículos chineses para o bloco, mas montadoras do país têm explorado ativamente os mercados de América do Sul, Austrália e Sudeste Asiático para exportações, disse Cui.

Nos primeiros quatro meses deste ano, as exportações de automóveis chineses para a Rússia aumentaram 23%, chegando a 268.779 veículos.

As exportações para o México e para o Brasil aumentaram 27% e 536%, para 148.705 e 106.448, respectivamente, durante o mesmo período.

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

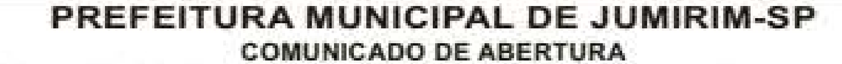
Órgão: Prefeitura de Boituva; **Edital:** PE 10/2024; **Objeto:** Registro de preços visando a aquisição de extintores e recarga bem como suportes para fixação e placas de sinalização e iluminação de emergência. **Modalidade:** Pregão Eletrônico. A data foi alterada de 03/06/2024 para o dia 17 de junho de 2024 as 09:00 hs. O edital completo poderá ser retirado no site da prefeitura de Boituva no endereço www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 27 de maio de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Despacho do Prefeito Municipal de Quatá De 27/05/2024
Processo Licitatório nº. 010/2024
Concorrência Eletrônica nº. 002/2024

Adjudicando e Homologando o procedimento Licitatório referente a Concorrência Eletrônica nº. 002/2024, do tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa especializada para executar serviços de pavimentação asfáltica no prolongamento da Avenida Modesto Carone, para a seguinte empresa: **CONTATO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, com valor total de **R$ 432.570,26 (quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e setenta reais e vinte e seis centavos).**
Marcelo de Souza Pecchio - Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM-SP

COMUNICADO DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Jumirim/SP comunica aos interessados a abertura do Processo nº 845/24, Edital nº 03/24, Pregão Eletrônico nº 02/24 para: **"Aquisição de playgrounds com instalação para Praça Pedro Cinto deste Município"**. Data inicial de cadastro das propostas: 28/05/2024 às 13h00. Data do término de cadastro das propostas: 12/06/2024 às 09h00. Data para abertura e análise das propostas: 12/06/2024 às 09h01. O edital na íntegra poderá ser obtido nos sites: www.bll.org.br, www.jumirim.sp.gov.br, e-mail licitacao@jumirim.sp.gov.br ou junto ao Departamento de Compras e Licitações. Informações pelo fone: (15) 3199-9800.
Jumirim, 27 de Maio de 2024. Daniel Vieira - Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2024 - PROCESSO Nº 23/2024

Objeto: Registro de preços objetivando aquisição de uniformes e materiais esportivos para uso da Coordenadoria de Esportes do município de Fartura, de acordo com as especificações contidas no Anexo 01 – Termo de Referência. Abertura das propostas: 09H00 do dia 12/06/2024. O edital completo poderá ser retirado através do site: www.fartura.sp.gov.br.
Fartura, 27 de maio de 2024. Luciano Peres - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL - Edital nº 004/2024-CDP II PAC - Processo Administrativo: 006.00174526/2024-41. Código Único: 2024050451-9. Local: Rodovia Vicinal Prefeito Kouitiro Sato, Km 07+600 metros - Bairro Córrego Olimpia, na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo. Órgão: Secretaria da Administração Penitenciária. Unidade Compradora UASG: 380275 – Centro de Detenção Provisória II de Pacaembu. Modalidade da contratação: Pregão – Eletrônico. Amparo Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I. Tipo: Edital. Modo de Disputa: Aberto. Registro de preço: Não. Data de início de recebimento de propostas: 03/06/2024 às 09h (horário de Brasília). Data de fim de recebimento de propostas: 13/06/2024 às 09hr (horário de Brasília). Objeto: Aquisição de Materiais de limpeza, itens de higiene pessoal e itens de habitação, visando atender a Resolução SAP nº 26 de 2013. Valor total estimado da contratação: R$ 71.536,96 (setenta e um mil, quinhentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos). Data da Sessão Pública: 13/06/2024 às 09h (Horário de Brasília). Critério de Julgamento: menor preço por item. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM. Endereço Eletrônico: www.compras.gov.br. Compras.gov.br - O maior site de compras públicas do Brasil. www.compras.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

ADITAMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; OBJETO: 16º aditamento do contrato n.º 048/2020, prorroga-se o contrato a partir de 26/05/2024 até 25/05/2025, o valor da renovação é de R$ 360.124,29, devendo ser pagos em 06 parcelas mensais consecutivas após emissão da apólice e apresentação da fatura. As demais cláusulas permanecem inalteráveis. LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 017/2020.
Bastos/SP., 27.05.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

PECINI LEILÕES — Marcondes Cesar

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

1º Público Leilão – 07/06/2024 às 10h00 | 2º Público Leilão – 11/06/2024 às 10h00

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial - matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **PRO ENGER CONSTRUTORA LTDA.** - CNPJ: 55.473.177/0001-05, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, na forma dos artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 142, LOCALIZADO NO 14º ANDAR (15º PAVIMENTO), DO "RESIDENCIAL GRAND VALLE ELVIRA UP"**, situado à Rua Bernardo Fernandes Faria, nº 183, Jacareí/SP. Áreas: Privativa Coberta: 72,490m²; Uso comum: 52,862m²; Total: 125,352m²; FIT: 1,177206%. À esta unidade ficam vinculadas as vagas de garagem 28/28A para estacionamento de veículo de pequeno porte. Matrícula nº 104.010 do CRI de Jacareí/SP. Cadastro Municipal nº 44132-14-96-0569-01-080. Consolidação da propriedade em 29/04/2024. **VALORES: 1º LEILÃO: R$ 335.888,21. 2º LEILÃO: R$ 295.061,22. Ônus do Arrematante: i)** pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** despesas a partir das datas dos leilões; **iv) IMÓVEL DESOCUPADO; v)** Posse do imóvel fica condicionada a lavratura e registro da escritura; **vi)** Na hipótese de eventual ocupação, a desocupação será a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **vi)** Venda ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante **EVANDRO ADÃO APARECIDO OLIVEIRA** – CPF nº 267.217.218-80, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

LEILÃO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 05 e 07/06/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, cédulas, selos, medalhas antigas.
Acesse:
www.rivaldodantasleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 90036/2024, referente ao Processo HRA-SES-PRC 024.00037855/2024-94, destinado AQUISIÇÃO MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DE CPRE, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 12/06/2024 e o horário as 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º80/2024 - Processo nº 130.550/2023 **- Modalidade:** Concorrência Eletrônica **nº 90004/2024 - Tipo:** Menor Preço por Lote - Ampla Participação - Contrato - **Modo de Disputa:** Aberto e Fechado **- Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EM BIM E EXECUÇÃO DE UMA CONSTRUÇÃO OFFSITE, TIPO MODULAR STEEL FRAME, PARA EDIFICAÇÃO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, CONFORME MEMORIAL TÉCNICO, PROJETOS E PLANILHA, CONSTANTES EM EDITAL - Interessada:** Secretaria Municipal da Educação. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 29 de agosto de 2.024. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 29 de agosto de 2.024, às 09h.** Informações na Divisão de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-4744. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, e poderá ser acessado também através do site **www.comprasnet.gov.br**, onde se realizará a sessão da concorrência eletrônica.
Bauru, 27/05/2024 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.



EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão – 04/06/2024, às 11h00 | 2º Público Leilão – 06/06/2024, às 11h00

perplan

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **V HASTE SPE TERRENISTA 1 LTDA.** - CNPJ nº 39.743.093/0001-80, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, na forma dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO RESIDENCIAL Nº 24 da QUADRA Nº 27, do loteamento "VIVALEGRO"**, Bairro Santo Antônio, Votorantim/SP. **ÁREA TOTAL: 200,00m²**. Medidas e confrontações: Com frente para a Rua 12, onde mede 8,00m; igual metragem na linha dos fundos, onde confronta com parte dos Lotes nº 04 e 05; da frente aos fundos, de ambos os lados, mede 25,00m, onde confronta do lado direito de quem da rua olha para o terreno, com o Lote nº 23, e do lado esquerdo, de igual orientação, com o Lote nº 25. Matrícula nº 30.236 do CRI de Votorantim/SP. Contribuinte nº 13.45.21.7012.90.000.0.20. Consolidação da propriedade: 25/04/2024. **1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 111.076,78. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 117.506,73. Ônus do Arrematante: i)** pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** despesas a partir das datas dos leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** Venda ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante **HELICARLOS ANTONIO DE LIMA** - CPF nº 205.123.556-00, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão & Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 90041/2024, referente ao Processo HRA-SES-PRC 024.00032558/2024-52, destinado CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM PURIFICADORES DE ÁGUA, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 14/06/2024 e o horário as 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - **RETIFICADO** Processo Licitatório nº. 013/2024 **Pregão Eletrônico nº. 007/2024** Objeto: Contratação de empresa de assessoria técnica especializada e consultoria de apoio administrativo especializado dos meios para o gerenciamento dos recursos financeiros destinados ao Município de Fernão por meio dos convênios, contratos de repasse, termos de compromisso e transferências fundo-fundo, oriundos dos entes da Federação, União e Estado, assim como acompanhamento de toda execução do procedimento até a prestação de contas. Torna público que em virtude de erro na data da sessão e término do acolhimento das propostas expressa no Edital, faz-se necessário a retificação do mesmo, contudo por não haver prejuízo com a alteração fica mantida a data do certame para o dia 18/06/2024, às 08h30min, no Portal de Compras http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/. O Edital Retificado completo poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Fernão/SP, das 8h00min às 11h30min ou das 13h00min às 16h30min de segunda a sexta-feira ou pelo site: www.fernao.sp.gov.br/transparencia e no Portal de Compras http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016/3273 1038/99624 9011 e por via do e-mail compras@fernao.sp.gov.br.
AVISO DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº. 025/2024 **Concorrência Eletrônica nº. 008/2024** Objeto: Contratação de empresa especializada para Reforma da Unidade dos Correios em Fernão/SP. O Edital estará à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no site da Prefeitura Municipal: www.fernao.sp.gov.br, no Portal de compras: http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/compraseditall/ ou ainda no prédio do Paço Municipal, sito na Rua José Bonifácio, nº. 106, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min. A sessão pública de processamento terá início às 08h30min do dia 14/06/2024, no Portal de Compras http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/, podendo ser acessado por qualquer meio eletrônico com acesso à internet. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016/3273 1038/99624 9011 e por via do e-mail compras@fernao.sp.gov.br.
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº. 019/2024 **Dispensa nº. 006/2024.** Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria para Servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Em atendimento ao disposto no artigo 75, § 3° da lei 14.133/21, o termo de referência e minuta de contrato para a contratação do objeto acima especificado, encontram-se disponíveis através do site: www.fernao.sp.gov.br , no portal de compras : http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/, ou ainda no prédio do Paço Municipal, sito na Rua José Bonifácio, nº. 106, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min. As empresas interessadas deverão manifestar-se até dia 04/06/2024 às 16h30min, com o envio da proposta conforme modelo padrão disponibilizado para os e-mails compras@fernao.sp.gov.br e licitacao@fernao.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016/3273 1038/99624 9011 e por via do e-mail compras@fernao.sp.gov.br ou licitacao@fernao.sp.gov.br.

LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA – JARDINÓPOLIS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/MF 43.669.148/0001-26, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO JARDIM MADRID CAMPINAS CAMPINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 39.871.910/0001-85, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO JARDIM ELDORADO MATÃO I SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 41.197.309/0001-09, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE – SRPQ I SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF **37.595.066/0001-81**, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO PARQUE BELAS ARTES – BRODOWSKI SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 41.407.182/0001-05, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO TAMBAÚ II LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 33.764.793/0001-74, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, conforme determina a Lei n. 6.766/79, no §2º, do art. 49, **após o esgotamento das tentativas e diligências para sua localização e comunicação pessoal**, encontrando-se assim em local incerto e não sabido, resolvem, pelo presente edital, **NOTIFICAR** os promitentes compradores dos lotes abaixo relacionados para comparecer no prazo improrrogável de 10 dias a contar da publicação deste edital, na sede no endereço acima descrito ou, ainda, contato-las pelo telefone (16) 4009-9499, para tratarem do assunto de seu interesse.
Assim, pelo presente, ficam **NOTIFICADOS** na forma da lei e, para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se esta notificação com prazo de 10 dias.
O não comparecimento e a consequente desconsideração desta notificação está sujeito às consequências legalmente previstas, com a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes.

Contrato	Empreendimento	Cliente	Quadra	Lote	CPF
42435	Bela Vista - Jardinópolis	Jean Florencio Da Silva	7	3	062.238.663-80
44685	Bela Vista - Jardinópolis	José Alves Martins	22	10	026.333.898-30
44685	Bela Vista - Jardinópolis	Zelia Ribeiro Martins	22	10	094.901.878-36
45606	Jardim Madrid	André Eduardo Da Silva	F	63	366.190.188-58
45606	Jardim Madrid	Regina Aparecida Alves Da Cunha	F	63	285.173.288-92
45654	Jardim Madrid	Jackson Willian Correia	I	31	215.712.738-08
46015	Jardim Madrid	Anderson Rodrigo Da Silva	J	7	285.995.028-16
36643	Loteamento Matão (Eldorado I) - CS	Marilene Pereira Ramos	6	16	071.802.058-85
36643	Loteamento Matão (Eldorado I) - CS	Antonio Carlos Ramos	6	16	042.781.068-07
39338	Novo Horizonte - Santa Rita do Passa Quatro	Simone Aparecida Almeida	4	6	334.689.248-44
44656	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Kelly Gracielle Da Silva Bispo Adelino	5	11	328.542.888-07
44656	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Maicon Da Silva Adelino	5	11	318.714.858-19
44704	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Pedro Cristiano Segismundo	8	21	305.800.388-90
42314	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Breno Eduardo Theodoro	11	29	489.453.718-42
36472	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Diunio Cesar Dos Santos	11	44	334.920.298-50
39389	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Diunio Cesar Dos Santos	12	12	334.920.298-50
36560	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciarretta)	Beatriz Maria De Oliveita Souza	14	11	454.525.948-09
38812	Tambau II	Solange De Fatima Fioretti	3	25	426.655.638-19

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Comunica abertura de Credenciamento. Chamamento Público 002/2024 - Proc. 25/2024. Objeto: Credenciamento de Pessoas jurídicas visando a contratação da prestação de serviços de exames de diagnóstico por imagem com emissão de laudos para 09 municípios consorciados ao CIVAP, pelo prazo de 12 meses, prorrogável. Regência: Lei nº 14.133/2021. Critério: Preço tabelado (unitário) de serviço. Prazo para impugnação do edital e pedidos de esclarecimentos: 03/06/2024 a 05/06/2024. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as declarações exigidas no Edital serão recebidos a partir de 06 (seis) de junho de 2024. Íntegra do edital disponível no site www.civap.com.br. Informações: licita@civap.combr ou (18) 3323-2368.
Assis, 27 de maio de 2024. Marcelo de Souza Pecchio - Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024, cujo objeto é contratação de serviços de jardinagem, manutenção e conservação de gramados, conforme demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para o registro de preços se dará no dia 19 de junho de 2024, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 29 de maio de 2024. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 24 de maio de 2024.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para substituição de adutoras de águas potável de amianto, por adutoras de PEAD, da rede de distribuição do Município de Jaguariúna, contemplando aumento dos diâmetros, através do método não-destrutivo (MND), conforme demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa se dará no dia 21 de junho de 2024, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 29 de maio de 2024. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: agentesdecontratação@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 27 de maio de 2024.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA. O Diretor da Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" de Avaré, COMUNICA a abertura do, PREGÃO ELETRÔNICO número 90007/2024, Processo SEI nº. 006.00129527/2024-31 destinado a aquisição de material de escritório, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 11/06/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em seu íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, e ainda poderá ser solicitado por e-mail para: lpera@sp.gov.br. Informações: (14) 3711-9380.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90038/2024 - Encontra-se aberto o Edital PREGÃO ELETRÔNICO nº 90038/2024 - UASG 153031 Nº Processo: 23089.003972/2024-12. Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com o fornecimento de materiais e peças, para a Universidade Federal de São Paulo - Campus São José dos Campos. Edital: 24/05/2024 das 08h às 17h. Endereço: Rua Talim, 330, Vila Nair - São José dos Campos/SP ou **https://www.comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/edital-153031-5-90038-2024**. Entrega das Propostas: a partir de 24/05/2024 às 08h00 no site **www.gov.br/compras**. Abertura das Propostas: 11/06/2024 às 09h00 no site **www.gov.br/compras**. Informações Gerais: **compras.sjc@unifesp.br.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 15/2024
PROC. LICITATÓRIO Nº 63/2024
EDITAL: Nº 15/2024

OBJETO: ***Contratação de empresa para locação de horas de serviço de máquina pesada – escavadeira hidráulica sobre esteira com capacidade de 1,5m, os serviços incluem; 01 operador qualificado, combustível, administração e deslocamento;*** **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 03/06/2024 ÀS 09:00 HORAS; TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 19/06/2024 ÀS 08:30 HORAS; ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 19/06/2024 ÀS 08:35 HORAS. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 19/06/2024 ÀS 09:00 horas; **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - acesso identificado. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, n 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon - Coronel Macedo – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07h00, às 17:00h., no site www.coronelmacedo.sp.gov.br, ou e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br.
Coronel Macedo, 27 de maio de 2024
JOSÉ ROBERTO SANTINONI VEIGA
Prefeito Municipal

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10157007007, no qual figura como **Fiduciante ESPÓLIO DE SANDRA REGINA CEZÁRIO**, portadora da carteira de identidade RG nº169399852-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 135.397.948-24, **tendo como herdeiros: 1) HEBERT PONTES CEZARIO DE LIMA**, inscrito sob CPF nº 298.835.838-51, residente e domiciliado na Av. Elisio Teixeira Leite, nº 6300, Apartamento 74, Bloco C, Bairro Sítio Morro Grande, São Paulo/SP, CEP: 02810-000; **2) NAIARA CEZARIO DE LIMA**, inscrita sob CPF nº 400.203.818-51, residente e domiciliada na R. João Amado Coutinho, nº 544, Apartamento 13B, Cj. Res. Elisio Teixeira Leite, São Paulo/SP, CEP: 02815-000 e **3) JANAINA CEZARIO DE LIMA**, inscrita sob CPF nº 342.863.298-28, residente e domiciliada na Rua Egídio Felini, nº211, Apartamento 13B, Cj. Res. Elisio Teixeira Leite, São Paulo/SP, CEP: 02815-040, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 14/06/2024 às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 249.265,96** (duzentos e quarenta e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 218.698 do Registro de Imóveis de Praia Grande/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Apartamento número 04, localizado no pavimento térreo ou primeiro pavimento e no pavimento superior ou segundo pavimento do Residencial Souza e Farias, situado na Rua Alfonso Bovero, número 872, no loteamento denominado Vila Assumpção, na cidade de Praia Grande/SP, com a área útil de 51,6300m², área comum de 8,1239m², área bruta de 59,7539m², correspondendo-lhe uma fração ideal nas coisas comuns e no terreno de 20,2693%, confronta sua parte inferior, pela frente por onde tem sua entrada, com a área de circulação do condomínio, do lado esquerdo, de quem da área de circulação olha para o imóvel, confronta com o apartamento número 03, do lado direito com o apartamento número 05, e nos fundos confronta com a sua área de uso exclusivo; a parte superior confronta pela frente com vista para a área de circulação do condomínio, do lado esquerdo confronta com a parte superior do apartamento número 03, do lado direito confronta com a parte superior do apartamento número 05, e nos fundos com vista para a sua área de uso exclusivo. Sendo de seu uso exclusivo uma área localizada na lateral do condomínio, assim descrita: localizada à 16,35 metros do alinhamento de divisa, do lados esquerdo de quem da Rua Alfonso Bovero olha para o imóvel, desse ponto segue em linha reta na distância de 3,55 metros, confrontando em toda extensão com parte do lote número 05, daí deflete à direita 1,50 metro, confrontando com a área de uso exclusivo do apartamento número 05, daí deflete à direita 3,55 metros, confrontando com o próprio apartamento número 04, daí deflete à direita 1,50 metro, confrontando com a área de uso exclusivo do apartamento número 03, até encontrar o ponto de início desta descrição, contendo nesta área descrita, caixa de gordura, caixa de inspeção, área de serviço e os muros de divisa; cabendo-lhe o direito ao uso de 01 vaga no estacionamento coletivo do prédio, para a guarda de veículo de pequeno porte, em lugar indeterminado, por ordem de chegada".* **Inscrição Municipal:** 2.05.06.025.004.1004-7. **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 26/06/2024, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 177.288,32** (cento e setenta e sete mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-2739-03)

PEFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 044/2024;** Processo Licitatório nº 077/2024. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DOCES, para serem distribuídos através do Centro de Referência de Assistência Social e Fundo Social de Solidariedade, em campanhas e datas comemorativas, para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, proporcionando assim momentos de afetividade e felicidade, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 11/06/2024 às 14:00hrs no site: http://187.8.185.250:8079/compraseditall/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 27/05/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 045/2024;** Processo Licitatório nº 078/2024. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão eletrônico a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e prestação de serviços comuns de engenharia, para manutenção das medidas de segurança contra incêndio com aprovação e obtenção de auto de vistoria do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e laudos necessários, treinamento e Atestado de Brigada Contra Incêndio, conforme especificações contidas no termo de referência, anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 17/06/2024 às 09:00hrs no site: http://187.8.185.250:8079/compraseditall/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 27/05/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 046/2024;** Processo Licitatório nº 079/2024. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão eletrônico a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de Playground, conforme especificações contidas no termo de referência, anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 14/06/2024 às 14:00hrs no site: http://187.8.185.250:8079/compraseditall/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 27/05/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA O município de Guapiaçu/SP torna pública aos interessados a realização da **Concorrência Eletrônica nº 005/2024;** Processo licitatório nº 075/2024. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Constitui objeto da presente concorrência eletrônica a contratação de empresa especializada para a construção de quadra poliesportiva, de acordo com o contrato de repasse n.º 916353/2021, no município de Guapiaçu/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 14/06/2024 às 09:00hrs no site: http://187.8.185.250:8079/compraseditall/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 27/05/2024. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Leandro Mariano da Silva.
AVISO DE LICITAÇÃO – LEILÃO PRESENCIAL O município de Guapiaçu/SP torna pública aos interessados a realização do **Leilão Presencial nº 001/2024;** Processo licitatório nº 076/2024. TIPO: Maior Lance. OBJETO: Constitui objeto do presente leilão presencial a alienação de área descrita no Anexo I, avaliadas (conforme Laudo de Avaliação), atribuindo os seguintes valores mínimos: LOTE: Uma área situada no NÚCLEO URBANO DE MONTE CARLO, no município de Guapiaçu, desta comarca de São José do Rio Preto, perfazendo a área de 6.635,19m². Matrícula nº 41.035 do 1º Oficial de Registro de Imóveis, cujo valor mínimo atribuído para a alienação do imóvel será de R$ 3.052.187,40 (três milhões cinquenta e dois mil cento e oitenta e sete reais e quarenta centavos). DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 21/06/2024, às 09:00hrs, na Prefeitura Municipal de Guapiaçu/SP, localizada à Av. Abrahão José de Lima, 572 – Centro. EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico: http://187.8.185.250:8079/Transparencia/ DATA: 27/05/2024. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Leandro Mariano da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024

Pregão Eletrônico 09/2024 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza continuada, com dedicação de mão de obra exclusiva de auxiliares de cozinha, que compreenderá, além da disponibilização de mão de obra, o fornecimento de saneantes domissanitários, matérias e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Termo de Referência (Anexo IA) e demais anexos, pelo período de 12 meses. **Abertura da sessão:** 14/06/2024 às 09 h – Horário de Brasília. **Endereço Eletrônico:** www.gov.br/compras/pt-br O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP, www.santarosa.sp.gov.br , no link Licitação. Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827
Santa Rosa de Viterbo/SP, 27/05/2024
Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

SPBW Parques e Entretenimento S.A. CNPJ: 36.636.947/0001-30

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais) e relatório do auditor independente.

Balanço patrimonial

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	86	352
Clientes	9	724	1.602
Adiantamentos de terceiros	10	309	926
Tributos a recuperar		50	5
Despesas pagas antecipadamente		352	151
		1.521	3.036
Não circulante			
Outros créditos		177	-
Imobilizado	11	64.897	62.325
		65.074	62.325
Total do ativo		66.595	65.361
Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		946	2.535
Debêntures a pagar	16	9.968	-
Empréstimos e financiamentos	17	5.078	22.184
Obrigações tributárias	12	285	1.412
Obrigações sociais e trabalhistas	13	599	246
Outras obrigações	14	2.570	2.551
Dividendos a pagar	15.2	9.569	3.715
		29.015	32.643
Não circulante			
Obrigações tributárias	12	480	-
Empréstimos e financiamentos	17	9.293	69
		9.773	69
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	200	200
Reservas de capital	19.2	27.103	27.103
Reservas de lucros	19.3	504	196
Outras reservas		-	5.150
		27.807	32.649
Total do passivo e patrimônio líquido		66.595	65.361

Demonstração do resultado do exercício

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	29.592	10.591
Custos da prestação de serviços	21	(15.648)	(1.908)
Lucro bruto		13.944	8.683
Despesas administrativas e operacionais	21	(3.549)	(3.566)
Outras receitas operacionais		-	1
Resultado operacional		10.395	5.118
Resultado financeiro líquido	22	(4.028)	(2.714)
Resultado operacional líquido		6.367	2.404
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(205)	(1.003)
Lucro líquido do exercício		6.162	1.401

Demonstração do resultado abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.162	1.401
Resultado abrangente total	6.162	1.401

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital: Capital social	Res. Cap.: Ágio na emissão de ações	Reservas Lucros: Reserva legal	Reservas Lucros: Reserva a disposição da assembleia	Reserva AFAC.	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	200	29.900	-	-	-	(287)	29.813
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	1.401	1.401
Absorção do Prejuízo acumulado com Reserva de capital	-	(2.797)	-	-	-	2.797	-
Constituição reserva legal	-	-	196	-	-	(196)	-
Const. de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.715)	(3.715)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	5.150	-	5.150
Saldo em 31 de dez.de 2022	200	27.103	196	-	5.150	-	32.649
Resultado do exercício	-	-	-		-	6.162	6.162
Constituição reserva a disposição da assembleia	-	-	-	308	-	(308)	-
Const. de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.854)	(5.854)
Transf. reserva legal para reserva a disposição da assembleia	-	-	(156)	156	-	-	-
Devolução de AFAC	-	-	-		(150)	-	(150)
Reversão de AFAC em debêntures	-	-	-		(5.000)	-	(5.000)
Saldo em 31 de dez. de 2023	200	27.103	40	464	-	-	27.807

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	6.162	1.401
Ajuste ao resultado de itens sem movimento de caixa:		
Depreciação e amortização	3.051	249
Apropriação de juros	3.717	2.655
(Aumento) Redução em contas a receber	878	(1.602)
(Aumento) Redução em adiantamento de terceiros	617	(871)
(Aumento) Redução em tributos a recuperar	(45)	1
(Aumento) Redução em despesas pagas antecipadamente	(201)	(151)
(Aumento) Redução em outros créditos	(177)	-
Aumento (Redução) em fornecedores	(1.589)	2.219
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	(244)	1.569
Aumento (Redução) em obrigações sociais e trabalhistas	353	246
Aumento (Redução) em outras obrigações	19	2.550
Disponibilidades geradas nas operações	12.541	8.266
Imposto de renda e contribuição social pagos	(403)	(198)
Juros pagos	(4.072)	(1.485)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	8.066	6.583
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(5.817)	(36.333)
Baixas de imobilizado	194	17
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	(5.623)	(36.316)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos/Debêntures/Financiamentos tomados	4.060	21.083
Pagamentos Empréstimo/Debêntures/Financiamentos	(6.769)	-
Reversão adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.150
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(2.709)	26.233
Redução nas disponibilidades	(266)	(3.500)
Disponibilidades no início do período	352	3.852
Disponibilidades no final do período	86	352

PECINI LEILÕES — TRUE

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão: 03/06/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 05/06/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 10/02/2023, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 104, 1º ANDAR, BLOCO A, DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE REAL**, localizado à Rua Romeu Fornazari, nº 120, Jardim Dona Regina, na cidade de Santa Bárbara D'Oeste/SP. Áreas: Privativa: 59,92m²; Comum: 17,0429m², Total: 76,9629m²; FIT: 0,377669% no terreno que corresponde a 26,5914m², estando vinculada uma vaga de garagem descoberta sob o nº A104. Matrícula Imobiliária nº 73.229 do CRI de Santa Bárbara D'Oeste/SP. Inscrição Municipal nº 15.07453.14.19.0001.01.004. Consolidação da propriedade de 09/04/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 248.967,70. 2º Leilão: R$ 185.229,03. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Fiduciante **WILLAMES FERREIRA SANTOS**, CPF nº 418.954.868-58 e o Devedor **JAILSON CÂNDIDO DA CRUZ**, CPF nº 360.479.638-54, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Anuentes: **VICTÓRIA CAROLINI DA SILVA SANTOS**, CPF nº 446.862.848-05 e **PATRICIA DE JESUS SANTANA**, CPF nº 382.355.358-58. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ/ME nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187

Aviso aos Debenturistas

Realização de Evento de Resgate Antecipado Facultativo Total da 1ª Série das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 7ª Emissão da Cogna Educação S.A. ("Debêntures")

A Cogna Educação S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Belo Horizonte, na Rua Guajajaras, nº 591, 4º andar, Bairro Lourdes, CEP 30.180-101, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.800.026/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Belo Horizonte sob o NIRE 31.300.025.187, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"), nos termos do disposto nas Cláusulas 5.19 e seguintes do **"Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cogna Educação S.A."**, celebrado em 15 de julho de 2021 entre a Emissora e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos Debenturistas, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), informa, nesta data, que pretende realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures em 04 de junho de 2024 ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o Debenturista fará jus ao pagamento (a) do Valor Nominal Unitário acrescido da (b) Remuneração calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou da respectiva última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, acrescidos dos (c) Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso, acrescidos de (d) um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre a soma dos valores indicados nos itens (a) a (c) acima, conforme previsto na Cláusula 5.19.2 da Escritura de Emissão ("Valor de Resgate"). O Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado conforme os procedimentos adotados pela B3. As debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão canceladas pela Emissora. A Emissora se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos eventualmente necessários.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA na forma PRESENCIAL Nº. 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2024
DATA DA REALIZAÇÃO:
10 de JUNHO de 2024, a partir das 09h30min.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIGIL NCIA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL/BRIGADISTA PARA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA DA REALIZAÇÃO 33ª FEJUPI, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 26 A 29 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.** Encontra-se aberta no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o **DISPENSA na forma PRESENCIAL nº. 03/2024 – PROCESSO Nº. 69/2024**, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIGIL NCIA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL/BRIGADISTA PARA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA DA REALIZAÇÃO 33ª FEJUPI, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 26 A 29 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.** Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes **"PROPOSTAS E HABILITAÇÕES"** a partir do dia **10 de JUNHO de 2024, a partir das 09h30min**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link: Licitações – Consulta de Editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9919, ou através do e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. PM de Pirapozinho, 27 de MAIO 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ/ME nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187

Aviso aos Debenturistas

Realização de Evento de Resgate Antecipado Facultativo Total da 3ª Série das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional Fidejussória, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 2ª Emissão da Cogna Educação S.A. ("Debêntures")

A Cogna Educação S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Guajajaras, nº 591, 4º andar, Bairro Lourdes, CEP 30.180-101, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.800.026/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Belo Horizonte sob o NIRE 31.300.025.187, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"), nos termos do disposto nas Cláusulas 5.19 e seguintes do **"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cogna Educação S.A."**, celebrado em 17 de dezembro de 2019 entre a Emissora e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos Debenturistas, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), informa, nesta data, que pretende realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures da 3ª série em 04 de junho de 2024 ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o Debenturista fará jus ao pagamento do maior valor entre (observado que, se o valor correspondente à alínea (b) abaixo for maior do que o valor correspondente à alínea (a) abaixo, a diferença entre a alínea (a) abaixo e a alínea (b) abaixo será considerada prêmio): (a) o Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou da respectiva última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (b) o valor correspondente à alínea (a) acima, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série até a Data de Vencimento da Terceira Série, trazida a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Terceira Série utilizando-se a taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, da Nota do Tesouro Nacional, série B - NTN-B ("NTN-B") com vencimento em 15 de agosto de 2026, apurada com base na média aritmética de fechamento do primeiro, segundo e terceiro Dias Úteis imediatamente anteriores à data de Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Terceira Série, conforme previsto na Cláusula 5.20.3 da Escritura de Emissão ("Valor de Resgate"). O Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado conforme os procedimentos adotados pela B3. As debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão canceladas pela Emissora. A Emissora se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos eventualmente necessários.

ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.

CNPJ/MF nº 15.426.874/0001-82 - NIRE 35.300.478.690

Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total Facultativo da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, E com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, da ITR Comércio De Pneus E Peças S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") [illegible]

Barueri/SP, 27 de maio de 2024.
ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS METALÚRGICOS E DAS METALÚRGICAS VITIMADOS POR PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR - HEINRICH PLAGGE

Pelo presente edital, o Presidente da Associação dos Metalúrgicos e das Metalúrgicas Vitimados por Perseguições Políticas e Ideológicas no Período da Ditadura Civil Militar - Heinrich Plagge, CNPJ 31.735.183/0001-17, **Tarcísio Tadeu Garcia Pereira**, convoca, nos termos do artigo **21 do estatuto social da entidade, ELEIÇÃO** para escolha da diretoria executiva e do conselho fiscal, **a ser realizada no dia 27 de junho de 2024**, na sede da Associação, estabelecida na Rua João Basso, nº 231, Centro de São Bernardo do Campo, 1º andar, sala 105, **entre 10 e 16 horas**.

A presidência do pleito será exercida pelo presidente da associação, conforme determina o **artigo 22 do estatuto**. De acordo com o estabelecido no **artigo 21 do estatuto social**, que rege o processo eleitoral, **(I)** a eleição se dará por meio de chapas contendo o número de quatorze cargos que compõem a diretoria executiva e o conselho fiscal; **(II)** a composição, apresentação e inscrição da chapa deverá observar o disposto no parágrafo segundo do artigo 8º do estatuto social da Associação; **(III)** somente poderão candidatar-se ao pleito os associados quites com suas obrigações estatutárias e que contem com, no mínimo, sessenta dias de filiação à associação na data do pleito, conforme o parágrafo único do artigo 27 do estatuto; **(IV)** o início do prazo para inscrição de chapas se dará no dia **29 de maio de 2024**, e o seu término no dia **05 de junho de 2024**; **(V)** a inscrição de chapas se dará mediante a apresentação de requerimento à presidência do pleito, em duas vias, assinado e protocolado na sede da associação, na Rua João Basso, nº 231, Centro de São Bernardo do Campo, 1º andar, sala 105, entre 10 e 16 horas; **(VI)** a eleição se dará na forma do parágrafo quinto do artigo 21; **(VII)** na hipótese de inscrição de uma única chapa, o cômputo dos votos se dará na forma do parágrafo sexto do artigo 21, no dia 27 de junho de 2024, por aclamação, às 11 horas, no endereço da Associação, no 3º andar. A inscrição de chapa única será comunicada aos associados por meios eletrônicos e/ou publicação de edital; **(VIII)** as chapas concorrentes poderão indicar um membro para acompanhar as eventuais reuniões do pleito, um membro para a mesa coletora de votos, e um membro para a mesa de apuração; **(IX)** ao término do período de votação, às 16 horas do dia 27 de junho de 2024, será iniciada a apuração dos votos, assegurada a presença dos membros indicados pelas chapas concorrentes; **(X)** será eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos válidos registrados; **(XI)** a publicação dos eleitos dar-se-á na forma do estatuto; **(XII)** encerrado o processo de apuração dos votos, será proclamada a chapa eleita e, ato contínuo, empossada a diretoria executiva e o conselho fiscal para mandato de três anos contado do término do mandato vigente, em 12 de julho de 2024, nos termos do inciso III, do artigo 22; **(XIII)** quaisquer dúvidas relativas ao pleito serão dirimidas pela presidência do pleito; **(XIV)** todo e qualquer requerimento ou outro tipo de documento deverá ser protocolado diretamente na sede da associação, em seu horário normal de funcionamento, entre 10 e 16 horas; **(XV)** o presente edital será publicado em jornal de circulação na base territorial abrangida pela associação, e afixado em sua sede, para que dele todos os associados tenham conhecimento.

São Bernardo do Campo, 28 de maio de 2024

TARCÍSIO TADEU GARCIA PEREIRA - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE DATA

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 03/2024 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL: Objeto – Contratação de empresa Especializada por Empreitada Global para Execução de Pavimentação Asfáltica na Avenida Panema e na Rua Guaiuvira em Campina do Monte Alegre/SP. Termo de Convênio nº 102767/2023. Valor Estimado da Obra: R$ 492.424,06. DATA CORRETA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: ATÉ AS 09H:00MIN DO DIA 13/06/2024. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e o Edital poderá ser solicitado pelo e-mail licitacoes@campinadomontealegre.sp.gov.br, retirado no site www.campinadomontealegre.sp.gov.br ou pessoalmente na Prefeitura Municipal mediante o recolhimento de taxa. Maiores informações: (15)3256-1330. Campina do Monte Alegre, 27/05/2023, Tiago Ricardo Ferreira - Prefeito Municipal.

ALEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS LOCADORAS DE BENS MÓVEIS. São Paulo, 27 de maio de 2024. Prezados Associados, O presidente da ALEC, Sr. **BRUNO ELOEL ARENA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.037.268-57 no uso de suas atribuições e em conformidade com o Estatuto Social, CONVOCA todas as empresas associadas para participarem da Assembleia Geral Extraordinária da entidade, a se realizar **no dia 28 de junho de 2024, às 15:00, sendo a primeira convocação às 15h30 e às 16h00 em segunda e última convocação**, que será realizada na sala de eventos do **Hotel Mercure São Paulo Pinheiros, situado à Rua Capote Valente, 500 - CEP: 05.509-000 - Bairro Pinheiros - São Paulo/SP**, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Deliberar sobre a cessão de direitos relativos ao nome e ou razão social da **ALEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS LOCADORAS DE BENS MÓVEIS** para a criação de novo empreendimento; **2)** Deliberar sobre a fundação de entidade financeira de fomento ao seguimento representado pela **ALEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS LOCADORAS DE BENS MÓVEIS**. A mesa diretora e as demais formas de discussão e deliberação serão decididas pelos próprios interessados presentes na assembleia. São Paulo/SP, 27 de maio de 2024. **Bruno Eloel Arena - CPF/MF: 303.037.268-57**

SINDICATO DOS EMPREGADOS VIGILANTES E SEGURANÇAS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E AFINS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP - "SINDVIGSBC" - Base Territorial: São Bernardo do Campo - SP - Sede social à Rua Coral, 336, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09725-670 - Fone: 4348-9755 - CNPJ 69.253.888/0001-70 - **Assembleia Geral Extraordinária - Campanha Salarial 2024/2025 - Edital de Convocação** - Pelo presente edital, ficam **CONVOCADOS** todos(as) os(as) vigilantes empregados do **COMPLEXO DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - FUABC**, lotados em quadro próprio de segurança, vigilância orgânica (empresas com atividade econômica diversa da vigilância ostensiva que utilizam empregados do quadro funcional próprio para tais serviços especializados), sindicalizados e não sindicalizados, representados pelo Sindicato, para reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada em dois turnos, sendo o primeiro às 16 horas e o segundo às 18 horas, em primeira convocação, sendo o quórum regimental, na Rua Coral, 336, do Jd. Do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no próximo dia 28 de junho de 2024, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 01)** Deflagração da Campanha Salarial 2024/2025, elaboração, discussão e aprovação de pauta de reivindicações Sociais, Econômicas e Jurídicas a serem enviadas à Direção da FUABC, objetivando Acordo Coletivo do Trabalho, manutenção da Data-Base em 1º de Agosto; **02)** Discussão e deliberação a respeito do pagamento das diferenças salariais dos anos 2016 a 2024; **03)** Autorização para suscitar Dissídio Coletivo e/ou medida extrajudicial equivalente ou solicitar Arbitragem, na forma da lei, consoante Artigo 114 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 45/2004, no caso de malograrem as negociações com o **COMPLEXO DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - FUABC; 04)** Aprovação, caso necessário, de greve nos postos de serviço, conforme Lei 7.783/89; **05)** Manutenção da Assembleia Geral Extraordinária em caráter permanente, até a finalização do processo; **06)** Deliberação a respeito de fixação de Contribuição em favor do Sindicato para o custeio de suas atividades, abrangendo todos os trabalhadores beneficiários do Acordo ou dissídio Coletivo, a forma do desconto, sua periodicidade e valor; **07)** Estabelecendo-se nome, valor, período de desconto e forma de oposição individual ao desconto das Contribuições perante o Sindicato; **08)** Escolha da Comissão de Empregados, que acompanhará a diretoria do Sindicato durante as negociações até a sua conclusão. Caso não seja obtido o quórum necessário em primeira convocação, a Assembleia será realizada no mesmo dia e local, em segunda convocação, às 17 horas em primeiro turno e às 19 horas, com o número de interessados presentes. São Bernardo do Campo, 28 de maio de 2024. **Jorge Francisco da Silva** - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA na forma PRESENCIAL Nº. 04/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2024
DATA DA REALIZAÇÃO:
10 de JUNHO de 2024, a partir das 13h30min.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA 33ª FEJUPI, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 26 A 29 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.** Encontra-se aberta no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o **DISPENSA na forma PRESENCIAL nº. 04/2024 – PROCESSO Nº. 70/2024**, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA 33ª FEJUPI, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 26 A 29 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.** Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes **"PROPOSTAS E HABILITAÇÕES"** a partir do dia **10 de JUNHO de 2024, a partir das 13h30min**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link: Licitações – Consulta de Editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9919, ou através do e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. PM de Pirapozinho, 27 de MAIO 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO
Leilão – Lei nº 9.514/97
1º Leilão – 06/06/2024 – 10:30 h - 2º Leilão – 20/06/2024 – 10:30 h (Horário de Brasília)

Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **ww.portalzuk.com.br**
LEILOEIRA OFICIAL DORA PLAT - JUCESP 744, com escritório na Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, tel. (11) 3003-0677

O **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo somente *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel a seguir discriminado, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, recebido em garantia nos termos do Instrumento Particular datado de 14/12/2021, mencionado na matrícula abaixo, tendo como Credor Fiduciário **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, como Fiduciante **MARCELO ELIDIO ESTEVES ALVES**, inscrito no CPF sob nº 074.197.696-05, cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514/97. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária de emissão do arrematante. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo Arrematante no ato da arrematação. **Imóvel objeto da matrícula nº 15.503 do 5º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, constituído por**: Apartamento nº 92 do 11º pavimento ou 9º andar do Edifício Tinguá, situado à Rua Vieira de Carvalho, nº 192 esquina da Rua Vitória, no 7º Subdistrito-Consolação, com a área útil de 163,0550m2, área comum de 29,8450m2, área total de 192,9000m2. ***Observações**: (1) Imóvel ocupado; (2) A imissão na posse do imóvel ocorrerá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97; (3) Eventual regularização do imóvel junto aos órgãos competentes será por conta do adquirente; (4) Em caso de arrematação, a escritura pública de venda e compra será outorgada a critério do Credor, em até 90 (noventa) dias da data da arrematação; (5) Até a data da realização do 2º leilão, é assegurado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao ITBI e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos, nos termos dos parágrafos 2º-B e 3º, incisos I, II e III, do art. 27 da Lei 9.514/97;* Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se a habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances *on-line* se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o Arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido. **Valor mínimo para o 1º Leilão (06/06/2024) – R$ 685.835,32 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos). Valor mínimo para o 2º Leilão 20/06/2024) – R$ 676.349,76 (seiscentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos). NOTA DE ESCLARECIMENTO**: O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel atualizado e o valor da dívida atualizada, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97 e suas alterações. Veja detalhes, condições e integra do edital (condições gerais) com o Leiloeiro Oficial.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Campanha Salarial - 2024/2025 - Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Carro Forte, Guarda, Transporte de Valores, Escolta Armada, seus Anexos e Afins do Estado de São Paulo - PS - Assembleia Geral Extraordinária - Campanha Salarial - 2024/2025 - Edital de Convocação. Ficam convocados, por este Edital todos os trabalhadores integrantes da Categoria Profissional dos ***Trabalhadores em Serviços de Carro Forte, Guarda, Transporte de Valores, Setor Administrativo, Sala de Valores, Vigilante de Base nas Empresas de Transporte de Valores do Estado de São Paulo - PS***, associados ou não para participarem da Assembleia Geral Extraordinária - VIRTUAL _ ou seja, será realizada exclusivamente por meio eletrônico e será promovida no SITE da entidade, para apresentação das propostas a serem encaminhadas ao Setor Patronal. Assim, ficam informados aos trabalhadores deste setor que a entidade disponibilizará à sua categoria e ficará disponível por 24(vinte e quatro horas) ininterruptas no site www.sindforte.org.br e por um prazo de 10(dez) dias, iniciando-se em **01 de Junho de 2024** com término no dia **10 de Junho de 2024**, em qualquer horário que quiser acessar para que possam votar **SIM** em aprovação da proposta do Sindicato que são: **a)** reajustar o salário pelo INPC /IBGE acumulado entre os meses de Julho de 2023 a 30 de junho de 2024; **b)** aumento Real de 3%(três pontos percentuais); **c)** Tíquete para administrativo, sala de valores e Caixa forte, igual ao dos Vigilantes; c) Tíquete para os vigilantes de Carro Forte e Vigilante de Base no valor de R$ 54,00(cinquenta e quatro reais); **d)** Cartela cheia do tíquete para todos os trabalhadores; **e)** Tíquete de férias, requerem o fim dos descontos por faltas e que seja concedido à todos os trabalhadores, inclusive administrativo e sala de valores; **f)** Manutenção das demais clausulas vigentes, **g)** Prazo de vigência da convenção a ser negociada, por apenas 01(um) ano; **h)** Contribuição Assistencial nos mesmos moldes que vigoram hoje; **i)** Manutenção das demais clausulas existentes na convenção vigente. Caso não haja concordância com a proposta deverá ser votado **não**. No sitio de votação deverá inserir nos campos solicitado o seguinte: **1)** Nome Completo; **2)** Documento de identificação, podendo ser RG ou CPF e **3)** a Empresa em que trabalha. A entidade conta com o esforço e colaboração de todos e este ato validará as assembleias das sedes e subsedes, **Sede - São Paulo:** Rua Francisca Miquelina, 98 - Bairro Bela Vista - SP/SP, CEP 01316-000; **Subsede Campinas:** Rua Regente Feijó nº 462 - Centro - Campinas/SP - **Subsede Santos:** Avenida Gafree Guinle nº 352 - Vila Mathias - Santos/SP CEP 11075-230; **Subsede Presidente Prudente:** Rua Dr. José Foz, 1167, Bairro Vila Nova - CEP 19010-042 - Município de Presidente Prudente/SP, **Subsede Ribeirão Preto:** Rua Amazonas nº 1.013 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto/SP; **São José do Rio Preto:** Rua Tiradentes nº 1431 - Bairro Parque Industrial, Cidade de São José do Rio Preto/SP. **Subsede São José dos Campos - SP -** Rua: Doutor Mário Sampaio Martins nº 105 - Jardim São Dimas - Cidade de São José dos Campos - SP: CEP 12245-100. Esta Assembleia VIRTUAL, irá autorizar à entidade **01)** promover a instalação da Campanha Salarial da categoria profissional dos Trabalhadores de Transporte de Valores data base 1º.07.2024, cláusulas econômicas e sociais; **02)** aprovação para elaboração da pauta final de **reivindicações** com reajuste salarial uniforme a partir de 1º.07.2024 **3)** delegar poderes à diretoria do sindicato para negociar a pauta com o **SETVESP - Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Estado de São Paulo,** firmar convenção coletiva de trabalho; **4)** Sendo necessário, poderá a entidade suscitar Dissídio Coletivo perante a Justiça do Trabalho, conforme disposto no artigo 114 Inciso IX da CLT, parágrafo 2º da EC. 45 08/12/2004; **5)** Decretar greve no âmbito da categoria profissional nos termos das normas legais e estatutárias vigentes, isto, caso malogrem a negociações amigáveis; **6)** manutenção da assembleia geral em caráter permanente até a conclusão do processo de negociação salarial; **7)** Aprovado a pauta, será aprovado o percentual a ser descontado a título de contribuição assistencial, ficando claro que autorização com a aprovação das reivindicações; **8)** A associação será admitida e ficará disponível por 10 dias, com início imediato após a aprovação da pauta ao final das negociações. São Paulo, 27 de Maio de 2024. Nada mais. **João dos Passos da Silva** - Presidente.

LEILÃO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 27 e 28/06/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células,selos, medalhas antigas.

Acesse:
www.rivaldodantasleiloes.com.br

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

ERRATA

Errata do Aviso de Licitação PE 12/2024 - DL/PMPA, publicado no Jornal Folha de São Paulo Nº 34.781 do dia 27 de maio de 2024.

Na Data e Hora para Abertura:
Onde se lê: 10/06/2024
Leia-se: 12/06/2024

Quartel em Belém-PA, 27 de maio de 2024
NELSON ALVES DE SENA – CEL PM RG 29194 - Diretor de Licitação.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO FEV Nº 011/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 011/2024
(REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de materiais para escritório**, a único e exclusivo critério da Fundação Educacional de Votuporanga, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, consoante especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 011/2024 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *"Menor Preço" TOTAL*. DATA DA REALIZAÇÃO: 20 de junho de 2024. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 28 de maio de 2024. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 20 de junho de 2024 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 20 de junho de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na integra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (*link*: Institucional/Licitações) e www.bll.org.br. Mais informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9999 (Ramais 878/829).

Votuporanga/SP, 27 de maio de 2024.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
Douglas José Gianoti - Diretor Presidente

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 16.860/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e execução de serviços, visando a modernização do setor de cinegrafia, a melhora na realização de eventos, apresentações e treinamentos nas dependências desta casa de leis, conforme condições, quantidades e especificações constantes nesse Edital.

LEGISLAÇÃO: pela Lei Federal nº 14.133/2021

DATA: 18/06/2024

HORÁRIO: 10H (dez) horas

ENDEREÇO: Rua Santo Antônio, nº 400, Centro, Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13830-114.

Edital na integra á disposição dos interessados no endereço acima e também através do site da Câmara Municipal: www.camarasaposse.sp.gov.br.

Publique-se.

Câmara Municipal de Santo Antônio de Posse, em 23 de maio de 2024.

João Marcos Bazani
Presidente da Câmara

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO FEV Nº 012/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 012/2024
(REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futuro fretamento de transporte rodoviário por quilômetro rodado ou por itinerário**, para viagens intermunicipais e interestaduais, incluindo o fornecimento de mão de obra, motorista com Carteira de Habilitação (CNH) compatível com o serviço, seguro, veículos, equipamentos, materiais e outros necessários para a perfeita execução dos serviços, a único e exclusivo critério da Fundação Educacional de Votuporanga, para atender as visitas técnicas, entre outras visitas realizadas pelo Centro Universitário de Votuporanga – UNIFEV E Colégio UNIFEV, mantidas pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, consoante especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 011/2024 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *"Menor Preço" UNITÁRIO por ITEM*. DATA DA REALIZAÇÃO: 24 de junho de 2024. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 28 de maio de 2024. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 24 de junho de 2024 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 24 de junho de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na integra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (*link*: Institucional/Licitações) e www.bll.org.br. Mais informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9999 (Ramais 878/829).

Votuporanga/SP, 27 de maio de 2024.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
Douglas José Gianoti - Diretor Presidente



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2024, do tipo menor preço, destinado à aquisição CATETER PARA TERMODILUIÇÃO CONTINUA E SATURAÇÃO VENOSA DE OXIGÊNIO, 7,5 FR... Cadastro sob o nº 92201 – 90166/2024.

Nº 24/2024, do tipo menor preço, destinado à aquisição ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO, 10CMX1,8M; 15CMX1,8M; 20CMX1,8M;ATADURA ELÁSTICA POROSA,10CMX120CM; ATADURA-GESSADA-RÁPIDA,10CMX3,0-METROS; 15CMX3,0-METROS,20CMX4,0 METROS; 6CMX2M; ATADURA GESSADA SINTÉTICA; 12,6CM X3,6 METROS; ATADURA DE AMORIN, 15CMX4,5M; ATADURA DE RAYON, 7,5CMX5M; MALHA-TUBULAR ORTOPÉDICA, 6CMX25M;8CMX25M;10CMX25M;15CMX25M;20CMX15M;30CMX25M; FAIXA DE BORRACHA, 20CMX2M;10CM X 2M; ATADURA ELÁSTICA POROSA 7,5CM X4,5M;5,0CM X 4,5M; Cadastro sob o nº 92201 – 90024/2024.

Nº 25/2024, do tipo menor preço, destinado à aquisição IFOSFAMIDA, FRASCO-AMPOLA 1G; IFOSFAMIDA, FRASCO-AMPOLA 2G. A realização da Sessão será no dia 12/06/2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90014/2024

A realização da Sessão será no dia 12/06/2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 27/05/2024. O edital na integra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.

Ribeirão Preto, 27 de maio de 2024
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

BIASI leilões | **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 05/06/2024 às 14h **2º Leilão: dia 14/06/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10144707701, firmado em 14/05/2019, no qual figuram como Fiduciantes, **DOUGLAS ADRIANO DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileiro, engenheiro, portador do RG nº 417829401-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 230.096.298-50 e sua esposa **CAMILA TEODORO DOS SANTOS**, brasileira, do lar, portadora do RG nº 489973255-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 418.382.596-99, casados pelo regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados em Taubaté/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 05 de junho de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 526.874,44 (Quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 401, localizado no 3º e 4º pavimentos do Bloco 05 do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SPAZIO TOTAL LIFE", com acesso pelo nº 600 da Rua Vereador Rafael Braga, nesta cidade de Taubaté/SP, com as seguintes áreas: privativa de 147,780 m², dos quais 36,860 m² correspondem ao terraço descoberto e 20,700 m² correspondem às vagas de garagem nºs 120/121; comum de 55,225 m² e total de 203,005 m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno e nas coisas comuns do condomínio de 0,8637 %. Matrícula nº 111.468 do Oficial de Registro de Imóveis de Taubaté/SP. Obs: Consta a existência de gravame noticiado na AV.12 (ARRESTO). O banco providenciará a baixa.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 14 de junho de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 263.437,22 (Duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões | **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 07/06/2024 às 14h **2º Leilão: dia 17/06/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 101808324405, firmado em 16/01/2023, no qual figura como Fiduciante **JAQUELINE DO NASCIMENTO SANTOS**, brasileira, solteira, maior, empresária, inscrita no CPF nº 409.560.278-30, residente e domiciliada em Santos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de junho de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 607, localizado no 6º pavimento do Edifício CONDOMÍNIO MIRANTE 360, situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 07, possui a área privativa total de 48,370 m², área comum total de 33,810 m², já incluído o direito de utilização de 01 vaga indeterminada na garagem coletiva do condomínio, sujeita ao auxílio de manobristas, perfazendo a área total de 82,180 m² e fração ideal de terreno de 0,0040578; confronta: Frente: hall; Lado Direito: áreas do condomínio e apartamento de final "8"; Lado Esquerdo: áreas do condomínio e apartamento final "6"; Fundos: áreas do condomínio. O terreno onde foi construído o prédio, acha-se descrito e confrontado na especificação condominial, registrada sob nº 09, na matrícula nº 58.860, deste Ofício. Matrícula nº 58.256 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de Santos/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de junho de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 449.519,81 (Quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e um centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE

Prefeitura de Cesário Lange Torna Público que encontra-se aberta a licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 20/2024.** Objeto: Contratação de empresa para recepção e destinação de resíduos inertes da construção civil (classe A e B), com retorno do material agregado e reciclado para a Recebimento das Propostas: 28/05/2024 às 09:00 hs Término Recebimento das Propostas: 14/06/2024 às 09:00hs. LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL. Plataforma mais Brasil. Informações pelo tel: 15-32468600. O edital completo está disponível na página oficial www.cesariolange.sp.gov.br. Portal da transparência.

Pregão Eletrônico nº 16/2024 - Rerratificação: Objeto:Fornecimento de pneus e câmeras de ar para a manutenção da frota municipal. Data da Sessão: 12/06/2024 às 14:30 hs. Recebimento das propostas: 28/05/2024. Local: bll.org.br

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 15ª REGIÃO

Aviso de Pregão
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

A Divisão de Administração da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO-15ª REGIÃO (UASG 200096) torna pública, para ciência dos interessados, a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com todo o material de consumo, para os 3 (três) elevadores instalados na Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas/SP, conforme especificações do edital e seus anexos. A sessão pública iniciar-se-á às 9h30 do dia 13/06/2024 no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. Cópia do edital pode ser obtida no sítio: https://mpt.mp.br/MPTransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadasLicitacao.xhtml

Campinas, 28 de maio de 2024.
Thiago F. Martini Pequeno - Divisão de Administração

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 047/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2024

OBJETO: Aquisição de diversos impressos gráficos. A realização da sessão será no dia 12 de junho de 2024, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL Nº 048/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO Nº 90044/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de diversos tipos de brinquedos infantis tipo: infláveis, piscina de bolinhas e cama elástica, a serem utilizados em eventos públicos promovidos pelo Município. A realização da sessão será no dia 18 de junho de 2024, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.gov.br/compras/pt-br. Barra Bonita, 27 de maio de 2024. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2024

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para a Aquisição de Pães, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 17/06/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (http://177.39.199.170:8079/COMPRASEDITAL)

BÁLSAMO, 27 DE MAIO DE 2024.
CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO
PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL
Concorrência Pública nº 013/2024 – Processo nº 086/2024

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para troca de iluminação pública para implantação de luminárias com tecnologia LED em diversos pontos do Município. **Data de Abertura:** 14 de junho de 2024 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olimpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 27 de maio de 2024.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 049/2024 – Processo nº 082/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de manutenção de licença de sistema destinado à gestão de processos judiciais do acervo físico e eletrônico da Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Data de Abertura:** 14 de junho de 2024 às 11h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olimpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 27 de maio de 2024.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO AO Contrato Administrativo nº 064/2022
Processo Administrativo nº 184/2022 - Pregão Presencial nº 015/2022

Considerando o e-mail enviado em 05/09/2023, pela empresa Construsol Construções e Energias Solares Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 53.224.986/0001-40, cujo conteúdo é a substituição de luminárias de acordo com as especificações apresentadas no catalogo da empresa Perfect Led; Considerando o parecer técnico reprovando o modelo apresentado, diante das 02(duas) fracassadas tentativas no endereço da empresa **CONSTRUSOL CONSTRUÇÕES E ENERGIAS SOLARES**, Rua Salvador Bicudo, n.º 100, Bairro Tucuruvi, CEP: 02.307-250 - São Paulo/SP, **fica Vossa Senhoria devidamente notificada a apresentar modelo compatível com o exigido no edital e tome ciência e se manifeste a respeito de todos os documentos encartados aos autos, em especial os relatórios apresentados pelo gestor do contrato e laudo técnico, no prazo de 05 (cinco) dias a contar desta publicação**, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes, dentre as quais; multa contratual e suspensão de contratar com o Poder Público local pelo periodo de 05(cinco) anos. Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e consideração. Murutinga do Sul, 27 de maio de 2024. Cristiano Eleuterio Soares da Silva - Prefeito municipal. Gabriel Souza Guimarães de Mello – Fiscal do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE
Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
2ª Edição
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2024
PROCESSO Nº 1921/2024 – TIPO: Menor Valor Global

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 062/2024.** Objeto: Contratação de empresa especializada, em serviços de treinamento e consultoria de implantação BIM por meio do software REVIT do básico ao avançado, com carga horária de 84 horas, **de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.** A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **18 de junho de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na integra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 17 de junho de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 27 de maio de 2024.
Leonardo da Silva Granziera - Secretário de Desenvolvimento Urbano

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 010/2024 – PROCESSO FEV Nº 010/2024
(COMPRA DE BENS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de equipamentos de informática**, conforme especificações constantes no Edital de Pregão FEV nº 010/2024 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. DATA DA REALIZAÇÃO: 27 de junho de 2024. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 28 de maio de 2024. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ ABERTURA SESSÃO: 27 de junho de 2024 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 27 de junho de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (*link:* Institucional/Licitações) e www.bll.org.br. Mais informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9999 (Ramais 878/829).

Votuporanga/SP, 27 de maio de 2024.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
Douglas José Gianoti - Diretor Presidente

AVISO GERAL DA COMISSÃO DE PREGÃO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO da DPRJ torna público que fará realizar, no Portal Compras.gov (https://www.gov.br/compras/pt-br), a seguinte licitação:

Modalidade: Pregão Eletrônico 90016/24

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4

Processo nº: E-20/001.011492/2023

Enquadramento legal: Lei 14.133/2021

Data da abertura da sessão: 12/06/2024 - 11:00H

Local: https://www.gov.br/compras/pt-br

Nº da Licitação no Portal: DPRJ PE Nº 90016/24

O edital e seus respectivos anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2024 - PROCESSO N.º 2668/2024

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2024, do tipo menor preço por item, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para prestação de serviços de locação de estruturas para os eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Turismo e Cultura, Educação, Assistência e Desenvolvimento Social, Esportes, Saúde e Fazenda e Gabinete, a se realizarem nos próximos 12 meses, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Editai através dos sites www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br sem ônus aos interessados solicitantes. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 12/06/2024 – Horas 09:00:00; ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 12/06/2024 – Horas 09:05:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 12/06/2024 – Horas 10:00:00. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, Telefone: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 27 de maio de 2024. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 23/2024 (90023.2024) - UASG Nº 926703 - Processo nº: 12500.04443/2024.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na execução dos SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO.
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 29/05/2024 às 08h00
Endereços: Av. da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP: 57.022-050, Maceió/AL, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**
Entrega das Propostas: A partir de 29/05/2024 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**
Abertura das Propostas: 14/06/2024 às 09h00 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 27 de maio 2024.
Edsângela Gabriel Peixoto Bezerra
Pregoeira – CPL/ALICC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM REGIME DE URGÊNCIA - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FERAESP

SÃO PAULO - FERAESP, entidade de segundo grau, representante da categoria dos empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 58.998.915/0001-18, com sede na cidade de Assis/SP, na Avenida Siqueira Campos, nº 235 - Vila Operária, na forma de seu Estatuto Social, nos termos do Artigo 32 "caput" e parágrafo terceiro, por intermédio de seu Presidente infra assinado, **CONVOCA** o Conselho de Representantes desta entidade sindical que estejam em situação regular com suas obrigações sociais e estatutárias conforme os termos do artigo 12, parágrafo primeiro, combinado com o artigo 13, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** em regime de urgência. A assembleia geral extraordinária em regime de urgência será realizada no dia 4 (quatro) de junho (6) de 2024 (dois mil e vinte e quatro), em primeira chamada às 10h00m (dez horas) com a presença de maioria simples dos membros do conselho de representantes ou em segunda chamada às 10ha30m (dez horas e trinta minutos), com a presença de qualquer número de membros do conselho de representantes, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** discussão e deliberação de suplementação orçamentária; **b)** discussão e deliberação de Assuntos de interesse da FERAESP. A Assembleia Geral Extraordinária em regime de urgência, será realizada presencialmente na Av. Nações Unidas, nº 19-50 - Vila Nova Cidade Universitária - Município de Bauru-SP, CEP: 17012.202, Obeid Plaza Hotel no dia e horário acima especificados. Assis/SP, 28 de maio de 2024. **Jotalune Dias dos Santos** - Presidente da FERAESP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberto no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO COM RP Nº 12/2024, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, COM A FINALIDADE DE SUPRIR A UBS DO MUNICIPIO DE EMILIANÓPOLIS - SP, CONFORME CONDIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**. Que será regida pela Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar 123/2006,da Lei Complementar 101/2000, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 814/2024 além das demais disposições legais aplicáveis e preceitos de Direito Público e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados, Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados nos seguintes endereços: a) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - https://www.gov.br/pncp/pt-br; b) Portal de Compras Públicas (PCP) - https://www.portaldecompraspublicas.com.br/; c) Site Oficial do município (DOM)- https://www.emilianopolis.sp.gov.br/. A sessão de abertura será no dia 12 de junho de 2024, com início as 09:00 horas. Emilianópolis, 27 de maio de 2024. João Batista Amaral - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2024; PROCESSO Nº. 041/2024; OBJETO: Contratação de Empresa Especializada, para Iluminação do Centro de Lazer Carlos Oscar Vaz de Almeida. VALOR ESTIMADO DO OBJETO: R$ 211.218,05 (DUZENTOS E ONZE MIL DUZENTOS E DEZOITO REAIS E CINCO CENTAVOS); MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO; TIPO: Menor Preço Global; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 27 de Maio de 2024 às 17H00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10H00min do dia 14/06/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10H00min do dia 14/06/2024; LOCAL: **http://187.84.121.138:8079/comprasedital/**

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF); Informações: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Jaborandi/SP, Rua Antonio Bruno, nº 466 - Centro, ou pelos telefones (17) 3347-9999 e (17) 3347-9900, ou ainda, **licitacao@jaborandi.sp.gov.br** ou **licitacaojaborandi@gmail.com** nos dias úteis.

Jaborandi/SP, 27 de Maio de 2024.
Silvio Vaz de Almeida
Prefeito Municipal
Fernando Henrique Sales
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 046/2024
COMPRASNET Nº. 90046/2024
PROCESSO Nº 134/2024

DATA DE REALIZAÇÃO: 14 de junho de 2024, HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA EM INTERNAÇÃO, PARA O PACIENTE VALDEMAR FERNANDES BULGARI, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2024. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. INTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira a Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 27 de maio de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

GOVERNO DO ESTADO BAHIA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB/FESBA

MANDADO DE CITAÇÃO

O presidente da comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nº 019.13086.2023.0172195-98, instaurado pela portaria nº 1305 de 29 de novembro de 2023, da Exma. Senhora Secretária da Saúde do Estado da Bahia, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia de 30/11/2023, no uso de suas atribuições, com base nos artigos 217 e 219, ambos da Lei Estadual 6.677/94 c/c artigo 113 da Lei Estadual 12.209/11, vem, pelo presente, promover a CITAÇÃO do servidor Leander Lourenço Bonfim Brito, na forma do art. 53, I, da Lei Estadual 12.209/2011, dos fatos constantes no referido PAD, no qual figura na condição de acusado, em virtude da presença de indícios de que teria apresentado frequência negativa ininterrupta e superior a 30 dias durante os meses de fevereiro, abril e maio de 2023 até a presente data, podendo esta conduta, se comprovada, caracterizar violação dos deveres funcionais previstos nos incisos I, III e X do Artigo 175, e configurar a infração prevista no artigo 198, ficando sujeito à sanção prevista no Artigo 192, inciso II, todos da Lei estadual nº 6.677/94, conforme fatos constantes no processo nº 019.13086.2023.0172195-98, anexo nº 019.5252.2023.0038515-11, bem como, para que no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar a partir do terceiro dia da publicação do presente edital, nos termos do art. 51 §2º, IV, da Lei 12.209/11, e do caput e § 1º do artigo 259 da Lei Estadual nº 6.677/94, através de advogado devidamente constituído, para que apresente DEFESA INICIAL ESCRITA, arrole até, no máximo, 5 (cinco) testemunhas a serem ouvidas por esta Comissão Processante, sob pena de revelia a teor do artigo 231 da Lei Estadual nº 6.677/94. Informo que a presente Comissão pode ser contatada no telefone: (71) 3115-4396 e endereço eletrônico: **corregedoria.dipad@saude.ba.gov.br.**

Salvador, 27 de maio de 2024.
Leonardo Gomes dos Santos
Presidente/Portaria nº 1305/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024 – UASG 926677
Exclusivo para ME/EPPs

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Campinas o Pregão nº 17/2024 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2024/00079 - **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento imediato e integral de material de comunicação visual, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

Recebimento das Propostas: a partir das 09h do dia 28/05/2024;
Início da Disputa de Preços: a partir das 10h do dia 12/06/2024;
Disponibilidade do Edital: a partir de 28/05/2024, no portal eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br** e portal da transparência: **https://www.campinas.sp.leg.br/transparencia/compras-e-licitacoes/compras-e-licitacoes-2024/pregoes-eletronicos** Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: **licitacoes@campinas.sp.leg.br / compras.camara.campinas@gmail.com.**

Campinas, 27 de maio de 2024
Julio Cesar Favinha
Diretor de Materiais e Patrimônio

BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO

Leilão – Lei nº 9.514/97
1º Leilão – 07/06/2024 – 15:00 h - 2º Leilão – 21/06/2024 – 15:00 h (Horário de Brasília)
Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br
LEILOEIRA OFICIAL DORA PLAT - JUCESP 744, com escritório na Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, tel. (11) 3003-0677

O **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo somente *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel a seguir discriminado, localizado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, recebido em garantia nos termos do Contrato de Compra e Venda de Bem Imóvel, Financiamento com Alienação Fiduciária e Outras Avenças, datado de 06/04/2022, mencionado na matrícula abaixo, tendo como Credor Fiduciário **BANCO SAFRA S.A.** CNPJ nº 58.160.789/0001-28, como Fiduciante **CARLOS FREDERICO NOGUEIRA PINHEIRO**, inscrito no CPF sob nº 675.536.133-04, cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514/97. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária de emissão do arrematante. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante no ato da arrematação. Imóvel objeto da **Matrícula nº 81.054 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Fortaleza/CE, constituído por:** Apartamento nº 1201, tipo, D1, do Bloco A - Torre Lisboa, localizado no 12º pavimento, do empreendimento Jardins de Paço, situado na Capital Fortaleza/CE, na Avenida Crisanto Moreira da Rocha, nº 2500, bairro Cambeba, com uma área construída privativa de 132,72m², área construída comum de 55,55m², área construída total de 188,27m², com direito a duas vagas de garagem nºs 35 e 37 localizadas no térreo. *Observações: (1) Eventuais débitos de taxa condominial serão de responsabilidade do arrematante; (2) Consta gravada na Av.10 da referida matrícula, indisponibilidade sobre os direitos do fiduciante, cuja baixa deverá ser providenciada pelo arrematante. (3) Imóvel ocupado; (4) A imissão na posse do imóvel ocorrerá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97; (5) Eventual regularização do imóvel junto aos órgãos competentes será por conta do adquirente; (6) Em caso de arrematação, a escritura pública de venda e compra será outorgada a critério do Credor, em até 90 (noventa) dias da data da arrematação; (7) Até a data da realização do 2º leilão, é assegurado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao ITBI e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos, nos termos dos parágrafos 2º-B e 3º, incisos I, II e III, do art. 27 da Lei 9.514/97;* Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se a habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Encontra-se de lances *on-line* se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido. **Valor mínimo para o 1º Leilão (07/06/2024) – R$ 767.445,45 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Valor mínimo para o 2º Leilão (21/06/2024) – R$ 786.903,63 (setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e três reais e sessenta e três centavos). NOTA DE ESCLARECIMENTO:** O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel atualizado e o valor da dívida atualizada, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97 e suas alterações. Veja detalhes, condições e íntegra do edital (condições gerais) com o Leiloeiro Oficial.

LEILÃO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 13 e 14/06/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células,selos, medalhas antigas.
Acesse:
www.rivaldodantasleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 – O Prefeito do município de Paranapanema, torna público a Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 02/2024 cujo objeto é a Locação de Equipamentos Medico Hospitalares para Atender a demanda do Hospital Municipal Leonardus Van Melis. Empresa vencedora: MULT MED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 62.334.156/0001-66, com o menor valor global de R$ 85.899,60 (oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais, sessenta centavos). A autoridade municipal do órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 27/05/2024.

AVISO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA Nº 01/2024 – PROCESSO Nº 868/2024

EU, RODOLFO HESSEL FANGANIELLO, PREFEITO MUNICIPAL DA EST NCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA no uso de minhas atribuições legais nos termos do disposto no art. 24 da Lei 8.666/93, RATIFICO a DISPENSA POR JUSTIFICATIVA, com base no disposto no inc. XI da mencionada legislação e tendo em vista as justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os documentos constantes no presente processo, com fundamentos alicerçados no Parecer Jurídico, e insculpidos pelo que determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, a contratação da empresa MAQTERRA TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 46.486.650/0001-90, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para pavimentação em ruas do município de Paranapanema/SP, (Rua Elizário Pereira de Melo), pelo valor global de R$ 364.029,40 (trezentos e sessenta e quatro mil, vinte e nove reais e quarenta centavos). Publique-se. RODOLFO HESSEL FANGANIELLO - Prefeito Municipal Paranapanema, 24/05/2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2024
ÓRGÃO INTERESSADO: DIVISÃO ADMINISTRATIVA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
O CREDENCIAMENTO E ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO SERÃO RECEBIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, NA SALA DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ NO DIA 12/06/2024 ÀS 09:00 hs. ENDEREÇO: RUA BÁRBARA BLUMER, NÚMERO 41 - JARDIM ALVORADA - SUMARÉ/SP
TELEFONE: (19) 3883-8816 E-MAIL: COMPRAS@CAMARASUMARE.SP.GOV.BR
De ordem do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, Sr. **Hélio Silva**, faço público para conhecimento de interessados, que se encontra aberto certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, que será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução No. 337, de 12 de abril de 2023 da Câmara Municipal de Sumaré.
DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM EDITAL E SEUS ANEXOS.

SUMARÉ, 27 DE MAIO DE 2024.
HÉLIO SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FRANCA

CNPJ 47.986.559/0001-04

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA ITINERANTE

O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca toda a categoria dos práticos de farmácia e dos empregados no comércio varejista e atacadista de drogas, medicamentos e de produtos farmacêuticos, sócios e não-sócios, de sua base territorial integrada pelos Municípios de *FRANCA (Sede), CRISTAIS PAULISTA, ITRAPUÃ, PATROCINIO PAULISTA, PEDREGULHO, RESTINGA, RIBEIRÃO CORRENTE, RIFAINA E SÃO JOSÉ DA BELA VISTA*, no Estado de São Paulo, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária Itinerante, a ser realizada no dia 03 de Junho de 2024 das 10h00 às 17h30. A assembléia contará com uma uma fixa na sede do sindicato e com urnas itinerantes que percorrerão os estabelecimentos do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Estado de São Paulo e do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Correlatos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos Toucador no Estado de São Paulo, e encerrará nesta mesma data na sede do sindicato, na Rua Couto Magalhães, 2261, Centro, CEP 14400-020, nesta cidade de Franca, Estado de São Paulo, a fim de deliberar, por escrutínio secreto, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: a -apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho e, ou a prorrogação do instrumento coletivo vigente, a ser negociada junto às categorias econômicas representantes do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Estado de São Paulo e do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Correlatos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos Toucador no Estado de São Paulo, visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; b - deliberar e aprovar sobre a contribuição assistencial da categoria profissional beneficiária do resultado da negociação salarial, decidindo sobre o percentual de contribuição e forma de oposição; c - discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; d- votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo para negociar e firmar a norma coletiva, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso; e – outros assuntos de interesse da categoria profissional. Na forma do art. 612 c/c o art. 859, da CLT, e em consonância com o Estatuto Social da entidade, a AGE somente poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença e votação de 2/3 (dois terços) dos sócios e de qualquer número de não sócios, e em segunda convocação, uma hora após, com a presença e votação de qualquer número de presentes.

Franca, 28 de Maio de 2024
REGINALDO GALVANI
- Presidente –

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO na forma PRESENCIAL Nº. 01/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2024
DATA DA REALIZAÇÃO:
12 de JUNHO de 2024, a partir das 09h30min.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E MONTAGEM/ DESMONTAGEM DE: PALCO QUADRADO 14X10M EM Q50 COM TESTEIRA (ALUMINIO Q30); CAMARIM; EQUIPAMENTOS DE SOM P.A. COMPLETO E ILUMINAÇÃO DE ACORDO COM RIDERS DOS CANTORES E ARTISTAS CONTRATADOS; GERADOR; GRADIL DE AÇO GALVANIZADO; TENDA COBERTA 8x8mt; TENDA COBERTA 5x5mt; BANHEIRO QUÍMICO; FECHAMENTO EM LATÃO e PAINEL DE LED PARA REALIZAÇÃO 33ª FEJUPI A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 26 A 29 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.** Encontra-se aberta no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o **PREGÃO na forma PRESENCIAL nº. 01/2024 – PROCESSO Nº. 71/2024**, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E MONTAGEM/DESMONTAGEM DE: PALCO QUADRADO 14X10M EM Q50 COM TESTEIRA (ALUMINIO Q30); CAMARIM; EQUIPAMENTOS DE SOM P.A. COMPLETO E ILUMINAÇÃO DE ACORDO COM RIDERS DOS CANTORES E ARTISTAS CONTRATADOS; GERADOR; GRADIL DE AÇO GALVANIZADO; TENDA COBERTA 8x8mt; TENDA COBERTA 5x5mt; BANHEIRO QUÍMICO; FECHAMENTO EM LATÃO e PAINEL DE LED PARA REALIZAÇÃO 33ª FEJUPI A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 26 A 29 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.** Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes **"PROPOSTAS E HABILITAÇÕES"** a partir do dia **12 de JUNHO de 2024, a partir das 09h30min**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link: Licitações – Consulta de Editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9919, ou através do e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. PM de Pirapozinho, 27 de MAIO 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

USP e os seus tribunais raciais

Suposta atitude não republicana ajudará instituição a desmantelar outros tribunais

Michael França

Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

Em março, a Universidade de São Paulo gerou controvérsia ao barrar um aluno por não considerá-lo pardo. Como de costume, logo apareceram os críticos às cotas raciais. Aqui na **Folha***, por exemplo, a colunista Lygia Maria comparou as bancas de avaliação fenotípica aos tribunais raciais de regimes eugenistas. Wilson Gomes seguiu caminho semelhante ao argumentar que tal política era uma esquisitice republicana.*

Agora que a pauta parece ter esfriado, é possível discuti-la sem se deixar influenciar pela repercussão gerada pelas reações emocionais do calor do momento, quando muitos são seduzidos a criar argumentos para agradar a torcidas. No entanto, analisar política pública não se resume a inflamar torcidas para promover audiência.

Política pública é sobre a vida das pessoas. É sobre avaliar os custos e benefícios de cada intervenção. É buscar criar soluções mais eficazes para que cada membro da sociedade possa atingir seu potencial. Discutir política pública significa ir além de nossas crenças e examinar cuidadosamente a literatura sobre o assunto.

Em debates relacionados às minorias, isso é ainda mais emblemático. Muitos têm algum ressentimento derivado de atitudes, nem sempre republicanas, de militantes que estão na linha de frente lutando por mudanças. No entanto, apesar dos desconfortos gerados por tais atitudes, uma rápida olhada na literatura ajudaria muitos a entender a profundidade dessa agenda.

As desvantagens enfrentadas pelos negros começam antes mesmo do nascimento. Estudos mostram a existência de disparidades no desenvolvimento das crianças negras resultantes das condições socioeconômicas e do viés racial durante o período de gestação ("Essays on Economics of Education: Racial Inequality, Social Norms, and Childcare Impact on Schooling"). Após o nascimento, as próprias famílias podem discriminar investindo mais na educação do filho de pele mais clara ("Is parental love colorblind? Human capital accumulation within mixed families").

Na escola, também há evidências de que os professores discriminam as crianças negras ("Racial Discrimination in Grading: Evidence from Brazil"). Uma vez no mercado de trabalho, mesmo quando analisamos trabalhadores com características produtivas semelhantes, os negros recebem cerca de 14% a menos que os brancos, um padrão que tem se mantido constante ao longo dos últimos 40 anos (Números da Discriminação Racial).

Desse modo, um pequeno esforço em procurar olhar para evidências ao emitir uma opinião leva à conclusão de que o Brasil, em si, é um grande tribunal racial que gera uma competição desleal para os negros. Confesso que demorei um tempo para compreender isso, pois não tinha o menor interesse pela agenda racial. No entanto, a própria USP ajudou nesse processo.

Não faz muito tempo que estudei lá. Quando entrei na instituição, ainda não havia cotas, e não era incomum os professores mencionarem que eu lembrava um jogador de futebol. Embora, dentro das quatro linhas, minha habilidade com a bola nunca tenha me permitido ultrapassar duas ou três embaixadinhas.

Com o tempo, o dia a dia na universidade foi revelando que muitos ali não pareciam tão acostumados a ter a presença de um aluno de pele mais retinta, talvez tampouco de um que tinha um bom desempenho acadêmico. Minha presença e a de outros pouquíssimos pretos na instituição representavam a quebra de um imaginário da posição do negro na sociedade brasileira.

Certa vez, um colega da elite carioca comentou: "Não sei como uma pessoa como você tira notas altas". Bem, dada a baixa expectativa que muitos têm em relação aos negros, é possível que até hoje eu continue surpreendendo não somente a ele como também parte dos professores que tive naquela instituição, e fora dela.

*

O texto é uma homenagem à música "Umbabarauma", composta por Jorge Ben Jor, interpretada por ele e Mano Brown.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA.** Bernardo Guimarães, **Lorena Hakak** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Declare o Imposto de Renda incompleto e fuja da multa

Valor mínimo é de R$ 165,74; prazo termina às 23h59 de sexta-feira (31)

IR 2024

Fernando Narazaki

SÃO PAULO Os contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda 2024 que não têm todas as informações sobre seus rendimentos, bens e demais movimentações financeiras podem enviar a declaração incompleta à Receita Federal para fugir da multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

"Não entregar não é uma opção", diz o advogado tributarista Jonathas Lisse, da VRL Advogados. O prazo acaba às 23h59 desta sexta (31). Apenas nas cidades atingidas pelas chuvas no Rio Grande do Sul é que há prazo maior, até 30 de agosto.

Além da multa, a pessoa que é obrigada a declarar e não presta contas ao fisco pode sofrer uma punição ainda maior, que vai do bloqueio do CPF à prisão em casos mais graves.

Enviar o IR incompleto é a melhor forma para evitar a multa. "Depois, o contribuinte faz com calma, acrescenta todos os dados necessários e entrega a retificação", afirma Eduardo Natal, sócio do Natal & Manssur Advogados.

Quem ainda não entregou também deve observar que o último dia será no meio do feriado de Corpus Christi. As agências da Receita não abrirão na quinta (30) e na sexta e só voltarão a atender presencialmente em 3 de junho.

A entrega da declaração não será impactada, pois hoje ela é feita de forma remota. Mas quem precisa esclarecer alguma dúvida ou retirar documentos necessários com o fisco terá até esta quarta-feira (29) para ir a um posto de atendimento do órgão.

Se estiver obrigado a declarar, separe os documentos necessários, principalmente os documentos pessoais (RG, CPF e título de eleitor), os informes de rendimentos enviados por empresas, bancos, financeiras, imobiliárias, planos de saúde e outros, e comprovantes, recibos e notas fiscais para justificar despesas com saúde, educação, previdência privada e doações que podem ser usadas para deduzir o IR.

Para quem não teve tempo para separar esses comprovantes, a recomendação é que evite declarar essas despesas para a Receita. Posteriormente, a declaração pode ser corrigida quantas vezes for necessário pelo contribuinte, e esses pagamentos poderão ser incluídos.

Com os documentos em mãos, é hora de escolher como será feita a declaração. É possível fazer o download do PGD (Programa Gerador de Declaração) no computador, ou baixar o aplicativo Meu Imposto de Renda para celular e tablet, ou ainda declarar no portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita.

Se não houve muito tempo para separar a documentação, a sugestão é usar o recurso da declaração pré-preenchida. Para isso, a Receita exige uma conta nível prata ou ouro no portal gov.br.

F **SAIBA MAIS SOBRE O IR**
folha.com.br/impostoderenda

Plataforma de mensagens ICQ acabará após 28 anos

TEC

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO O ICQ, popular plataforma de mensagens dos anos 1990 e início dos anos 2000, anunciou a data de seu fim: 26 de junho.

Após 28 anos de atividade, o comunicado do encerramento veio acompanhado de uma propaganda do app VK Messenger, concorrente russo do WhatsApp pertencente à mesma empresa que comprou o ICQ em 2010.

Primeiro programa a popularizar o conceito de mensagem instantânea e a ameaçar a hegemonia dos emails ainda em 1996, o ICQ alcançou mais de 100 milhões de usuários em 2001, mas não resistiu à concorrência com o MSN, da Microsoft.

A solução foi criada em 1996 pela empresa israelense Mirabilis, que a vendeu, em 1998, por US$ 287 milhões para o então gigante da internet AOL. Em 2010, o grupo americano repassou o ICQ para a russa Digital Sky Technologies, hoje VK Company. À época, a plataforma tinha 33 milhões de usuários, dos quais 8,3 milhões eram russos.

Na era dos smartphones, que então começava, a empresa tentou remodelar o ICQ para os dispositivos móveis a partir de 2013 e, em 2020, repaginou o aplicativo, que recebeu o nome ICQ New. A plataforma, contudo, não resistiu à concorrência com os apps de mensagens criptografadas, como WhatsApp, hoje da Meta, e Messenger, da Apple.

A VK Company não informa quantos usuários o ICQ tem hoje. Apenas disse que quem usa o aplicativo terá seus dados transferidos para o VK Messenger.

No X, a página do ICQ deixou uma mensagem ambígua: um braço que se afoga em lava com um sinal de "joia" e também a cena de "Exterminador do Futuro", em que Arnold Schwarzenegger diz "eu voltarei".

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 - PROCESSO Nº 007/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para a realização de exames de hemograma, para Secretaria Municipal da Saúde, durante o período de 12 (doze) meses. DATA DA REALIZAÇÃO: 14/06/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 27/05/2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 - PROCESSO Nº 108/2024

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Impressos e Serviços Gráficos para utilização de diversas Secretarias desta Municipalidade. DATA DA REALIZAÇÃO: 14/06/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 27/05/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANÁPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2024 PROCESSO 039/2024 "Menor Preço Item", OBJETO: O registro de preços para eventuais contratações de empresa especializada para o fornecimento, com entrega parcelada, de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Botijões de 13KG e Botijões de 45KG, para atender a diversos setores da Prefeitura Municipal de Suzanápolis, conforme condições impostas no edital e seus anexos. **Data de início para envio da proposta eletrônica a partir de 29/05/2024 - Data e hora da abertura da sessão 18/06/2024** as **08h30min**. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados, no site https://www.suzanapolis.sp.gov.br e na plataforma eletrônica: http://45.180.40.151:8079/comprasedital/. Mais Informações e/ou esclarecimentos pessoalmente através do endereço Av. Prefeito Antônio Alcino Vidotti, 456, e-mail: licitacoes@suzanapolis.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3706-9000, das 07h às 11h e das 13h às 17h, de Segunda as Sextas-Feiras. Suzanápolis/SP, 27 de maio de 2024.

JOSÉ LUIZ GAVA - Prefeito Municipal.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
C.P.P. III "PROF. NOÉ AZEVEDO" DE BAURU
ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90021/2024 - Edital nº 30/2024
Processo Administrativo: SEI 006.00176460/2024-24
Data abertura: 12/06/2024 às 09:00 horas
Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br
Objeto: Aquisição de material de limpeza, higiene e outros materiais de consumo
Modalidade: Pregão Eletrônico, Art. 28, Inciso I, Lei 14.133/21.

DESKTOP S.A.

CNPJ nº 08.170.849/0001-15 - NIRE 35.300.565.266 - Companhia Aberta

RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 19/04/2024

Assembleia realizada de forma digital à distância. Convocada e publicada conforme Lei nº 6.404/76, deliberou sobre: contas dos administradores, demonstrações financeiras de 2023, orçamento de capital de 2024, destinação do resultado de 2023, complementação das atividades no objeto social e reforma do Estatuto Social. Presentes acionistas representando 87,60% do capital social. Resultados das votações disponíveis no site da Companhia. Confere com a original lavrada em livro próprio. Sumaré, 19 de abril de 2024. Tiago Branco Walselfisz - Presidente; Vicente Claudio Gioielli - Secretário. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2024** A Prefeitura do Município de Fernando Prestes, faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2024, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de recapeamento asfáltico em CBUQ, em diversas vias públicas do município de Fernando Prestes/SP. O certame será realizado através do sistema Portal de Compras do Município, conforme link de acesso constante no site do município: http://transparencia.fernandoprestes.sp.gov.br:8079/comprasedital/. O recebimento das propostas será até as 08:30h do dia 14 de junho de 2024 e o início da sessão de disputa de preços às 08:30h do dia 14 de junho de 2024. O Edital de inteiro teor está à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes (www.fernandoprestes.sp.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@fernandoprestes.sp.gov.br, ou pelo telefone: 16 3258-4000 – Ramal - 6. Fernando Prestes, 27 de maio de 2024. RODRIGO RAVAZZI Prefeito Municipal

AVISO DE COTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA

OBJETO: Aquisição de Cloreto de Polialuminio - PAC, Hipoclorito de Sódio e Ácido Fluossilícico, conforme quantidades e especificações contidas no termo de referência. A data final para apresentação dos orçamentos dos interessados será 31 de maio de 2024. O Termo de Referência encontra-se no site https://www.deagua.com.br/licitacao/lista/2024/categoria/17 / dispensa-de-licitacao/ e também pode ser solicitado por meio do e-mail compras1@deagua.com.br. Guaíra/SP, 27 de maio de 2024. Lucas Soares Eleodoro - Diretor.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da **VISUS ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.** (CNPJ: 09.561.307/0001-36), lotados na base territorial deste sindicato, a participarem da Assembleia Extraordinária, na Rua Catequese, 227 - 4º andar/Edifício Metro Office - Butantã - São Paulo, que será realizada no próximo dia **04 de Junho de 2024, às 09h, e às 15h**, a Assembleia ocorrerá por transmissão videoconferência pela plataforma Zoom, para deliberar a **"ORDEM DO DIA": 1)** Proposta Final apresentada pela empresa para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025. Em função da realização da Assembleia, ocorrer de forma presencial e por videoconferência através da plataforma Zoom, a deliberação e a votação (aprovação ou rejeição) da proposta, se dará também, através de ferramenta eletrônica que será encaminhada para todos trabalhadores da empresa através do seu e-mail corporativo, este valerá como assinatura de presença na Assembleia e deliberação da proposta. O encerramento da Assembleia se dará juntamente com a divulgação do resultado da apuração dos votos eletrônicos que ocorrerá durante a Assembleia.

São Paulo, 27 de Maio de 2024. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente

SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2024 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2024.

O superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público para o conhecimento de interessados, que se encontra aberto o Pregão Eletrônico nº 005/2024, tendo por finalidade a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS DIVERSOS**, de acordo com os quantitativos e especificações relacionadas no anexo I do edital. O período de envio das propostas será a partir de 29/05/2024 até 12/06/2024 as 08:00 horas no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início das disputas ocorrerá no dia 12/06/2024 as 08:10 horas na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através de e-mail licitacao@saaeituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital a disposição na internet www.saaeituverava.sp.gov.br, a partir do dia 29/05/2024.

Ituverava, 27 de maio de 2024.

Carlos Eduardo Origuela - Agente de Contratação.
Alfredo Adriano Augusto Junior - Superintendente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 - PROCESSO Nº 6087/2024

Órgão– Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 022/2024 do tipo Menor preço global, o ObjetoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CHAFARIZES, LAGOS, FONTES E PISCINAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 28/05/2024 às 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/06/2024 às 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br; O Edital na integra se encontrará disponível a partir do dia 27/05/2024. Holambra, 27 de maio de 2024. RODRIGO ALEXANDRE DA SILVA - Diretor Parque e Jardins.

Edital para conhecimento de Terceiros Interessados, com Prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do Proc. nº 1000215-06.2015.8.26.0269. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Itapetininga, Estado de São Paulo, Dr. **Aparecido Cesar Machado**, na forma da Lei, etc. **Faz saber a terceiros interessados na lide** que a **Rodovias Integradas do Oeste S.A. SPVIAS** move uma Ação de Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 contra **Eliana Aparecida da Silva Almeida Albuquerque e Ivan Almeida de Albuquerque**, objetivando a desapropriação de "um imóvel situado na Estrada Municipal, s/nº (altura do km 145+300m da Rodovia Raposo Tavares SP - 270), bairro do Tatetu, município de Alambari, comarca de Itapetininga - SP, medindo 4.244,57m², objeto da matrícula nº 69.717, registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapetininga/SP, estando referida área detalhadamente descrita no Memorial Descritivo", declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **Nada Mais**. Dado e passado nesta cidade de Itapetininga, aos 23 de abril de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

TERMO ADITIVO Nº. 04/24
CONTRATO Nº. 57/23– TOMADA DE PREÇO Nº. 02/23

Contratada: JOÃO BAZAGA NETO-ME – CNPJ Nº. 22.946.480/0001-10

Objeto: Contratação de Empresa para Reprogramação da Revitalização da Praça Municipal " Dr. Raphael Franco de Mello". Ref: Aditamento do valor do contrato – R$ 80.101,66 (oitenta mil, cento e um reais e sessenta e seis centavos). Lavínia/SP, 27/05/24.

Salvador Cazuo Matsunaka – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2024, CUJO OBJETO É "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA NO BAIRRO BELA VISTA". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/. SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO DIA 28/05/2024 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 17/06/2024. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/06/2024 ÀS 8H30MIN. IPERÓ, 27 DE MAIO DE 2024. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO PIRASSUNUNGA – SAEP.

AVISO DE LICITAÇÃO Edital: 89/24. Processo Administrativo: 637/24. **Pregão Eletrônico: 15/24.** Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de remoção de caçambas (transporte e descarga) para bota fora, nas dependências do SAEP, utilizando caminhão poliguindaste tipo "brooks", para remoção de caçamba de 5m³, transporte e destinação final. O Edital será disponibilizado nos sites www.saep.sp.gov.br, www.bll.org.br e PNCP, no dia 28 de maio de 2024. A data início para envio das propostas eletrônicas será 28 de maio de 2024 e a abertura da Sessão Pública será às 09:00 horas do dia 13 de junho de 2024. Pirassununga, 27 de maio de 2024. José Roberto Barone – Superintendente.

PENITENCIÁRIA I DE GÁLIA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
Edital: 90007/2024-PIGAL - Processo Administrativo: 006.00130359/2024-27

Data da Abertura: 11/06/2024 às 09h. Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros. Unidade Compradora: 380282 – Penitenciária I de Gália. Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico. Amparo Legal: Lei 14.133/2024, Art. 28,I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA PAULISTA

EDITAL RESUMIDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 - Processo nº 486/2024. Objeto: Contratação de empresa ou profissional especializado em atendimento médico (CLINICO GERAL), para o atendimento aos detentos desta unidade penitenciária de Flórida Paulista, com a distância de aproximadamente 08 (oito) quilômetros da sede, pelo período de 20 (vinte) horas semanais. Data de início da disputa: **18/06/2024 às 09:00 horas**. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Praça Gerson Veronese Ferracini, nº 358, Flórida Paulista/SP, no site oficial do Município http://www.floridapaulista.sp.gov.br/, na plataforma https://bll.org.br/ e pelo e-mail: licitacao@floridapaulista.sp.gov.br. Informações complementares poderão ser fornecidas pelo telefone: (18) 3581-9029.

Prefeitura Municipal de Flórida Paulista/SP, 24 de maio de 2024.
Wilson Fróio Júnior - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **145/2024** - Processo n. º **190.395/2023** - **Modalidade:** Dispensa de Licitação Eletrônica nº **027/2024** - do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM - LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS - OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTE CELLPACK PK-30L, REAGENTE POCH-PACK L E BOBINA DE PAPEL 59MM X 37 CM. Interessados:** Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Entrega das propostas: até 05/06/2024 às 08:59h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 05/06/2024 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1077 ou através de download gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000212/2024**, ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - **Nº 96027/2024**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 27/05/2024 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

Cosan S.A.

CNPJ nº 50.746.577/0001-15



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

A Cosan S.A. ("Cosan" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 2023. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o ano de 2023 x 2022, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

1. Mensagem do Presidente

Finalizamos o exercício de 2023 com crescimento importante do EBITDA sob gestão e lucro líquido, suportados pelo desempenho dos negócios, reforçando a qualidade dos nossos ativos e a resiliência do nosso portfólio. Os investimentos do exercício seguiram o planejado, e foram direcionados para a alocação de capital nos projetos estruturantes, assim como para a manutenção eficiente de nossas operações. Na *Rumo*, o resultado foi alavancado pelo aumento da capacidade de transporte e da tarifa média consolidada, atingindo recordes de volume e evidenciando a competitividade do modal ferroviário. O desenvolvimento do projeto de Lucas do Rio Verde - extensão da malha ferroviária no Mato Grosso, umas das principais regiões do País na produção de grãos - viabilizará expansão significativa do mercado endereçável para a Rumo. Na **Compass**, o número recorde de conexões de clientes na Comgás, a consolidação das operações de distribuição de gás natural da Commit, além do início das operações da Edge com a venda das primeiras cargas de GNL, compensaram a queda de volume de gás natural distribuído, afetado pela menor produção industrial e maior temperatura nas regiões de atuação. Ademais, firmamos em 2023 a sociedade entre Compass e Orizon para investimento em uma planta de purificação de biometano em Paulínia (SP) e assinamos um contrato de longo prazo com a São Martinho para o fornecimento de biometano. A **Moove** teve o melhor ano de sua história, impulsionado pelo maior volume vendido e margens saudáveis. Isso reflete nossa liderança no mercado de sintéticos e melhoria contínua do modelo de negócios. Vale destacar o fortalecimento de sua presença internacional, colhendo, já em 2023, resultados da integração da Petrochoice. Na **Radar**, o valor do portfólio de propriedades agrícolas em que investimos reflete a qualidade do portfólio e o reflexo positivo do ciclo das *commodities* agrícolas. A **Raízen** entregou recuperação da produtividade agrícola de seus canaviais e bateu recorde de moagem na safra. Os melhores preços do açúcar e as margens robustas de distribuição de combustíveis impulsionaram o EBITDA da Companhia, compensando o cenário desafiador para o etanol. Adicionalmente, destaco o avanço na agenda de renováveis, com lançamento da 2ª planta de etanol de segunda geração (E2G) em Bonfim, com o dobro da capacidade produtiva da 1ª. Realizamos um processo de gestão de dívidas na **Cosan**, com captações de recursos nos mercados local e internacional. Esse movimento nos permitiu estender o cronograma de amortização de dívidas para suportar o atual ciclo de investimentos do portfólio, assegurando custos mais competitivos. Consolidamos, ao longo de 2023 e início de 2024, nossa exposição à **Vale**, aumentando a participação direta como consequência da liquidação antecipada da estrutura do *collar financing*. O objetivo desta execução foi capturarmos na integralidade os dividendos da Vale e, ao mesmo tempo, adequar a nossa estrutura de capital. Finalizamos o exercício com alavancagem dentro dos níveis adequados e, a partir do quarto trimestre de 2023, passamos a reportar o índice de cobertura do serviço da dívida, métrica que complementa a visão de liquidez da Cosan Corporativo. Ainda em alocação de capital, seguimos atentos a oportunidades de recomprar ações da própria Cosan, executando ao longo do ano cerca de R$ 300 milhões através de Total Return Swap. E, finalmente, distribuímos R$ 800 milhões em dividendos para nossos acionistas.

Nelson Gomes
CEO Cosan

2. Resultados anuais

Cosan Consolidado: Apresentamos a seguir o resultado consolidado contábil de 2023 da Cosan e das suas unidades de negócio. Com exceção da Raízen (sociedade co-controlada pela Cosan), todas as demais informações refletem a consolidação de 100% dos resultados das subsidiárias, independentemente da participação da Cosan (para mais informações veja a nota explicativa 9 "Investimentos em Subsidiárias e Associadas" das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras"). É importante esclarecer que a Cosan (segmento corporativo) representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, empresas financeiras *offshores* e entre outras despesas, como detalhado na nota explicativa 1 das Demonstrações Financeiras. Os quadros abaixo retratam a íntegra das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstração do Resultado do Exercício R$ MM	2023 (jan-dez)	2022 (jan-dez)	Variação 2023 x 2022
Receita operacional líquida	**39.469**	**39.323**	**0%**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**(28.550)**	**(30.557)**	**(7%)**
Lucro bruto	**10.919**	**8.766**	**25%**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.879)	(3.034)	28%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.924	1.752	n/a
Resultado financeiro	(7.897)	(5.158)	53%
Resultado de equivalência patrimonial	2.046	327	n/a
Imposto de renda e contribuição social	(274)	118	n/a
Resultado das operações descontinuadas	45	50	(9%)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(3.790)	(1.645)	n/a
Resultado atribuído aos acionistas controladores	**1.094**	**1.176**	**(7%)**

Informações por segmento:

Resultado 2023 R$ MM	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	**221.693**	**17.767**	**10.079**	**10.938**	**743**	**3**	**(221.693)**	**(61)**	**39.469**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**(202.927)**	**(14.256)**	**(7.360)**	**(6.838)**	**(153)**	**(4)**	**202.927**	**61**	**(28.550)**
Lucro bruto	**18.767**	**3.511**	**2.719**	**4.099**	**590**	**(1)**	**(18.767)**	**–**	**10.919**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(8.589)	(952)	(1.791)	(601)	(74)	(461)	8.589	–	(3.879)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968	607	–	(101)	2.254	1.164	(1.968)	–	3.924
Resultado financeiro	(5.963)	(731)	(319)	(2.555)	31	(4.322)	5.963	–	(7.897)
Resultado de equivalência patrimonial	(220)	179	–	77	20	4.342	220	(2.571)	2.046
Imposto de renda e contribuição social	(1.937)	(859)	(332)	(197)	(148)	1.262	1.937	–	(274)
Resultado das operações descontinuadas	–	45	–	–	–	16	–	(16)	45
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(163)	(390)	(83)	(503)	(1.904)	(910)	163	–	(3.790)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	**3.864**	**1.411**	**194**	**219**	**768**	**1.090**	**(3.864)**	**(2.587)**	**1.094**

Apresentamos abaixo as alterações significativas das demonstrações de resultado:

Receita Líquida: A receita líquida consolidada da Cosan atingiu R$ 39,5 bilhões em 2023, praticamente estável frente a 2022. A seguir as variações relevantes das receitas por segmento: A receita líquida da Rumo somou R$ 10,9 bilhões no ano de 2023 (+11%). O aumento da receita ocorreu em todas as operações da empresa: Operação Norte, Operação Sul e Operação de Contêineres. Na Compass, a receita líquida foi de R$ 17,8 bilhões em 2023 (-10%). A queda na receita em 2023 se deve, em parte, à redução do volume distribuído, refletindo a menor atividade no segmento industrial durante o ano que foi impactada pela redução dos segmentos como indústria cerâmica, vidros e siderurgia, além da queda no consumo do residencial devido às altas temperaturas frente a 2022. A receita líquida da Moove atingiu R$ 10,1 bilhões no ano de 2023 (+12%), forte volume de vendas de lubrificantes e melhor mix de produtos vendidos. Importante destacar que o ano de 2023 foi o primeiro ano completo de operação da Tirreno e Petrochoice, após a aquisição.

Na Radar, a receita líquida foi de R$ 743 milhões em 2023 comparado a R$ 835 milhões no ano anterior.

Custo Operacional:

O custo dos produtos e serviços prestados pelas controladas da Cosan totalizou R$ 28,6 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (-7%). Esta redução se justifica por:

Na Compass, referente ao custo do gás, transporte e outros passou de R$ 16,4 bilhões em 2022 para R$ 14,3 bilhões no ano 2023. Essas variações ocorreram, principalmente, em função do custo da molécula, composta por fatores taxa de câmbio e Brent. Adicionalmente, a variação também é impactada pela redução do volume de venda. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R$ 1,2 bilhão em 2022 para R$ 1,5 bilhão no ano de 2023. Por fim, houve o efeito de redução de custo devido a descontinuidade de todos os contratos de energia com efeito no montante de R$ 0,3 bilhão.

Lucro Bruto:

Com estes resultados, a Cosan apresentou lucro bruto de R$ 11,0 bilhões em 2023 (+25%), principalmente pelos segmentos da Rumo, sendo o principal fator reflexo de um aumento na receita operacional de transporte, e da Moove devido ao maior volume vendido e margens saudáveis.

Despesas com Vendas, Gerais, Administrativas e Outros Receitas:

As despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas foram de R$ 45,9 milhões no exercício de 2023, apresentando um aumento versus 2022 em função: (i) Dividendos recebidos da Vale S.A. no valor de R$ 1,3 bilhão, (ii) realização de receita diferida que teve um impacto de R$ 923 milhões no resultado operacional, (iii) mudança no valor justo de propriedades para investimento gerando um impacto de R$ 2,3 bilhões.

Resultado Financeiro

No ano de 2023, o resultado financeiro da Cosan totalizou despesa de R$ 7,9 bilhões, comparado a despesa de R$ 5,2 bilhões em 2022. O aumento é consequência dos (i) valores de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale no valor de R$ 599 milhões, (ii) custo de operações bancárias com derivativos no valor negativo de R$ 555 milhões (iii) o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção dos investimentos em ações da Vale no valor de R$ 881 milhões (iv) atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS que no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R$ 3,3 bilhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial: O resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 2,0 bilhões frente R$ 327 milhões em 2022. Essa variação se deve principalmente a: (i) Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa na Vale. Em 1 de dezembro de 2023, a Companhia passou a registrar o investimento da Vale como equivalência patrimonial (vide mais detalhes na Nota Explicativa 1.1 Participação societária na Vale S.A. das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R$ 3,7 bilhões relativos à Lei Complementar 192/22 e R$ 1,5 bilhão relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R$ 5,2 bilhões, impactando em R$ 1,6 bilhão, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social. *Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 gerou uma despesa no montante de R$ 274 milhões em comparação a uma receita no montante de R$ 118 milhões no ano anterior. Em dezembro de 2023, a alíquota efetiva de impostos foi de 5,37%. Os principais efeitos se deram por: (i) dividendos com a Vale no valor de R$ 254 milhões; (ii) benefício na adesão ao programa litígio zero no valor de R$ 23 milhões; (iii) diferencial de alíquota no valor de R$ 805 milhões; (iv) provisão para não realização do benefício do pacto federativo no valor negativo de R$ 307 milhões; e (v) aumento de R$ 551 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior em equivalência patrimonial constituindo o saldo de R$ 673 milhões.

Lucro Líquido: A Cosan encerrou o ano de 2023 com lucro líquido de R$ 1,1 bilhão, praticamente estável em relação ao ano anterior que representou uma forte base de comparação devido à valorização relevante das ações da Vale no 4T22.

3. Proposta de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração propôs destinação do lucro líquido da seguinte forma: dividendos mínimos obrigatórios de R$ 274 milhões, dividendos complementares no valor de R$ 566 milhões e o remanescente de R$ 254 milhões alocado para reserva estatutária. Tal destinação será submetida a aprovação ou alteração na Assembleia Geral da Companhia.

4. Capital Humano

Em 2023, demos um passo importante no aprimoramento da nossa Cultura Empreendedora. Evoluímos em nossa agenda de Diversidade, Equidade & Inclusão, garantindo um ambiente seguro, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas, intensificando o nosso olhar para o cuidado com as nossas pessoas.

Avançamos na ampliação da participação feminina em cargos de alta liderança. Nosso Conselho de Administração, atualmente é composto por duas mulheres e sete homens, sendo que um deles se autodeclara como LGBTQIAPN+. Por isso, em 2023 recebemos a concessão do selo WOB (*Women on Board*), iniciativa que reconhece e valoriza a participação de mulheres nessa esfera organizacional. Também tivemos um aumento de representatividade feminina na base de colaboradores, com 58% de mulheres, sendo que 36% ocupam cargos de alta gestão.

Como parte do nosso propósito, buscamos impulsionar pessoas e negócios ao seu potencial máximo e, nesse sentido, nossas equipes encontram diversas possibilidades de desenvolvimento e alternativas de carreiras dentro do nosso ecossistema, podendo crescer junto com o nosso portfólio.

A segurança e o bem-estar de todas as pessoas são prioridade para a Cosan. Perseguimos diariamente a meta de zero acidentes na Cosan e em nossas investidas, investindo em treinamento, tecnologia e promoção das melhores práticas a fim de garantir um ambiente de trabalho seguro. Em conjunto, oferecemos aos nossos colaboradores benefícios abrangentes de saúde, refletindo nosso compromisso com o cuidado e o apoio à saúde física e mental de nossa equipe.

5. Mercado de Capitais & Governança Corporativa

A Cosan é uma companhia de capital aberto e tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código CSAN3, desde 2005, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, no qual as empresas se comprometem a aderir às melhores práticas de governança corporativa.

Desde março de 2021, possui um programa de Ações Depositárias Americanas (*American Depositary Shores* - ADSs) nível 2 listadas na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange* - NYSE) sob o *ticker* CSAN, que representa uma camada adicional de regulação a ser seguida, evidenciando a robustez das políticas e práticas que a Cosan e seus negócios adotam.

O capital social da Cosan é representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal - todas com direito a voto, conforme o seguimento do Novo Mercado da B3, sendo o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello o acionista controlador.

Nos últimos anos, a Companhia fortaleceu sua governança corporativa e hoje conta com uma estrutura robusta, por meio da qual, estratégias e planos de ação, são amplamente discutidos por profissionais competentes e adequadamente comunicados a todas as instâncias do time.

Para suportar a Administração da Companhia, foram instituídos Comitês que em sua maioria estão subordinados diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, a Companhia conta com uma estrutura sólida de gestão de riscos para identificar eventos que podem impactar negativamente a sustentabilidade dos nossos negócios.

Estrutura de Governança



6. Compromisso com a sustentabilidade

Nossa atuação em sustentabilidade prevê a gestão dos aspectos ESG materiais para a Companhia e transversais ao portfólio (Governança, Mudanças Climáticas, Diversidade, Impacto Social e Segurança), além do engajamento das investidas nestas frentes. Incorporamos os riscos climáticos em nossa matriz de riscos e nas análises para tomada de decisão. Dessa forma, avançamos na agenda de monitoramento contínuo e métricas de desempenho em conjunto com as nossas investidas a fim de atuar com maior transparência nos relatos aos nossos *stakeholders* e partes interessadas, o que está refletido nas performances dos índices e *ratings* que participamos individualmente e com sociedades investidas.

Também dedicamos nossos esforços para disseminar a estratégia, avançar na implementação da governança e gestão do "Visão ESG 2030", contribuindo no processo de geração de valor e alcance de compromissos em todo o nosso portfólio. Para os próximos ciclos, manteremos nosso compromisso de impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, aspecto central para nossa estratégia de negócios.

Vide mais informações na nota explicativa 3.3 - Impactos Contábeis relacionados às iniciativas ambientais, sociais e de governança ("ESG") das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Para saber mais sobre as práticas de sustentabilidade da Cosan, acesse: https://www.cosan.com.br/sustentabilidade/

7. Relacionamento com o auditor independente

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços de Não Auditoria ("Política") com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes e firmas de auditoria, incluindo as diretrizes e procedimentos para garantir a independência dos auditores independentes e prestadores de serviços de consultoria da Companhia, suas controladas, subsidiárias, *joint venture* e coligadas relevantes. A Política está disponível em https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 22 de dezembro de 2023, tivemos alteração no auditor independente da Cosan. A empresa de auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi responsável pela revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023; e a BDO RCS Auditores Independentes foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia findas em 31 de dezembro de 2023.

Informamos que houve contratação da EY para serviços não relacionados à auditoria independente, cuja soma dos honorários representa 16% do valor total de seus respectivos honorários para revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política. Tais serviços referem-se principalmente a:

(i) revisão de compliance tributário de controladas da Companhia; e

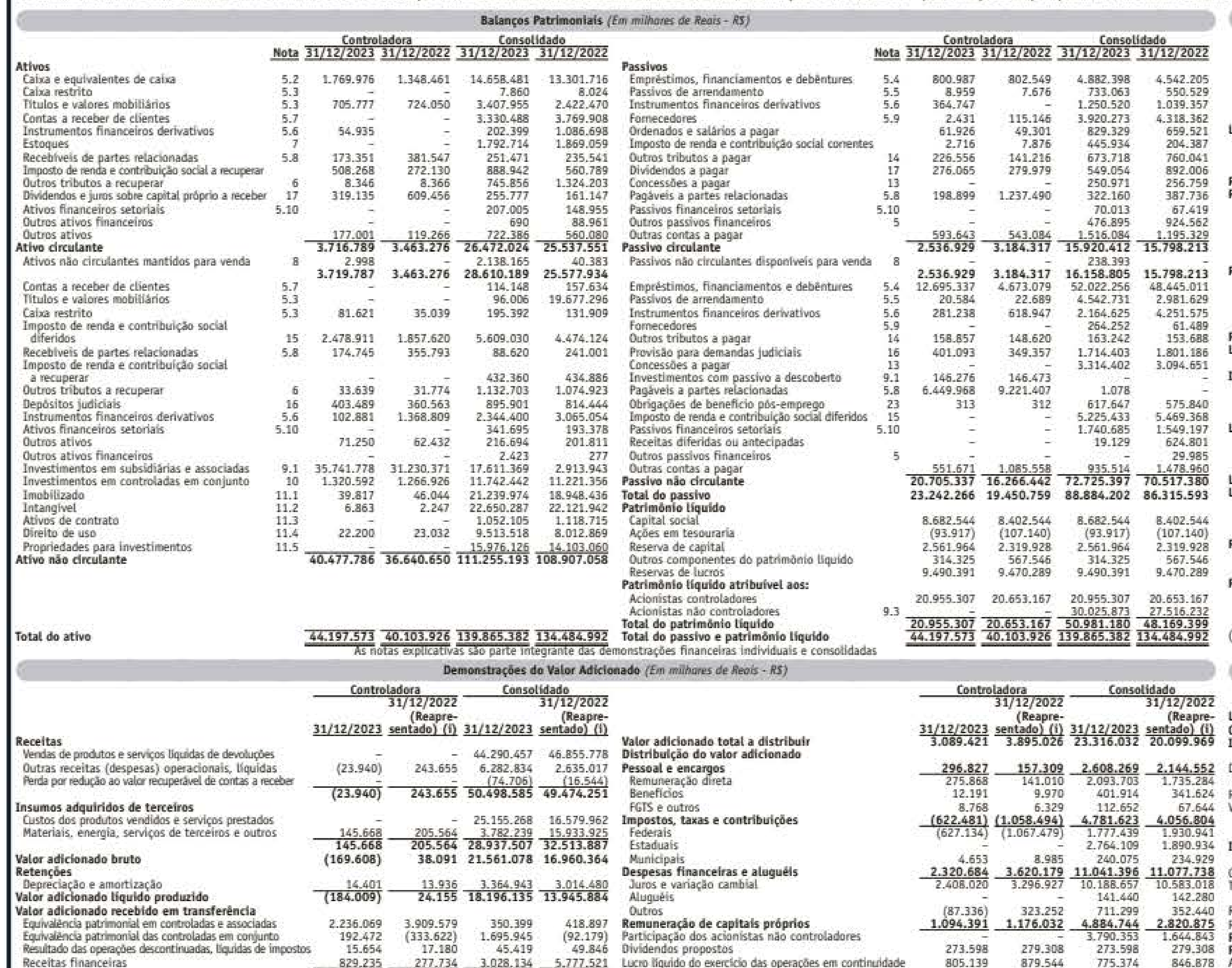
(ii) trabalhos relacionados à auditoria como a revisão de prospectos, atividades de *due diligence* e outros procedimentos previamente acordados e aprovados pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Com base no referido princípio de independência, a EY informou que todos os trabalhos conduzidos e concluídos até 30 de novembro de 2023 (momento da troca de auditor independente) não foram comprometidos em termos de independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia. Também com base no referido princípio de independência, a BDO informou que todos os trabalhos conduzidos a partir de 01 de dezembro de 2023 e concluídos até o presente momento não foram comprometidos em termos de independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pelos auditores independentes outros serviços não relacionados à auditoria externa além dos já mencionados acima.

8. Agradecimentos

A Administração da Cosan agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2023, acesse o site da Cosan: www.cosan.com.br.



Balanços Patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativos	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716
Caixa restrito	5.3	–	–	7.860	8.024
Títulos e valores mobiliários	5.3	705.777	724.050	3.407.955	2.422.470
Contas a receber de clientes	5.7	–	–	3.330.488	3.769.908
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	54.935	–	202.399	1.086.698
Estoques	7	–	–	1.792.714	1.869.059
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	173.351	381.547	251.471	235.541
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		508.268	272.130	888.942	560.789
Outros tributos a recuperar	6	8.346	8.366	745.856	1.324.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	319.135	609.456	255.777	161.147
Ativos financeiros setoriais	5.10	–	–	207.005	148.955
Outros ativos financeiros		–	–	690	88.961
Outros ativos		177.001	119.266	722.386	560.080
Ativo circulante		**3.716.789**	**3.463.276**	**26.472.024**	**25.537.551**
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	2.998	–	2.138.165	40.383
		3.719.787	**3.463.276**	**28.610.189**	**25.577.934**
Contas a receber de clientes	5.7	–	–	114.148	157.634
Títulos e valores mobiliários	5.3	–	–	96.006	19.677.296
Caixa restrito	5.3	81.621	35.039	195.392	131.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.478.911	1.857.620	5.609.030	4.474.124
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	174.745	355.793	88.620	241.001
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	–	432.360	434.886
Outros tributos a recuperar	6	33.639	31.774	1.132.703	1.074.923
Depósitos judiciais	16	403.489	360.563	895.901	814.444
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	102.881	1.368.809	2.344.400	3.065.054
Ativos financeiros setoriais	5.10	–	–	341.695	193.378
Outros ativos		71.250	62.432	216.694	201.811
Outros ativos financeiros		–	–	2.423	277
Investimentos em subsidiárias e associadas	9.1	35.741.778	31.230.371	17.611.369	2.913.943
Investimentos em controladas em conjunto	10	1.320.592	1.266.926	11.742.442	11.221.356
Imobilizado	11.1	39.817	46.044	21.239.974	18.948.436
Intangível	11.2	6.863	2.247	22.650.287	22.121.942
Ativos de contrato	11.3	–	–	1.052.105	1.118.715
Direito de uso	11.4	22.200	23.032	9.513.518	8.012.869
Propriedades para investimentos	11.5	–	–	15.976.126	14.103.060
Ativo não circulante		**40.477.786**	**36.640.650**	**111.255.193**	**108.907.058**
Total do ativo		**44.197.573**	**40.103.926**	**139.865.382**	**134.484.992**

Passivos	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	800.987	802.549	4.882.398	4.542.205
Passivos de arrendamento	5.5	8.959	7.676	733.063	550.529
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	364.747	–	1.250.520	1.039.357
Fornecedores	5.9	2.431	115.146	3.920.273	4.318.362
Ordenados e salários a pagar		61.926	49.301	829.329	659.521
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.716	7.876	445.934	204.387
Outros tributos a pagar	14	226.556	141.216	673.718	760.041
Dividendos a pagar	17	276.065	279.979	549.054	892.006
Concessões a pagar	13	–	–	250.971	256.759
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	198.899	1.237.490	322.160	387.736
Passivos financeiros setoriais	5.10	–	–	70.013	67.419
Outros passivos financeiros	5	–	–	476.895	924.562
Outras contas a pagar		593.643	543.084	1.516.084	1.195.329
Passivo circulante		**2.536.929**	**3.184.317**	**15.920.412**	**15.798.213**
Passivos não circulantes disponíveis para venda	8	–	–	238.393	–
		2.536.929	**3.184.317**	**16.158.805**	**15.798.213**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	12.695.337	4.673.079	52.022.256	48.445.011
Passivos de arrendamento	5.5	20.584	22.689	4.542.731	2.981.629
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	281.238	618.947	2.164.625	4.251.575
Fornecedores	5.9	–	–	264.252	61.489
Outros tributos a pagar	14	158.857	148.620	163.242	153.688
Provisão para demandas judiciais	16	401.093	349.357	1.714.403	1.801.186
Concessões a pagar	13	–	–	3.314.402	3.094.651
Investimentos com passivo a descoberto	9.1	146.276	146.473	–	–
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	6.449.968	9.221.407	1.078	–
Obrigações de benefício pós-emprego	23	313	312	617.647	575.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	–	–	5.225.433	5.469.368
Passivos financeiros setoriais	5.10	–	–	1.740.685	1.549.197
Receitas diferidas ou antecipadas		–	–	19.129	624.801
Outros passivos financeiros	5	–	–	–	29.985
Outras contas a pagar		551.671	1.085.558	935.514	1.478.960
Passivo não circulante		**20.705.337**	**16.266.442**	**72.725.397**	**70.517.380**
Total do passivo		**23.242.266**	**19.450.759**	**88.884.202**	**86.315.593**
Patrimônio líquido					
Capital social		8.682.544	8.402.544	8.682.544	8.402.544
Ações em tesouraria		(93.917)	(107.140)	(93.917)	(107.140)
Reserva de capital		2.561.964	2.319.928	2.561.964	2.319.928
Outros componentes do patrimônio líquido		314.325	567.546	314.325	567.546
Reservas de lucros		9.490.391	9.470.289	9.490.391	9.470.289
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		20.955.307	20.653.167	20.955.307	20.653.167
Acionistas não controladores	9.3	–	–	30.025.873	27.516.232
Total do patrimônio líquido		**20.955.307**	**20.653.167**	**50.981.180**	**48.169.399**
Total do passivo e patrimônio líquido		**44.197.573**	**40.103.926**	**139.865.382**	**134.484.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	–	–	44.290.457	46.855.778
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(23.940)	243.655	6.282.834	2.635.017
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	–	–	(74.706)	(16.544)
	(23.940)	**243.655**	**50.498.585**	**49.474.251**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	–	–	25.155.268	16.579.962
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	145.668	205.564	3.782.239	15.933.925
	145.668	**205.564**	**28.937.507**	**32.513.887**
Valor adicionado bruto	**(169.608)**	**38.091**	**21.561.078**	**16.960.364**
Retenções				
Depreciação e amortização	14.401	13.936	3.364.943	3.014.480
Valor adicionado líquido produzido	**(184.009)**	**24.155**	**18.196.135**	**13.945.884**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	2.236.069	3.909.579	350.399	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	192.472	(333.622)	1.695.945	(92.179)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	15.654	17.180	45.419	49.846
Receitas financeiras	829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
	3.273.430	**3.870.871**	**5.119.897**	**6.154.085**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Valor adicionado total a distribuir	**3.089.421**	**3.895.026**	**23.316.032**	**20.099.969**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**296.827**	**157.309**	**2.608.269**	**2.144.552**
Remuneração direta	275.868	141.010	2.093.703	1.735.284
Benefícios	12.191	9.970	401.914	341.624
FGTS e outros	8.768	6.329	112.652	67.644
Impostos, taxas e contribuições	**(622.481)**	**(1.058.494)**	**4.781.623**	**4.056.804**
Federais	(627.134)	(1.067.479)	1.777.439	1.930.941
Estaduais	–	–	2.764.109	1.890.934
Municipais	4.653	8.985	240.075	234.929
Despesas financeiras e aluguéis	**2.320.684**	**3.620.179**	**11.041.396**	**11.077.738**
Juros e variação cambial	2.408.020	3.296.927	10.188.657	10.583.018
Aluguéis	–	–	141.440	142.280
Outros	(87.336)	323.252	711.299	352.440
Remuneração de capitais próprios	**1.094.391**	**1.176.032**	**4.884.744**	**2.820.875**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	3.790.353	1.644.843
Dividendos propostos	273.598	279.308	273.598	279.308
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	805.139	879.544	775.374	846.878
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	15.654	17.180	45.419	49.846

(i) Para mais detalhes veja notas 3.4 e 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado *(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receita operacional líquida	19	–	–	39.468.497	39.322.786
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	–	–	(28.549.896)	(30.556.819)
Lucro bruto		**–**	**–**	**10.918.601**	**8.765.967**
Despesas de vendas	20	–	–	(1.350.570)	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	20	(437.390)	(300.262)	(2.527.974)	(1.758.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(69.256)	137.397	3.924.377	1.752.222
Resultado Operacional		**(506.646)**	**(162.865)**	**45.833**	**(1.282.124)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		**(506.646)**	**(162.865)**	**10.964.434**	**7.483.843**
Equivalência patrimonial em associadas	9.1	2.236.069	3.909.579	350.399	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	10	192.472	(333.622)	1.695.945	(92.179)
Resultado de equivalência patrimonial		**2.428.541**	**3.575.957**	**2.046.344**	**326.718**
Despesas financeiras		(1.934.520)	(1.970.687)	(11.337.430)	(4.706.535)
Receitas financeiras		829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
Variação cambial, líquida		712.582	649.899	1.777.438	260.746
Efeito líquido dos derivativos		(1.098.745)	(2.299.389)	(1.365.169)	(6.489.668)
Resultado financeiro líquido	22	**(1.491.448)**	**(3.342.443)**	**(7.897.027)**	**(5.157.936)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**430.447**	**70.649**	**5.113.751**	**2.652.625**
Imposto de renda e contribuição social	15				
Corrente		30.562	–	(1.645.063)	(1.246.990)
Diferido		617.728	1.088.203	1.370.637	1.365.394
		648.290	**1.088.203**	**(274.426)**	**118.404**
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		**1.078.737**	**1.158.852**	**4.839.325**	**2.771.029**
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	8	15.654	17.180	45.419	49.846
Lucro líquido do exercício		**1.094.391**	**1.176.032**	**4.884.744**	**2.820.875**
Lucro do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.094.391	1.176.032	1.094.391	1.176.032
Acionistas não controladores		–	–	3.790.353	1.644.843
		1.094.391	**1.176.032**	**4.884.744**	**2.820.875**
Resultado por ação operações continuadas:	18				
Básico				R$0,5778	R$0,6200
Diluído				R$0,5751	R$0,6173
Resultado por ação das operações descontinuadas:	18				
Básico				R$0,0084	R$0,0092
Diluído				R$0,0084	R$0,0092

(i) Para mais detalhes veja notas 3.4 e 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**1.094.391**	**1.176.032**	**4.884.744**	**2.820.875**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(109.134)	1.032.232	(172.501)	917.548
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	(92.491)	58	(125.233)	723
Variação de valor justo de ativos financeiros, líquidos de impostos	–	11.144	–	22.395
	(201.625)	**1.043.434**	**(297.734)**	**940.666**
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido	(51.596)	45.721	(71.550)	80.330
Tributos diferidos	–	–	24.327	(27.312)
	(51.596)	**45.721**	**(47.223)**	**53.018**
Resultado abrangente das operações continuadas	825.516	2.248.007	4.494.368	3.764.713
Resultado abrangente das operações descontinuadas	15.654	17.180	45.419	49.846
Resultado abrangente do exercício	**841.170**	**2.265.187**	**4.539.787**	**3.814.559**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	841.170	2.265.187	841.170	2.265.187
Acionistas não controladores	–	–	3.698.617	1.549.372
	841.170	**2.265.187**	**4.539.787**	**3.814.559**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	20	14.401	13.936	3.364.943	3.014.480
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	9.1	(2.236.069)	(3.909.579)	(350.399)	(418.897)
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	10	(192.472)	333.622	(1.695.945)	92.179
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	21	(13.563)	2.323	17.016	13.035
Transações com pagamento baseado em ações	24	109.467	41.832	207.713	99.088
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	11.5	–	–	(2.259.924)	(1.311.691)
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	21	86.619	41.463	204.158	370.764
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		1.589.201	3.396.305	9.379.506	6.521.930
(Ganho) proveniente de compra vantajosa	21	–	(99.341)	–	(99.341)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	5.10	–	–	(110.125)	339.854
(Ganho) nas operações de derivativos de energia		–	–	–	(248.123)
Provisão de bônus e participação no resultado		58.522	26.682	419.241	380.967
Provisão para perdas de crédito esperadas		–	–	74.706	28.463
Recuperação de créditos fiscais		–	–	(33.384)	(110.541)
Resultado na venda de investimentos	21	–	(54.707)	–	(988.077)
Receita diferida		–	–	(597.998)	(5.366)
Receita com dividendos de investimento financeiro		–	–	(1.284.647)	(32.493)
Outros		(49.502)	(79.854)	278.427	381.572
		(202.949)	**(216.669)**	**12.727.039**	**10.680.428**
Variação em:					
Contas a receber de clientes		–	–	573.737	(6.327)
Estoque		–	–	(83.166)	(423.430)
Outros tributos, líquidos		66.903	17.286	454.941	553.584
Imposto de renda e contribuição social		92.318	4.428	(1.272.145)	(1.090.684)
Partes relacionadas, líquidas		5.325	(326.210)	(188.798)	(139.621)
Fornecedores		(117.333)	106.705	(252.810)	510.616
Ordenados e salários a pagar		(45.897)	(34.773)	(356.210)	(249.244)
Provisão para demandas judiciais		(26.976)	(4.115)	(461.574)	(328.394)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	2.894	(65.939)
Outros passivos financeiros		–	–	(566.058)	110.659
Depósitos judiciais		(36.036)	2.369	(22.862)	(2.670)
Receita Diferida		–	–	–	592.601
Obrigação de benefício pós-emprego		–	–	(34.235)	(90.411)
Outros ativos e passivos, líquidos		(18.002)	3.409	(244.309)	(78.936)
		(79.698)	**(230.901)**	**(2.450.595)**	**(708.196)**
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		**(282.647)**	**(447.570)**	**10.276.444**	**9.972.232**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em subsidiárias e associadas		(2.716.505)	(8.475.590)	(47.300)	(86.205)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(567.577)	(525.115)	(702.577)	(5.288.696)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		72.305	241.786	(507.976)	(13.911.737)
Caixa restrito		(40.036)	(3.858)	(60.498)	(58.179)
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	17	855.188	1.849.651	254.905	278.127
Dividendos recebidos de controlada em conjunto	17	351.092	1.174.771	906.534	1.174.771
Dividendos recebidos de investimento financeiro	1.1	–	–	1.305.410	–
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo		–	–	(7.485)	(190.990)
Redução de capital em subsidiárias		16.088	–	99.040	–
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(7.209)	(2.471)	(6.267.962)	(4.531.374)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido		15.000	87.200	645.772	1.969.789
Operação descontinuada		–	–	62.700	44.969
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		162.114	146.979	168.308	146.979
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(145.308)	(287.640)	(156.600)	(283.337)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		–	–	4.637	9.319
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.004.848)**	**(5.794.287)**	**(4.303.092)**	**(20.726.564)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	8.636.528	9.450.210	12.785.628	23.886.960
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(579.942)	–	(8.054.763)	(15.278.378)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(973.919)	(830.380)	(3.552.292)	(3.441.978)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(787.608)	(658.874)	(2.851.267)	(2.079.805)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		789.574	226.684	1.193.534	291.619
Custos de operações bancárias com derivativos	1.1	–	–	(586.855)	–
Amortização de principal sobre arrendamentos	5.5	(5.524)	(5.051)	(490.012)	(400.248)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	5.5	(3.615)	(3.933)	(236.948)	(211.611)
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos		–	–	–	(94.196)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores		–	–	(24.281)	8.126.823
Custos de transação relacionados a contribuições de capital por acionistas não controladores		–	–	–	(19.217)
Partes relacionadas		(3.534.080)	(1.231.979)	–	–
Recompra de ações próprias		–	(59.506)	(103.283)	(84.591)
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		–	2.370	–	2.370
Aquisição de participações de acionista não controladores		–	(25.582)	–	(487.721)
Dividendos pagos	17	(798.203)	(799.347)	(2.582.447)	(1.908.171)
Pagamento de remuneração baseada em ações		–	–	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		**2.743.211**	**6.064.612**	**(4.516.583)**	**8.286.259**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**455.716**	**(177.245)**	**1.456.769**	**(2.468.073)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.348.461**	**1.718.077**	**13.301.716**	**16.174.130**
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		(34.201)	(192.371)	(100.004)	(404.341)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.769.976**	**1.348.461**	**14.658.481**	**13.301.716**
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		–	–	361.726	318.845

(i) Para mais detalhes veja nota 8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado: (i) Registro de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$2.037.779 (R$246.517 em 31 de dezembro de 2022), relativos à correção de índices de inflação e a novos contratos enquadrados na norma de direito de uso e passivos de arrendamento. (Nota 11.4). (ii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$860.551 (R$246.564 em 31 de dezembro de 2022). (iii) Aumento de capital na subsidiária Cosan Nove Participações S.A. com recursos oriundos de saldo de contas a receber de partes relacionadas no montante de R$121.621. (iv) Amortização parcial dos *Senior Notes* 2027 e 2029 no montante de R$84.585 com utilização de saldo de outros ativos financeiros. (v) Transferência de saldo de títulos e valores mobiliários para investimento em subsidiária referente as ações da Vale S.A. no montante de R$16.274.081.

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os dividendos e juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento.

continua→★



★ continuação

COSAN S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Transações societárias - Lei 6404/76	Reserva de capital: Transações de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.365.853	(69.064)	737	(1.690.972)	(521.609)	348.753	9.872.037	171.021	264.181	–	14.740.937	14.129.085	28.870.022
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.176.032	1.176.032	1.644.843	2.820.875
Resultados abrangentes: (nota 17)													
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	–	–	–	58	–	–	–	–	–	58	665	723
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	1.032.232	–	–	–	–	–	1.032.232	(114.684)	917.548
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	–	–	–	–	45.721	–	–	–	–	–	45.721	7.297	53.018
Variação do valor justo de ativo financeiro	–	–	–	–	11.144	–	–	–	–	–	11.144	11.251	22.395
Total de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	1.089.155	–	–	–	–	1.176.032	2.265.187	1.549.372	3.814.559
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital	2.036.691	–	–	–	–	(348.753)	(1.423.757)	–	(264.181)	–	–	7.889.251	7.889.251
Alienação de ações em tesouraria	–	1.752	–	618	–	–	–	–	–	–	2.370	–	2.370
Pagamento baseado em ações	–	19.678	–	(30.930)	–	–	–	–	–	–	(11.252)	5.636	(5.616)
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(45.736)	–	–	(279.308)	(325.044)	(912.735)	(1.237.779)
Destinação para a reserva legal	–	–	–	–	–	58.802	–	–	–	(58.802)	–	–	–
Destinação para a reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	837.922	–	–	(837.922)	–	–	–
Ações próprias adquiridas	–	(59.506)	–	–	–	–	–	–	–	–	(59.506)	–	(59.506)
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10.062.503	10.062.503
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	–	–	–	55.391	–	–	–	–	–	–	55.391	7.003	62.394
Total de contribuições e distribuições	2.036.691	(38.076)	–	25.079	–	(289.951)	(631.571)	–	(264.181)	(1.176.032)	(338.041)	17.051.658	16.713.617
Transações com os acionistas													
Aquisição de participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.092.374)	(1.092.374)
Mudança de participação em subsidiária	–	–	–	3.985.084	–	–	–	–	–	–	3.985.084	(4.121.509)	(136.425)
Total de transações com os acionistas	–	–	–	3.985.084	–	–	–	–	–	–	3.985.084	(5.213.883)	(1.228.799)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	2.036.691	(38.076)	–	4.010.163	–	(289.951)	(631.571)	–	(264.181)	(1.176.032)	3.647.043	11.837.775	15.484.818
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	–	–	20.653.167	27.516.232	48.169.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Transações societárias - Lei 6404/76	Reserva de capital: Transações de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	–	–	20.653.167	27.516.232	48.169.399
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.094.391	1.094.391	3.790.353	4.884.744
Resultados abrangentes: (nota 17)													
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	–	–	–	(92.491)	–	–	–	–	–	(92.491)	(32.742)	(125.233)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	(109.134)	–	–	–	–	–	(109.134)	(63.367)	(172.501)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	–	–	–	–	(51.596)	–	–	–	–	–	(51.596)	4.373	(47.223)
Total de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(253.221)	–	–	–	–	1.094.391	841.170	3.698.617	4.539.787
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital (nota 17(a))	280.000	–	–	–	–	–	(280.000)	–	–	–	–	–	–
Recurso proveniente de aumento e redução de capital em subsidiária (nota 9.2)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.657	6.657
Ganho com aumento de capital em subsidiária	–	–	–	60.348	–	–	–	–	–	–	60.348	10.830	71.178
Pagamento baseado em ações	–	13.223	–	(40.113)	–	–	–	–	–	–	(26.890)	(79.565)	(106.455)
Baixa de participação em subsidiária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(22.280)	(22.280)
Dividendos e destinação de resultados (i)	–	–	–	–	–	–	(349.670)	(171.021)	820.793	(820.793)	(520.691)	(1.581.323)	(2.102.014)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(273.598)	(273.598)	–	(273.598)
Combinação de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	237.460	237.460
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	–	–	–	135.653	–	–	–	–	–	–	135.653	50.664	186.317
Total de contribuições e distribuições	280.000	13.223	–	155.888	–	–	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(625.178)	(1.377.557)	(2.002.735)
Transações com os acionistas:													
Ganho com distribuição de dividendos em subsidiária	–	–	–	79.825	–	–	–	–	–	–	79.825	188.581	268.406
Mudança de participação em subsidiária (nota 9.1)	–	–	–	6.323	–	–	–	–	–	–	6.323	–	6.323
Total de transações com os acionistas	–	–	–	86.148	–	–	–	–	–	–	86.148	188.581	274.729
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	280.000	13.223	–	242.036	–	–	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(539.030)	(1.188.976)	(1.728.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	8.610.796	–	820.793	–	20.955.307	30.025.873	50.981.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(i) A destinação da reserva estatutária do exercício de 2023 será realizada após a Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

1. Contexto Operacional: Cosan S.A. ("Cosan" ou "a Companhia") é uma Companhia aberta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no segmento especial Novo Mercado sob o símbolo "CSAN3". As *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia, estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*), ou "NYSE", e são negociadas sob o símbolo "CSAN". Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan. A Cosan Corporativo (segmento corporativo) é composta pelas seguintes entidades:



(i) Controladora com participação societária direta ou indireta nas controladas e controlada em conjunto, tendo como principais efeitos em seu resultado despesas gerais e administrativas, contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro atrelado a dívidas. (ii) A Cosan Oito é uma controlada da Cosan S.A. a qual possui participação na Vale com influência significativa. (iii) A Cosan Nove possui participação direta na Raízen de 39,15% e ações preferenciais em posse do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") que corresponde a participação societária de 26,91%. (iv) A Cosan Dez possui participação direta na Compass de 88% e ações preferenciais em posse do Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") que corresponde a participação societária de 23,20%. **1.1. Participação Societária na Vale S.A.:** Durante o quarto trimestre do exercício de 2022, a subsidiária Cosan Oito S.A. ("Cosan Oito"), concluiu a transação relacionada à aquisição de uma participação não relevante na Vale S.A. ("Vale") que foi dividida em: a) ativos financeiros; b) dívidas contraídas; c) derivativos contratados; d) emissão de ações preferenciais e) Obtenção de influência significativa. A Companhia registrou, inicialmente, sua participação acionária na Vale como ativo financeiro contabilizado pelo valor justo de acordo com a IFRS 9/CPC48. Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária da Vale, o diretor presidente da Cosan S.A., Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães ("Luis Henrique"), foi eleito membro do Conselho de Administração da Vale, e em 16 de maio de 2023 foi nomeado Coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração ("CPR"). A partir de 01 de janeiro de 2024 o Luis Henrique deixou a posição de diretor presidente da Cosan S.A., passando a fazer parte do Conselho de Administração. Durante o exercício de 2023 a Companhia monitorou os fatores que poderiam indicar influência significativa na Vale. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro indicado pela Cosan no Conselho da Vale foi capaz de participar dos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições. Desta forma, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada com influência significativa, passando a registrar o investimento por equivalência patrimonial conforme CPC 18/IAS 28, tendo 4,85% de participação societária, e fechando o exercício com 4,65% de participação total em 31 de dezembro de 2023, após alienação de 0,21% de ações, conforme mencionado na nota 1.1 (b). Com a obtenção de influência significativa, a Companhia adotou o *fair value approach* para mensuração do saldo de abertura do investimento em 01 de dezembro de 2023 gerando um ágio no valor de R$7.432.600, que foi alocado conforme demonstrado abaixo:

	Saldos em 01 de dezembro de 2023
Valor justo em 30 de novembro de 2023	16.274.081
Valor justo dos ativos e passivos da Vale conforme participação da Cosan[i]	8.841.481
Valor disponível a ser alocado	**7.432.600**
Alocação[ii]	
Mais-valia - Direitos minerários[iii]	7.432.600
Tributos diferido sob a mais-valia	(2.527.084)
Goodwill[iv]	2.527.084

[i] Conforme laudo de avaliação preparado por avaliadores externos especializados. [ii] A mais valia será amortizada por 38 anos, equivalente ao tempo estimado de exaustão das respectivas minas. [iii] Embora a Companhia tenha alocado todo o ágio para Direitos Minerários, foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferido referente à mais valia e, de acordo com a IAS 12.19/CPC 32.19 *Income Taxes*, um *goodwill* deve ser registrado, sendo composto mesmo valor do diferido. O *goodwill* gerado na aquisição das ações da Vale faz parte de uma unidade geradora de caixa ("UGC") que é o próprio investimento na Vale. Uma vez que se refere a um investimento em coligada, o valor do *goodwill* faz parte do saldo contábil do investimento, tanto nas demonstrações financeiras individuais, como nas demonstrações consolidadas. Dessa forma, para efeitos do teste de *impairment*, o saldo referente a *goodwill* encontra-se líquido do passivo fiscal diferido relacionado à mais-valia e compõe o grupo de investimento em seu saldo contábil reconhecido conforme IAS 28, em base líquida. O ajuste decorrente da aplicação pelo método de equivalência patrimonial é demonstrado conforme números abaixo:

Empresa	Quantidade ações totais	Patrimônio líquido Vale S.A.	Quantidade ações possuídas	Participação Cosan [i]	Equivalência patrimonial	Total do investimento em 31 de dezembro de 2023
Vale S.A.	4.539.007.580	190.965.062	210.866.700	4,90%	96.075	15.662.485

[i] Percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial. Participação da Cosan sob as ações totais é de 4,65% em 31 de dezembro de 2023. **Premissas para avaliação do valor justo dos ativos e passivos:** Dado que não há o controle sobre a Vale, nos deparamos com certas dificuldades para acessar informações da empresa. A Vale, visando manter a igualdade de informações para todos os seus acionistas, não compartilha dados financeiros que não sejam de conhecimento público, incluindo projeções futuras. Portanto, recorremos às informações públicas disponíveis em 31 de dezembro de 2023 para realizar análises e obter a avaliação do justo dos ativos e passivos identificados na alocação do preço pago. Essas informações estão de acordo com as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado em 22 de fevereiro de 2024 e foram devidamente auditadas por um auditor independente. A metodologia utilizada para avaliação foi a do fluxo de caixa descontado. *Taxa de desconto:* Para cálculo do custo de capital próprio da Vale, foi utilizado a metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), que tem como objetivo avaliar se uma ação é valorizada quando seu risco e o valor do dinheiro no tempo são comparados a seu retorno esperado. Como taxa livre de risco, foi considerada a taxa de retorno média de 2 anos, com observações diárias do Títulos do Tesouro dos Estados Unidos de 30 anos ("T-Bond") em 30 de novembro de 2023, correspondendo a 3,50%, chegando a um *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC") entre 10% e 13%. **Identificação dos ativos intangíveis:** *Marca:* A Vale é reconhecida no mercado como uma das principais empresas no setor de commodities minerais, um segmento altamente competitivo e focado em custos. As commodities são produtos básicos cujos preços são determinados pelo mercado internacional, indiferenciados em relação ao fornecedor, produzidos em grande escala e sem distinção entre si. Portanto, concluímos que a marca da Vale não oferece um diferencial significativo em suas operações que justifique sua inclusão na alocação do valor pago. *Relacionamento com clientes:* Os clientes de uma empresa de mineração são, em sua maioria, indústrias que procuram matérias-primas baseando-se principalmente no preço, e não na relação com o fornecedor. Dessa forma, os produtos da Vale são commodities com poucas diferenças, e seus clientes podem ser facilmente substituídos. A Vale, assim como outros participantes do mercado de *commodities*, tem acesso amplo a compradores, tanto locais quanto internacionais, e não depende de relacionamentos ou fidelização de clientes para comercializar sua produção. Neste segmento, os contratos são estabelecidos para definir condições de entrega, pagamento e especificações técnicas, mas os preços são determinados pelo mercado internacional. As referências de preço internacional comumente utilizadas são a *London Metal Exchange* ("LME") e a *Commodities Exchange* ("COMEX"). Portanto, independentemente da regularidade do fornecimento, a Companhia entende que os atuais clientes da Vale não representam um ativo que confere uma vantagem competitiva significativa e, por isso, não são considerados um intangível a ser avaliado. *Ativos minerários:* Se refere ao direito exclusivo de exploração dos direitos minerários das minas de ferro, níquel e cobre, operadas pela Vale. Sem esses direitos, a Vale não poderia realizar suas operações. A vida útil desses direitos é determinada pela exaustão das reservas minerais, sendo assim, eles foram considerados em nossas avaliações para a determinação do valor a ser alocado. A alocação do valor do ativo minerário foi realizada pela diferença do valor disponível a ser alocado, pois qualquer valor remanescente deveria aumentar o valor deste ativo. Para o período projetado, a vida útil econômica dos direitos minerários acompanha a exaustão das reservas das minas por unidade de negócio. As projeções foram realizadas considerando a divisão por unidade de negócio, alinhadas com as divulgações financeiras da Vale para o mercado de seus números por unidade de negócio. Essas unidades de negócio são: (i) Minerais Ferrosos, (ii) Metais para Transição Energética, e (iii) Demais Negócios. Adicionalmente, ao longo de 2023, a Companhia realizou diversas antecipações de pagamentos das dívidas 4131 com as instituições financeiras JP Morgan e Citibank, assim como a alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale em 18 de dezembro equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*. Estas transações acarretaram o aumento de sua participação direta em 31 de dezembro de 2023 para 2,45%, e participação total de 4,65% sob o total de ações da companhia, o que está em linha com sua estratégia de passar a enxergar a companhia como um investimento em coligadas, vide nota 1.1 (b). Adicionalmente, em 19 de abril de 2024 a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos collar. **a) Ativos adquiridos:** A Cosan Oito realizou os seguintes investimentos na Vale: (a) aquisição de ações no mercado à vista e (b) compra por meio de operação privada com proteção parcial via derivativos (*collar*), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	*Inception date* %	*Inception date* Valor	Saldo em 30 de novembro de 2023 [i] %	Saldo em 30 de novembro de 2023 [i] Valor
Participação direta	1,47%	4.918.245	2,45%	8.220.927
Participação *Collarizado*	3,14%	11.117.824	2,40%	8.053.154
	4,61%	16.036.069	4,85%	16.274.081

[i] A partir de 01 de dezembro de 2023, por conta da obtenção da influência significativa, a Companhia reclassificou sua participação de investimento financeiro para investimento em coligadas. **b) Dívidas contraídas e antecipações parciais:** Foram contratados os seguintes empréstimos para aquisição dos ativos, juntamente com os bancos abaixo:

Credor	Valor principal [i]	Vencimentos	Moeda [i]	Taxa juros anual [i]
JP Morgan S.A.	789.659	out-24	Euro	2,95%
JP Morgan S.A.	1.825.467	out-25	Euro	3,20%
JP Morgan S.A.	1.785.329	out-26	Euro	3,40%
JP Morgan S.A.	741.320	out-27	Euro	3,56%
Citibank S.A.	526.443	out-24	Iene	0,25%
Citibank S.A.	1.216.939	out-25	Iene	0,25%
Citibank S.A.	1.190.274	out-26	Iene	0,25%
Citibank S.A.	494.199	out-27	Iene	0,25%
Total	**8.569.630**			

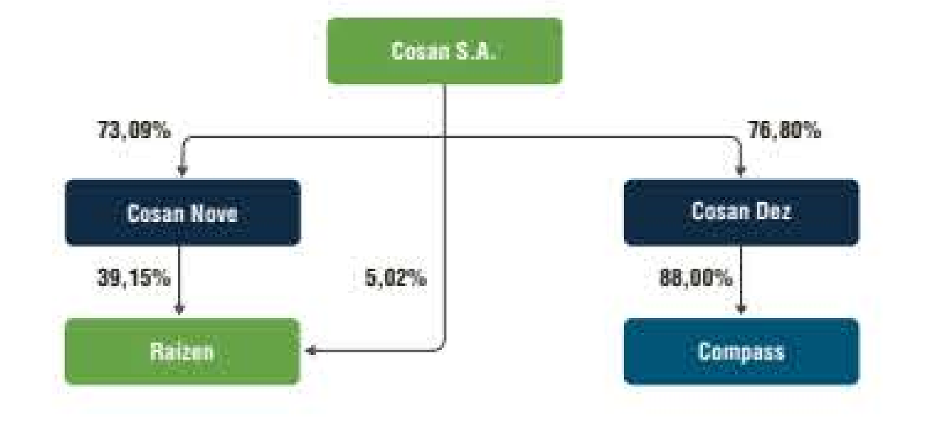
[i] Foram contratadas dívidas (Resolução 4131) nas moedas especificadas acima com 4 vencimentos com valores prefixados e que foram contratados instrumentos financeiros derivativos com CDI mais equivalente 0,45%. [ii] Conforme demonstrado no quadro abaixo, desde agosto de 2023, a subsidiária Cosan Oito efetuou diversas liquidações parciais das dívidas listadas acima e concluiu a liquidação de 100% do saldo em abril de 2024 juntamente com a operação de derivativos do *collar financing*.

Data-base	Participação Cosan: Direta	Participação Cosan: *Collarizada*	Participação Cosan: Total [iii]	Liquidação dívidas - Efeito caixa: Principal	Liquidação dívidas - Efeito caixa: Juros	Ganho/Perda liquidação *Collar Financing*
Inception date (Outubro/2022)	1,47%	3,14%	4,61%	8.569.630	–	–
Agosto de 2023	1,65%	3,21%	4,85%	(275.866)	(4.878)	28.961
Outubro de 2023	1,75%	3,11%	4,85%	(252.540)	(624)	28.009
Novembro de 2023	2,45%	2,40%	4,85%	(1.844.022)	(41.355)	30.525
Dezembro de 2023 [ii]	**2,45%**	**2,20%**	**4,65%**	**(561.259)**	**(14.047)**	**29.487**
Janeiro de 2024 [i]	2,62%	2,03%	4,65%	(1.698.606)	(49.773)	188.140
Fevereiro de 2024 [i]	3,91%	0,74%	4,65%	(2.067.956)	(63.689)	303.431
Abril de 2024 [i/iv]	3,91%	–	3,91%	(1.918.773)	(65.880)	331.116

[i] Liquidação realizada após o fechamento do exercício de 2023, sendo tratada como evento subsequente. [ii] Em 18 de dezembro de 2023, foi realizada a liquidação antecipada de dívidas, derivativos e alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*, o que resultou em um efeito caixa positivo de R$68.573. [iii] Participação da Cosan sob as ações totais da Vale. [iv] Em 19 de abril de 2024, a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*, juntamente com a liquidação antecipada do restante da dívida. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos collar, passando a deter apenas participação direta na Vale. **c) Derivativos contratados:** Para proteção referente à aquisição da participação de 3,14% foram contratados derivativos consistindo em uma combinação de *call* e *put* (*Collar*). Adicionalmente, foram contratados: [i] opção a Termo (*forward*) que dá direito de aquisição de 1,60% da Vale (opcionalidade) e; [ii] derivativos consistindo em uma combinação de posições de *call e put* (*collar* sintético). Os derivativos *collar* e *collar* sintético protegem a Companhia da desvalorização do valor das ações abaixo dos strikes das *puts*, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito participe parcialmente de aumentos futuros no valor das ações limitados aos strikes das *calls*.

Descrição	*Inception Date* %	*Inception Date* Valor (pago)/recebido	Saldo em 31 de dezembro de 2023 % [i]	Saldo em 31 de dezembro de 2023 Valor justo
Collar	3,14%	499.197	2,20%	89.401
Call Spread	**1,60%**	**(888.612)**	**1,60%**	**562.435**
Forward		(1.134.933)		366.296
Collar sintético		246.321		196.139
Total		**(389.415)**		**651.836**

[i] Redução do percentual de participação via operação de *collar* devido às liquidações que ocorreram ao longo de 2023, o que resultaram em um ganho financeiro de R$116.982. Conforme demonstrado no item (b) acima, a até o mês de abril de 2024 a Companhia efetuou a liquidação de 100% dos derivativos de *Collar*, restande em aberto apenas os derivativos de *Call Spread*. **d) Emissão de ações preferenciais:** Em 23 e 28 de dezembro de 2022, foram concluídos os investimentos realizados pelo Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") e Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") que passaram a deter 23,20% e 26,91% do capital social das subsidiárias Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez") e Cosan Nove Participações S.A. ("Cosan Nove") pelos montantes de R$4.000.000 e R$4.115.000, respectivamente. Como parte da emissão das ações preferenciais pela Cosan Nove e Cosan Dez, a Cosan S.A. contribuiu seus investimentos na Raízen e Compass Gás e Energia. A estrutura após a contribuição dos investimentos segue conforme demonstrado:



Dividendos desproporcionais: As subsidiárias Cosan Nove e Cosan Dez possuem ações preferenciais em circulação classificadas no patrimônio líquido pela participação dos não controladores. A Companhia calcula sua participação nos lucros ou prejuízos após ajustar os dividendos dessas ações, independentemente de tais dividendos terem sido declarados ou não. Isso significa efetivamente que a participação dos não controladores, representada pelas ações preferenciais, está recebendo uma parcela do lucro ou equivalente aos dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, a participação societária e benefício econômico de Cosan S.A. sobre Cosan Nove e Cosan Dez, considerando os dividendos desproporcionais eram conforme demonstrados abaixo.

	% de participação societária	% de benefício econômico [i]
Cosan Nove	73,09%	66,16%
Cosan Dez	76,80%	72,00%

[i] Percentual utilizado para cálculo de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2023. Para os cálculos dos dividendos da Cosan Nove e Cosan Dez para os acionistas preferencialistas são utilizados os lucros das respectivas subsidiárias multiplicando pelos percentuais de participação utilizando os percentuais definidos nos Acordos de Acionistas. ***Opção de compra ("Call"):*** A Companhia possui uma opção de compra a qual lhe confere o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais da Cosan Nove e da Cosan Dez, podendo ser exercida a partir do terceiro ano após a celebração dos respectivos acordos em dezembro de 2022. Em dezembro de 2023, a Companhia mensurou o valor justo da opção de compra e concluiu que está fora do preço. ***Opção de venda contingente:*** Nos acordos de acionistas celebrados entre a Companhia e os bancos Itaú e Bradesco referentes a emissão de ações preferenciais, foi definido que ambas as instituições financeiras possuem uma opção de venda contingente somente quando ocorridos os efeitos materiais adversos específicos previstos em contrato, os quais estão no controle da Companhia e, portanto, não constituem uma obrigação financeira. Os preços dos exercícios das opções são calculados com base nos valores iniciais de R$4.115.000 e R$4.000.000 corrigidos por uma taxa média ponderada de CDI + 1,25% menos os dividendos recebidos pelos acionistas não controladores nesse período, o qual, em 31 de dezembro de 2023 é representado pelos valores R$4.203.917 e R$4.201.215, respectivamente. **e) Resumo do efeito contábil dos eventos mencionados nos tópicos anteriores:** Abaixo um resumo do efeito contábil dos eventos mencionados acima:

	Nota	Ativo financeiro	Investimento em subsidiárias e associadas	Dívidas contraídas [vi]	Derivativos: *Collar* [i]	Derivativos: *Collar* Sintético [ii]	Derivativos: *Forward* [ii]	Dividendos a receber, líquido	Dividendos a pagar
Saldo em 1º de janeiro de 2023		**19.586.193**	**–**	**(8.808.673)**	**(2.840.544)**	**(1.237.907)**	**1.954.493**	**22.842**	**–**
- Impactos no resultado do exercício									
Marcação a mercado das ações[iii]	22	(3.312.112)	–	–	–	–	–	–	–
Juros e variação monetária e cambial (*accrual*)	22	–	–	599.515	–	–	–	–	–
Dividendos declarados pela Vale [vii] [viii]	21	–	–	–	–	–	–	1.339.340	–
Custos de operações bancárias com derivativos	22	–	–	–	–	–	–	(554.998)	–
Marcação a mercado dos derivativos	22	–	–	(2.011.980)	3.046.926	1.434.046	(1.588.197)	–	–
Resultado com equivalência patrimonial		–	96.075	–	–	–	–	–	–
Custo da venda de participação societária [ix]		–	(701.575)	–	–	–	–	–	–
- Impactos no fluxo de caixa - (recebimento)/pagamento									
Dividendos pagos aos minoritário da Cosan Nove e Dez		–	–	–	–	–	–	–	821.772
Dividendos (recebidos) da Vale [iv]		–	–	–	–	–	–	(1.305.410)	–
Custos de operações bancárias com derivativos [v]		–	–	–	–	–	–	586.855	–
Pagamento parcial de empréstimos		–	–	2.994.592	–	–	–	–	–
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	438.138	–	–	–	–	–
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	–	(116.981)	–	–	–	–
- Movimentos de balanço				–					
Dividendos a pagar minoritários referente estrutura de emissão de ações preferenciais		–	–	–	–	–	–	–	(821.772)
Imposto de renda retido na fonte		–	–	–	–	–	–	(88.629)	–
Equivalência patrimonial de reservas e outros resultados abrangentes		–	(6.096)	–	–	–	–	–	–
Transferência para investimento em coligadas - 1.1	9.1	(16.274.081)	16.274.081	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**–**	**15.662.485**	**(6.788.408)**	**89.401**	**196.139**	**366.296**	**–**	**–**

[i] *Collar* contratado para proteção de 3,21% das ações adquiridas. (ii) *Forward* e *collar* sintéticos contratados para o direito de aquisição e proteção, respectivamente, de 1,65% de ações da Vale. (iii) Marcação a mercado composta por: a) 2,45% de participação das ações adquiridas a vista totalizando R$1.669.686; e b) 2,41% de participação das ações com proteção *Collar* totalizando R$1.642.426. (iv) O saldo recebido de dividendos é composto por R$1.250.712 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R$54.698 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022. (v) O saldo pago de custos de operações bancárias com derivativos é composto por R$554.998 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R$31.857 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022. (vi) Inclui também derivativos contratados (NDF) para proteção de câmbio e juros. (vii) O Conselho de Administração da Vale aprovou, em 27 de julho de 2023, a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") no valor total bruto de R$8.276.501, correspondente ao valor total de R$1,917008992 por ação, apurados conforme o seu balanço de 30 de junho de 2023. Em 26 de outubro de 2023, também foi aprovada a remuneração aos acionistas no valor de R$10.033. Desse montante, R$6.738 milhões é referente a dividendos correspondente ao valor total de R$1,565890809 por ação e R$3.295 referente a juros sobre o capital próprio ("JCP") correspondente ao valor total de R$0,765770758 por ação como juros sobre o capital próprio. (viii) Após a obtenção de influência significativa, conforme descrito no item (e) acima, a Companhia não terá mais o seu resultado impactado por distribuição de dividendos, pois o investimento agora é atualizado pelo método de equivalência patrimonial. (ix) O montante da receita relacionada ao custo mencionado nesse item foi de R$699.929. **2. Eventos Relevantes no Período: Venda de Ações da Sinlog Tecnologia em Logística S.A.:** Em 10 de março de 2023, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a NSTECH MK Ltda., prevendo a alienação da totalidade de sua participação societária na Sinlog Tecnologia em Logística S.A. A transação foi concluída em 02 de maio de 2023, pelo montante de R$45.000 dividido em três parcelas iguais, sendo a primeira recebida nessa mesma data e as parcelas remanescentes a serem pagas anualmente corrigidas por 100% da CDI. Essa operação gerou um ganho no resultado da Companhia no valor de R$14.884 na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, nota explicativa 21. **Emissão do *Senior Notes* 2030:** Em 20 de junho de 2023 a Companhia emitiu uma oferta de *senior notes* no volume total de US$550.000 mil equivalente a R$2.668.380, por meio de sua subsidiária integral Cosan Luxembourg S.A. ("Cosan Luxemburgo"). A emissão do *senior notes* ocorreu uma taxa de juros anual de US$ + 7,50%, com vencimento em junho de 2030 e pagamento de juros semestral. **Emissão de Debêntures:** Em 20 de abril e 20 de junho de 2023, a Cosan emitiu duas debêntures, não conversíveis em ações, no valor principal total de R$1.000.000 cada em série única que incide juros a uma taxa igual a DI mais 2,4% a.a. com vencimento em abril e junho de 2028 respetivamente, sendo o principal devido no vencimento e pagamento de juros semestral. **Adição Direito de Uso - Contrato FRSU Compass S.A.:** Em 01 de julho de 2023, a subsidiária Compass efetuou a adição como Direito de Uso do contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FRSU") no montante de R$1.510.810 com contrapartida no passivo de arrendamento conforme notas explicativas 11.4. Direito de uso e 5.5. Passivo de arrendamento. O ativo arrendado será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de GNL ("Gás Natural Liquefeito") no TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"). O prazo do contrato é de 10 anos com razoável certeza de prorrogação por dois períodos de 5 anos, ou seja, o prazo de arrendamento desse direito de uso foi considerado até junho de 2043. **Tender Offer *Senior Notes* 2027:** Em 18 de julho de 2023 a subsidiária Cosan Luxembourg S.A. concluiu o *tender-offer* do *senior notes* 2027 com a recompra de títulos da dívida no montante de US$250.000mil equivalente a R$1.201.000 em valor agregado do principal, com pagamento de juros accruados de US$8.069mil equivalente a R$38.763 e prêmio de US$ 7.500mil equivalente a R$36.030. **Emissão de Debêntures Rumo S.A.:** Em 15 de setembro de 2023 a subsidiária Rumo captou R$1.500.000 com a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R$750.000, com taxa de IPCA+5,76% e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R$750.000 com taxa de IPCA+6,18% e prazo de 10 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de 100% do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Estas debêntures possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas ("*financial covenants*") que as demais dívidas e compromissos ESG, conforme demonstrado na nota 5.1. **Nota de Crédito de Exportação - Rumo:** Em 07 de julho de 2023, a subsidiária Rumo captou uma Nota de Crédito de Exportação ("NCE"), no montante de R$725.000, equivalentes a USD150.000 mil, com vencimento em 18 meses, amortização trimestral e custo de SOFR + 1,30%. Juntamente com a dívida foi contratado um Swap para transformação do custo da dívida para 108,9% do CDI. **Realização da Receita Diferida:** Em 01 julho de 2022, a subsidiária indireta Compass Comercialização S.A. ("Compass Comercialização") firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito ("GNL") com entregas previstas com fornecedores externos para 2023. Em contrapartida foi acordada uma compensação financeira entre as partes cujo recebimento foi inicialmente registrado no balanço da Compass Comercialização na rubrica de receita diferida. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações de performance remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R$923.214, sendo R$845.233 relacionado ao instrumento acima citado e R$77.981 relacionado ao reconhecimento de bonificação recebida, conforme nota 22. **Internação *Senior Notes* 2030:** Em 29 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos do *senior notes* 2030, por meio da emissão de debêntures pela Cosan S.A., referenciadas em dólares americanos no montante de equivalentes a US$300.000 mil, equivalentes a R$1.491.000, com cupom anual de 16,04% a.a. para primeiro pagamento de juros e 8,02% a.a. para os demais. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um *Total Return Swap* ("TRS") com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, com frequência de pagamentos semestral e remuneração anual de 15,52% a.a. para a primeira remuneração de juros e 7,50% a.a. para os demais, a qual possui como ativo subjacente a emissão das debêntures. Para mais informações vide nota 5.4 (e). **Internação *Senior Notes* 2029:** Em julho de 2019, a Cosan Limited ("Cosan Limited") realizou uma oferta de *senior notes* no volume total de US$750.000 mil, equivalente a R$4.147.650 com cupom de 5,5% e vencimento em 2029 ("Bond 2029"). A Companhia avaliou alternativas para uma Internalização da dívida dos *senior notes* e em Dezembro de 2023 efetuou a operação de Internação junto ao Banco Santander adquirindo uma posição em um *Total Return Swap* ("TRS") junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch ("Santander Cayman"), que terá como ativo subjacente debêntures cambiais, referenciadas em USD, emitidos pela Companhia, no valor de US$598.000 mil, equivalente a R$2.916.206.800, nos termos da Resolução CVM 160 ("Debêntures"), as quais foram integralmente subscritas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), e com isto foi realizado a liquidação total do intercompany, remetendo o recurso a Cosan Lux, e adquirindo a posição de TRS. **Cisão Parcial Commit e Ativo Disponível para Venda:** Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada indireta Commit Gás S.A. ("Commit") para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). A subsidiária Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas. A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Compass de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como 'ativo e passivo mantido para venda' e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como 'operação descontinuada'. Para mais detalhes vide nota explicativa 8. **Aquisição de 51% de Participação Societária na Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização concluiu a aquisição do controle de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP"). Para mais detalhes vide nota explicativa 9.2. **Reorganização Societária Moove:** Durante o terceiro trimestre de 2023, foi aprovada pela Administração da subsidiária Moove a realização de uma reorganização societária que consiste na criação de uma nova entidade nas Ilhas Cayman, a Moove Lubricants Holdings - "MLH", e a subsequente transferência de todos os ativos da atual *holding* do Grupo Moove, Cosan Lubes Investments - "CLI", para a nova entidade. A nova entidade passará a ser a *holding* do Grupo Moove e a CLI será liquidada. **2ª Emissão de Debêntures Atrelada a Metas Environmental, Social and Governance ("ESG"):** Em 01 de novembro de 2023, a subsidiária Compass emitiu debêntures simples e não conversíveis, no montante de R$1.736.385 com remuneração semestral equivalente a CDI + 1,55% a.a. e vencimentos em 01 de novembro de 2029 (50%) e 01 de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a Metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 50 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25mln/m³ dia; (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas na liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. A subsidiária Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta que não for atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,85% a.a. **Oitava Emissão de Debêntures da Cosan:** Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Cosan S.A. aprovou a oferta pública da 8ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R$1.250.000,00, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 1,80% a.a. e com vencimento do principal em 21 de janeiro de 2031, com amortização linear parcial em 21 de janeiro de 2030 e na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia. **Emissão de Notas Comerciais:** Em 14 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Cosan S.A. aprovou a oferta pública da 4ª emissão de notas comerciais, em duas tranches. A primeira tranche tem valor total de R$550.000, incide juros a uma taxa igual ao DI mais um spread de 1,75% e vence em 27 de dezembro de 2028. A segunda tranche tem valor de principal total de R$450.000, incide juros a uma taxa igual ao DI e mais um spread 1,80% e vence em 30 janeiro de 2031, com amortização linear parcial em 30 janeiro de 2030 e na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia. **Ativo Disponível para Venda - Tup Porto São Luís S.A.:** A Companhia efetuou estudos para venda do Porto e está comprometida com o plano de venda do ativo, a qual espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano. Diante disto, a Companhia reclassificou para ativo para disponível para venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Impacto dos Conflitos Internacionais:** Após a eclosão da guerra na Ucrânia no final de fevereiro de 2022, vários países impuseram sanções à Rússia, Bielorrússia e certas regiões da Ucrânia. Houve uma mudança abrupta na situação geopolítica, com incertezas sobre a duração do conflito, mudanças no escopo das sanções e ações de retaliação, incluindo novas leis. Essas novas circunstâncias limitam a liberdade de operação das empresas do Grupo Cosan na região da Rússia e levam a uma distorção e volatilidade no nível de atividade. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, matérias-primas e outros custos de insumos, bem como tensões na cadeia de suprimentos e um aumento da inflação em muitos países. Os riscos relacionados à segurança cibernética, perda de reputação, possíveis sanções adicionais, controles de exportação e outros regulamentos (incluindo restrições à transferência de fundos de e para a Rússia) aumentaram. A guerra em curso pode seguir afetando a produção e a demanda do consumidor. O Grupo Cosan avaliou as consequências da guerra nas Demonstrações Financeiras, considerando principalmente os impactos nos principais julgamentos e estimativas significativas, além das operações que podem ser afetadas, como: i. Volume transportado de fertilizantes; ii. Produção da cana-de-açúcar, devido a condições desfavoráveis para obtenção de fertilizante; iii. Aumento nos preços do petróleo, como resultado de uma oferta mais limitada de petróleo russo, pode levar a uma diminuição de nossas margens e a uma pressão nos custos de aquisição de insumos básicos, como óleo diesel; iv. Dívida e capital de terceiros para as nossas atividades de financiamento e investimento, impactados pelas medidas do governo brasileiro e do Banco Central do Brasil para conter a inflação, como o aumento da taxa básica de juros; v. Aquisição de trilhos ferroviários pela Rumo: embora a Rumo seja capaz de obter trilhos ferroviários de outros fornecedores não-russos os preços cobrados e os prazos exigidos por esses fornecedores podem ser desfavoráveis em relação às condições comerciais praticadas no passado. Adicionalmente, a Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. O Grupo Cosan continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **3. Declaração de Conformidade e Políticas Contábeis Materiais: 3.1. Declaração de Conformidade**: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras. As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2024. **3.2. Políticas Contábeis Materiais**: As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto por aquelas descritas abaixo: **Moeda Funcional de Apresentação e Moeda Estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas subsidiárias e controlada em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, consomem e geram recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada na participação de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

continua ★

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A.** *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"):

Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Dólar (USD)	R$4,84	R$5,22
Libra esterlina (£)	R$6,16	R$6,28
Euro (€)	R$5,35	R$5,57
Iene (¥)	R$0,03	R$0,04

Uso de Julgamento e Estimativas: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Cosan e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 1.1 - Participação societária na Vale S.A.; • Nota 5.5 - Passivos de arrendamentos; • Nota 5.7 - Contas a receber de clientes; • Nota 5.10 - Ativo e passivo financeiro setorial; • Nota 5.11 - Mensuração de valor justo reconhecido; • Nota 9.2 - Aquisição de subsidiárias; • Nota 10 - Investimentos em controlada em conjunto; • Notas 11.1 e 11.2 - Imobilizado, intangível e ágio; • Notas 11.5 - Propriedades para investimento; • Nota 12 - Compromissos; • Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota 16 - Provisões para demandas judiciais; • Nota 23 - Obrigações de benefício pós-emprego; • Nota 24 - Remuneração baseada em ações. **3.3. Impactos Contábeis Relacionados às Iniciativas Ambientais, Sociais e de Governança ("ESG"):** Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") emitiu as normas IFRS S1 - General Requisitos para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima, que fornecem novos requisitos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgação específicas relacionadas ao clima. A Companhia está tomando as tratativas necessárias para o atendimento da norma cuja adoção é necessária para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026 conforme Resolução 193 da CVM emitida em outubro de 2023. **Iniciativas da Companhia:** Fomentando uma gestão mais transparente, publicaremos pela primeira vez o Relatório Integrado da Cosan S.A. em 2024 referente ao exercício de 2023 em conformidade com a Resolução CVM nº 014 sobre Relato Integrado. Consideramos também as diretrizes do GRI Standard 2021, indicadores do *Sustainable Accounting Standards Board* ("SASB") e as recomendações do *Task force on Climate-related Financial Disclosures* ("TCFD"). A Companhia assumiu o compromisso de integrar a sustentabilidade em seus negócios por meio de uma estratégia denominada "Visão ESG 2030 Cosan" com uma estrutura de visão de longo prazo, a qual foi repassada para todas as empresas do grupo reunindo objetivos e direcionadores que vão nortear a performance ambiental, social e de governança de todo o Grupo para os próximos anos. As ações dentro da estratégia da Companhia com as iniciativas de ESG são avaliadas e monitoradas dentro do contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas da Companhia, sendo que, futuras alterações no cenário global podem trazer impactos para o resultado e saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia em exercícios sociais subsequentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou os potenciais impactos climáticos e sociais nas principais estimativas críticas e não foram identificados impactos materiais. A Cosan iniciou um processo de reavaliação de sua materialidade e definição dos temas prioritários para a Companhia. Após um criterioso processo que envolveu conversas com stakeholders internos e externos, estudo de benchmarks, análise de ratings e rankings ESG e uma depuração dos temas materiais mais importantes para nossa companhia e para os nossos negócios, chegamos ao resultado da nossa matriz de materialidade. Essa construção foi baseada no conceito de dupla materialidade, garantindo o atendimento às melhores práticas do mercado. O ano de 2023 foi dedicado na consolidação e avanço na governança e gestão do "Visão ESG 2030 Cosan", que reúne nossos Objetivos e Direcionadores que vão nortear a performance ambiental, social e de governança de todo o Grupo para os próximos anos, iniciando um projeto de transformação na geração de valor para todas as partes relacionadas, com 5 grandes objetivos: 1. Governança Corporativa: (i) Atender às melhores práticas de governança e de transparência; (ii) Ser referência em Gestão e Comunicação ESG; 2. Mudanças Climáticas: (iii) Gerir e reduzir as emissões de gases de efeito estufa e oferecer caminhos para a transição energética segura; (iv) Realizar análise de cenários e plano de adaptação aos riscos climáticos; 3. Diversidade, Equidade e Inclusão: (v) Fomentar um ambiente seguro de trabalho diverso, equitativo e inclusivo; (vi) Garantir a evolução contínua na agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão; 4. Impacto Social Positivo: (vii) Gerar impacto social positivo nas comunidades e na sociedade; (viii) Promover Investimento Social; 5. Segurança das Pessoas: (ix) Promover a segurança das pessoas envolvidas nas operações; (x) Ser referência no tema. O reporte sobre os avanços de cada frente do "Visão ESG 2030", estão disponíveis no Relatório Integrado da Cosan. **Pilar Ambiental e Climático:** De maneira geral reconhecemos a relevância que nosso portfólio exerce na concretização e aceleração do tema de Mudanças Climáticas. Investindo nas potencialidades do Brasil, oferecemos oportunidades fundamentais nessa transformação, por meio da infraestrutura sólida e já estabelecida dos nossos negócios, e por meio do desenvolvimento de alternativas de baixo carbono para diversos setores da economia.Construímos nosso portfólio de modo a combinar nossa expertise em gestão com setores de alto potencial e em exposição à descarbonização e transição energética no Brasil e no mundo. Cada empresa do portfólio desempenha um papel fundamental na viabilização da transição energética, de modo que a forma como atuamos permite a substituição gradual de combustíveis fósseis, através da mistura com combustíveis de fontes renováveis e da oferta proativa de produtos e soluções de baixo carbono. Dessa maneira, contribuímos para que os avanços da transição energética no Brasil ocorram de maneira faseada, segura e economicamente viável, utilizando-se da infraestrutura já existente. O etanol produzido pela Raízen é menos poluente do que a gasolina e surge como alternativa na descarbonização de setores de difícil abatimento de emissões (*hard-to-abate sectors*). A operação da Rumo com os trens utilizados para transportar commodities agrícolas emitem 7x menos gases de efeito estufa na atmosfera do que os caminhões. A operação de distribuição de gás, atrelada às operações da Compass é essencial para substituir o carvão e garantir a transição energética segura, assim como as oportunidades que se apresentam com o biometano. A fabricação dos lubrificantes da Moove permite melhorar a produtividade a um custo baixo, tanto nos veículos quanto nas plantas industriais. O portfólio de terras agrícolas consiste em três gestoras: Radar, Tellus e Janus. A Radar, focada em preservação ambiental desde sua criação em 2008, busca as melhores terras para locação a produtores de destaque, como a Raízen. As empresas gerenciam cerca de 320 mil hectares, e nos últimos cinco anos, uma média de 200 hectares anuais foi restaurada, totalizando aproximadamente 1.000 hectares. Desde 2019 todos os nossos negócios fazem o inventário de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O mapeamento é realizado de acordo com as diretrizes do Greenhouse Gas Protocol e de sua versão nacional, o Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2023, novamente, Raízen, Rumo, Compass e Moove foram reconhecidas pelo GHG com o selo Ouro, concedido às empresas que atendem a todos os critérios de transparência na publicação de seus dados de emissões e os submetem à verificação por instituição independente. Garantindo uma evolução contínua na gestão de emissões, em 2023, realizamos um estudo de recomendações de melhoria no processo de todos os inventários de GEE das empresas do portfólio, assegurando o alinhamento com as melhores práticas existentes no mercado. Seguimos comprometidos com a redução da pegada de carbono do nosso portfólio, através da busca contínua por eficiência, produtividade e inovação nas nossas operações. **Pilar Social:** Para Cosan, valorizar a diversidade e promover a inclusão reafirmam a potência das pessoas que fazem acontecer a Cosan, neste contexto, o "Visão ESG 2030" trouxe metas claras de diversidade, equidade e inclusão (DEI) incluídas às ambições de crescimento da Cosan e do portfólio. O principal indicador de diversidade acompanhado pela Cosan é o de mulheres na liderança e está conectado a um compromisso público assumido pela Companhia e por todas as suas empresas. A meta é aplicável para a gestora, para o Conselho de Administração da Companhia e para todos os negócios. Um sinalizador importante de adesão ao compromisso é que tanto a Cosan, Rumo e Raízen, empresas do seu ecossistema já contam com duas mulheres ou mais em seus Conselhos de Administração (na Rumo, são três). As outras empresas da Companhia também estão se movimentando para ampliar a participação. Todas as iniciativas conduzidas demonstram uma trajetória consistente e intencional de evolução do tema. Isso se evidencia e concretiza com o reconhecimento e entrada da Cosan no índice iDiversa, da B3. A responsabilidade social é um pilar estratégico da Companhia. Todas as empresas do portfólio da Cosan possuem programas de longo prazo de relacionamento comunitário no entorno das operações. Entendemos que além de criar empregos e aumentar a arrecadação de impostos nos municípios e nos negócios localizados, podemos e devemos assumir uma responsabilidade ainda maior: a de gerar um impacto social significativo nas comunidades, deixando um legado positivo. **Pilar de Governança Corporativa e Transparência:** Desde 2022 por meio da Visão ESG 2030, a Companhia desenvolveu uma camada adicional de governança para gestão ESG do portfólio. Desta forma, a gestão da agenda socioambiental e climática são supervisionadas diretamente pelo Conselho de Administração da Cosan por meio do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade. O órgão é responsável por acompanhar a estratégia, os compromissos e metas ESG, bem como promover amplo debate sobre tendências que envolvem o tema como mudanças climáticas, diversidade e inclusão, e engajamento de stakeholders. O Conselho de Administração pondera os impactos da Companhia e de suas controladas na sociedade e no meio ambiente ao aprovar as estratégias de seus respectivos negócios e atua para manter o alinhamento das políticas e melhores práticas em todos os negócios que controla, garantindo a autonomia necessária para as empresas do portfólio. O Comitê de Estratégia e Sustentabilidade realiza reportes ao Conselho de Administração, com os avanços da Companhia relacionados à sustentabilidade e cumprimento do plano Visão ESG 2030 Cosan. Além disso, a Companhia criou a Comissão de Sustentabilidade, importante instância de governança formada pelas equipes e lideranças de sustentabilidade da Cosan e dos negócios. A Comissão é responsável por implementar e monitorar os compromissos e as metas assumidas, apresentar o status de cada uma delas à alta direção do Grupo, promover o debate sobre tendências da agenda ESG - dialogando com diferentes atores e propor pautas a serem levadas ao Comitê de Estratégia e Sustentabilidade da Cosan, bem como identificar sinergias e promover troca de experiências entre as empresas do grupo. Com o intuito de desenvolver as melhores práticas de mercado e aprimorar nossa performance nos reportes ESG, bem como engajar a alta liderança na agenda, a remuneração variável dos executivos da Companhia e dos demais colaboradores é composta por métricas ESG determinadas com base na análise da performance das nossas empresas em índices e ratings de mercado altamente relevantes para diversos stakeholders, entre eles, nossos investidores e acionistas. A remuneração variável também considera projetos estratégicos, compostos por maturidade de segurança da informação do Grupo e maturidade de controles internos. Desta forma, garantimos que a gestão dos temas socioambientais e climáticos esteja interligado com a estratégia de negócios e com o objetivo de impulsionar as potencialidades do Brasil. **Riscos:** Os riscos originados pelas mudanças climáticas nas operações dos nossos negócios se traduzem em riscos financeiros e estratégicos para a Cosan, podendo afetar a estratégia de crescimento e os retornos esperados do nosso portfólio. Adicionalmente, eles podem potencializar outros riscos já identificados em nosso monitoramento. Dessa forma, o mapeamento dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas em nossos negócios se torna parte central da nossa Estratégia de Sustentabilidade - Visão 2030, impulsionando nossa compreensão e atendimento às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (*Taskforce on Climate-related Financial Disclosures* - TCFD). Em 2023 trabalhamos no aprimoramento, em todo o nosso portfólio, do processo de identificação, avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados às Mudanças Climáticas, incorporando o acompanhamento desses riscos no processo formal de gestão de riscos do nosso portfólio. Adicionalmente, a partir de um estudo aprofundado, desenvolvemos uma matriz de riscos climáticos específica para cada empresa Cosan. Essas matrizes foram integradas tanto à matriz geral de riscos de cada negócio quanto, de maneira consolidada, à matriz geral de riscos da Cosan. **Contratos de dívidas com cláusulas de ESG:** O *Senior Notes* 2028 da subsidiária Rumo foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de "Aquisição, substituição e atualização de material rodante", "Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios", e "Modernização da ferrovia". A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores. O *Senior Notes* 2032 da Rumo foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável de redução de emissões de gases de efeito estufa por TKU em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com *step-down* de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série. A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada à meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* em ambas as séries caso não atinja as metas. Em 01 de novembro de 2023, a subsidiária Compass emitiu debêntures simples e não conversíveis, no montante de R$1.736.385 com remuneração semestral equivalente a CDI + 1,55% a.a. e vencimentos em 01 de novembro de 2029 (50%) e 01 de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a Metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 50 vezes o volume distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25mln/m³ dia; (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas na liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. A subsidiária Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta que não for atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,85% a.a. **3.4. Reclassificação na Demonstração de Resultados:** A ARSESP através da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023. Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, deve ser registrada no grupo de receitas operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela subsidiária Compass é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória ("CCR") em seu resultado bruto, porém com alocações no grupo de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Complementarmente, o documento também menciona que a classificação de ativos e passivos regulatórios [illegible] administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas a serviços de distribuição de gás canalizado. A subsidiária indireta Comgás reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá às exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes nas consolidações alinhadas com as práticas adotadas pelo grupo. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores, tais como lucro do exercício e patrimônio líquido, utilizados pela subsidiária indireta Comgás e nas demais distribuidoras de gás da Compass. A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado consolidado:

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	39.737.368	(414.582)	39.322.786
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(30.753.137)	196.318	(30.556.819)
Resultado bruto	**8.984.231**	**(218.264)**	**8.765.967**
Despesas de vendas	(1.276.279)	–	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(1.976.331)	218.264	(1.758.067)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.752.222	–	1.752.222
Resultado Operacional	**(1.500.388)**	**218.264**	**(1.282.124)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**7.483.843**	**–**	**7.483.843**

4. Informações por Segmento: As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro do exercício antes dos juros das operações em continuidade, depreciação e amortização (*"EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization"*). **Segmentos reportados:** i. Raízen: atua na (i) produção, comercialização, originação e trading de etanol, (ii) produção e comercialização de bioenergia, (iii) revenda e trading de energia elétrica, (iv) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás), (v) produção, comercialização, originação e trading de açúcar e (vi) distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes e operações relacionadas ao negócio de lojas de conveniências Shell Select e proximidade OXXO do Grupo Nós, uma joint venture com a FEMSA Comércio. ii. Compass: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural. iii. Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados da marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos da América e no mercado europeu. Além disso, sob a marca Comma, produz e distribui para os mercados e atividades corporativas da Europa e Ásia. iv. Rumo: serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários, além da operação de contêineres. v. Radar: Referência em gestão de propriedades agrícolas, a Radar investe em um portfólio diversificado e com alto potencial de valorização, através de participação nas empresas Radar, Tellus e Janus. ***Reconciliação:*** i. Cosan Corporativo: representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, que é composta por: (i) alta administração e equipes corporativas, que incorrem em despesas gerais e administrativas e outras despesas (receitas operacionais), incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos ativos, incluindo a participação na Vale S.A.; e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, holdings intermediárias (Cosan Oito, Cosan Nove e Cosan Dez) e empresas financeiras *offshores*, e projetos de mineração e investimento no *Climate Tech Fund*, fundo administrado pela *Fifth Wall*, especializado em inovação tecnológica. Embora a Raízen S.A. seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna "Desconsolidação de controlada em conjunto". A Companhia reavaliou a sua estrutura de segmentos apresentados como itens de reconciliação e adicionou à estrutura Cosan Corporativo a empresa Cosan Dez e Cosan Investimentos.

31/12/2023

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove [i]	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	221.693.298	17.767.327	10.078.626	10.937.716	743.411	2.709	(221.693.298)	(61.292)	39.468.497
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(202.926.764)	(14.256.031)	(7.359.606)	(6.838.433)	(153.470)	(3.648)	202.926.764	61.292	(28.549.896)
Lucro bruto	18.766.534	3.511.296	2.719.020	4.099.283	589.941	(939)	(18.766.534)	–	10.918.601
Despesas de vendas	(5.773.538)	(164.399)	(1.144.957)	(40.658)	–	(556)	5.773.538	–	(1.350.570)
Despesas gerais e administrativas	(2.815.532)	(788.015)	(645.634)	(559.973)	(74.355)	(459.997)	2.815.532	–	(2.527.974)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968.248	607.226	(336)	(100.780)	2.253.803	1.164.464	(1.968.248)	–	3.924.377
Resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(219.896)	178.978	–	75.333	20.015	2.647.255	219.896	(2.571.182)	350.399
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	–	–	–	1.266	–	1.694.679	–	–	1.695.945
Resultado financeiro	(5.962.849)	(730.954)	(319.136)	(2.555.382)	30.798	(4.322.353)	5.962.849	–	(7.897.027)
Despesas financeiras	(6.241.261)	(1.658.582)	(242.751)	(3.621.093)	(6.776)	(5.808.228)	6.241.261	–	(11.337.430)
Receitas financeiras	797.560	1.283.024	116.408	1.190.685	37.577	400.440	(797.560)	–	3.028.134
Variação cambial	1.240.924	152.592	(155.618)	368.259	(3)	1.412.208	(1.240.924)	–	1.777.438
Derivativos	(1.760.072)	(507.988)	(37.175)	(493.233)	–	(326.773)	1.760.072	–	(1.365.169)
Imposto de renda e contribuição social	(1.936.598)	(859.311)	(332.090)	(197.174)	(147.636)	1.261.785	1.936.598	–	(274.426)
Resultado do exercício	**4.026.369**	**1.754.821**	**276.867**	**721.915**	**2.672.566**	**1.984.338**	**(4.026.369)**	**(2.571.182)**	**4.839.325**
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	–	45.419	–	–	–	20.384	–	(20.384)	45.419
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	3.863.605	1.410.630	193.888	218.886	768.162	1.094.391	(3.863.605)	(2.591.566)	1.094.391
Acionistas não controladores	162.764	389.610	82.979	503.029	1.904.404	910.331	(162.764)	–	3.790.353
	4.026.369	**1.800.240**	**276.867**	**721.915**	**2.672.566**	**2.004.722**	**(4.026.369)**	**(2.591.566)**	**4.884.744**
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	–	3.364.943
EBITDA	19.997.104	4.244.721	1.201.865	5.650.305	2.789.679	5.060.333	(19.997.104)	(2.571.182)	16.375.721
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	11.396.056	2.317.889	177.971	3.689.877	39.892	42.333	(11.396.056)	–	6.267.962
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	4.026.369	1.754.821	276.867	721.915	2.672.566	1.984.338	(4.026.369)	(2.571.182)	4.839.325
Impostos de renda e contribuição social	1.936.598	859.311	332.090	197.174	147.636	(1.261.785)	(1.936.598)	–	274.426
Resultado financeiro	5.962.849	730.954	319.136	2.555.382	(30.798)	4.322.353	(5.962.849)	–	7.897.027
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	–	3.364.943
EBITDA	**19.997.104**	**4.244.721**	**1.201.865**	**5.650.305**	**2.789.679**	**5.060.333**	**(19.997.104)**	**(2.571.182)**	**16.375.721**

[i] Para informações adicionais sobre o segmento Moove vide nota 4.4.

31/12/2022 (Reapresentado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	244.293.722	19.719.205	8.980.077	9.841.508	834.616	10.416	(244.293.722)	(63.036)	39.322.786
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(233.658.136)	(16.364.835)	(6.990.171)	(6.695.147)	(560.274)	(9.428)	233.658.136	63.036	(30.556.819)
Lucro bruto	10.635.586	3.354.370	1.989.906	3.146.361	274.342	988	(10.635.586)	–	8.765.967
Despesas de vendas	(5.148.014)	(163.256)	(1.072.488)	(30.619)	–	(9.916)	5.148.014	–	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(2.425.318)	(563.466)	(347.591)	(468.574)	(45.535)	(332.901)	2.425.318	–	(1.758.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	283.606	(91.905)	29.002	348.543	1.302.442	164.140	(283.606)	–	1.752.222
Resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(119.338)	98.033	–	40.462	20.799	3.109.119	119.338	(2.849.516)	418.897
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	–	–	–	–	–	(92.179)	–	–	(92.179)
Resultado financeiro	(4.105.064)	(377.136)	(101.872)	(2.329.035)	4.106	(2.353.999)	4.105.064	–	(5.157.936)
Despesas financeiras	(3.010.398)	(1.291.850)	(114.249)	(1.521.478)	(3.550)	(1.775.408)	3.010.398	–	(4.706.535)
Receitas financeiras	811.948	898.100	75.817	1.108.620	7.656	3.687.328	(811.948)	–	5.777.521
Variação cambial	963.060	102.655	(15.394)	374.859	–	(201.374)	(963.060)	–	260.746
Derivativos	(2.869.674)	(86.041)	(48.046)	(2.291.036)	–	(4.064.545)	2.869.674	–	(6.489.668)
Imposto de renda e contribuição social	864.710	(329.185)	(10.062)	(193.116)	(74.915)	725.682	(864.710)	–	118.404
Resultado do exercício	**(13.832)**	**1.927.455**	**486.895**	**514.022**	**1.481.239**	**1.210.934**	**13.832**	**(2.849.516)**	**2.771.029**
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	–	49.846	–	–	–	17.180	–	(17.180)	49.846

31/12/2022 (Reapresentado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	(66.054)	1.834.528	340.914	156.380	749.840	961.066	66.054	(2.866.696)	1.176.032
Acionistas não controladores	52.222	142.773	145.981	357.642	731.399	267.048	(52.222)	–	1.644.843
	(13.832)	**1.977.301**	**486.895**	**514.022**	**1.481.239**	**1.228.114**	**13.832**	**(2.866.696)**	**2.820.875**
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	19.163	(9.297.498)	–	3.014.480
EBITDA	12.524.020	3.410.024	850.715	5.003.118	1.552.286	2.858.414	(12.524.020)	(2.849.516)	10.825.041
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	9.339.898	1.659.202	109.263	2.717.745	19.212	25.952	(9.339.898)	–	4.531.374
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	(13.832)	1.927.455	486.895	514.022	1.481.239	1.210.934	13.832	(2.849.516)	2.771.029
Impostos de renda e contribuição social	(864.710)	329.185	10.062	193.116	74.915	(725.682)	864.710	–	(118.404)
Resultado financeiro	4.105.064	377.136	101.872	2.329.035	(4.106)	2.353.999	(4.105.064)	–	5.157.936
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	19.163	(9.297.498)	–	3.014.480
EBITDA	**12.524.020**	**3.410.024**	**850.715**	**5.003.118**	**1.552.286**	**2.858.414**	**(12.524.020)**	**(2.849.516)**	**10.825.041**

31/12/2023

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove [i]	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	7.915.876	3.931.532	773.552	7.233.993	39.946	2.679.458	(7.915.876)	–	14.658.481
Títulos e valores mobiliários	349.584	800.267	77.814	1.396.107	239.361	990.412	(349.584)	–	3.503.961
Contas a receber de clientes	13.438.430	1.550.973	1.101.854	556.298	234.801	710	(13.438.430)	–	3.444.636
Instrumentos financeiros derivativos	10.888.050	175.655	–	1.561.493	–	809.651	(10.888.050)	–	2.546.799
Estoques	17.310.692	292.335	1.284.773	215.605	–	1	(17.310.692)	–	1.792.714
Ativos financeiro setorial	–	548.700	–	–	–	–	–	–	548.700
Outros ativos financeiros	103.774	2.423	690	–	–	–	(103.774)	–	3.113
Outros ativos circulantes	8.478.292	1.553.524	193.836	841.417	375.716	3.152.651	(8.478.292)	(1.106.687)	5.010.457
Outros ativos não circulantes	13.957.596	1.166.991	209.823	3.528.375	14.378	3.832.013	(13.957.596)	(180.880)	8.570.700
Investimentos em subsidiárias e associadas	–	1.630.124	2	312.302	88.656	32.792.891	–	(17.212.606)	17.611.369
Investimentos em controladas em conjunto	1.321.982	–	–	48.566	–	11.693.876	(1.321.982)	–	11.742.442
Ativos biológicos	3.818.316	–	–	–	–	–	(3.818.316)	–	–
Propriedades para investimentos	–	–	–	–	15.976.126	–	–	–	15.976.126
Ativo de contrato	3.108.696	1.041.421	10.684	–	–	–	(3.108.696)	–	1.052.105
Direito de uso	9.645.522	1.588.292	195.953	7.703.754	3.319	22.200	(9.645.522)	–	9.513.518
Imobilizado	30.144.420	1.255.012	755.955	19.176.386	24	52.597	(30.144.420)	–	21.239.974
Intangíveis	9.677.254	13.299.255	2.679.983	6.664.143	–	6.906	(9.677.254)	–	22.650.287
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(39.634.986)	(10.017.150)	(2.207.028)	(18.964.841)	–	(25.715.635)	39.634.986	–	(56.904.654)
Passivos financeiros derivativos	(7.870.706)	(360.784)	(742)	(1.471.795)	–	(1.581.824)	7.870.706	–	(3.415.145)
Fornecedores	(20.150.654)	(1.534.041)	(1.494.568)	(1.084.931)	(68.422)	(2.563)	20.150.654	–	(4.184.525)
Ordenados e salários a pagar	(966.452)	(301.560)	(147.313)	(318.550)	–	(61.906)	966.452	–	(829.329)
Passivos financeiros setoriais	–	(1.810.698)	–	–	–	–	–	–	(1.810.698)
Outras contas a pagar circulantes	(10.642.734)	(1.703.128)	(336.080)	(1.583.216)	(182.298)	(1.239.688)	10.642.734	571.201	(4.473.209)
Passivos de arrendamento	(11.304.874)	(1.636.943)	(198.964)	(3.406.843)	(3.502)	(29.542)	11.304.874	–	(5.275.794)
Outras contas a pagar não circulantes	(12.284.662)	(2.678.578)	(580.103)	(6.537.271)	(543.490)	(2.367.850)	12.284.662	716.444	(11.990.848)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	27.303.416	8.793.622	2.320.121	15.870.992	16.174.615	25.034.358	(27.303.416)	(17.212.528)	50.981.180
Ativo total	**130.158.484**	**28.836.504**	**7.284.919**	**49.238.439**	**16.972.327**	**56.033.366**	**(130.158.484)**	**(18.500.173)**	**139.865.382**
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	26.561.384	5.798.294	1.624.273	4.766.403	5.023.574	20.955.291	(26.561.384)	(17.212.528)	20.955.307
Acionistas não controladores	742.032	2.995.328	695.848	11.104.589	11.151.041	4.079.067	(742.032)	–	30.025.873
Total do patrimônio líquido	**27.303.416**	**8.793.622**	**2.320.121**	**15.870.992**	**16.174.615**	**25.034.358**	**(27.303.416)**	**(17.212.528)**	**50.981.180**

[i] Para informações adicionais sobre o segmento Moove vide nota 4.4.

31/12/2022 (Reapresentado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	4.902.800	3.403.634	865.370	7.385.421	25.582	1.621.709	(4.902.800)	–	13.301.716
Títulos e valores mobiliários	126.206	578.358	62.919	840.061	217.061	20.401.367	(126.206)	–	22.099.766
Contas a receber de clientes	10.316.720	1.931.205	1.101.336	578.324	314.834	1.843	(10.316.720)	–	3.927.542
Instrumentos financeiros derivativos	7.023.284	391.863	–	874.843	–	2.885.046	(7.023.284)	–	4.151.752
Estoques	16.043.114	133.881	1.509.357	225.813	–	8	(16.043.114)	–	1.869.059
Ativos financeiro setorial	–	342.333	–	–	–	–	–	–	342.333
Outros ativos financeiros	230.780	277	450	–	–	88.511	(230.780)	–	89.238
Outros ativos circulantes	10.285.568	1.037.586	405.314	724.415	74.623	1.690.662	(10.285.568)	(1.042.433)	2.890.167
Outros ativos não circulantes	8.938.318	897.654	297.616	3.385.624	7.643	3.041.082	(8.938.318)	(266.513)	7.363.106
Investimentos em subsidiárias e associadas	–	2.525.292	–	381.469	74.505	16.118.992	–	(16.186.315)	2.913.943
Investimentos em controladas em conjunto	1.371.430	–	–	–	–	11.221.356	(1.371.430)	–	11.221.356
Ativos biológicos	3.254.850	–	–	–	9.992	–	(3.254.850)	–	9.992
Propriedades para investimentos	–	–	–	–	14.103.060	–	–	–	14.103.060
Ativos de contrato	3.297.856	1.110.335	8.380	–	–	–	(3.297.856)	–	1.118.715
Direito de uso	9.556.152	83.059	170.120	7.732.284	3.584	23.822	(9.556.152)	–	8.012.869
Imobilizado	25.210.448	671.573	805.377	17.049.188	34	422.264	(25.210.448)	–	18.948.436
Intangível	9.337.192	12.015.135	2.854.874	6.774.306	–	477.627	(9.337.192)	–	22.121.942
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.551.302)	(8.278.839)	(2.862.154)	(16.758.088)	–	(25.088.135)	33.551.302	–	(52.987.216)
Passivos financeiros derivativos	(4.909.074)	(400.351)	(18.146)	(1.412.945)	–	(3.459.490)	4.909.074	–	(5.290.932)
Fornecedores	(18.789.160)	(1.842.810)	(1.602.936)	(746.433)	(71.684)	(115.988)	18.789.160	–	(4.379.851)
Ordenados e salários a pagar	(837.208)	(193.585)	(112.590)	(296.833)	–	(56.513)	837.208	–	(659.521)
Passivos financeiros setoriais	–	(1.616.616)	–	–	–	–	–	–	(1.616.616)
Outras contas a pagar circulantes	(7.176.122)	(779.928)	(397.704)	(1.786.009)	(905.816)	(1.235.770)	7.176.122	484.407	(4.620.820)
Passivos de arrendamento	(10.568.042)	(76.606)	(166.651)	(3.254.011)	(3.708)	(31.182)	10.568.042	–	(3.532.158)
Outras contas a pagar não circulantes	(7.983.554)	(3.326.667)	(571.672)	(6.286.975)	(465.486)	(3.402.216)	7.983.554	824.537	(13.228.479)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	26.080.256	8.606.783	2.349.260	15.410.454	13.384.224	24.604.995	(26.080.256)	(16.186.317)	48.169.399
Ativo total	**109.894.718**	**25.122.185**	**8.081.113**	**45.951.748**	**14.830.918**	**57.994.289**	**(109.894.718)**	**(17.495.261)**	**134.484.992**
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	22.507.108	5.738.714	1.647.259	4.613.308	4.187.415	20.652.788	(22.507.108)	(16.186.317)	20.653.167
Acionistas não controladores	3.573.148	2.868.069	702.001	10.797.146	9.196.809	3.952.207	(3.573.148)	–	27.516.232
Total do patrimônio líquido	**26.080.256**	**8.606.783**	**2.349.260**	**15.410.454**	**13.384.224**	**24.604.995**	**(26.080.256)**	**(16.186.317)**	**48.169.399**

4.1 Receita Operacional Líquida por Segmento:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Segmentos reportados		
Raízen		
Etanol	23.312.258	29.652.112
Açúcar	29.070.524	23.695.768
Gasolina	66.267.702	66.586.914
Diesel	90.281.586	106.684.577
Cogeração	3.724.090	3.688.108
Outros	9.037.138	13.986.243
	221.693.298	**244.293.722**
Compass		
Distribuição de gás natural		
Industrial	11.411.212	12.945.164
Residencial	2.202.348	2.200.849
Cogeração	710.288	943.907
Automotivo	592.917	928.468
Comercial	820.685	814.962
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Outros	535.735	429.493
	17.767.327	**19.480.661**
Comercialização de energia elétrica	–	238.544
	17.767.327	**19.719.205**
Moove		
Produto acabado	7.480.150	8.094.216
Óleo básico	772.632	596.443
Serviços	1.825.844	289.418
	10.078.626	**8.980.077**
Rumo		
Operações norte	8.346.314	7.635.243
Operações sul	2.032.703	1.739.391
Operações de contêineres	558.699	466.874
	10.937.716	**9.841.508**
Radar		
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	834.616
Reconciliação		
Cosan Corporativo	2.709	10.416
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(221.754.590)	(244.356.758)
Total	**39.468.497**	**39.322.786**

4.2 Informações sobre Área Geográfica

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Brasil	33.816.723	33.714.249	12.584.481	11.957.039
Europa [i]	3.050.235	3.080.840	8.969	7.762
América Latina [ii]	144.853	697.117	3.275	7.294
América do Norte [iii]	2.456.686	1.770.487	10.087	17.173
Ásia e outros	–	60.093	–	–
Total	**39.468.497**	**39.322.786**	**12.606.812**	**11.989.268**

Principais países: [i] Inglaterra, França, Espanha e Portugal; [ii] Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; e [iii] Estados Unidos da América. **4.3 Principais Clientes:** Em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Rumo possuía um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,42% da sua receita operacional líquida, com um montante aproximado de R$1.213.263. Em 2022 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89% da receita operacional líquida da subsidiária com um montante aproximado de R$858.831. **4.4 Informações Adicionais Relacionadas ao Segmento Moove:** Conforme apresentado acima, a Moove possui operações no Brasil, na América Latina, na Europa e na América do Norte. Em 2023, a tabela abaixo demonstra certas informações financeiras somadas das entidades legais localizadas nos Estados Unidos da América (US) e no Reino Unido (UK) no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Informações financeiras	US e UK somadas	Cosan consolidado	%
Ativo total [i]	4.769.269	139.865.382	3%
Receita líquida [i]	4.902.335	39.468.497	12%
Resultado do exercício	(122.593)	4.884.744	(3%)
Informações financeiras	**US e UK somadas**	**Cosan controladora**	**%**
Patrimônio Líquido [ii]	883.797	20.955.307	4%
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(105.460)	2.236.069	(5%)
Resultado do exercício	(122.593)	1.094.391	(11%)

[i] Montantes não incluem os ativos e receita líquida da controlada em conjunto Raízen, uma vez que essa controlada não é consolidada na Companhia. [ii] Correspondente aos investimentos nas entidades legais localizadas nos Estados Unidos da América e Reino Unido os quais compõem o investimento da Cosan na Moove de R$ 1.626.216, conforme nota explicativa 9.1. **5. Ativos e Passivos Financeiros: Política contábil:** ***Mensuração dos ativos e passivos financeiros:*** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.667.155	759.965	3.298.142	1.134.030
Títulos e valores mobiliários	5.3	705.777	724.050	3.503.961	22.099.766
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	157.816	1.368.809	2.546.799	4.151.752
Outros ativos financeiros		–	–	3.113	89.238
		2.530.748	**2.852.824**	**9.352.015**	**27.474.786**
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	102.821	588.496	11.360.339	12.167.686
Contas a receber de clientes	5.7	–	–	3.444.636	3.927.542
Caixa restrito	5.3	81.621	35.039	203.252	139.933
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	348.096	737.340	340.091	476.542
Ativos financeiros setoriais	5.10	–	–	548.700	342.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	319.135	609.456	255.777	161.147
		851.673	**1.970.331**	**16.152.795**	**17.215.183**
Total		**3.382.421**	**4.823.155**	**25.504.810**	**44.689.969**
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(13.496.324)	(5.475.628)	(33.952.162)	(21.620.197)
Fornecedores	5.9	(2.431)	(115.146)	(4.184.525)	(4.379.851)
Contraprestação a pagar		–	–	(203.094)	(223.960)
Outros passivos financeiros [i]		–	–	(476.895)	(954.547)
Passivos de arrendamento	5.5	(29.543)	(30.365)	(5.275.794)	(3.532.158)
Concessões a pagar	13	–	–	(3.565.373)	(3.351.410)
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	(6.648.867)	(10.458.897)	(323.238)	(387.736)
Dividendos a pagar	17	(276.065)	(279.979)	(549.054)	(892.006)
Passivos financeiros setoriais	5.10	–	–	(1.810.698)	(1.616.616)
Parcelamento de débitos tributários	14	(211.226)	(202.140)	(217.348)	(208.760)
		(20.664.456)	**(16.562.155)**	**(50.558.181)**	**(37.167.241)**
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		–	–	(22.952.492)	(31.367.019)
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(645.985)	(618.947)	(3.415.145)	(5.290.932)
		(645.985)	**(618.947)**	**(26.367.637)**	**(36.657.951)**
Total		**(21.310.441)**	**(17.181.102)**	**(76.925.818)**	**(73.825.192)**

[i] As subsidiárias da Companhia possuem operações que buscam maneiras de melhorar a eficiência do capital de giro e geralmente negociam o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e firmam acordos de pagamento estruturados (também conhecidos como *reverse factoring* ou risco sacado) com intermediários terceirizados, como instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo antecipado pela Rumo e Moove junto a instituições financeiras era de R$342.276 e R$175 (R$817.869 e R$64.099 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Essas operações tiveram bancos de primeira linha com contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para a Rumo e CDI + 2,5% a.a. (CDI + 2,5% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para a Moove. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela

continua ★

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 111 e 103 dias (109 e 102 dias em 31 dezembro de 2022), respectivamente. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados no resultado financeiro, tendo representado R$95.356 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$96.752 em 31 de dezembro de 2022). O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores a agentes financeiros é classificado na demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia. **5.1. Cláusulas Restritivas:** Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Cosan			
Cosan S.A.	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 4,0x	2,42
Cosan Luxembourg S.A.	* Senior Notes 2027 * Senior Notes 2029 * Senior Notes 2030	Dívida líquida *proforma* (iv)/EBITDA *proforma* (iv) não poderá ser superior a 3,5x	2,0
Compass			
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/Endividamento total (iii) não poderá ser superior a 0,6x	0,17
Comgás S.A.	* Debênture 4ª a 9ª emissões * BNDES * Resolução 4131	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 4,0x	1,32
Sulgás	* BNDES	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 3,5x	(0,02)
		Índice de endividamento geral (Exigível total/Passivo total+Patrimônio Líquido) não poderá ser superior a 0,8	0,69
Moove			
MLH	*Syndicated Loan	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre	1,13
		ICSD(x) não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre	5,25
Rumo			
Rumo S.A.	* Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) (viii) * ECA	ICJ(ix) = EBITDA(ii)/Resultado financeiro(v) não poderá ser inferior a 2,0x	3,84
Rumo S.A.	* NCE * ECA	Dívida líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,5x	1,81
Rumo Luxembourg S.à r.l.	* Senior Notes 2028(vi) * Senior Notes 2032(vii) * Debêntures (viii)	Dívida líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,5x	1,81
Brado	* NCE	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 3,5x	1,18

(i) A Dívida Líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias ("Dívida Bruta"), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante. (iv) Dívida líquida e EBITDA proforma, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de joint venture conforme determinado nos contratos. A dívida líquida e o EBITDA proforma são uma medida não GAAP. O EBITDA proforma corresponde ao período acumulado dos últimos 12 meses. Para os *covenants* dos sênior notes são excluídos os valores das subsidiárias irrestritas. (v) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida. (vi) *Senior Notes* due 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A subsidiária Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de "aquisição, substituição e atualização de material rodante", "Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios", e "modernização da ferrovia". A subsidiária emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores. (vii) O *Senior Notes* 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs) com a meta sustentável de redução de 17,6% até 2026 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. (viii) As debêntures 11ª, 12ª e 13ª emissões possuem *covenant* contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permitem a emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027. (ix) Índice de Cobertura de Juros ("ICJ"). (x) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"). **5.2. Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento	251	147	209.479	307.819
Conta remunerada	102.400	184.386	431.011	974.198
Aplicações financeiras	1.667.325	1.163.928	14.017.991	12.019.699
	1.769.976	**1.348.461**	**14.658.481**	**13.301.716**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas (i)	1.667.155	759.965	3.259.210	1.181.280
Certificado de depósitos bancários - CDB	–	–	–	123.052
Outras aplicações	–	–	38.932	–
	1.667.155	**759.965**	**3.298.142**	**1.304.332**
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	–	–	616.633	96.841
Certificado de depósitos bancários - CDB	–	403.823	9.807.983	10.396.376
Outras	170	140	295.233	222.150
	170	**403.963**	**10.719.849**	**10.715.367**
	1.667.325	**1.163.928**	**14.017.991**	**12.019.699**

(i) As operações compromissadas estão alocadas no fundo WG Renda Fixo Crédito Privado Fundo de Investimento ("WG") o qual foi constituído sob forma de condomínio aberto e possui a gestão do Itaú Unibanco Asset Management Ltda. ("Itaú Asset"). A carteira do fundo é composta majoritariamente por aplicações em títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas próximas de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou "CDI"), em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas em torno de 100% dos fundos do Fed (Sistema de Reserva Federal). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na Nota 5.12. **5.3. Títulos e Valores Mobiliários e Caixa Restrito: Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento). O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Títulos e valores mobiliários				
Investimentos financeiros em entidades listadas (i)	–	–	–	19.586.193
Ativos financeiros patrimoniais (ii)	705.777	724.050	3.107.813	2.059.325
Certificado de depósitos bancários - CDB	–	–	300.142	363.145
Fundos ESG	–	–	96.006	91.103
	705.777	**724.050**	**3.503.961**	**22.099.766**
Circulante	705.777	724.050	3.407.955	2.422.470
Não circulante	–	–	96.006	19.677.296
Total	**705.777**	**724.050**	**3.503.961**	**22.099.766**
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	81.621	35.039	203.252	139.933
	81.621	**35.039**	**203.252**	**139.933**
Circulante	–	–	7.860	8.024
Não circulante	81.621	35.039	195.392	131.909
Total	**81.621**	**35.039**	**203.252**	**139.933**

(i) Após a obtenção de influência significativa na Vale S.A., os saldos do ativo financeiro foram transferidos para investimentos em subsidiárias e associadas. Veja mais detalhes na nota 1.1. (ii) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou "SELIC", com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI. **5.4. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Política contábil:** Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. **a) Composição:**

Descrição	Indexador (Encargos financeiros)	Taxa anual de juros (Encargos financeiros)	Moeda	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Vencimento	Objetivo
Sem garantia							
Debêntures	CDI + 2,65%	14,61%	Real	1.208.141	1.819.837	ago-25	Investimentos
	CDI + 1,65%	13,49%	Real	784.475	787.519	ago-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,50%	13,32%	Real	406.471	407.308	mai-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,90%	13,77%	Real	1.117.966	1.120.577	mai-32	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,00%	13,88%	Real	942.010	946.379	ago-31	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	1.020.673	–	abr-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	998.542	–	jun-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	1.260.684	–	jan-31	Gerenciamento de capital
	IPCA + 5,75%	10,43%	Real	412.478	394.008	ago-31	Gerenciamento de capital
	8,02% + variação cambial (i)	16,04%	Dólar	1.451.867	–	set-29	Gerenciamento de capital
	7,52% base 360	7,52%	Dólar	2.897.097	–	jun-30	Gerenciamento de capital
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	13,60%	Real	547.755	–	dez-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	448.165	–	jan-31	Gerenciamento de capital
Total				**13.496.324**	**5.475.628**		
Circulante				**800.987**	**802.549**		
Não circulante				**12.695.337**	**4.673.079**		

(i) A operação possui uma taxa de juros para o primeiro fluxo de juros de 16,04% a.a., enquanto para os demais fluxos será de 8,02% a.a.

Descrição	Indexador (Encargos financeiros)	Taxa anual de juros (Encargos financeiros)	Moeda	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Vencimento	Objetivo	Segmentos
Com garantia								
Resolução 4.131								
	Prefixado	–	Euro	–	868.367	out-24	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	–	Iene	–	578.708	out-24	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	3,20%	Euro	860.658	2.009.452	out-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	0,25%	Iene	602.487	1.338.697	out-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	3,40%	Euro	1.954.022	1.966.061	out-26	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	0,25%	Iene	1.135.226	1.309.330	out-26	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	3,56%	Euro	812.496	816.172	out-27	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	0,25%	Iene	470.951	543.160	out-27	Investimentos	Cosan Corporativo
BNDES	URTJLP	8,60%	Real	2.210.390	2.221.900	jul-31	Investimentos	Rumo
	Prefixado	6,00%	Real	128.494	280.919	dez-24	Investimentos	Rumo
	Prefixado	3,50%	Real	29	378	jan-24	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	295.058	–	dez-36	Investimentos	Compass
	IPCA + 6,01%	10,71%	Real	304.276	–	dez-36	Investimentos	Compass
	99,98% do CDI	7,82%	Real	1.547.664	1.653.501	jun-34	Investimentos	Compass
	IPCA + 4,10%	8,71%	Real	112.946	131.885	abr-29	Investimentos	Compass
	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	598.752	544.925	dez-36	Investimentos	Compass
Nota de crédito de exportação	CDI + 1,03%	15,39%	Real	78.965	98.003	fev-26	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,25%	15,16%	Real	60.774	62.760	mai-26	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,20%	14,20%	Real	30.252	–	mar-26	Gerenciamento de capital	Rumo
	CDI + 2,07%	14,85%	Real	52.101	50.467	mar-25	Gerenciamento de capital	Rumo
	CDI + 0,80%	–	Real	–	355.770	dez-23	Investimentos	Rumo
	SOFR + 1,30%	6,65%	Dólar	487.544	–	jan-25	Investimentos	Rumo
Cédula de Crédito Bancário	IPCA	5,41%	Real	954.205	806.028	jan-48	Investimentos	Rumo
Debêntures	CDI + 1,79%	13,65%	Real	753.435	754.785	jun-27	Investimentos	Rumo
	CDI + 1,30%	13,10%	Real	759.390	759.175	out-27	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,77%	9,41%	Real	773.556	632.440	jun-31	Investimentos	Rumo
Export Credit Agency ("ECA")	Euribor + 0,58%	4,52%	Euro	48.849	68.455	set-26	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,10%	10,63%	Real	140.016	73.717	jan-30	Investimentos	Compass
				15.172.536	**17.925.055**			
Sem garantia								
Resolução 4131	Prefixado	–	Libra	–	125.707	dez-23	Investimentos	Moove
	Prefixado	5,50%	Dólar	31.920	45.124	mar-25	Investimentos	Moove
	Prefixado	–	Dólar	–	395.285	mai-23	Investimentos	Compass
	Prefixado	2,13%	Dólar	943.486	1.000.957	fev-25	Investimentos	Compass
	Prefixado	4,04%	Dólar	734.191	–	mai-26	Investimentos	Compass
	Prefixado	1,36%	Dólar	362.774	377.705	fev-24	Investimentos	Compass
Perpetual Notes	Prefixado	8,25%	Dólar	2.451.160	2.641.732	nov-40	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2027	Prefixado	7,00%	Dólar	2.016.330	3.587.265	jan-27	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2028	Prefixado	5,25%	Dólar	2.178.449	2.196.083	jan-28	Aquisição	Rumo
Sênior Notes Due 2029	Prefixado	5,50%	Dólar	3.622.922	3.953.564	set-29	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2030	Prefixado	7,50%	Dólar	2.642.023	–	jun-30	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2032	Prefixado	4,20%	Dólar	2.066.885	2.124.051	jan-32	Aquisição	Rumo
Pré-pagamento	3M Libor + 1,00%	–	Dólar	–	104.667	out-23	Gerenciamento de capital	Moove
	1,27%	–	Dólar	–	151.871	jul-23	Gerenciamento de capital	Moove
Debêntures	IPCA + 4,68%	9,32%	Real	396.201	518.680	fev-26	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,50%	9,13%	Real	1.596.910	1.523.382	jun-31	Investimentos	Rumo
	IPCA + 3,60%	8,19%	Real	413.881	367.476	dez-30	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,65%	14,61%	Real	1.208.141	1.819.837	ago-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	IPCA + 6,80%	11,53%	Real	1.004.762	893.852	abr-30	Investimentos	Rumo
	IPCA + 3,90%	8,50%	Real	1.113.820	1.048.252	out-29	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,73%	10,41%	Real	551.709	537.261	out-33	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,00%	8,61%	Real	1.077.141	941.203	dez-35	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,54%	9,17%	Real	254.232	80.987	jun-36	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,99%	10,69%	Real	470.177	435.780	jun-32	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,76%	10,45%	Real	753.439	–	ago-29	Investimentos	Rumo
	IPCA + 6,18%	10,88%	Real	749.252	–	mai-33	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,87%	–	Real	–	907.366	dez-23	Investimentos	Compass
	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	554.147	523.837	out-24	Investimentos	Compass
	IGPM + 6,10%	6,10%	Real	359.639	372.171	mai-28	Investimentos	Compass
	CDI + 1,90%	13,77%	Real	1.117.966	1.120.577	mai-32	Investimentos	Cosan Corporativo
	CDI + 1,50%	13,32%	Real	406.471	407.308	mai-28	Investimentos	Cosan Corporativo
	CDI + 1,95%	13,83%	Real	735.565	824.866	ago-24	Investimentos	Compass
	CDI + 1,45%	13,27%	Real	399.457	399.616	dez-26	Investimentos	Compass
	CDI + 1,55%	13,38%	Real	1.764.022	–	nov-30	Investimentos	Compass
	109,20% do CDI	9,78%	Real	550.342	491.153	ago-31	Investimentos	Compass
	IPCA + 7,36%	12,12%	Real	80.960	114.014	dez-25	Investimentos	Compass
	IPCA + 5,22%	9,88%	Real	533.854	467.841	ago-36	Investimentos	Compass
	CDI + 1,65%	13,49%	Real	784.475	787.519	ago-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	1.020.673	–	abr-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	998.542	–	jun-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,00%	13,88%	Real	942.011	946.379	ago-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	1.260.684	–	jan-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	IPCA + 5,75%	10,43%	Real	412.478	394.008	ago-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
Gerenciamento de capital	CDI + 1,60%	–	Real	–	100.170	jun-23	Gerenciamento de capital	Moove
	SOFR + 1,50%	1,50%	Dólar	2.175.107	2.334.615	mai-27	Aquisição	Moove
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	13,60%	Real	547.755	–	dez-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	448.165	–	jan-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
				41.732.118	**35.062.161**			
Total				**56.904.654**	**52.987.216**			
Circulante				**4.882.398**	**4.542.205**			
Não circulante				**52.022.256**	**48.445.011**			

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na nota explicativa 5.6. Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e TJLP de 6,55% a.a. (7,20% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.6), exceto para bônus perpétuos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures que estão classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
1 a 2 anos	569.067	571.971	4.800.498	4.534.638
2 a 3 anos	–	571.564	6.255.752	6.663.907
3 a 4 anos	360.698	–	6.626.698	5.631.841
4 a 5 anos	3.319.442	372.687	7.554.468	8.550.932
5 a 6 anos	3.327.245	772.925	8.143.128	4.836.087
6 a 7 anos	3.101.714	428.001	6.777.099	6.527.516
7 a 8 anos	1.650.648	794.668	2.599.593	2.180.672
Acima de 8 anos	366.523	1.161.263	9.265.020	9.519.418
	12.695.337	**4.673.079**	**52.022.256**	**48.445.011**

b) Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**8.164.256**	**45.659.037**
Combinação de negócios	–	12.825
Captação	9.450.210	23.886.960
Amortização de principal	–	(15.278.378)
Pagamento de juros	(830.380)	(3.441.978)
Transferência	(12.196.109)	–
Juros, variação cambial e valor justo	887.651	2.148.750
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.475.628**	**52.987.216**
Captação	8.636.528	12.785.628
Amortização de principal	(579.942)	(8.054.763)
Pagamento de juros	(973.919)	(3.552.292)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	–	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	938.029	3.027.434
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13.496.324**	**56.904.654**

c) Garantias: A subsidiária Rumo possui contratos de financiamentos com bancos de fomento, destinados à investimentos, garantidos conforme cada contrato, por fianças bancárias, com custo médio 0,70% a.a. ou por garantias reais e conta caução. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R$3.120.034 (R$3.037.453 em 31 de dezembro de 2022). A subsidiária CLI possui garantia bancária para um empréstimo da Cosan Lubrificantes S.R.L. ("Moove Argentina"), com custo médio anual de 0,18%, e garantia com bancos de primeira linha para pagamento a terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças contratadas era de R$31.931 (R$44.813 em 31 de dezembro de 2022). A subsidiária Cosan Oito dispõe de empréstimos em moeda estrangeira (Resolução 4.131) com instituições bancárias de primeira linha, que possuem como garantia 100% das ações da Vale que estão na estrutura de *Collor*. **d) Linhas de crédito não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias dispunham de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor de R$2.102.756 (R$3.052.987 em 31 de dezembro de 2022). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **e) Compensação de ativos e passivos: Internação Senior Notes 2030:** Em junho de 2023, a Companhia por meio de sua subsidiária Cosan Luxembourg S.A. ("Cosan Lux"), realizou uma oferta de *senior notes* no montante de US$550.000 mil com cupom de 7,50% e vencimento em 2030 ("*Senior Notes* 2030"). Em 29 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos desta dívida, por meio da emissão de debêntures pela Cosan S.A., referenciadas em dólares americanos no montante de R$ 1.491 milhões (equivalentes a US$ 300.000 mil), com cupom anual de 16,04% a.a. para primeiro pagamento de juros e 8,02% a.a. para os demais. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um *Total Return Swap* ("TRS") com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, com frequência de pagamentos semestral e remuneração anual de 15,52% a.a. para a primeira remuneração de juros e 7,50% a.a. para os demais, a qual possui como ativo subjacente a 7ª emissão da debênture. **Internação *Senior Notes* 2029:** Em julho de 2019, a Cosan Limited ("Cosan Limited") realizou uma oferta de *senior notes* no volume total de US$750.000 mil, equivalente a R$4.147.650, com cupom de 5,5% e vencimento em 2029 ("Bond 2029"). A Companhia realizou a incorporação reversa da Cosan Limited, aprovada em janeiro de 2021, sendo certo que a Companhia sucedeu a Cosan Limited em todos os direitos e obrigações decorrentes, conforme aditado no *First Supplemental Indenture*, datado de fevereiro de 2021. Posteriormente, a Companhia cedeu seus direitos e obrigações para a Cosan Luxembourg ("Cosan Lux") conforme o *Second Supplemental Indenture*, datada de maio de 2022, em conjunto com a *Third Supplemental Indenture*, datada de julho de 2022. Na cessão de direitos, a Companhia e a Cosan Lux firmaram um contrato de mútuo (julho de 2022), com o compromisso de pagamento por parte da Companhia no valor de juros e principal, exatamente igual ao Bond 2029. Foram realizados dois aditamentos, onde a Companhia realizou pré-pagamento de US$30.000 mil, equivalente a R$164.250, e US$121.313 mil, equivalente a R$641.090, realizados em julho e agosto de 2022, respectivamente. O saldo do principal do contrato foi de US$ 598.687 mil, equivalente a R$2.919.557. Nesta estrutura que estava vigente, a Cosan remetia juros à Cosan Lux, os quais estavam sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"). Diante deste cenário a Companhia avaliou alternativas para uma Internalização da dívida dos *senior notes* e em Dezembro de 2023 efetuou a operação de Internação junto ao Banco Santander adquirindo uma posição em um *Total Return Swap* ("TRS") junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch ("Santander Cayman"), que terá como ativo subjacente debêntures cambiais, referenciadas em USD, emitidos pela Companhia, no valor de US$598.000 mil, equivalente a R$2.919.557, nos termos da Resolução CVM 160 ("Debêntures"), as quais foram integralmente subscritas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), e com isto foi realizado a liquidação total do *intercompany*, remetendo o recurso a Cosan Lux, e adquirindo a posição de TRS. Uma vez que a Companhia possui o direito legalmente executável de compensar os valores e ter intenção de liquidá-los simultaneamente, para fins de consolidação a Companhia efetuou a compensação no balanço patrimonial do ativo referente a contratação do TRS com o passivo da dívida oriunda das debêntures, apresentando-os pelo valor líquido, assim como seus respectivos impactos na demonstração do resultado. Desta forma, também não é efetuada análise de sensibilidade, pois ambas as transações não possuem risco para a Companhia.

	Consolidado Valor bruto	Consolidado Valor compensado	Consolidado Valor líquido
TRS (Nocional)	4.347.487	(4.347.487)	–
TRS (Juros)	6.704	(6.704)	–
	4.354.191	**(4.354.191)**	**–**
Debêntures (principal e variação cambial) (i)	(4.347.487)	4.347.487	–
Debêntures (juros)	(6.704)	6.704	–
	(4.354.191)	**4.354.191**	**–**

(i) Os montantes são equivalentes à US$898.000 mil, tendo como taxa de conversão a PTAX de 29 de dezembro de 2023 de R$ 4,8413.

f) Valor justo e exposição ao risco financeiro: O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.11). Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 5.12. **5.5. Passivos de Arrendamento Política contábil:** No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são feitos na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia geralmente usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início; iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e iv. o preço de exercício da opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo locatário de rescindir o arrendamento. Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia: i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e iii. faz ajustes específicos ao arrendamento, por ex. prazo, país, moeda e segurança. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que: i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou iv. se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis do arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo do arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes aos pagamentos do arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo do arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso. Os pagamentos do arrendamento são alocados entre o principal e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do período do arrendamento de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem equipamentos de TI e pequenos itens de móveis de escritório. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). Para locações de armazéns, lojas de varejo e equipamentos, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes: • Se houver penalidades significativas para encerrar (ou não prorrogar), o grupo é normalmente razoavelmente certo de estender (ou não encerrar). • Se espera que quaisquer melhorias em propriedades arrendadas tenham um valor remanescente significativo, a Companhia normalmente tem uma certeza razoável de estender (ou não rescindir). • Caso contrário, a Companhia considera outros fatores, incluindo durações históricas de arrendamento e os custos e interrupção de negócios necessários para substituir o ativo arrendado. A maioria das opções de extensão em escritórios e locações de veículos não foi incluída no passivo de arrendamento, porque a Companhia poderia substituir os ativos sem custo significativo ou interrupção dos negócios. A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, um a opção será exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**40.047**	**3.267.678**
Combinação de negócios	–	174.229
Adições	542	224.714
Baixas	(7.769)	(116.157)
Apropriação de juros e variação cambial	3.437	377.449
Amortização de principal	(5.051)	(400.248)
Pagamento de juros	(3.933)	(211.611)
Reajuste contratual	3.092	221.077
Transferências entre passivos	–	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**30.365**	**3.532.158**
Adições (i)	–	1.923.138
Baixas	–	(15.329)
Apropriação de juros e variação cambial	7.566	458.507
Amortização de principal	(5.524)	(490.012)
Pagamento de juros	(3.615)	(236.948)
Reajuste contratual	751	104.280
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29.543**	**5.275.794**
Circulante	8.959	733.063
Não circulante	20.584	4.542.731
	29.543	**5.275.794**

(i) A adição do período é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FRSU") conforme nota 2. Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro. Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	43.115	56.612
Despesas relativas à arrendamentos de curto prazo	37.739	14.986
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	5.376	1.445
	86.230	**73.043**

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da subsidiária indireta Rumo Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, consequentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R$32.244 (R$6.318 em 31 de dezembro de 2022). **5.6. Instrumentos Financeiros Derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como: i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%. A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. Um ativo financeiro anteriormente contabilizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48 pode tornar-se uma investida contabilizada por equivalência patrimonial quando: • o investidor adquire uma participação adicional; ou • há uma mudança nas circunstâncias que resulte na obtenção de influência significativa ou controle conjunto. A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Controladora Nocional 31/12/2023	Controladora Nocional 31/12/2022	Controladora Valor justo 31/12/2023	Controladora Valor justo 31/12/2022	Consolidado Nocional 31/12/2023	Consolidado Nocional 31/12/2022	Consolidado Valor justo 31/12/2023	Consolidado Valor justo 31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo (i)	–	–	–	–	6.716	53.012	(147)	(485)
Contratos de opções cambiais	–	–	–	–	363.098	676.214	30.677	25.360
	–	**–**	**–**	**–**	**369.814**	**729.226**	**30.530**	**24.875**
Derivativos de *commodity*								
Contratos de opções de gás	–	–	–	–	28.494	–	4.333	–
Contratos de opções de *commodity* (ii)	–	–	–	–	–	–	–	21.744
	–	**–**	**–**	**–**	**28.494**	**–**	**4.333**	**21.744**
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de *Swap* (juros)(iii)	7.038.443	9.255.278	(9.945)	(195.017)	7.209.400	9.255.278	(10.686)	(155.518)
Contratos de *Swap* (juros e câmbio)(iv)	10.434.580	7.318.840	(562.802)	901.749	18.260.969	17.191.070	(1.546.736)	790.840
Contratos a termo (juros e câmbio)(v)	126.472	–	(3.720)	–	8.985.594	12.811.427	(939.559)	760.152
Contratos de *Swap* (juros e inflação)(iii)	–	–	–	–	14.307.844	10.070.343	853.639	(500.444)
	17.599.495	**16.574.118**	**(576.467)**	**706.732**	**48.763.807**	**49.328.118**	**(1.643.342)**	**895.030**
Risco de preço da ação								
Contratos de *Swap* - (TRS)(vi)	1.775.341	1.515.827	88.298	43.130	1.775.341	1.515.827	88.297	43.130
Call Spread (v)	–	–	–	–	5.594.212	5.594.212	366.296	1.954.493
Collar (Ações Vale)(v)	–	–	–	–	13.114.720	16.931.662	285.540	(4.078.452)
	1.775.341	**1.515.827**	**88.298**	**43.130**	**20.484.273**	**24.041.701**	**740.133**	**(2.080.829)**
Total dos instrumentos financeiros			**(488.169)**	**749.862**			**(868.346)**	**(1.139.180)**
Ativo circulante			54.935	–			202.399	1.086.698
Ativo não circulante			102.881	1.368.809			2.344.400	3.065.054
Passivo circulante			(364.747)	–			(1.250.520)	(1.039.357)
Passivo não circulante			(281.238)	(618.947)			(2.164.625)	(4.251.575)
Total			**(488.169)**	**749.862**			**(868.346)**	**(1.139.180)**

(i) A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos a termo de câmbio e/ou opções indexadas à câmbio para proteção de exposições e despesas em moeda estrangeira. (ii) Opções de compra (*Call options*) em *brent* para fins de *hedge*, visando proteção caso o preço da *commodity* fique acima do preço pactuado em detrimento da guerra Ucrânia e Rússia. (iii) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição à juros prefixados em reais de forma a converter tal dívida em pós-fixada. (iv) A Companhia e a subsidiária Rumo possuem operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em U.S.$ + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") + juros fixos e passiva em percentual do CDI. (v) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição das variações do preço das ações da Vale, conforme descrito na Nota 1.1. (vi) A Companhia firmou negociação de derivativos (*Total Return Swap*) ou "TRS", com bancos comerciais. De acordo com o TRS, que terá liquidação financeira, a Cosan receberá o retorno sobre a variação do preço das ações CSAN3 ajustados pelos dividendos do período e pagará juros anuais referenciados em CDI + *Spread*. O valor contratado equivalente de ações CSAN3 com TRS foi de 97.215.812 ações e o valor total inicial foi de R$1.265.790. Em 31 de dezembro de 2023, o resultado da marcação a mercado, registrado na receita financeira na Companhia foi de R$83.390 (uma receita financeira de R$375.693 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo, demonstramos a abertura do valor de registro dos instrumentos financeiros derivativos de dívidas e não dívida:

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Instrumentos financeiros de dívidas	5.12	(576.467)	706.733	(990.764)	(1.228.928)
Instrumentos financeiros não dívida		88.298	43.129	122.418	89.748
		(488.169)	**749.862**	**(868.346)**	**(1.139.180)**

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos. ***a) Hedge de valor justo:*** A Companhia, por meio de suas controladas, adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado. Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do swap de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura próximo a 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos swaps contratados.

continua



-★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

		Valor contábil		Valor justo acumulado	
	Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hedge risco de câmbio					
Objetos					
Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	(2.791.600)	(2.178.449)	(2.196.083)	167.874	(336.161)
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	(2.259.375)	(2.066.885)	(2.124.051)	126.408	(629.220)
NCE USD (Rumo Malha Norte)	(483.400)	(487.544)	–	3.147	–
Pré-pagamento de exportação - ("PPE") 1 (Moove)	–	–	(156.884)	–	2.389
Pré-pagamento de exportação - ("PPE") 2 (Moove)	–	–	(104.667)	–	2.624
Total débito	**(5.534.375)**	**(4.732.878)**	**(4.581.685)**	**297.429**	**(960.368)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	2.791.600	(460.939)	(418.674)	42.265	685.200
Swaps Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	2.259.375	(239.630)	(128.986)	110.644	804.558
Swap de câmbio e juros (Rumo Malha Norte)	483.400	5.293	–	(5.293)	–
Swap - PPE 1 (Moove)	–	–	(11.079)	–	(11.079)
Swap - PPE 2 (Moove)	–	–	(7.067)	–	(7.067)
Total derivativos	**5.534.375**	**(695.276)**	**(565.806)**	**147.616**	**1.471.612**
Total	**–**	**(5.428.154)**	**(5.147.491)**	**445.045**	**511.244**

		Valor contábil		Valor justo acumulado	
	Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hedge risco de juros					
Objetos					
5ª emissão - série única (Comgás)	–	–	(907.366)	–	(33.892)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(1.000.000)	(803.990)	(851.689)	54.807	70.260
Debêntures (Rumo)	(7.485.276)	(7.973.671)	(5.755.679)	397.073	(327.290)
Finem (Rumo)	(28.107)	(36.301)	(28.115)	971	(1.644)
CCB (Rumo)	(975.292)	(954.205)	(785.366)	(10.088)	(4.418)
Total débito	**(9.488.675)**	**(9.768.167)**	**(8.328.215)**	**442.763**	**(296.984)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	–	–	221.000	(221.000)	1.248
BNDES Projeto VIII (Comgás)	1.000.000	(56.085)	(90.193)	34.108	(61.242)
Swaps Debêntures (Rumo)	7.485.276	559.964	(148.662)	(708.626)	72.856
Finem (Rumo)	28.107	1.600	(558)	(2.158)	558
CCB (Rumo)	975.292	(15.221)	(6.976)	8.245	6.976
Total derivativos	**9.488.675**	**490.258**	**(25.389)**	**(889.431)**	**20.396**
Total	**–**	**(9.277.909)**	**(8.353.604)**	**(446.668)**	**(276.588)**

b) Opções por valor justo: Certos instrumentos derivativos não foram designados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar de forma irrevogável os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são semelhantes aos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de câmbio						
Objetos						
Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	USD + 7,0%	(1.897.790)	(1.928.934)	(3.587.265)	616.251	967.778
Export Credit Agreement (Rumo)	EUR + 0,58%	(38.054)	(48.849)	(68.455)	(1.444)	377
Resolução 4.131 (Rumo)	USD + 2,20%	–	–	–	–	247
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	USD + 1,60%	(407.250)	(362.774)	(377.705)	2.106	15.545
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	USD + 2,51%	(1.097.400)	(943.486)	(1.000.957)	33.324	51.798
Resolução 4.131 (Comgás - 2023)	USD + 4,76%	(749.310)	(734.191)	–	(5.468)	–
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	USD + 4,32%	–	–	(395.285)	–	(2.680)
Total		**(4.189.804)**	**(4.018.234)**	**(5.429.667)**	**644.769**	**1.033.065**
Instrumentos derivativos						
Swap Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	126,85% do CDI	1.897.790	(46.214)	1.285.454	(379.397)	(736.466)
Swap de câmbio e juros (Rumo)	108% do CDI	38.054	9.316	15.468	6.153	15.067
Swap de câmbio e juros (Rumo)	118% do CDI	–	–	–	–	47.527
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	CDI + 1,25%	407.250	(63.184)	(50.245)	(65.656)	(88.612)
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	(212.180)	(160.369)	(184.726)	(217.215)
Resolução 4.131 (Comgás - 2023)	CDI + 1,30%	749.310	(22.611)	–	(57.845)	–
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	107,9% do CDI	–	–	123.760	(28.050)	(61.685)
Total derivativos		**4.189.804**	**(334.873)**	**1.214.068**	**(709.521)**	**(1.041.384)**
Total		**–**	**(4.353.107)**	**(4.215.599)**	**(64.752)**	**(8.319)**

			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de juros						
Objetos						
4ª emissão - 3ª série (Comgás)	IPCA + 7,36%	(114.818)	(80.960)	(114.014)	33.804	(114.014)
6ª emissão - série única (Comgás)	IPCA + 4,33%	(523.993)	(554.147)	(523.837)	(27.986)	(523.837)
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(550.342)	(491.153)	(41.005)	(6.179)
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(502.799)	(467.841)	(15.841)	9.737
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	IPCA + 4,10%	(160.126)	(112.946)	(131.885)	34.144	(131.885)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	IPCA + 3,25%	(870.149)	(743.674)	(801.812)	73.053	(801.812)
BNDES Projeto IX (Comgás)	IPCA + 5,74%	(565.582)	(598.752)	(544.925)	(36.668)	(544.925)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(774.939)	(704.954)	34.721	(34.745)
Total		**(4.134.668)**	**(4.314.760)**	**(4.299.101)**	**67.696**	**(2.153.730)**
Instrumentos derivativos						
Swaps 4ª emissão - 3ª série (Comgás)	94,64% CDI	–	–	–	–	(3.900)
Swaps 4ª emissão - 3 série (Comgás)	112,49% CDI	114.818	4.567	(778)	(1.122)	(5.096)
6ª emissão - série única (Comgás)	89,9% CDI	523.993	20.116	(10.419)	(8.552)	(26.161)
Swaps 9ª emissão - 1ª série (Comgás)	109,20% CDI	500.000	42.093	(17.705)	16.119	(37.517)
Swaps 9ª emissão - 2ª série (Comgás)	110,60% CDI	500.000	26.901	(40.441)	23.225	(53.304)
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	87,50% CDI	160.126	64	(2.046)	(782)	(6.923)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	82,94% CDI	870.149	(6.578)	(21.039)	(4.693)	(48.613)
BNDES Projeto IX (Comgás)	98,9% CDI	565.582	46.904	(6.632)	15.749	(6.632)
Debêntures (Rumo)	107% CDI	300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Debêntures (Rumo)	103% CDI	600.000	147.429	74.092	(73.337)	8.252
Total derivativos		**4.134.668**	**363.381**	**51.226**	**(39.084)**	**(184.713)**
Total		**–**	**(3.951.379)**	**(4.247.875)**	**28.612**	**(2.338.443)**

***c) Hedge* de fluxo de caixa: *Compass:* Contratos de compra e venda de gás natural:** A subsidiária indireta Compass Comercialização S.A. celebrou contratos de compra (risco JKM) e venda (risco *Brent*) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de proteger e mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a subsidiária designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas. Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da subsidiária, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais. **Receitas altamente prováveis em dólares americanos (Passivo de arrendamentos):** A subsidiária indireta TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado. ***Rumo:* Custo de investimento em ativo fixo:** A subsidiária Rumo S.A contratou certos instrumentos derivativos para proteger determinados custos de investimento contratados para o período de 2023 e optou por atrelar os instrumentos as estruturas de *hedge* documentadas: Em 31 dezembro de 2023, não houve parcela inefetiva reclassificada para o resultado. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido das subsidiárias e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir: ***a)* Composição:**

Instrumentos financeiros	Subsidiária	Risco	Unidade	Nocional	Valor justo 31/12/2023	Valor contábil em 31/12/2023
Futuro	Compass	BRENT	Barril	368.000	(2.843)	(2.843)
Passivo de arrendamento	Compass	Câmbio	BRL	1.548.942	(18.071)	(18.071)
Efeito no balanço				**1.916.942**	**(20.914)**	**(20.914)**

***b)* Movimentação:**

Instrumentos financeiros	Resultado financeiro líquido	Resultado abrangente do exercício [i]	Ganhos ou (perdas realizadas)
Futuro (*BRENT*)	(9.785)	(2.843)	–
Futuro (*JKM*) [ii]	–	–	12.012
Passivo de arrendamento	–	(18.071)	–
NDF (*Non deliverable forwards*) [ii]	–	–	(2.280)
Em 31 de dezembro de 2023	**(9.785)**	**(20.914)**	**9.732**

[i] Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R$7.110. [ii] Operações liquidadas em dezembro de 2023. **5.7. Contas a Receber de Clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, consequentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	2.790.623	3.085.227
Receita não faturada [i]	782.813	968.147
Mercado externo - moeda estrangeira	32.308	28.786
	3.605.744	**4.082.160**
Provisão para perdas de crédito esperadas	(161.108)	(154.618)
	3.444.636	**3.927.542**
Circulante	3.330.488	3.769.908
Não circulante	114.148	157.634
	3.444.636	**3.927.542**

[i] A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	3.181.795	3.514.756
Vencidas		
Até 30 dias	203.143	376.868
De 31 a 60 dias	48.968	40.389
De 61 a 90 dias	18.146	20.254
Mais de 90 dias	153.692	129.893
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(161.108)	(154.618)
	3.444.636	**3.927.542**

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(115.052)**
Combinação de negócios	(31.923)
Adições/reversões	(28.463)
Variação cambial	(4.905)
Baixas	25.725
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(154.618)**
Adições/reversões	(31.053)
Variação cambial	1.353
Baixas	23.210
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(161.108)**

5.8. Partes Relacionadas: Política contábil: As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. [i]	7.798	7.555	63.004	79.297
Rumo S.A.	6.214	3.045	–	–
Elevações Portuárias S.A.	10	–	21.633	5.424
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. [ii]	5.722	3.418	–	–
Aguassanta Participações S.A.	88	2.184	88	2.184
Compass Gás e Energia S.A.	4.253	996	–	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	9.286	14.286
Vale S.A.	–	–	5.000	–
Norgás S.A.	–	–	8.976	–
Outros	121	7.269	452	6.512
	24.206	**24.467**	**108.439**	**107.703**
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. [i]	36.020	20.585	36.032	20.586
Cosan Oito S.A.	–	6.742	–	–
Cosan Nove Participações S.A. [iii]	–	121.621	–	–
Cosan Dez Participações S.A. [iii]	111.659	111.659	–	–
Ligga S.A. [iv]	–	–	107.000	107.252
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. [ii]	–	96.473	–	–
Outros	1.466	–	–	–
	149.145	**357.080**	**143.032**	**127.838**
Total do ativo circulante	**173.351**	**381.547**	**251.471**	**235.541**
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. [i]	–	–	–	47.731
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	36.952	43.810
	–	**–**	**36.952**	**91.541**
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. [i]	46.911	149.347	46.935	149.347
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. [ii]	127.834	206.446	–	–
Outros	–	–	4.733	113
	174.745	**355.793**	**51.668**	**149.460**
Total do ativo não circulante	**174.745**	**355.793**	**88.620**	**241.001**
Recebíveis de partes relacionadas	**348.096**	**737.340**	**340.091**	**476.542**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. [i]	4.099	6.208	232.713	296.051
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	10.500	–
Aguassanta Participações S.A.	–	–	984	6.419
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. [ii]	1.065	1.855	–	–
Vale S.A.	–	–	4.000	–
Outros	6.065	3.038	39.542	20.569
	11.229	**11.101**	**287.739**	**323.039**
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. [i]	32.405	60.866	34.421	64.697
Cosan Overseas Limited	31.282	33.715	–	–
Cosan Luxembourg S.A. [v]	123.983	1.085.617	–	–
Outros	–	46.191	–	–
	187.670	**1.226.389**	**34.421**	**64.697**
Total do passivo circulante	**198.899**	**1.237.490**	**322.160**	**387.736**
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. [ii]	655.683	765.148	–	–
Cosan Luxembourg S.A. [v]	3.355.612	5.829.147	–	–
Cosan Overseas Limited [v]	2.437.595	2.627.112	–	–
Raízen S.A. [i]	1.078	–	1.078	–
Total do passivo não circulante	**6.449.968**	**9.221.407**	**1.078**	**–**
Pagáveis a partes relacionadas	**6.648.867**	**10.458.897**	**323.238**	**387.736**

[i] Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são usadas para a Raízen reembolsar a Cosan, com dividendos preferenciais, quando a perda operacional líquida é consumida na Raízen. O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, relacionadas a despesas relacionadas a disputas judiciais liquidadas e outras responsabilidades, geradas antes da formação da joint venture, que são de responsabilidade da Cosan S.A. [ii] Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações entre a Companhia e a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("CLE") e transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Esso") em 2008, que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de partes relacionadas da Companhia naquele exercício e que vem sendo movimentado na medida em que as transações são liquidadas. Essa transferência de ativos e passivos não geram impactos na posição consolidada da Companhia, tampouco nas informações por segmento. [iii] Os montantes em destaque referem-se aos gastos incorridos pela Cosan S.A. no processo de emissão de ações preferenciais da Cosan Nove e Cosan Dez, enquanto estavam em processo de constituição, e que serão reembolsados por essas entidades. [iv] Adiantamento para futuro aumento de capital. [v] Estas operações servem como meio de transferência de recursos da Companhia para as subsidiárias, estas que são as titulares dos *Senior Notes* e que são responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nestes saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due* 2029 e variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") que temos hoje entre a Companhia e as subsidiárias Cosan Lux e Cosan Overseas Limited ("Cosan Overseas"). **b) Transações com partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. [i]	–	–	974.612	908.588
Elevações Portuárias S.A.	–	–	15.434	–
Vale S.A.	–	–	56.000	–
Outros	–	–	–	6.910
	–	**–**	**1.046.046**	**915.498**
Compra de produtos/insumos/serviços				
Raízen S.A. [i]	–	–	(2.251.896)	(2.528.022)
Elevações Portuárias S.A.	–	–	(16.536)	–
Vale S.A.	–	–	(52.000)	–
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	–	–	(74.785)	–
	–	**–**	**(2.395.217)**	**(2.528.022)**
Receitas (despesas) compartilhadas				
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	(176)	(1.425)	–	–
Compass Gás e Energia S.A.	10.908	6.001	–	–
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	5.275	3.816	–	–
Elevações Portuárias S.A.	–	–	(753)	–
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	–	280	–	–
Raízen S.A.	(4.887)	(1.701)	(83.054)	(68.120)
Rumo S.A.	6.195	4.365	–	–
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	129	138	–	–
Outros	56	–	(2)	96
	17.500	**11.474**	**(83.809)**	**(68.024)**
Resultado financeiro				
Cosan Luxembourg S.A.	(269.661)	102.283	–	–
Cosan Overseas Limited	(14.199)	(28.818)	–	–
Raízen S.A.	–	(106)	–	(106)
Aldwych Temple VenturecCapital Limited	46.191	2.472	–	–
Outros	–	12	–	(92)
	(237.669)	**75.843**	**–**	**(198)**
Total	**(220.169)**	**87.317**	**(1.432.980)**	**(1.680.746)**

[i] O montante está relacionado à compra de combustíveis e prestação de serviço de transporte logístico pela subsidiária Rumo. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Em 27 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Apresentamos a seguir o resultado da Controladora em 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	44.465	38.227
Transações com pagamentos baseados em ações	73.513	59.015
Benefícios pós-emprego	532	464
	118.510	**97.706**

5.9. Fornecedores: Política contábil: As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas entre 30 e 45 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	2.431	115.146	3.110.114	2.923.486
Fornecedores de gás [i]/transportes e logística	–	–	1.074.411	1.456.365
	2.431	**115.146**	**4.184.525**	**4.379.851**
Circulante	2.431	115.146	3.920.273	4.318.362
Não circulante	–	–	264.252	61.489
Total	**2.431**	**115.146**	**4.184.525**	**4.379.851**

[i] O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). As quantias escrituradas de fornecedores e outras contas a pagar são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo. **5.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial: Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. No caso das distribuidoras reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("ARSESP"), conforme disposto na deliberação nº 1010 da ARSESP, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados às distribuidoras ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Necta entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. Contudo, para as demais distribuidoras que operam nos outros estados do País o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**558.310**	**(1.372.283)**	**(813.973)**
Custo do gás [i]	(466.743)	–	(466.743)
Créditos tributários [ii]	–	16.876	16.876
Atualização monetária [iii]	80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M [iv]	110.013	–	110.013
Combinação de negócios	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**342.333**	**(1.616.616)**	**(1.274.283)**
Custo do gás [i] [v]	27.954	–	27.954
Créditos tributários [ii]	12.425	(47.144)	(34.719)
Atualização monetária [iii]	49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M [iv]	116.890	–	116.890
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**548.700**	**(1.810.698)**	**(1.261.998)**
Circulante	207.005	(70.013)	136.992
Não circulante	341.695	(1.740.685)	(1.398.990)
Total	**548.700**	**(1.810.698)**	**(1.261.998)**

[i] Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes. [ii] Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício, conforme deliberação nº 1.359 de 10 de dezembro de 2022. [iii] Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. [iv] Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidas no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. [v] Inclui os efeitos de R$34.193 em 30 de junho de 2023, R$75.158 em 26 de setembro de 2023 e R$68.063 em 24 de novembro de 2023, referentes aos valores redistribuídos aos consumidores. Diante da audiência pública realizada pela ARSESP no dia 9 de janeiro de 2023, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, as subsidiárias e representantes do setor apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o período de análise. Conforme a deliberação nº 1.491 de 24 de janeiro de 2024, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar do dia subsequente à data final da prorrogação anterior, ou seja, de 27 de janeiro de 2024. Dessa forma, até que se concluam as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessa demonstração financeira. **5.11. Mensuração de Valor Justo: Política contábil:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. uso de preços de mercado cotados; ii. valor justo é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para esse fim ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e iii. para outros instrumentos financeiros, analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas de valor justo resultantes são incluídas no nível 2, exceto para uma contraprestação contingente a pagar em que os valores justos foram determinados com base nos valores presentes e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para o risco de contraparte ou de crédito próprio. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

		Valor contábil		Valor justo dos ativos e passivos					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023			31/12/2022		
	Nota			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	3.298.142	1.304.332	–	3.298.142	–	–	1.304.332	–
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.503.961	22.099.766	–	3.503.961	–	19.586.193	2.513.573	–
Outros ativos financeiros		3.113	89.238	3.113	–	–	89.238	–	–
Propriedades para investimentos [i]	11.5	15.976.126	14.103.060	–	–	15.976.126	–	–	14.103.060
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	2.546.799	4.151.752	–	2.546.799	–	–	4.151.752	–
Total		**25.328.141**	**41.748.148**	**3.113**	**9.348.902**	**15.976.126**	**19.675.431**	**7.969.657**	**14.103.060**
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e Debêntures [ii]	5.4	(56.904.654)	(52.987.216)	–	(22.952.492)	–	–	(31.367.019)	–
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(3.415.145)	(5.290.932)	–	(3.415.145)	–	–	(5.290.932)	–
Total		**(60.319.799)**	**(58.278.148)**	**–**	**(26.367.637)**	**–**	**–**	**(36.657.951)**	**–**

[i] O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT"). As taxas de desconto utilizadas variam entre 11,12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,20% a 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Para as avaliações a valor justo das propriedades para investimento nos períodos intercalares às avaliações anuais, a administração considera as tendências regionais de mercado apresentadas pelo relatório S&P Global Commodity Insights para o mercado imobiliário rural brasileiro. Caso a Administração acredite razoavelmente que os valores das propriedades mudaram de forma diferente da variação pelo relatório S&P Global Commodity Insights, com base em seu entendimento das condições atuais de mercado e evidências de propostas recebidas pelos ativos, ponderações poderão ser realizados para determinação do valor justo de mercado das propriedades. [ii] O valor justo dos empréstimos da Companhia não difere significativamente do seu valor contábil exceto pelas dívidas que estão designada ao valor justo por meio do resultado. Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

Dívida	Empresa	31/12/2023	31/12/2022
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	96,41%	95,04%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	85,65%	80,36%
Sênior Notes 2027	Cosan Luxembourg S.A.	100,92%	100,92%

5.12. Gestão de Risco Financeiro: Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade	*Swap* de taxa de juros.
Risco de mercado - preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado ii. Análise de sensibilidade	i. Preço futuro de energia elétrica (compra e venda). ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. *Ratings* de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas. A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as que possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*"Fair Value Option"*) tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os créditos de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes definidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos. **(i) Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros, iene e libra esterlina:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	284.956	1.138.948
Fornecedores	(441.768)	(97.259)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.861.084)	(13.698.102)
Arrendamentos	(1.627.104)	(94.716)
Contraprestação a pagar	(203.094)	(223.960)
Instrumentos financeiros derivativos	14.182.102	7.728.609
Exposição cambial, líquida	**(12.665.992)**	**(5.246.480)**

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

			Cenários			
Instrumento	Risco	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	43.130	116.704	190.278	(30.445)	(104.019)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	252	2.234	4.217	(1.731)	(3.713)
Fornecedores	Alta cambial	(32)	(285)	(538)	221	473
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	1.637.844	7.019.308	11.124.823	(1.168.664)	(5.211.482)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(3.156.486)	(7.857.863)	(13.541.119)	3.606.358	9.319.729
Arrendamentos	Alta cambial	(1.602.279)	(2.022.389)	(2.442.499)	(1.182.168)	(500.436)
Contraprestação a pagar	Alta cambial	(6.658)	(14.979)	(23.301)	1.664	9.986
Impactos no resultado antes dos impostos		**(3.084.229)**	**(2.757.270)**	**(4.688.139)**	**1.225.235**	**3.510.538**

continua -★

-★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio

		Cenários				
	31/12/2023	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.$	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000
Euro	5,3516	5,6500	7,0625	8,4750	4,2375	2,8250
GBP	6,1586	6,5000	8,1250	9,7500	4,8750	3,2500
JPY	0,0342	0,0379	0,0473	0,0568	0,0284	0,0189

(ii) Risco da taxa de juros: A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

		Cenários			
Exposição taxa de juros	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.341.723	1.677.154	2.012.584	1.006.292	670.861
Títulos e valores mobiliários	301.620	377.026	452.431	226.215	150.810
Caixa restrito	20.131	25.164	30.197	15.098	10.066
Arrendamento e concessão parcelados	(107.615)	(134.519)	(161.422)	(80.711)	(53.807)
Passivos de arrendamento	(441.671)	(442.081)	(442.493)	(441.262)	(440.855)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.928.668)	1.463.062	1.184.732	1.171.704	2.301.380
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.031.467)	(3.271.263)	(3.793.309)	(2.227.171)	(1.705.125)
Outros passivos financeiros	(39.589)	(48.132)	(56.674)	(31.046)	(22.504)
Impactos no resultado antes dos impostos	**(2.885.536)**	**(353.589)**	**(773.954)**	**(360.881)**	**910.826**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil ("BACEN"), como segue:

		Cenários			
	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	7,20%	8,75%	10,30%	5,65%	4,10%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%
IGPM	3,34%	4,17%	5,01%	2,50%	1,67%
Fed Funds	4,25%	5,31%	6,38%	3,19%	2,13%
SOFR	4,20%	5,25%	6,30%	3,15%	2,10%

(iii) Risco de preço: • Gás Natural: As operações com derivativos de gás natural foram transacionadas com contrapartes bancárias e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Nossas posições em aberto em derivativos de gás natural são:

			Cenários			
Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativos de Brent - opções	Variação no preço U.S.$/bbl	7.375	9.216	11.067	5.527	3.689

• Opções: Utilizamos instrumentos financeiros derivativos ora chamados opções para limitar a nossa exposição as variações do valor das ações de Vale objeto de opção de compra. A metodologia empregada e amplamente aceita para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de Black & Scholes. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções conforme valorização ou desvalorização das ações.

			Cenários			
Instrumento	Participação	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (*Collar*) [i]	2,20%	7.788.856	8.158.058	8.434.888	7.361.797	7.006.051
VALE3 (*Call Spread*)	1,60%	563.903	826.670	1.004.452	272.147	72.611

[i] Conforme mencionado na nota 1.1 (c) dos 100% dos derivativos *Collar* foram liquidados em abril de 2024. **• *Total Return Swap* (TRS):** Estamos expostos a riscos atrelados aos preços de ações da CSAN3. Com o objetivo de mitigar tais exposições foram contratados derivativos de swap de retorno total de 96.185.412 ações da CSAN3 nos quais a Companhia recebe a variação do preço da ação e proventos na ponta ativa e paga CDI + 1,65% na ponta passiva. A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações conforme demonstrado abaixo:

		Cenários			
Instrumento	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Valor do investimento	41.557	470.525	941.049	(470.525)	(941.049)
Valor da ação (CSAN3)	19,36	24,20	29,04	14,52	9,68

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	14.658.481	13.301.716
Contas a receber de clientes	3.444.636	3.927.542
Títulos e valores mobiliários	3.503.961	2.513.574
Caixa restrito	203.252	139.933
Instrumentos financeiros derivativos	2.546.799	4.151.752
Recebíveis de partes relacionadas	340.091	476.542
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	255.777	161.147
Outros ativos financeiros	3.113	89.238
	24.956.110	**24.761.444**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos e outros investimentos em bancos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. O risco de crédito das contas a receber de arrendamentos é classificado em duas categorias de clientes: (i) Nível 1 e (ii) Nível 2. A maioria das propriedades para investimento das subsidiárias são arrendadas a clientes classificados no Nível 1, sem histórico de atrasos no pagamento ou inadimplência e com uma situação financeira sólida. Para mitigar o risco de crédito relacionado aos recebíveis de arrendamentos, a política da Companhia limita ao mínimo sua exposição a clientes do Nível 2. Para as contas a receber relacionadas com a venda de propriedades para investimento, o risco é mitigado pela concessão da posse de terrenos ao cliente apenas quando o pagamento de um sinal pela transação é recebido. Além disso, o título de propriedade é transferido somente mediante o recebimento integral dos pagamentos em aberto. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	20.475.536	16.769.858
AA	172.871	3.133.455
A	124.932	138.478
Not rated	139.154	65.184
	20.912.493	**20.106.975**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023					31/12/2022
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.504.188)	(5.300.723)	(23.711.254)	(33.419.306)	(67.935.471)	(63.200.127)
Fornecedores	(3.920.273)	(264.252)	–	–	(4.184.525)	(4.379.851)
Outros passivos financeiros	(476.895)	–	–	–	(476.895)	(924.562)
Parcelamento de débitos tributários	(53.210)	(1.505)	(1.810)	(160.742)	(217.267)	(208.760)
Passivos de arrendamento	(658.131)	(818.888)	(1.233.690)	(18.164.132)	(20.874.841)	(16.436.839)
Arrendamento e concessão parcelados	(266.814)	(291.161)	(579.320)	–	(1.137.295)	(1.137.173)
Pagáveis a partes relacionadas	(322.160)	–	–	–	(322.160)	(387.736)
Dividendos a pagar	(549.054)	–	–	–	(549.054)	(892.006)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.149.524)	(1.327.485)	(3.146.345)	1.705.459	(4.917.895)	(84.126)
	(13.900.249)	**(8.004.014)**	**(28.672.419)**	**(50.038.721)**	**(100.615.403)**	**(87.651.180)**

d) Risco de gestão de capital: O grupo administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital principalmente através do índice de alavancagem, calculado como dívida líquida sobre EBITDA. A política do grupo é manter esse índice em até 3,3x, o qual representa o menor *ratio* de *covenants* dos componentes do grupo. A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, dos seus credores e do mercado, e para assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital do Grupo, entre outras coisas, visa assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital. **6. Outros Tributos a Recuperar: Política Contábil:** Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	3.699	3.699	487.160	975.878
PIS	—	—	110.904	350.867
Créditos tributários	33.639	31.774	33.639	31.774
ICMS	—	—	924.180	845.450
ICMS CIAP	—	—	189.813	118.809
Outros	4.647	4.667	132.863	76.348
	41.985	**40.140**	**1.878.559**	**2.399.126**
Circulante	8.346	8.366	745.856	1.324.203
Não circulante	33.639	31.774	1.132.703	1.074.923
Total	**41.985**	**40.140**	**1.878.559**	**2.399.126**

7. Estoques: Política contábil: Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão de obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados. A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	1.254.818	1.504.134
Peças e acessórios	178.260	168.777
Materiais para construção	316.370	152.789
Almoxarifado e outros	43.266	43.359
	1.792.714	**1.869.059**

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R$ 78.709 em 31 de dezembro 2023 (R$ 38.747 em 31 de dezembro de 2022). **8. Ativos e Passivos Mantidos para Venda e Operação Descontinuada: Política contábil:** A Companhia classifica os ativos não circulantes e grupos para alienação como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados principalmente por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Ativos não circulantes e grupos para alienação classificados como mantidos para venda (exceto propriedades para investimento mensuradas ao valor justo) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os custos de venda são os custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo (grupo de alienação), excluindo despesas financeiras e despesas de imposto de renda. O critério para classificação de mantidos para venda é considerado atendido somente quando a venda for altamente provável e o ativo ou grupo para alienação estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que mudanças significativas na venda sejam feitas ou que a decisão de venda seja retirada. A administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo e espera-se que a venda seja concluída dentro de um ano a partir da data da classificação. Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. **a) Ativos mantidos para venda:**

	Propriedades mantidas para venda	Outros ativos mantidos para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	–	–	–
Combinação de negócios	268.385	–	268.385
Transferências	322.430	–	322.430
Venda de propriedades agrícolas destinadas à venda	(550.432)	–	(550.432)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**40.383**	–	**40.383**
Adições	–	1.795.773	1.795.773
Transferências [i]	444.782	–	444.782
Venda de propriedades agrícolas destinadas à venda	(142.773)	–	(142.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**342.392**	**1.795.773**	**2.138.165**

[i] Transferências oriundas do grupo de propriedades para investimento conforme nota 11.5, decorrente das propostas de venda das Fazendas Grão de Ouro e Dourados (Tellus Brasil Participações S.A.); Fazenda Santa Rita Cana (Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.); Gleba Macaé (Radar II Propriedades Agrícolas S.A.).

Adições de Outros ativos mantidos para venda: Conforme mencionado na nota explicativa 2 os saldos correspondentes ao balanço patrimonial da Norgás e TUP Porto São Luís S.A. foram reclassificados para rubrica de ativo e passivo mantido para venda, conforme abaixo:

	Norgás	TUP Porto São Luís S.A	Total
Caixa e equivalentes de caixa	–	48.231	48.231
Outros tributos a recuperar	–	3.030	3.030
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.646	–	18.646
Investimentos em subsidiárias e associadas	892.854	–	892.854
Imobilizado	–	395.757	395.757
Intangível	–	437.220	437.220
Outros ativos	–	35	35
Total	**911.500**	**884.273**	**1.795.773**

O saldo de R$2.998 na controladora é composto por contas a receber de partes relacionadas com o TUP Porto São Luís S.A. **b) Passivos mantidos para venda:**

	Norgás	TUP Porto São Luís S.A.	Total
Fornecedores	–	17.248	17.248
Ordenados e salários a pagar	–	1.828	1.828
Outros passivos	–	456	456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.255	66.606	218.861
Total	**152.255**	**86.138**	**238.393**

c) Resultado de operação descontinuada: Conforme mencionado na nota explicativa 2 os saldos correspondentes a demonstrações do resultado da Norgás foram reclassificados para a rubrica de resultado de operações descontinuada, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Equivalência patrimonial	**15.654**	**17.180**	**45.419**	**49.846**
Acionistas controladores	15.654	17.180	23.164	25.421
Acionistas não controladores	–	–	22.255	24.425

Reclassificação de saldo comparativo:

	Controladora		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**(162.865)**	**–**	**(162.865)**
Equivalência patrimonial em associadas	3.926.759	(17.180)	3.909.579
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(333.622)	–	(333.622)
Resultado de equivalência patrimonial	**3.593.137**	**(17.180)**	**3.575.957**
Resultado financeiro líquido	(3.342.443)	–	(3.342.443)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**87.829**	**(17.180)**	**70.649**
Imposto de renda e contribuição social	1.088.203	–	1.088.203
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	**1.176.032**	**(17.180)**	**1.158.852**
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	–	17.180	17.180
Lucro líquido do exercício	**1.176.032**	**–**	**1.176.032**

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**7.483.843**	**–**	**7.483.843**
Equivalência patrimonial em associadas	468.743	(49.846)	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(92.179)	–	(92.179)
Resultado de equivalência patrimonial	**376.564**	**(49.846)**	**326.718**
Resultado financeiro líquido	(5.157.936)	–	(5.157.936)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**2.702.471**	**(49.846)**	**2.652.625**
Imposto de renda e contribuição social	118.404	–	118.404
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	**2.820.875**	**(49.846)**	**2.771.029**
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	–	49.846	49.846
Lucro líquido do exercício	**2.820.875**	**–**	**2.820.875**

d) Reclassificação do saldo comparativo do fluxo de caixa:

	Controladora		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.829	(17.180)	70.649
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(3.926.759)	17.180	(3.909.579)
Demais itens de atividades operacionais	3.391.360	–	3.391.360
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	**(447.570)**	**–**	**(447.570)**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(5.653.626)**	**–**	**(5.653.626)**
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**5.923.951**	**–**	**5.923.951**
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**(177.245)**	**–**	**(177.245)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.718.077**	**–**	**1.718.077**
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(192.371)	–	(192.371)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.348.461**	**–**	**1.348.461**

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.702.471	(49.846)	2.652.625
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(468.743)	49.846	(418.897)
Demais itens de atividades operacionais	7.738.504	–	7.738.504
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**9.972.232**	**–**	**9.972.232**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	323.096	(44.969)	278.127
Operação descontinuada	–	44.969	44.969
Demais itens de atividades de investimentos	(21.068.877)	–	(21.068.877)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(20.745.781)**	**–**	**(20.745.781)**
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**8.305.476**	**–**	**8.305.476**
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**(2.468.073)**	**–**	**(2.468.073)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**16.174.130**	**–**	**16.174.130**
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(404.341)	–	(404.341)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**13.301.716**	**–**	**13.301.716**

9. Investimento em Subsidiárias e Associadas: 9.1. Investimento em Subsidiárias e Associadas: Política contábil: i. Subsidiárias: Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, consideramos todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade. **ii. Associadas:** Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". **iii. Investimentos em coligadas com influência significativa:** Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a vinte por cento a companhia realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa. As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*). Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As subsidiárias e associadas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta e indireta em subsidiária, excluindo ações em tesouraria		
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A.	73,09%	73,09%
Cosan Luxembourg S.A. [i]	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	97,50%	97,50%
Barrapar Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Aldwych Temple	100,00%	100,00%
Vale S.A. [vi]	4,90%	–
Cosan Oito S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. [ii]	–	57,48%
Cosan Dez Participações S.A.	76,80%	76,80%
Radar		
Radar Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas [iii]	50,00%	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Terras da Ponta Alta S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Tellus Brasil Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Janus Brasil Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Moove		
Moove Lubricants Holdings	70,00%	70,00%
Rumo		
Rumo S.A. [v]	30,42%	30,35%

[i] Apesar de apresentar em 31 de dezembro de 2023 um valor de passivo a descoberto de R$146.276, conforme demonstrado a seguir, não foram identificados outros eventos ou condições que, de forma individual ou coletiva, possam levantar dúvidas relevantes quanto à capacidade de manutenção de sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com apoio financeiro da Companhia. [ii] Venda de participação concluída em 02 de maio de 2023, pelo montante de R$ 45.000. [iii] A Companhia é acionista majoritária, detentora de 50% do capital social mais uma ação. [iv] A Companhia detém mais de 60,00% das ações com direito a voto de cada entidade, tem poder de decisão sobre as atividades relevantes de cada entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração de cada entidade nos termos a um acordo paras social celebrado com alguns outros acionistas destas entidades. [v] A Companhia é a maior acionista. Além disso, a Companhia tem poder de decisão sobre as atividades relevantes desta entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração conforme o acordo de acionistas celebrado com alguns outros acionistas da entidade. [vi] A partir de 30 de novembro de 2023, a Companhia passou a deter influência significativa na Vale S.A. conforme explicado na nota 1.1, reconhecendo equivalência patrimonial sob o seu patrimônio líquido por meio da Cosan Oito. O valor de 4,9% refere-se ao percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial e recebimento de dividendos. A seguir estão os investimentos em subsidiárias e coligadas em 31 de dezembro de 2023, que são relevantes para a Companhia: **a) Controladora:**

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Corporativo				
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	5.000	4.999	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A. [i]	7.663.761.735	5.601.178.095	73,09%	66,16%
Cosan Luxembourg S.A.	500.010	500.010	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	4.850.000	4.850.000	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	41.481.296	41.481.046	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	160.000	156.000	97,50%	97,50%
Cosan Oito S.A.	8.194.005.000	8.194.005.000	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	300	300	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	928.005.000	928.004.997	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A. [i]	3.473.458.687	2.667.494.858	76,80%	72,00%
Radar				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	305.694	41,45%	41,45%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	66.607.405	41,45%	41,45%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	30.603.159	12.685.010	41,45%	41,45%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	13.403.684	41,45%	41,45%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	6.659.494	41,45%	41,45%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	34.756.214	41,45%	41,45%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	53.461.349	41,45%	41,45%
Paineira Propriedade Agrícolas S.A.	132.667.061	54.990.497	41,45%	41,45%
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	71.609.945	60,14%	19,57%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	173.464.883	60,57%	19,57%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.163.979	60,55%	19,57%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	7.819.194	60,55%	19,57%
Moove				
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Rumo				
Rumo S.A. [ii]	1.854.868.949	562.529.490	30,42%	30,42%

[i] A participação relacionada a benefício econômico se diferencia da participação societária exclusivamente por conta de distribuição de dividendos conforme nota explicativa 1.1. [ii] Em 19 de julho de 2023 a subsidiária Rumo S.A. e a subsidiária indireta Rumo Malha Norte convocaram suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias - AGEs, aprovando os atos societários relativos à Reorganização Societária, conforme comunicado pela Rumo S.A. ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023.

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber [ii]
Rumo											
Rumo S.A.	4.613.248	218.623	–	6.323	(391)	(51.986)	3.984	–	(23.335)	4.766.466	51.986
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	244	1.013	–	–	–	–	–	–	–	1.257	–
Cosan Nove Participações S.A.	7.153.764	661.434	–	–	(39.996)	(88.496)	121.621	(32.732)	35.183	7.810.778	–
Cosan Dez Participações S.A.	4.311.213	825.074	15.654	–	1.502	33.456	5	–	(7.740)	5.179.164	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	1.486	(34)	–	–	–	–	–	–	–	1.452	–
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	346	(68)	–	–	–	–	–	–	–	278	–
Outros	73.565	(45.030)	–	–	(1.055)	–	–	–	(2.368)	25.112	–
Cosan Oito S.A.	8.258.622	(346.359)	–	–	11.230	(246.384)	2.716.500	–	(17.326)	10.376.283	–
Atlântico Participações Ltda.	911.342	(8.921)	–	–	–	–	–	–	–	902.421	190
Cosan Global	128.868	(9.513)	–	–	–	–	–	–	–	119.355	–
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. [i]	20.155	(2.661)	–	–	–	–	–	12.622	(30.116)	–	–
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	943.255	174.346	–	–	–	37.831	(1.902)	–	–	1.153.530	8.199
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	222.967	4.331	–	–	–	(4.677)	(7.275)	–	–	215.346	–
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	390.615	35.196	–	–	–	16.010	–	–	–	441.821	1.960
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	31.504	(3.141)	–	–	–	(415)	–	–	–	27.948	1.712
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	192.332	12.971	–	–	–	14.881	–	–	–	220.184	–
Terras da Ponte Alta S.A.	81.292	14.440	–	–	–	(3.610)	–	–	–	92.122	11.072
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	169.216	40.115	–	–	–	1.404	–	–	–	210.735	4.433
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	170.613	40.163	–	–	–	19	(1.151)	–	–	209.644	2.694
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	251.370	52.944	–	–	–	27.139	–	–	–	331.453	4.863
Tellus Brasil Participações S.A.	634.068	138.418	–	–	–	(9.970)	(4.526)	–	16.847	774.837	–
Janus Brasil Participações S.A.	884.053	227.451	–	–	–	(18.407)	–	–	29.595	1.122.692	–
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	18.740	6.441	–	–	–	(7.458)	–	–	(2)	17.721	–
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	122.561	4.731	–	–	–	(11.654)	(1.231)	–	(71)	114.336	–
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.644.170	193.618	–	–	(183.732)	(35.808)	–	–	7.968	1.626.216	368
Outros	762	290	–	–	(57)	(368)	–	–	–	627	–
Total investimento em associadas	**31.230.371**	**2.235.872**	**15.654**	**6.323**	**(212.499)**	**(348.493)**	**2.826.025**	**(20.110)**	**8.635**	**35.741.778**	**99.194**
Corporativo											
Cosan Luxembourg S.A.	(146.473)	197	–	–	–	–	–	–	–	(146.276)	–
Total investimento passivo descoberto	**(146.473)**	**197**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(146.276)**	**–**
Total	**31.083.898**	**2.236.069**	**15.654**	**6.323**	**(212.499)**	**(348.493)**	**2.826.025**	**(20.110)**	**8.635**	**35.595.502**	**99.194**

[i] Em 10 de março de 2023, houve a transferência da Sinlog Tecnologia em Logística S.A. para ativos mantidos à venda, e consequentemente a sua venda definitiva conforme detalhado na nota explicativa 2. [ii] Dividendos a receber pela Cosan S.A. de suas subsidiárias.

continua -★

-★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Reclassificação de investimento	Acervo contribuído	Compra vantajosa	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Dividendos a receber (i)
Rumo														
Rumo S.A.	4.490.787	156.420	–	1.344	1.837	(37.140)	–	–	–	–	–	–	4.613.248	37.131
Corporativo														
Compass Gás e Energia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	–	239	–	–	–	–	5	–	–	–	–	–	244	–
Cosan Nove Participações S.A.	–	142.169	–	1.416.657	27.530	(33.765)	–	–	5.601.173	–	–	–	7.153.764	33.765
Cosan Dez Participações S.A.	–	32.154	17.180	2.558.635	16.882	(11.717)	138.933	–	1.559.146	–	–	–	4.311.213	48.745
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	879	(93)	–	–	–	–	700	–	–	–	–	–	1.486	–
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	555	(209)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	346	–
Outros	68.768	1.871	–	–	1.959	–	–	–	–	–	–	1.729	74.327	–
Cosan Oito S.A.	–	522.783	–	–	–	(124.161)	7.860.000	–	–	–	–	–	8.258.622	124.161
Atlântico Participações Ltda.	433.615	(1.497)	–	–	–	–	479.224	–	–	–	–	–	911.342	190
Cosan Global	137.527	(8.659)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	128.868	–
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	17.052	(12.318)	–	9.339	–	–	6.082	–	–	–	–	–	20.155	–
Radar														
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	–	246.698	–	–	108	(60.482)	–	756.931	–	–	–	–	943.255	85.517
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	–	34.002	–	–	–	(9.614)	–	198.579	–	–	–	–	222.967	11.797
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	–	97.035	–	–	–	(25.459)	–	319.039	–	–	–	–	390.615	30.069
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	–	8.000	–	–	–	(1.981)	–	25.485	–	–	–	–	31.504	1.981
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	–	53.686	–	–	–	(14.098)	–	152.744	–	–	–	–	192.332	19.358
Terras da Ponte Alta S.A.	–	39.890	–	–	–	(8.907)	–	50.309	–	–	–	–	81.292	8.990
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	–	58.604	–	–	–	(15.790)	–	126.402	–	–	–	–	169.216	13.028
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	–	46.793	–	–	–	(13.259)	–	137.079	–	–	–	–	170.613	12.347
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	–	77.819	–	–	–	(25.776)	–	199.327	–	–	–	–	251.370	40.831
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.143	107.133	–	–	11.035	(132.885)	–	(2.104.426)	–	–	–	–	–	–
Tellus Brasil Participações S.A.	142.795	99.855	–	–	–	(26.410)	–	58.806	–	37.578	363.211	(41.767)	634.068	5.086
Janus Brasil Participações S.A.	183.356	126.508	–	–	–	(122.661)	–	79.725	–	49.224	567.901	–	884.053	–
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	1.453	–	–	–	–	–	–	–	1.798	10.022	5.467	18.740	–
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	9.020	–	–	–	–	–	–	–	10.741	66.500	36.300	122.561	–
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	9.607	(3.748)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.859)	–	–
Moove														
Moove Lubricants Holdings	1.600.170	340.621	–	–	11.801	(308.422)	–	–	–	–	–	–	1.644.170	136.460
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Compass														
Compass Gás e Energia	5.583.215	1.523.381	–	(891)	(11.688)	(1.437.213)	–	–	(5.656.804)	–	–	–	–	–
Total investimento em associadas	**14.787.469**	**3.699.610**	**17.180**	**3.985.084**	**59.464**	**(2.409.740)**	**8.484.944**	**–**	**1.503.515**	**99.341**	**1.007.634**	**(4.130)**	**31.230.371**	**609.456**
Corporativo														
Cosan Luxembourg S.A.	(356.442)	209.969	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(146.473)	–
Total investimento passivo descoberto	**(356.442)**	**209.969**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(146.473)**	**–**
Total	**14.431.027**	**3.909.579**	**17.180**	**3.985.084**	**59.464**	**(2.409.740)**	**8.484.944**	**–**	**1.503.515**	**99.341**	**1.007.634**	**(4.130)**	**31.083.898**	**609.456**

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Rumo								
Rumo S.A.	49.238.439	(33.367.447)	15.870.992	721.915	45.951.748	(30.541.294)	15.410.454	514.022
Corporativo								
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	1.475	(218)	1.257	1.013	245	(2)	243	239
Cosan Nove Participações S.A.	10.378.188	(393)	10.377.795	999.748	9.957.152	(169.079)	9.788.073	194.522
Cosan Dez Participações S.A.	29.394.361	(19.707.828)	9.686.533	1.804.326	25.124.201	(16.642.318)	8.481.883	62.650
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	2.013	(561)	1.452	(33)	2.048	(562)	1.486	(93)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	287	–	287	(69)	357	(1)	356	214
Cosan Luxembourg S.A.	8.141.418	(8.287.693)	(146.275)	198	7.394.386	(7.540.859)	(146.473)	209.969
Cosan Oito S.A.	17.148.403	(6.772.114)	10.376.289	(346.359)	21.105.355	(12.846.728)	8.258.627	522.783
Atlântico Participações Ltda.	992.412	(89.991)	902.421	(8.921)	981.457	(70.115)	911.342	(1.497)
Cosan Global	119.355	–	119.355	(9.513)	128.868	–	128.868	(8.659)
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	–	–	–	–	18.503	(8.901)	9.602	(1.764)
Radar								
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.378.123	(91.077)	2.287.046	332.222	2.089.843	(224.131)	1.865.712	509.131
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	549.223	(29.692)	519.531	10.448	590.386	(52.469)	537.917	97.663
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.108.509	(42.596)	1.065.913	84.912	1.039.678	(97.302)	942.377	245.687
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	78.808	(11.380)	67.428	(7.577)	86.364	(10.360)	76.005	20.127
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	563.096	(31.890)	531.206	31.292	534.096	(70.085)	464.012	136.048
Terras da Ponte Alta S.A.	259.687	(37.436)	222.251	34.838	224.952	(28.830)	196.122	96.754
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	537.119	(28.711)	508.408	96.780	453.093	(44.851)	408.242	152.373
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	530.358	(24.585)	505.773	96.894	451.728	(40.117)	411.611	127.955
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	840.064	(40.418)	799.646	127.731	729.294	(122.854)	606.440	248.744
Tellus Brasil Participações Ltda.	4.129.945	(171.300)	3.958.645	707.176	3.533.817	(294.358)	3.239.459	1.424.072
Janus Brasil Participações S.A.	6.017.992	(282.158)	5.735.834	1.162.047	5.031.454	(514.828)	4.516.626	1.910.077
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	97.542	(7.008)	90.534	32.906	98.862	(3.124)	95.739	19.403
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	617.029	(32.890)	584.139	24.170	644.621	(21.462)	623.159	119.273
Moove								
Moove Lubricants Holdings	7.969.260	(5.649.161)	2.320.099	276.938	8.969.378	(6.620.118)	2.349.260	486.897

b) Consolidado:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Rumo			
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20,00%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Compass			
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	810.896.963	238.728.878	29,44%
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	39.400.000	11.599.428	29,44%
CEG Rio S.A.	1.995.022.625	746.251.086	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	33.600.000	8.232.000	24,50%
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	4.245.000	3.523.350	83,00%
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	61.610.000	30.188.900	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	10.749.497	4.407.293	41,00%
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	1.593.656	661.363	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	163.485.912	67.846.653	41,50%
Corporativo			
Vale S.A.	4.539.007.580	190.965.062	4,90%

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Redução de capital	Reclassificação para mantidos para venda	Reclassificação de ativo financeiro	Outros (ii)	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber (i)
Rumo										
Rhall Terminais Ltda.	5.654	1.716	–	(1.200)	–	–	–	–	6.170	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.464	(2.446)	–	–	–	–	–	–	6.018	–
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.468	8.826	–	(10.334)	–	–	–	–	15.960	–
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	–	(18.960)	(99.040)	–	–	–	217.738	–
Terminal XXXIX S.A.	53.136	28.247	–	(14.968)	–	–	–	–	66.415	–
Compass										
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	424.837	36.300	–	(57.956)	–	–	–	351	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	–	5.921	(19.238)	–	(401.984)	–	–	–	–
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	–	(24.525)	–	–	–	–	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	69.430	–	3.230	(5.466)	–	(67.194)	–	–	–	–
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	–	11.573	(13.676)	–	(183.880)	–	1.446	–	–
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	–	(70.916)	–	–	–	–	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	–	(14.497)	–	–	–	–	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	168.887	–	14.371	(13.118)	–	(170.140)	–	–	–	–
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	–	10.324	(8.492)	–	(69.656)	–	(624)	–	–
Corporativo										
Vale S.A.	–	96.075	–	–	–	–	16.274.081	(707.671)	15.662.485	–
Outros	7.183	11	–	–	–	–	–	(735)	6.459	39
	2.913.943	**350.399**	**45.419**	**(273.346)**	**(99.040)**	**(892.854)**	**16.274.081**	**(707.233)**	**17.611.369**	**35.836**

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A. (ii) O saldo de outros é composto principalmente pelo custo das ações vendidas da Vale S.A. no valor de R$701.575.

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Alienação de investimento	Acervo contribuído	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Dividendos a receber (i)
Rumo												
Rhall Terminais Ltda.	4.907	1.647	–	–	–	(900)	–	–	–	–	5.654	71
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.725	4.445	–	–	–	–	–	–	–	(706)	8.464	151
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.563	5.689	–	–	–	(5.784)	–	–	–	–	17.468	118
Elevações Portuárias S.A.	–	6.190	–	135.159	–	–	155.397	–	–	–	296.746	717
Terminal XXXIX S.A.	30.649	22.487	–	–	–	–	–	–	–	–	53.136	–
Compass												
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	–	19.931	–	–	–	(6.831)	–	–	411.737	–	424.837	44.121
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	–	–	19.094	–	–	(9.493)	–	–	405.700	–	415.301	8.300
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	–	34.885	–	–	–	(15.524)	–	–	608.468	–	627.829	16.214
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	–	–	9.015	–	–	(3.441)	–	–	63.856	–	69.430	3.202
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	–	–	6.717	–	–	(4.189)	–	–	182.009	–	184.537	–
CEG Rio S.A.	–	29.686	–	–	–	(16.542)	–	–	261.336	–	274.480	14.968
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	–	13.530	–	–	–	(6.160)	–	–	284.173	–	291.543	3.837
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	–	–	9.066	–	–	(8.390)	–	–	168.211	–	168.887	7.674
Gás de Alagoas S.A. - Algás	–	–	5.954	–	–	(2.985)	–	–	66.001	(522)	68.448	2.711
Radar												
Tellus Brasil Participações S.A.	142.798	128.860	–	–	–	(30.756)	–	58.806	(299.708)	–	–	–
Janus Brasil Participações S.A.	183.357	150.687	–	–	–	(35.559)	–	79.725	(378.210)	–	–	–
Corporativo												
TUP Porto São Luis S.A.	394.380	49	–	–	–	–	–	–	(393.579)	(850)	–	–
Outros	1.688	811	–	–	5.536	–	–	–	–	(852)	7.183	–
	780.067	**418.897**	**49.846**	**135.159**	**5.536**	**(146.554)**	**155.397**	**138.531**	**1.379.994**	**(2.930)**	**2.913.943**	**102.084**

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Rumo								
Rhall Terminais Ltda.	33.060	(12.491)	20.569	5.983	33.382	(14.534)	18.848	5.811
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	(444.748)	806.895	194.954	950.538	(243.797)	706.741	127.554
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	(268.730)	30.085	4.721	273.760	(231.119)	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	(73.216)	169.563	88.867	254.748	(78.657)	176.091	58.139
Terminal XXXIX S.A.	481.569	(326.731)	154.838	53.986	433.412	(388.882)	44.530	44.530
Compass								
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.208.959	(685.288)	523.671	96.866	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.118.237	(399.252)	718.985	153.217	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
CEG Rio S.A.	1.944.385	(1.326.484)	617.901	233.099	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	390.976	(193.298)	197.678	56.649	339.695	(164.774)	174.921	11.448
Corporativo								
Vale S.A.	423.626.000	(232.661.000)	190.965.000	39.940.000	–	–	–	–

9.2. Aquisição de Subsidiárias: Política contábil: Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer *goodwill* que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido. Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição: i. a valor justo; ou ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos preexistentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma. ***Mensuração dos valores justos:*** Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação. **Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a subsidiária Compass Comercialização realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R$247.152, sendo R$100.000 via aporte de capital, R$135.000 pagos em parcela única para os antigos acionistas controladores e R$12.152 referente a contraprestação contingente. A BVP é uma Companhia de capital fechado com sede no Brasil cujas atividades envolverão a purificação e tratamento de Biogás e de produção, movimentação e comercialização de Biometano. A subsidiária Compass Comercialização realizou a aquisição em linha com o objetivo de expansão do segmento de Marketing & Serviços, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente. Na avaliação realizada pela subsidiária Compass, o preço de aquisição foi alocado como contrato de fornecimento de biogás, contrato de comodato e licenças pelo valor justo de R$384.277. Os ativos intangíveis serão amortizados até 2045. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir:

Contraprestação transferida	**31/12/2023**
Aporte de capital	100.000
Transferência de caixa	135.000
Contraprestação contingente	12.152
Contraprestação transferida	**247.152**
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	100.341
Intangível	582.238
Fornecedores	(5)
Outras obrigações	(1)
IR e CS diferidos	(197.961)
Participação dos acionistas não controladores	(237.460)
Ativos líquidos e adquiridos	**247.152**
Contraprestação contingente	(12.152)
Rendimentos de aplicação financeira	341
Caixa recebido	(100.341)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	**135.000**

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição lucro líquido no montante de R$1.104, respectivamente geradas pela BVP. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2023, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaria um lucro líquido de R$ 2.826 (não auditada). A Administração para fins de procedimentos anuais avaliou os fatores da combinação de negócios e as estimativas utilizadas.

9.3. Participação de Acionistas não Controladores: Política contábil: As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários. A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Radar			
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	95.250.435	80,00%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	229.096.041	80,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.859.074	80,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	10.330.376	80,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	368.750	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	80.346.689	50,00%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	8.033.165	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	16.168.497	50,00%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	15.301.580	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	66.333.531	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	64.488.961	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	41.925.469	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%
Rumo			
Rumo S.A.	1.854.868.949	1.291.629.301	69,58%
Moove			
Cosan Lubes Investments Limited	34.963.764	10.489.129	30,00%
Corporativo			
Cosan Nove Participações S.A.	7.663.761.735	2.062.583.640	26,91%
Cosan Dez Participações S.A.	3.473.458.687	805.963.829	23,20%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de qualquer eliminação intragrupo.

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Reclassificação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Compass										
Comgás	27.151	11.419	–	–	444	(6.869)	–	–	–	32.145
Commit Gás S.A.	2.058.651	185.312	–	–	–	(309.324)	–	(372.030)	(109)	1.562.500
Norgás S.A.	–	–	–	–	–	–	–	372.030	–	372.030
Biometano Verde Paulínia S.A.	–	521	–	–	–	–	237.460	–	–	237.981
Compass Gás e Energia	782.583	192.358	–	–	132	(183.126)	–	–	(1.275)	790.672
Rumo										
Rumo S.A.	10.797.146	503.029	(12.250)	(9.280)	704	(122.165)	–	–	(52.595)	11.104.589
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	702.001	82.979	–	–	(78.742)	(15.346)	–	–	4.956	695.848
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	9	(2)	–	–	–	–	–	–	–	7
Cosan Nove Participações S.A.	2.634.310	338.315	–	32.732	(14.728)	(436.566)	–	–	12.956	2.567.019
Cosan Dez Participações S.A.	1.302.661	573.987	1	–	454	(372.772)	–	–	7.710	1.512.041
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	14.911	(1.969)	21.959	(12.622)	–	–	–	–	(22.279)	–
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	3.773.279	924.908	–	–	–	(74.830)	–	–	119.844	4.743.201
Tellus Brasil Participações S.A.	2.584.058	562.713	(18.400)	–	–	(40.531)	–	–	68.488	3.156.328
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	505.681	19.233	(5.004)	–	–	(47.377)	–	–	(289)	472.244
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	70.857	26.185	–	–	–	(30.319)	–	–	(8)	66.715
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	878.879	174.346	(1.902)	–	–	37.831	–	–	–	1.089.154
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	212.065	4.331	(7.275)	–	–	(4.677)	–	–	–	204.444
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	365.807	35.196	–	–	–	16.010	–	–	–	417.013
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	2.041	12.971	–	–	–	14.881	–	–	–	29.893
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	201.389	(3.141)	–	–	–	(415)	–	–	–	197.833
Terras da Ponte Alta S.A.	73.421	14.440	–	–	–	(3.610)	–	–	–	84.251
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	157.784	40.115	–	–	–	1.404	–	–	–	199.303
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	160.553	40.163	(1.151)	–	–	19	–	–	–	199.584
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	210.995	52.944	–	–	–	27.139	–	–	–	291.078
	27.516.232	**3.790.353**	**(24.022)**	**10.830**	**(91.736)**	**(1.550.643)**	**237.460**	**–**	**137.399**	**30.025.873**

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Aquisição de não controladores	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Compass										
Comgás	28.466	14.881	–	–	(16.926)	–	–	–	730	27.151
Commit Gás S.A.	–	107.593	–	–	(64.435)	–	–	2.015.493	–	2.058.651
Compass Gás e Energia	761.432	221.871	(78)	3.197	(201.024)	–	–	–	(2.815)	782.583
Sulgás	–	6.466	–	–	(26.701)	–	(888.450)	908.883	(198)	–
Rumo										
Rumo S.A.	10.527.777	357.642	(21.358)	2.061	(89.194)	–	–	–	20.218	10.797.146
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	683.143	145.981	–	(127.123)	–	–	–	–	–	702.001
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	14	(5)	–	–	–	–	–	–	–	9
Cosan Nove Participações S.A.	–	53.353	(1.416.657)	10.070	(12.434)	4.115.000	–	–	(115.022)	2.634.310
Cosan Dez Participações S.A.	–	14.965	(2.592.096)	5.073	(3.540)	4.000.000	–	–	(121.741)	1.302.661
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	6.549	(7.677)	16.039	–	–	–	–	–	–	14.911
Payly	2.602	(1.626)	–	–	–	–	–	–	(976)	–
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	–	(10.971)	–	–	–	–	(196.857)	3.981.107	–	3.773.279
Tellus Brasil Participações S.A.	–	8.531	–	–	–	–	(7.508)	2.583.035	–	2.584.058
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	2.900	–	–	–	–	4.975	497.806	–	505.681
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	(788)	–	–	–	–	(4.534)	76.179	–	70.857
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	–	246.698	–	108	(124.858)	–	–	–	756.931	878.879
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	–	34.002	–	–	(20.516)	–	–	–	198.579	212.065
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	–	97.035	–	–	(50.267)	–	–	–	319.039	365.807
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	–	8.000	–	–	(31.444)	–	–	–	25.485	2.041
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	–	53.686	–	–	(5.041)	–	–	–	152.744	201.389
Terras da Ponte Alta S.A.	–	39.890	–	–	(16.778)	–	–	–	50.309	73.421
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	–	58.604	–	–	(27.222)	–	–	–	126.402	157.784
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	–	46.793	–	–	(23.319)	–	–	–	137.079	160.553
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	–	77.819	–	–	(66.151)	–	–	–	199.327	210.995
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.102	69.200	(107.359)	11.143	(132.885)	–	–	–	(1.959.201)	–
	14.129.085	**1.644.843**	**(4.121.509)**	**(95.471)**	**(912.735)**	**8.115.000**	**(1.092.374)**	**10.062.503**	**(213.110)**	**27.516.232**

Balanço patrimonial resumido:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante										
Ativo	1.020.790	2.015	4.903	2.721	91.412	1.777.104	3.846.647	2.474.218	819.887	514.788
Passivo	(127.876)	(126.916)	(392)	(169.079)	(3.603)	(1.341.106)	(1.135.917)	(852.071)	(184.004)	(916.363)
Ativo circulante líquido	**892.914**	**(124.901)**	**4.511**	**(166.358)**	**87.809**	**435.998**	**2.710.730**	**1.622.147**	**635.883**	**(401.575)**
Não circulante										
Ativo	5.798.291	5.738.715	10.373.285	9.954.431	2.218.429	2.204.878	22.572.211	20.971.764	16.152.441	14.316.130
Passivo	–	–	–	–	–	(1.208.604)	(9.611.588)	(7.402.742)	(613.705)	(530.331)
Ativo não circulante líquido	**5.798.291**	**5.738.715**	**10.373.285**	**9.954.431**	**2.218.429**	**996.274**	**12.960.623**	**13.569.022**	**15.538.736**	**13.785.799**
Patrimônio líquido	**6.691.205**	**5.613.814**	**10.377.796**	**9.788.073**	**2.306.238**	**1.432.272**	**15.671.353**	**15.191.169**	**16.174.619**	**13.384.224**

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	–	–	–	–	–	3.842.981	1.013.446	984.597	743.411	834.616
Resultado antes dos impostos	1.396.633	63.578	1.005.640	194.522	207.982	485.729	769.233	633.164	2.820.202	1.556.155
Imposto de renda e contribuição social	(2.301)	–	(5.892)	–	–	11.665	(49.569)	(118.224)	(147.636)	(74.915)
Resultado do exercício	**1.394.332**	**63.578**	**999.748**	**194.522**	**207.982**	**497.394**	**719.664**	**514.940**	**2.672.566**	**1.481.240**
Outros resultados abrangentes	1.957	–	(54.731)	–	(262.473)	–	1.011	2.961	–	–
Resultados abrangente total	**1.396.289**	**63.578**	**945.017**	**194.522**	**(54.491)**	**497.394**	**720.675**	**517.901**	**2.672.566**	**1.481.240**
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	454	14.965	(14.728)	52.353	(78.742)	149.218	704	360.776	–	–
Dividendos pagos	372.772	–	571.261	–	–	150.000	122.231	35.733	530.576	948.967

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(176)	3	14.941	2	(359)	292.204	674.137	94.522	626.057	791.779
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	757.196	–	555.408	(19.217)	(5.683)	(41.004)	(175.273)	2.518.699	(30.681)	175.611
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(372.772)	2.011	(571.261)	21.936	7.976	(197.994)	445.843	(1.235.688)	(581.012)	(949.277)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**384.248**	**2.014**	**(912)**	**2.721**	**1.934**	**53.206**	**944.707**	**1.377.533**	**14.364**	**18.113**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.014	–	2.721	–	–	761.698	2.169.335	791.802	25.582	7.469
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–	(76)	–	–	–	–	–
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**386.262**	**2.014**	**1.809**	**2.721**	**1.858**	**814.904**	**3.114.042**	**2.169.335**	**39.946**	**25.582**

continua-★

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outro forma)*

10. Investimento em Controladas em Conjunto: Política contábil: Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. A Companhia, por meio da controlada Cosan Nove, possui investimento em *joint venture* demonstrado no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos pelo método de equivalência patrimonial, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Se aplicável, ajustes são feitos para alinhar quaisquer políticas contábeis diferentes que possam existir. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* está incluída na demonstração do resultado, resultado abrangente e no patrimônio líquido, respectivamente. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e sua *joint venture* são eliminados na proporção do investimento da Companhia na *joint venture*, exceto quando as perdas não realizadas evidenciam uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. O ágio decorrente da aquisição da *joint venture* é incluído como parte do investimento da Companhia na *joint venture* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. O investimento em *joint venture* é tratado como ativo não circulante e está demonstrado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável. Quando um investimento em uma *joint venture* é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com o CPC 31/IFRS 5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. Os movimentos no investimento em controladas em conjunto foi o seguinte:

	Raízen S.A.	Terminal Alvorada S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	100.197.076	
Quotas da investidora	4.557.597.117	50.098.538	
Percentual de participação direta	5,02%	50,00%	
Percentual de participação indireta (via Cosan Nove)	25,90%	–	
Total (i)	**30,92%**	**50,00%**	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**10.936.663**	–	**10.936.663**
Resultado de equivalência	(92.179)	–	(92.179)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.053.226	–	1.053.226
Dividendos	(676.354)	–	(676.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.221.356**	–	**11.221.356**
Resultado de equivalência (ii)	1.694.679	1.266	1.695.945
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.428)	–	(7.428)
Aumento de capital (iv)	–	47.300	47.300
Dividendos (iii)	(1.214.731)	–	(1.214.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.693.876**	**48.566**	**11.742.442**

Raízen S.A.: (i) O total de participação da Companhia na Raízen S.A. é composta por 5,02% de participação direta e 39,15% de participação indireta por meio da Cosan Nove. A porcentagem divulgada de 25,90% é referente ao benefício econômico calculado pelo resultado da participação da Cosan S.A. em sua subsidiária Cosan Nove de 66,16% multiplicado pela participação de 39,15%. Para as informações consolidadas da Companhia, as participações diretas e indiretas são somadas e o impacto referente à participação de acionistas não controladores na Cosan Nove é demonstrada na linha de resultado atribuído a acionistas não controladores. (ii) A Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R$3.765.456 relativos à Lei Complementar 192/22 e R$1.465.726 relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R$5.231.182, que impactou em R$1.617.481, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social. (iii) Valor proposto e destinado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos constituídos no período, no montante de R$906.534. A demonstração do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da controlada em conjunto Raízen S.A. estão divulgadas na nota explicativa 4 - Informações por segmento. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* do contrato que rege a *joint venture*. **Terminal Alvorada S.A.:** (iv) Em 07 de julho de 2023 a subsidiária Rumo S.A. aportou R$47.300 para formação da *joint venture* Terminal Alvorada S.A. junto à CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda. "CHS", cujo objetivo consiste em transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário. **11. Imobilizado, Intangível e Ágio, Ativos de Contrato, Direito de Uso e Propriedades para Investimentos: Política contábil: Redução ao valor recuperável:** O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superior a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa-chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo. **11.1. Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos. Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir do dia em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Equipamentos de informática	20%
Outros	10% - 20%

a) Reconciliação do valor contábil:

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.001.165**	**1.974.614**	**7.738.889**	**8.755.001**	**3.244.653**	**441.742**	**24.156.064**	**81.406**
Combinação de negócio	310.730	227.257	–	–	133.474	163.427	834.888	–
Adições	5.442	12.208	772	11.120	3.387.758	(2.253)	3.415.047	1.636
Baixas	(3.368)	(15.368)	(61.536)	(52)	(9.024)	(52.056)	(141.404)	(608)
Transferências (i)	182.504	141.379	316.211	1.650.431	(2.419.014)	32.921	(95.568)	(340)
Efeito de conversão de balanço	35.544	131.160	–	–	684	142.215	309.603	–
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	–	–	(23.444)	(5.043)	(953.553)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.135.403**	**1.942.798**	**7.994.336**	**10.416.500**	**4.315.087**	**720.953**	**27.525.077**	**82.094**
Adições	11.356	18.671	898	710	4.577.377	15.497	4.624.509	1.380
Baixas	(199.080)	(34.872)	(118.414)	(116.957)	(2.157)	(16.961)	(488.441)	–
Transferências (i)	281.621	196.158	821.701	2.552.077	(3.710.146)	33.451	174.862	(28)
Efeito de conversão de balanço	(11.626)	(23.492)	–	–	1.944	(13.668)	(46.842)	–
Ativos mantidos para venda	(89)	–	–	–	(396.150)	(535)	(396.774)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.217.585**	**2.099.263**	**8.698.521**	**12.852.330**	**4.785.955**	**738.737**	**31.392.391**	**83.446**
Valor de depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(618.618)**	**(882.542)**	**(2.842.050)**	**(3.115.641)**	**(13.379)**	**(35.281)**	**(7.507.511)**	**(28.399)**
Adições	(73.712)	(187.599)	(566.999)	(670.921)	–	(66.064)	(1.565.295)	(8.058)
Transferências (i)	–	8.170	51.591	8	–	53.031	112.800	407
Baixas	(16.135)	26.732	139	23.931	–	(514)	34.153	–
Efeito de conversão de balanço	(22.244)	(120.943)	–	–	–	(127.215)	(270.402)	–
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	–	–	–	4.008	619.614	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(522.048)**	**(749.237)**	**(3.357.319)**	**(3.762.623)**	**(13.379)**	**(172.035)**	**(8.576.641)**	**(36.050)**
Adições	(76.599)	(183.965)	(613.033)	(806.398)	–	(74.695)	(1.754.690)	(7.579)
Transferências (i)	(49.649)	5.476	(6.838)	(31.199)	–	(45)	(82.255)	–
Baixas	17.769	14.870	110.237	89.725	–	15.192	247.793	–
Efeito de conversão de balanço	3.536	4.684	–	–	–	3.775	11.995	–
Ativos mantidos para venda	40	937	–	–	–	404	1.381	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(626.951)**	**(907.235)**	**(3.866.953)**	**(4.510.495)**	**(13.379)**	**(227.404)**	**(10.152.417)**	**(43.629)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.613.355**	**1.193.561**	**4.637.017**	**6.653.877**	**4.301.708**	**548.918**	**18.948.436**	**46.044**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.590.634**	**1.192.028**	**4.831.568**	**8.341.835**	**4.772.576**	**511.333**	**21.239.974**	**39.817**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R$1.390.404 (R$745.203 em 31 de dezembro de 2022), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários. (ii) Transferências do imobilizado em decorrência da extinção antecipada e demais reclassificações dos referidos ativos. **b) Capitalização de custos de empréstimos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados na subsidiária Rumo foram de R$41.304 (R$86.614 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa de média de 12,30% a.a. (13,25%a.a. em 31 de dezembro de 2022), enquanto na subsidiária Compass os custos capitalizados foram R$ 98.214 a uma taxa média ponderada de 8,87% a.a. (R$62.365 e 6,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **11.2. Intangível e Ágio: Política contábil:** *a) Goodwill:* O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide Nota 9.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **b) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **c) Relacionamento com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. Os custos incorridos com a carteira de clientes e contratos de direito de uso e operação são reconhecidos como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato. **d) Direitos de concessão:** Algumas subsidiárias do grupo Cosan possuem contratos de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Estes contratos de concessão representam o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **e) Direitos de concessão da Rumo:** Os direitos de concessão da Rumo gerados na combinação de negócios da Rumo Malha Norte foram totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte são amortizados linearmente. **f) Autorização e licença portuária:** A subsidiária TUP possui uma licença que autoriza a instalação de um terminal portuário de uso privado para a qual não há prazo de extinção enquanto a propriedade estiver sendo operada com essa finalidade. Na aquisição dessa entidade, a Companhia alocou substancialmente o preço pago para essa autorização, classificado como intangível de vida útil indefinida, dado sua atividade fim. Conforme mencionado na nota 8, esse investimento foi reclassificado para ativos disponíveis para venda. **g) Contrato de fornecimento:** A subsidiária indireta Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e foi calculado a partir da data de início da operação. **h) Despesas subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **i) Amortização:** Exceto pelo *goodwill* e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

								Consolidado	Controladora
	Ágio	Direito de Concessão	Licenças	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Contrato de Fornecimento	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.132.817**	**19.616.524**	**379.182**	**66.640**	**1.604.067**	**509.053**	–	**23.308.283**	**15.731**
Adições	10.031	–	2.605	–	113.497	16.622	–	142.755	835
Combinação de negócio	402.055	2.508.558	436.594	98.382	1.062.832	388	–	4.508.809	–
Baixas	–	(57.723)	–	–	(19)	579	–	(57.163)	–
Transferências (i)	–	837.788	(1.911)	–	(6)	61.295	–	897.166	340
Efeito de conversão de balanço	(21.909)	–	771	(1.099)	47.613	(2.110)	–	23.266	–
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	–	–	(26.169)	–	(411.642)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.460.072**	**22.899.744**	**500.093**	**163.923**	**2.827.984**	**559.658**	–	**28.411.474**	**16.906**
Adições	4.731	–	–	–	121.806	67.600	–	194.137	5.422
Baixas	–	(62.272)	–	–	(64)	(2.075)	–	(64.411)	–
Transferências (i)	–	1.460.012	183.996	–	(219.318)	14.067	–	1.438.757	28
Efeito de conversão de balanço	(42.012)	–	(4.451)	(8.443)	(97.642)	5.315	–	(147.233)	–
Ativos mantidos para venda	(30.817)	–	(436.594)	–	(1.819)	(17.060)	–	(486.290)	–
Combinação de Negócio	–	–	–	–	–	7.875	574.363	582.238	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.391.974**	**24.297.484**	**243.044**	**155.480**	**2.630.947**	**635.380**	**574.363**	**29.928.672**	**22.356,00**
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	–	**(3.910.259)**	**(167.287)**	**(9.201)**	**(1.028.608)**	**(411.430)**	–	**(5.526.785)**	**(13.927)**
Adições	–	(773.765)	(8.879)	–	(164.843)	(35.667)	–	(983.154)	(732)
Baixas	–	25.658	–	–	1	(155)	–	25.504	–
Transferências (i)	–	–	–	–	–	(60)	–	(60)	–
Efeito de conversão de balanço	–	–	(771)	–	22.956	(2.838)	–	19.347	–
Baixa por alienação de investimento	–	5.403	157.743	–	–	12.470	–	175.616	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	**(4.652.963)**	**(19.194)**	**(9.201)**	**(1.170.494)**	**(437.680)**	–	**(6.289.532)**	**(14.659)**
Adições	–	(861.103)	(6.969)	–	(196.995)	(28.436)	–	(1.093.503)	(834)
Baixas	–	37.148	–	–	2	71	–	37.221	–
Transferências (i)	–	–	(37.209)	–	75.265	19.873	–	57.929	–
Efeito de conversão de balanço	–	–	156	–	2.453	1.526	–	4.135	–
Ativos mantidos para venda	–	–	–	–	1.213	4.152	–	5.365	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	**(5.476.918)**	**(63.216)**	**(9.201)**	**(1.288.556)**	**(440.494)**	–	**(7.278.385)**	**(15.493)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.460.072**	**18.246.781**	**480.899**	**154.722**	**1.657.490**	**121.978**	–	**22.121.942**	**2.247**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.391.974**	**18.820.566**	**179.828**	**146.279**	**1.342.391**	**194.886**	**574.363**	**22.650.287**	**6.863**

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela de R$103.084 do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro (R$35.057, exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **a) Métodos de amortização e vidas úteis:**

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2023	31/12/2022
Direitos de Concessão:			
Compass (i)	De 3,54% a 4,58%	12.307.964	11.614.163
Rumo (ii)	1,59%	6.512.602	6.632.618
		18.820.566	**18.246.781**
Licenças e autorizações:			
Licença de operação portuário	3,70%	47.610	44.305
Moove	5,00%	132.218	139.905
Licenças e autorizações (iii)	Indefinida	–	436.594
		179.828	**620.804**
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	47.015	47.929
Petrochoice (iii)	Indefinida	96.826	104.354
Tirreno (iii)	Indefinida	2.438	2.439
		146.279	**154.722**
Relacionamentos com clientes:			
Compass	20,00%	280.111	285.423
Moove (iii)	5% a 30%	1.062.280	1.227.588
Outros		–	4.574
		1.342.391	**1.517.585**
Contrato de fornecimento			
Compass	5,00%	574.363	–
		574.363	–
Outros			
Licença de software	20,00%	90.162	65.108
Outros	20,00%	104.724	56.870
		194.886	**121.978**
Total		**21.258.314**	**20.661.870**

(i) Ativo intangível da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos da concessão; (ii) Refere-se ao contrato de concessão de ferrovia da Rumo. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079; (iii) Autorização para: (i) instalação de atividade de terminal portuário; exploração da instalação portuária pela subsidiária TUP Porto São Luís; (ii) soluções de lubrificação e controle de contaminação, (iii) produção e comercialização de óleos lubrificantes, aditivos e fluidos. **b) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida:** Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio e intangíveis de vida útil indefinida alocadas a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações
UGC Moove	1.254.253	146.279	–	1.296.266	154.722	–
UGC Compass	100.192	–	–	100.192	–	–
UGC Rumo	37.529	–	–	37.529	–	–
UGC Cosan corporativo	–	–	–	26.085	–	436.594
	1.391.974	**146.279**	–	**1.460.072**	**154.722**	**436.594**

Em geral, as projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia aplicam taxas de crescimento de 3,50% (2,70% em 2022), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em particular. Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa antes de impostos para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, foram entre 11,80% e 12,40% (entre 10,10% e 24,80% em 2022). As principais premissas para o primeiro do modelo financeiro, consideram a inflação e o PIB por região onde a UGC está localizada mais as estratégias e oportunidades de mercado do Grupo Cosan. As principais premissas consideradas para os anos restantes do modelo estão relacionadas à inflação e ao crescimento do mercado do setor. A taxa de desconto utilizada é o custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital*), ou "WACC", para o qual as principais premissas são: taxa livre de risco (taxa de retorno de um investimento sem risco de perda), prêmio de risco de mercado (retorno excedente obtido por um investimento no mercado de ações com uma taxa livre de risco) e a inflação. A maioria das premissas são obtidas de fontes externas de informação. Os fluxos de caixa futuros foram construídos considerando: (i) *EBITDA* para a unidade geradora de caixa, ajustado por outros itens de caixa operacionais relevantes e despesas de capital recorrentes; (ii) a taxa de desconto do Grupo Cosan (WACC) antes dos impostos; e (iii) uma taxa de crescimento calculada usando o índice de inflação por região. O teste anual de *impairment*, utilizou premissas das quais listamos algumas:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	3,51%
Inflação (BR)	3,76%
Inflação (US)	2,00%
Inflação (UK)	2,00%
Prêmio de risco país (BR)	4,40%
Prêmio de risco país (UK)	0,88%
Prêmio de risco país (ARG)	17,55%
Prêmio de risco mercado	4,60%
Alíquota de tributo (BR)	34,00%
Alíquota de tributo (UK)	19,00%
Alíquota de tributo (ARG)	30,00%

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida. Portanto, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ágio e ativos de vida útil indefinida e definida foi reconhecida em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **11.3. Ativo de Contrato: Política contábil:** Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A vida útil é reavaliada sempre que o período de amortização exceder o prazo do contrato de concessão. Uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Compass	Moove	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**684.970**	**21.012**	**705.982**
Adições	1.217.818	10.823	1.228.641
Baixas	–	(25.156)	(25.156)
Combinação de negócios	87.735	–	87.735
Transferências (i)	(880.188)	1.701	(878.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.110.335**	**8.380**	**1.118.715**
Adições	1.494.142	33.952	1.528.094
Baixas	–	(31.648)	(31.648)
Transferências (i)	(1.563.056)	–	(1.563.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.041.421**	**10.684**	**1.052.105**

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R$126.522 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$109.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), por meio da capitalização de mão de obra. **a) Compromissos de investimento:** A subsidiária indireta Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, estimado até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional superam R$20.000.000. além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R$3.000.000. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, para cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. As demais distribuidoras que operam em outro estado não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão. **b) Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária indireta Comgás capitalizou R$82.441 a uma taxa média ponderada de 12,70% a.a. (R$70.884 a 12,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária indireta Sulgás capitalizou R$973 a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R$217 a 4,10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **11.4 Direito de Uso:** Política contábil: O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A subsidiária Rumo, avaliou suas concessões ferroviárias no âmbito da interpretação IFRIC 12/CPC 01 Contratos de Concessão e, por não atender os termos dentro do alcance dessa interpretação, registrou seus contratos de concessão como direito de uso.

	Consolidado								Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**254.883**	**142.449**	**938.610**	**87.028**	**29.099**	–	**7.800.313**	**9.252.382**	**49.529**
Combinação de negócios	116.919	2.693	–	–	43	–	–	119.655	–
Adições (i)	91.799	73.317	1.006	–	4.561	–	111.457	282.140	541
Reajustes contratuais	9.008	52.972	3.480	(1.079)	1.540	–	155.734	221.655	3.092
Baixas	(24.005)	(724)	–	–	(218)	–	(106.363)	(131.310)	(15.261)
Efeito de conversão de balanço	5.114	(2.237)	–	–	(282)	–	–	2.595	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**453.718**	**268.470**	**943.096**	**85.949**	**34.743**	–	**7.961.141**	**9.747.117**	**37.901**
Adições (i)	81.911	233.155	–	–	25.541	1.533.969	45.271	1.919.847	–
Reajustes contratuais	17.917	3.426	332	–	–	–	96.257	117.932	4.754
Baixas	(25.110)	(7.084)	–	–	–	–	(6.384)	(38.578)	–
Transferências	–	34.742	–	–	–	–	–	34.742	–
Efeito de conversão de balanço	(11.347)	(11.589)	–	–	(120)	–	–	(23.056)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**517.089**	**521.120**	**943.428**	**85.949**	**60.164**	**1.533.969**	**8.096.285**	**11.758.004**	**42.655**
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(67.919)**	**(29.258)**	**(399.218)**	**(16.959)**	**(15.125)**	–	**(776.636)**	**(1.305.115)**	**(15.358)**
Adições	(65.254)	(81.349)	(34.990)	(4.015)	(7.713)	–	(267.094)	(460.415)	(5.146)
Baixas	6.099	710	–	–	943	–	20.535	28.287	5.635
Efeito de conversão de balanço	1.577	1.246	–	–	172	–	–	2.995	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(125.497)**	**(108.651)**	**(434.208)**	**(20.974)**	**(21.723)**	–	**(1.023.195)**	**(1.734.248)**	**(14.869)**
Adições	(74.850)	(47.435)	(34.347)	(4.380)	(13.128)	(38.349)	(320.280)	(532.769)	(5.586)
Baixas	10.166	1.151	–	–	–	–	–	11.317	–
Efeito de conversão de balanço	2.913	8.187	–	–	114	–	–	11.214	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(187.268)**	**(146.748)**	**(468.555)**	**(25.354)**	**(34.737)**	**(38.349)**	**(1.343.475)**	**(2.244.486)**	**(20.455)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**328.221**	**159.819**	**508.888**	**64.975**	**13.020**	–	**6.937.946**	**8.012.869**	**23.032**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**329.821**	**374.372**	**474.873**	**60.595**	**25.427**	**1.495.620**	**6.752.810**	**9.513.518**	**22.200**

(i) A adição do exercício é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FRSU") conforme nota 2.

11.5. Propriedades para Investimentos: Política contábil: As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado à data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado. A receita da venda de propriedades agrícolas não é reconhecida no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável; (iii) a receita possa ser mensurada de forma confiável; e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento na propriedade. Ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas. O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT"). Taxas de desconto variam entre 11.12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,20% a.a. e 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos, e é periodicamente, revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

	Propriedades para investimentos
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**3.886.696**
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.311.691
Combinação de negócios	9.209.626
Adições	17.477
Transferências	(322.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.103.060**
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	2.259.924
Adições	58.506
Transferências (i)	(444.782)
Baixas	(582)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.976.126**

(i) Transferências para o grupo de propriedades mantidas para venda conforme nota explicativa 8, decorrente das propostas de venda das Fazendas Grão de Ouro e Dourados (Tellus Brasil Participações S.A.); Fazenda Santa Rita Cana (Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.); Gleba Macaé (Radar II Propriedades Agrícolas S.A.). **12. Compromissos:** Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R$ 44.057.687, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034. Os contratos de subconcessão em que a subsidiária Rumo, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durantes o prazo do contrato. Podemos destacar: (i) O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 26,99% até a data do balanço. (ii) O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R$645.573. Em 31 de dezembro de 2023, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 96,41%. **13. Concessões a Pagar: Política contábil:** São registrados nessa conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de "passivos de arrendamentos". Posteriormente os valores são corrigidos por SELIC. São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por SELIC até o pagamento. Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão ("Concessões e Outorgas"), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 11.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.206.945	1.957.149
	2.206.945	**1.957.149**
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.067.256	1.138.076
	1.067.256	**1.138.076**
Concessões:		
Rumo Malha Sul S.A.	76.191	81.112
Rumo Malha Paulista S.A.	190.282	156.497
Rumo Malha Central S.A.	24.699	18.576
	291.172	**256.185**
Total	**3.565.373**	**3.351.410**
Circulante	250.971	256.759
Não circulante	3.314.402	3.094.651
	3.565.373	**3.351.410**

a) Arrendamento e concessão em litígio: Em 21 de julho de 2020, a subsidiária Rumo protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("Processo de Relicitação"), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Rumo Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal. Os depósitos judiciais relativos às ações acima totalizam R$26.064 em 31 de dezembro de 2023. (R$24.125 em 31 de dezembro de 2022). **b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no escopo do CPC 06 R2/IFRS 16:**

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	452.701	542.996
Rumo Malha Paulista S.A.	422.173	539.900
Rumo Malha Oeste S.A.	131.038	185.324
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	–	11.658
	1.005.912	**1.279.878**
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	919.011	732.727
Rumo Malha Central S.A.	940.456	792.374
	1.859.467	**1.525.101**
Total	**2.865.379**	**2.804.979**
Circulante	**358.464**	**350.719**
Não circulante	**2.506.915**	**2.454.260**
	2.865.379	**2.804.979**

14. Outros Tributos a Pagar: Política contábil: A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de débitos tributários	211.226	202.140	217.348	208.760
ICMS	–	43	190.474	271.688
COFINS	96.905	48.982	177.720	246.501
PIS	12.951	2.579	27.073	43.524
Encargos previdenciários	62.249	29.416	87.214	42.186
IRRF	–	–	14.133	14.553
Outros	2.082	6.676	122.998	86.517
	385.413	**289.836**	**836.960**	**913.729**
Circulante	226.556	141.216	673.718	760.041
Não circulante	158.857	148.620	163.242	153.688
Total	**385.413**	**289.836**	**836.960**	**913.729**

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
de 13 a 24 meses	–	1.599	881	2.255
de 25 a 36 meses	–	–	572	656
de 37 a 48 meses	–	–	572	656
de 49 a 60 meses	–	–	572	656
acima de 60 meses	158.857	147.021	160.645	149.465
	158.857	**148.620**	**163.242**	**153.688**

15. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, usando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido na controladora depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. A Companhia e suas subsidiárias estão comprometidas com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e letra das leis e regulamentos dos países onde realizam negócios. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(146.352)**	**(24.021)**	**(1.738.675)**	**(901.893)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	825.704	1.226.979	672.947	122.238
Resultado de empresas no exterior	(44.101)	(28.539)	(62.870)	(16.973)
Lucro da exploração	–	–	279.941	197.307
Transações com pagamento baseado em ações	–	(73)	–	(73)
Juros sobre capital próprio	(22.709)	(66.544)	(191.763)	(26.058)
Efeito amortização do ágio	–	–	1.271	–
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	–	–	(16.787)	(13.788)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	–	–	(308.358)	(228.579)
Benefício ICMS - extemporâneo	–	–	5.506	345.067
Benefício ICMS - período corrente	–	–	68.409	242.694
Receita de dividendos (i)	–	–	254.260	–
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo (ii)	–	–	(307.099)	–
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo - juros e multa (ii)	–	–	100.731	–
Selic sobre indébito	16.203	11.206	147.741	22.103
Diferencial de alíquota (iv)	–	–	805.725	446.293
Benefício adesão Programa Litígio Zero (iii)	19.710	–	23.276	–
Outros	(165)	(30.805)	(8.681)	(69.934)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**648.290**	**1.088.203**	**(274.426)**	**118.404**
Taxa efetiva - %	**150,61%**	**1540,29%**	**(5,37%)**	**4,46%**

(i) Refere-se aos dividendos recebidos da Vale S.A. (ii) A partir do 1º trimestre de 2021, as subsidiárias Comgás e Moove passaram a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS. A subsidiária Comgás se vale da redução de base de cálculo de ICMS no

continua ★

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Estado de São Paulo, nos termos do art. 8º do Anexo II do Regulamento de ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000, com redação dada pelos Decretos Estaduais nos 62.399/2016 e 67.383/2022. As saídas de gás natural dentro do Estado de São Paulo estão sujeitas ao ICMS pela alíquota efetiva de 15% ao invés da alíquota geral de 18%. Já a subsidiária Moove, faz uso de diferimentos de ICMS previstos pelo art. 44, Livro IV do RICMS/RJ1 e pelo art. 1º do Decreto 44.637/2014, na aquisição interna e na importação de óleo básico, insumo para a produção de óleo lubrificante. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, fundamentado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais como redução de base de cálculo de ICMS não podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R$1.370.304 (R$1.074.989 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R$138.526 de juros e R$156.790 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R$1.681.795 (R$1.122.358 principal, R$281.565 multa e R$277.871 juros), que engloba também as autuações recebidas para o exercício de 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema. Com a regulamentação da parte referente aos débitos não autuados, através da IN 2.184/2024, a Companhia irá seguir os procedimentos administrativos para a efetiva liquidação desse montante, e aguarda a regulamentação da parcela referente aos débitos autuados, para concluir a quitação do passivo. Por conta do desconto concedido, houve um estorno de passivo no montante de R$1.345.435 e o saldo do passivo atualizado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$336.359 (R$224.472 principal, R$56.312 multa e R$55.574 juros). (iii) Adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("Litígio Zero"), (Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 01/2023), conforme definido no art. 11 § 12 da Lei 13.988/2020, que estabelece os requisitos e condições para as transações resolutivas de litígio com a Fazenda Pública. (iv) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	945.685	697.179	2.714.998	2.244.654
Base negativa de contribuição social	340.981	251.519	929.055	809.556
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.165.734	1.299.577	1.292.954	1.701.529
Provisão para demandas judiciais	95.780	78.190	218.881	204.303
Provisão *impairment* (Rumo Malha Oeste)	–	–	27.072	34.469
Obrigação de benefício pós-emprego	–	–	150.336	152.373
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	–	–	34.511	31.880
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	73.641	70.815
Transações com pagamento baseado em ações	64.065	26.846	157.825	82.480
Arrendamentos	2.497	2.493	161.840	167.962
Resultado não realizado com derivativos	165.978	–	823.286	674.554
Provisões de participações no resultado	36.020	18.322	159.994	124.833
Combinação de negócios - Intangível	–	–	124.379	119.060
Combinação de negócios - Imobilizado	–	–	24.795	36.535
Selic sobre indébito	–	77.645	–	100.264
Provisões diversas	–	196.671	691.162	581.059
Diferido sobre resultado pré-operacional	–	–	87.454	14.009
Conta corrente regulatória	–	–	6.661	4.843
Outros	208.331	1.607	391.444	488.299
Total	**3.032.056**	**2.657.034**	**8.070.286**	**7.643.477**
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	–	–	(195.232)	–
Provisão para demandas judiciais	–	–	(408)	–
Revisão de vida útil	–	–	(456.093)	(401.926)
Combinação de negócios - Imobilizado	–	–	(148.872)	(76.263)
Ágio fiscal amortizado	–	–	(618.758)	(359.100)
Resultado não realizado com derivativos	–	(249.206)	(299.965)	(226.243)
Ajuste valor justo sobre dívidas	–	–	(281.784)	(548.726)
Títulos e valores mobiliários	–	–	(77.437)	(1.150.916)
Propriedades para investimento	–	–	(455.773)	(391.382)
Bens destinados a venda	–	–	(10.546)	–
Juros capitalizados	–	–	–	(108.616)
Efeitos na formação da controlada em conjunto	(103.992)	(106.254)	(103.992)	(106.254)
Combinação de negócios - Intangível	–	–	(4.426.881)	(4.486.211)
Obrigação pós-emprego	–	–	(4.641)	(4.594)
Arrendamentos	–	495	(10.034)	(11.797)
Provisões	–	815	(449.153)	(79.092)
Outros[i]	(449.153)	(445.264)	(147.120)	(687.601)
Total	**(553.145)**	**(799.414)**	**(7.686.689)**	**(8.638.721)**
Total de tributos diferidos registrados	**2.478.911**	**1.857.620**	**383.597**	**(995.244)**
Diferido ativo[ii]	2.478.911	1.857.620	5.609.030	4.474.124
Diferido passivo	–	–	(5.225.433)	(5.469.368)
Total diferido, líquido	**2.478.911**	**1.857.620**	**383.597**	**(995.244)**

[i] Refere-se principalmente à perda fiscal reconhecida na contribuição de capital em empresa controlada. [ii] Do montante total do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo consolidado, R$1.869.877 corresponde ao saldo da subsidiária Rumo S.A. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo, e a expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	98.926	808.979
1 a 2 anos	1.006.146	1.308.994
2 a 3 anos	81.466	384.929
3 a 4 anos	567.216	823.923
4 a 5 anos	65.210	328.555
5 a 8 anos	312.183	950.882
8 a 10 anos	347.764	1.002.768
	2.478.911	**5.609.030**

Imposto de renda e contribuição social diferidos não ativados: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imposto de renda e contribuição social ativo não reconhecido é de R$2.678.299 e refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da subsidiária Rumo S.A., das subsidiárias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferido pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários. **c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:**

Controladora

Ativo

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**721.109**	**34.986**	–	**268.874**	**1.998**	**1.559.777**	**2.586.744**
Impacto no resultado do exercício	227.589	10.182	–	12.972	495	9.876	261.114
Reconhecidos no patrimônio líquido	–	–	–	–	–	(8.269)	(8.269)
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	(182.555)	(182.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**948.698**	**45.168**	–	**281.846**	**2.493**	**1.378.829**	**2.657.034**
Impacto no resultado do exercício	337.968	54.917	165.978	(179.081)	4	129.079	508.865
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	(133.843)	(133.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.286.666**	**100.085**	**165.978**	**102.765**	**2.497**	**1.374.065**	**3.032.056**

Passivo

	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(602.673)**	**(748.873)**	**(457.512)**	**(1.809.058)**
Impacto no resultado do exercício	496.419	499.667	13.558	1.009.644
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(106.254)**	**(249.206)**	**(443.954)**	**(799.414)**
Impacto no resultado do exercício	2.262	249.206	(8.762)	242.706
Outros resultados abrangentes	–	–	3.563	3.563
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(103.992)**	–	**(449.153)**	**(553.145)**
Total impostos diferidos reconhecidos				**2.478.911**

Consolidado

Ativo

	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.367.707**	**160.082**	**148.338**	**688.972**	**189.890**	–	**111.590**	**2.024.834**	**5.691.413**
Impacto no resultado do exercício	686.503	(7.709)	58.975	233.554	(21.928)	674.554	7.470	299.687	1.931.106
Reconhecidos no patrimônio líquido	–	–	–	–	–	–	–	(13.071)	(13.071)
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	–	–	34.029	34.029
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.054.210**	**152.373**	**207.313**	**922.526**	**167.962**	**674.554**	**119.060**	**2.345.479**	**7.643.477**
Impacto no resultado do exercício	589.841	(2.037)	110.506	122.741	(6.122)	148.732	5.319	(133.596)	835.384
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	–	–	(408.575)	(408.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.644.051**	**150.336**	**317.819**	**1.045.267**	**161.840**	**823.286**	**124.379**	**1.803.308**	**8.070.286**

Passivo

	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Obrigações de benefícios pós emprego	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Arrendamentos	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(602.673)**	–	**(3.492.345)**	**(1.028.058)**	**(350.110)**	**(126.174)**	**(3.219)**	**(11.427)**	**(843.835)**	**(6.457.841)**
Impacto no resultado do exercício	496.419	(4.594)	369.455	807.391	(51.816)	(355.946)	(8.578)	(67.665)	(1.784.407)	(599.741)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(5.576)	–	–	–	–	(1.469)	(7.045)
Combinação de negócios	–	–	(1.363.321)	–	–	(66.606)	–	–	(144.167)	(1.574.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(106.254)**	**(4.594)**	**(4.486.211)**	**(226.243)**	**(401.926)**	**(548.726)**	**(11.797)**	**(79.092)**	**(2.773.878)**	**(8.638.721)**
Impacto no resultado do exercício	2.262	(47)	59.330	(73.722)	(54.167)	200.336	1.763	(370.469)	1.178.542	943.828
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(58.402)	(58.402)
Passivos disponíveis para venda	–	–	–	–	–	66.606	–	–	–	66.606
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(103.992)**	**(4.641)**	**(4.426.881)**	**(299.965)**	**(456.093)**	**(281.784)**	**(10.034)**	**(449.561)**	**(1.653.738)**	**(7.686.689)**
Total impostos diferidos reconhecidos										**383.597**

16. Provisão para Demandas e Depósitos Judiciais: Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em relação a:

Provisão para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	272.063	227.481	813.732	747.647
Cíveis, ambientais e regulatórias	73.744	53.835	512.979	662.052
Trabalhistas	55.286	68.041	387.692	391.487
	401.093	**349.357**	**1.714.403**	**1.801.186**

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	373.779	327.354	652.236	585.988
Cíveis, ambientais e regulatórias	16.126	15.644	114.724	92.411
Trabalhistas	13.584	17.565	128.941	136.045
	403.489	**360.563**	**895.901**	**814.444**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

Controladora

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**164.652**	**123.420**	**73.787**	**361.859**
Provisionado no exercício	42.295	20.386	4.332	67.013
Baixas por reversão/pagamento	(31.243)	(86.308)	(15.821)	(133.372)
Atualização monetária [i]	51.777	(3.663)	5.743	53.857
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**227.481**	**53.835**	**68.041**	**349.357**
Provisionado no exercício	17.579	29.080	2.899	49.558
Baixas por reversão/pagamento	(3.180)	(20.768)	(15.469)	(39.417)
Atualização monetária [i]	30.183	11.597	(185)	41.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**272.063**	**73.744**	**55.286**	**401.093**

Consolidado

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**647.610**	**585.034**	**411.417**	**1.644.061**
Provisionado no exercício	71.063	159.758	153.789	384.610
Baixas por reversão/pagamento	(56.447)	(238.912)	(225.044)	(520.403)
Efeito de conversão	3.994	15.786	52	19.832
Atualização monetária [i]	81.427	140.386	51.273	273.086
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**747.647**	**662.052**	**391.487**	**1.801.186**
Provisionado no exercício	44.812	105.526	113.151	263.489
Baixas por reversão/pagamento	(33.427)	(258.021)	(168.160)	(459.608)
Transferência	–	3.793	607	4.400
Atualização monetária [i]	54.700	(371)	50.607	104.936
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**813.732**	**512.979**	**387.692**	**1.714.403**

[i] Inclui baixa de juros por reversão. A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes. **a) Perdas prováveis: Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compensação com FINSOCIAL [i]	–	–	326.220	312.721
INSS [ii]	77.254	72.389	100.149	98.657
Crédito de ICMS [iii]	99.864	63.093	174.860	125.723
PIS e COFINS	32.832	27.954	33.244	30.446
IPI	56.638	54.430	63.358	60.852
IRPJ e CSLL	1.102	1.065	10.698	11.676
Outros	4.373	8.550	105.203	107.572
	272.063	**227.481**	**813.732**	**747.647**

[i] Compensação de FINSOCIAL com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003 nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa. [ii] Montante provisionado à título de INSS representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O *leading case* - RE 611.601 (tema 281) foi julgado de forma desfavorável pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade do art. 22-A da Lei nº 8.212/91. [iii] ICMS exigido pelo Estado de São Paulo decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, assim como os recursos que se seguiram; e autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo classificados como "uso e consumo", que não gerariam direito ao crédito. • **Processos trabalhistas:** a Companhia e suas subsidiárias integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando adicionais à remuneração e indenizações. Adicionalmente, a Companhia tem ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho sobre o suposto descumprimento de normas trabalhistas, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Para alegações julgadas procedentes, a Companhia firmou Termos de Ajustamento de Conduta junto às autoridades brasileiras. • **Processos cíveis, ambientais e regulatório:** A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Civis Públicas e Processos Administrativos que individualmente não são relevantes, onde segundo a avaliação de seus advogados o risco de perda é provável. **b) Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	4.934.309	5.034.867	15.703.294	16.079.589
Cíveis, ambientais e regulatórias	1.045.171	1.015.125	7.166.011	6.597.105
Trabalhistas	9.168	23.972	805.222	782.080
	5.988.648	**6.073.964**	**23.674.527**	**23.458.774**

Tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Multa isolada - Tributos federais [i]	–	–	792.496	762.613
IRPJ/CSLL [ii]	1.280.245	1.296.481	6.316.155	6.297.550
ICMS - Imposto sobre circulação demercadorias [iii]	1.205.621	1.264.685	2.962.716	2.987.853
IRRF [iv]	–	1.389	1.226.223	1.366.268
PIS e COFINS [v]	1.286.634	1.322.277	2.293.933	2.556.050
MP 470 parcelamento de débitos [vi]	232.104	246.000	381.060	388.166
Plano de Opção de Compra de Ações	–	–	60.863	68.846
IOF s/ Mútuo [vii]	–	–	154.606	149.323
Compensação com crédito prêmio [viii]	143.322	138.753	143.322	138.753
IPI - Imposto sobre produtos industrializados [ix]	233.464	227.184	374.471	374.274
INSS	79.019	90.049	159.007	161.037
Outros	473.900	448.049	838.442	828.856
	4.934.309	**5.034.867**	**15.703.294**	**16.079.589**

[i] Dentre as demandas relacionadas à multa isolada, há autuação decorrente de desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos. [ii] A Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019. [iii] As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, (a) à glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel; bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas (declarados inidôneos), dentre outras; (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação;(d) divergência na aplicação de legislação de regência de operações com substituição tributária; e (e) aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO. [iv] Cobrança de IRRF sobre (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de swap. [v] Glosas de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos. [vi] Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais indeferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos. [vii] Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à (a) contas correntes mantidas por subsidiárias da Companhia e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo. [viii] Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil. [ix] Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizadas na fabricação de produtos imunes. Com exceção do efeito indicado na nota 15.a, item (ii), não identificamos outros efeitos da IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar significativamente as políticas contábeis da Companhia e suas subsidiárias e essas demonstrações financeiras anuais. **Cíveis, ambientais e regulatórias:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	983.867	972.966	3.184.240	3.336.284
Ambientais	60.549	42.159	2.330.683	1.764.671
Regulatórios	755	–	1.651.088	1.496.150
	1.045.171	**1.015.125**	**7.166.011**	**6.597.105**

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos na esfera cível, ambiental e regulatória cujo prognóstico de perda é possível. No cível, a carteira de processos é composta em sua maioria de demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual. No ambiental, os processos versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e a ações civis públicas. **Cíveis:** [i] A Companhia litiga em ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por Alexandre Saddy Chade e outros, onde requerem a condenação da Companhia e demais réus ao pagamento de supostos honorários advocatícios que seriam devidos aos autores e que importariam em valores próximos a R$366.110. O processo aguarda julgamento de Recurso de Apelação dos Autores e Recurso Adesivo da Companhia no qual pretende a majoração da condenação em verbas sucumbenciais. [ii] A subsidiária Moove é parte em um processo movido por Petroleum Comércio e Representações Ltda., em que se busca a condenação da companhia ao pagamento de danos materiais, lucros cessantes e multa, sob alegação de inadimplemento contratual. Este processo envolve um valor total de R$160.508. Aguarda-se o julgamento de mérito em primeira instância. [iii] A subsidiária indireta Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia. realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível. [iv] Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a subsidiária Rumo ao pagamento de multa no valor atualizado de R$339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R$31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível. [v] A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R$137.210. **Ambientais:** [vi] A subsidiária Moove, foi citada no último ano, na Ação Civil Pública que visa o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da Companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACP's em face de diferentes empresas e o valor original atribuído pelo Ministério Público é de R$365.318. A ação foi extinta em novembro de 2023, por ausência das condições da ação com trânsito em julgado, tendo o processo sido arquivado em fevereiro/2024. [vii] A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R$221.256. [viii] A subsidiária indireta Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R$ 106.120. **Regulatórios:** [ix] A subsidiária indireta Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R$176.867. [x] A subsidiária indireta Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, cujo valor dos pedidos somam R$356.284, para a qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Aguarda-se julgamento de recurso da União. **Trabalhista:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reclamações trabalhistas	9.168	23.972	805.222	782.080
	9.168	**23.972**	**805.222**	**782.080**

A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, atualmente é parte em uma Ação Civil Pública que tramita perante a Justiça do Trabalho. Esse processo teve origem em fiscalização realizada em face da empresa MS Teixeira, que foi subcontratada pela Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia") que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão. A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela condição desses empregados, incluindo responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus subcontratados. Foram realizadas pela Prumo Engenharia as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, que foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, destacando-se que não houve qualquer participação da Rumo nesses atos. Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. Não obstante o exposto, O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a subsidiária em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R$15.000. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas a condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso da União não foi conhecido. Trânsito em julgado da homologação do acordo em 08/11/23. Processo remetido para origem. **17. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Política contábil:** Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social. As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas dentro de Transações de capital, tais como pagamento baseado em ações e mudanças de participação em subsidiárias. O capital subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$8.682.544 (R$8.402.544 em 31 de dezembro de 2022), inteiramente integralizado, representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$9.000.000. Em 27 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$280.000, distribuição de dividendos de R$628.979, destinações da reserva legal de R$58.802 e reserva estatutária no montante de R$488.252. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
Composição acionária	Quantidade	%
Grupo de controle	672.312.942	35,87%
Administradores	25.745.154	1,37%
Free float	1.169.498.325	62,41%
Total de ações	**1.867.556.421**	**99,65%**
Ações em tesouraria	6.514.511	0,35%
Total	**1.874.070.932**	**100,00%**

b) Ações em tesouraria: Política contábil: Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela empresa e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan detém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseado em ações dos funcionários e o volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria. Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Programa de Recompra de Ações de até 116.000.000 ações ordinárias, representativas de 9,93% do total de ações disponíveis no mercado, com prazo até 18 meses. As ações recompradas podem ser usadas para cumprir com obrigações decorrentes de potenciais exercícios de planos de remuneração baseados em ações, manutenção em tesouraria, alienação ou cancelamentos de acordo com a legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 6.514.511 ações em tesouraria (7.432.832 ações em 31 de dezembro de 2022), cujo preço de mercado era de R$19,36. **c) Reserva estatutária - reserva especial: Política contábil:** Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. **d) Reserva legal: Política contábil:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **e) Dividendos: Política contábil:** O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **i. A receber:**

Controladora	Investimentos em associadas [i]	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**22.747**	**517.344**	**540.091**
Dividendos declarados	2.340.514	549.883	2.890.397
Juros sobre capital próprio propostos	95.846	107.544	203.390
Dividendos recebidos	(1.849.651)	(1.174.771)	(3.024.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**609.456**	–	**609.456**
Dividendos declarados	348.493	571.033	919.526
Outros movimentos	(3.567)	–	(3.567)
Dividendos recebidos	(855.188)	(351.092)	(1.206.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**99.194**	**219.941**	**319.135**

[i] Veja composição do saldo na nota 9.1.a.
[ii] Veja composição do saldo na nota 9.1.b.

Consolidado	Investimentos em associadas [ii]	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.621**	**517.344**	**519.965**
Dividendos declarados	278.654	549.883	828.537
Juros sobre capital próprio declarados	–	107.544	107.544
Combinação de negócios	202.968	–	202.968
Operação descontinuada	(44.969)	–	(44.969)
Dividendos recebidos	(278.127)	(1.174.771)	(1.452.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**161.147**	–	**161.147**
Dividendos declarados	273.346	626.653	899.999
Juros sobre capital próprio declarados	–	588.078	588.078
Imposto de renda retido na fonte	–	(88.256)	(88.256)
Operação descontinuada	(62.699)	–	(62.699)
Outros movimentos	(81.053)	–	(81.053)
Dividendos recebidos	(254.905)	(906.534)	(1.161.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**35.836**	**219.941**	**255.777**

[ii] Veja composição do saldo na nota 9.1.b.

ii. A pagar

	Controladora
	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.094.391
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**1.094.391**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(273.598)
Reserva estatutária	**820.793**

Movimentação dos dividendos a pagar

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**754.282**	**799.634**
Dividendos do exercício	279.308	2.000.543
Dividendos complementares do exercício anterior	45.736	–
Dividendos pagos	(799.347)	(1.908.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**279.979**	**892.006**
Dividendos declarados [i]	794.289	2.239.495
Dividendos pagos	(798.203)	(2.582.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**276.065**	**549.054**

[i] O valor do dividendo por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1,27 real. (R$0,66 centavo em 31 de dezembro de 2022).

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	(1.361.895)	(125.233)	(1.487.128)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.010.914	(172.501)	1.838.413
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(219.663)	(71.550)	(291.213)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	74.685	24.327	99.012
Perdas na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	–	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	77.152	–	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(26.232)	–	(26.232)
Total	**509.330**	**(344.957)**	**164.373**
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	567.546	(253.221)	314.325
Acionistas não controladores	(58.216)	(91.736)	(149.952)

	31/12/2021	Resultado abrangente	31/12/2022
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	(1.362.618)	723	(1.361.895)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.093.366	917.548	2.010.914
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(299.993)	80.330	(219.663)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	101.997	(27.312)	74.685
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	–	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro	43.220	33.932	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(14.695)	(11.537)	(26.232)
Total	**(484.354)**	**993.684**	**509.330**
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(521.609)	1.089.155	567.546
Acionistas não controladores	37.255	(95.471)	(58.216)

18. Resultado por Ação: Política contábil: a) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras; e iii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente diluidores. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação).

Básico e diluído - Operação continuada

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	1.078.737	1.158.852
Efeito dilutivo do plano baseado em ações das subsidiárias	(814)	(1.739)
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	**1.077.923**	**1.157.113**
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)		
Básico	1.867.005	1.869.077
Diluído do plano de opções de ações	7.341	5.503
Diluído	**1.874.346**	**1.874.580**
Resultado por ação		
Básico	R$0,5778	R$0,6200
Diluído	R$0,5751	R$0,6173

Básico e diluído - Operação descontinuada

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico e diluído por ação	15.654	17.180
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)		
Básico	1.867.005	1.869.077
Diluído do plano de opções de ações	7.341	5.503
Diluído	**1.874.346**	**1.874.580**
Resultado por ação		
Básico	R$0,0084	R$0,0092
Diluído	R$0,0084	R$0,0092

Instrumentos diluidores: A Companhia e suas subsidiárias têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado. **Instrumentos antidiluidores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, 12.269.677 (61.540.876 em 31 de dezembro de 2022) ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia foram consideradas na análise do lucro por ação, mas não geraram impacto no cálculo, pois aumentam o lucro por ação. **19. Receita Operacional Líquida: Política contábil:** A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, secção V, Art. 187. As principais fontes de receita são: **i. Venda de produtos:** A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos. A subsidiária Moove atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas Mobil e Comma. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços. Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita. **ii. Receita faturada:** A Companhia, por meio das distribuidoras controladas direta e indiretamente pela Compass Gás e Energia, presta serviços de distribuição de gás natural nas localidades onde possuem o direito de concessão. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes. A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseados nas medições mensais realizadas. **iii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iv. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato. **v. Serviços prestados:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos

continua ★



★continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

preços de tabela em que o Grupo Cosan vende os serviços em transações separadas. **vi. Comercialização de energia:** A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A subsidiária Compass Comercialização poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. **a) Mercado de curto prazo:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). **b) Operações de comercialização de energia:** As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras. **vii. Serviços de logística prestados:** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a subsidiária transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam a subsidiária, bem como quando sua o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança. Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado. **viii. Receita de arrendamentos:** A receita de aluguel é reconhecida linearmente no prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à subsidiária, que podem ser medidas de forma confiável. **ix. Venda de propriedades para investimento:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das atividades das subsidiárias. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas após eliminação das vendas dentro da subsidiária. A receita é reconhecida quando a subsidiária cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita bruta na venda de produtos e serviços	45.298.287	45.977.407
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Impostos sobre vendas e outras deduções	(7.323.932)	(7.872.439)
Receita operacional líquida	**39.468.497**	**39.322.786**

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	15.737.450	17.854.412
Lubrificantes e óleo básico	8.252.782	8.690.659
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	834.616
Comercialização de energia	–	238.544
Outros	538.445	418.847
	25.272.088	28.037.078
Ao longo do tempo		
Transporte ferroviário	10.379.017	9.503.965
Receita de construção	1.494.141	1.217.818
Operações de contêineres	558.699	337.543
Outros serviços	1.825.844	289.418
	14.257.701	11.348.744
Eliminações	(61.292)	(63.036)
Total das receitas líquidas	**39.468.497**	**39.322.786**

20. Custos e Despesas por Natureza: Política contábil: A Companhia e suas subsidiárias aplicam o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 04/IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural e classifica a amortização do contrato de concessão em custos de vendas. As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das receitas, custos e despesas por natureza/finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	–	–	(7.291.453)	(6.588.465)
Custo do gás e transporte	–	–	(11.919.415)	(13.892.505)
Energia elétrica comprada para revenda	–	–	–	(260.891)
Despesas com transporte ferroviário e elevação	–	–	(2.696.333)	(3.074.624)
Outros transportes	–	–	(523.747)	(137.255)
Depreciação e amortização	(14.401)	(13.936)	(3.364.943)	(3.014.480)
Despesas com pessoal	(317.936)	(180.929)	(2.893.919)	(2.498.912)
Custo de construção	–	–	(1.494.141)	(1.217.818)
Despesas com serviços de terceiros	(46.816)	(28.260)	(952.294)	(888.195)
Despesas comerciais	(29)	–	(37.451)	(23.505)
Custo das propriedades vendidas (Nota 10.5)	–	–	(153.470)	(550.432)
Outras despesas	(58.208)	(77.137)	(1.101.274)	(1.444.083)
	(437.390)	(300.262)	(32.428.440)	(33.591.165)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	–	(28.549.896)	(30.556.819)
Despesas com vendas	–	–	(1.350.570)	(1.276.279)
Gerais e administrativas	(437.390)	(300.262)	(2.527.974)	(1.758.067)
	(437.390)	(300.262)	(32.428.440)	(33.591.165)

21. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho de compra vantajosa	–	99.341	–	99.341
Resultado na venda de investimentos	–	54.707	–	988.077
Créditos fiscais extemporâneos	–	–	43.835	114.812
Mudança no valor justo de propriedades para investimento - Nota 11.5	–	–	2.259.924	1.311.691
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado intangível, e investimentos (i)	13.563	(2.323)	(17.016)	(13.035)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(86.619)	(41.463)	(204.158)	(370.765)
Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga	–	–	–	(90.022)
Resultado no encerramento do acordo judicial	–	–	–	(396.818)
Dividendos recebidos da Vale S.A. - Nota 1.1 (f)	–	–	1.339.340	–
Realização de receita diferida - Nota 2	–	–	923.214	–
Receitas eventuais	66.850	–	160.604	–
Outros	(63.050)	27.135	(581.366)	108.941
	(69.256)	137.397	3.924.377	1.752.222

(i) Contempla o ganho referente à venda da SINLOG TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA S.A no valor de R$14.884 conforme nota 2 - Venda de ações da Sinlog Tecnologia em Logística S.A.

22. Resultado Financeiro: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas previamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido, que no caso de títulos cotados é normalmente a data ex-dividendo. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações cambiais líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária(i)	(969.613)	(954.320)	(4.267.829)	(4.464.754)
Variação cambial líquida sobre dívidas(i)	60.798	135.445	1.921.632	549.682
Resultado com derivativos e valor justo (ii) (iii)	(1.253.705)	(2.000.888)	(2.684.111)	(4.203.149)
Amortização do gasto de captação	(9.529)	(78.112)	(64.588)	(244.344)
Fianças e garantias sobre dívida	–	–	(38.773)	(41.505)
	(2.172.049)	(2.897.875)	(5.133.669)	(8.404.070)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	222.839	191.315	2.057.369	1.788.477
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas (iv)	–	–	(3.147.031)	3.385.047
	222.839	191.315	(1.089.662)	5.173.524
Custo da dívida, líquida	(1.949.210)	(2.706.560)	(6.223.331)	(3.230.546)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	45.285	37.210	450.478	355.634
Atualização de outros ativos financeiros	1.777	(1.405)	1.777	(1.405)
Arrendamento e concessão	–	–	(514.236)	(417.703)
Arrendamentos	(3.574)	(3.858)	(464.850)	(374.177)
Juros sobre capital próprio	481.753	33.134	(46.212)	33.134
Juros sobre contingências e contratos	(217.481)	(138.513)	(781.087)	(593.144)
Juros sobre ativo e passivo setorial	–	–	(97.845)	(36.670)
Despesas bancárias e outros	(36.319)	(151.214)	(107.747)	(145.200)
Variação cambial e derivativos não-dívida	186.321	(411.237)	(133.974)	(747.859)
	457.762	(635.883)	(1.673.696)	(1.927.390)
Resultado financeiro, líquido	(1.491.448)	(3.342.443)	(7.897.027)	(5.157.936)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(1.934.520)	(1.970.687)	(11.337.430)	(4.706.535)
Receitas financeiras	829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
Variação cambial	712.582	649.899	1.777.438	260.746
Efeito líquido dos derivativos	(1.098.745)	(2.299.389)	(1.365.169)	(6.489.668)
Resultado financeiro, líquido	(1.491.448)	(3.342.443)	(7.897.027)	(5.157.936)

(i) Em 31 de dezembro de 2023, o valor de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale foi de R$599.515. (ii) Em 31 de dezembro de 2023, o custo de operações bancárias com derivativos foi de R$554.998. (iii) Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção do investimento em ações da Vale foi de R$880.795. (iv) O saldo bruto de atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R$3.312.112.

23. Benefício Pós-Emprego: Política contábil: O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados com base nos resultados das avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço. **i. Contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente. A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e Commit), administrado pela FuturaMais - Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev - Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II - Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios. A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que poderão gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário. **ii. Contribuição variável:** Um plano de contribuição variável, são também conhecidos como mistos e que reúnem aspectos do BD - benefício definido e do CD - contribuição definida. As demais empresas do Grupo patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais - Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev - Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II - Entidade de Previdência Complementar). Ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte). **iii. Benefício definido:** O plano de benefício definido é um plano em que os participantes tem determinado por força das disposições regulamentares o benefício devido. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas. O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura - Entidade de Previdência Complementar, sendo patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., que desde 2011 encontra-se fechado e em extinção. De acordo com o regulamento, o que leva a Companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são: a) maior sobrevida ao especificado nas tabelas de mortalidade; b) o retorno sobre o patrimônio líquido inferior sob a taxa de desconto utilizadas na avaliação atuarial mais o IGP-DI acumulado; e c) estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas. **iv. Plano médico:** A subsidiária Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição definida		
Futura II	333	332
Benefício definido		
Futura	175.150	127.351
Plano médico	442.164	448.157
	617.314	575.508
	617.647	575.840

a) Contribuição definida: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor das contribuições dos colaboradores totalizou R$103 (R$303 em 31 de dezembro de 2022). **b) Benefício definido: Futura:** A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidade ("CLE") patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das contribuições totalizaram R$13.199 (R$60.827 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A duração média ponderada da obrigação é de 8,9 anos (8,7 anos em 31 de dezembro de 2022). **c) Plano médico:** Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das contribuições totalizaram R$27.088 (R$27.118 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A duração média ponderada da obrigação é de 10,9 anos (10,6 anos em 2022). Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.097.982	1.161.693
Custo dos serviços correntes	157	219
Custo dos serviços passado	–	319
Juros sobre obrigação atuarial	107.057	98.343
Liquidação antecipada no plano	–	(3.081)
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	62.807	(88.709)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(62.889)	14.319
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	22.116	–
Benefícios pagos	(85.389)	(85.121)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.141.841	1.097.982
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(521.568)	(492.408)
Receitas de juros	(49.720)	(42.224)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	2.443	11.405
Liquidação antecipada no plano	–	3.698
Contribuições do empregador	(40.287)	(87.945)
Benefícios pagos	85.389	85.000
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(523.743)	(522.474)
Passivo líquido de benefício definido	618.098	575.508

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços correntes	(157)	(219)
Juros sobre obrigação atuarial	(57.337)	(56.119)
	(57.494)	(56.338)

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Montante acumulado no início do exercício	204.788	141.803
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(62.807)	88.709
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	62.889	(14.319)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	–
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(2.443)	(11.405)
Montante acumulado no final do exercício	180.311	204.788

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	523.743	100,00%	496.950	95,28%
Outros	–	–	24.618	4,72%
	523.743	100,00%	521.568	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	9,29%	10,03%	10,12% a.a.	10,45%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	4,50% a.a.	4,25%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	n/a	N/A
Morbidade (*aging factor*)	N/A	N/A	3,00%	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	3,00% a.a.	3,00%
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	0,60/ (tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

Análise de sensibilidade: Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço é uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, pois afeta a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento 0,50%	Redução (0,50)%
Futura	672.044	727.827
Plano médico	(23.123)	20.998

Não houve alteração com relação as premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores e aos métodos adotadas na elaboração da análise de sensibilidade.

24. Pagamento com Base em Ações: Política contábil: O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. A Companhia e suas subsidiárias possuem Planos de Remuneração Baseada em Ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: **Planos anteriores à 2022:** (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). (ii) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*). (iii) Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa) onde é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo Cosan de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento. **Outorga realizada em 2023: • Programa de concessão de ações (liquidável em ações):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram estabelecidos os seguintes Programas de Outorga:

Programa	Condições de aquisição de direito
Cosan Sócios 2023.	**Outorga 30 de janeiro de 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (service condition) e metas de desempenho (performance conditions). Do total de ações do programa, 60% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 5 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 40% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em *lock-up* por um ano. **Outorga 28 de março de 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e metas de desempenho (*performance conditions*). Do total de ações do programa, 49% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 51% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110%. (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em *lock-up* por um ano. O valor total de ações outorgados nos dois planos é de 12.472.325.
Investe Cosan	**Outorga 31 de julho 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e metas de desempenho (*performance conditions*). Do total de ações do programa, 41% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 59% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 50% e 150%.
Investe Cosan III - Associados	**Outorga 1° de dezembro 2023.** O programa de incentivo no modelo de *matching* está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e a investimento realizado pelo beneficiário com recursos próprios, que deve ser mantido em ações durante o período de carência. Do total de ações do programa 50% estão relacionados a tempo de serviço de 3 anos e o restante, equivalente a 50% do programa, relacionados a tempo de serviço de 5 anos.
Investe Rumo	**Outorga 1° de setembro de 2023.** Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.
Programa SOP Moove.	**Outorga 01 de julho 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (*performance conditions*). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga. O preço de exercício das opções objeto deste Programa é de R$ 50,05 para as opções do Modelo A, R$ 106,28 para as opções do Modelo B e de R$ 135,05 para as opções dos Modelos C e D ("Preço de Exercício") e deverá ser pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição ou compra. Para mensuração do valor justo é utilizado o modelo binominal com premissas como, preço do ativo base, distribuição de dividendos (0% de *dividend yield*), preço do exercício conforme cada Modelo dentro do programa, taxa de saída média esperada, taxa livre de riscos, volatilidade e efeito do *lock-up* atrelado ao exercício das opções.

Tipo de prêmio/Data de concessão	Empresa	Expectativa da vida (meses)	Concessão de planos	Exercido/cancelado/ transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Programa de concessão de ações						
31/07/2018	Cosan S.A.	60	842.408	(842.408)	–	9,65
31/07/2019	Cosan S.A.	60	229.020	(41.714)	187.306	13,44
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(6.704)	62.268	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(25.722)	399.117	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(1.981.231)	3.302.044	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	–	806.752	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(11.208)	835.298	18,74
22/11/2022 - Investe Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	–	377.173	17,14
30/01/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	–	12.472.325	15,26
31/07/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	–	1.047.845	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	–	546.734	17,68
			22.945.849	**(2.908.987)**	**20.036.862**	
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(83.683)	–	79,00
01/07/2023 - Programa SOP A	Moove	72	699.276	–	699.276	142,62
01/07/2023 - Programa SOP B	Moove	72	279.710	–	279.710	88,32
01/07/2023 - Programa SOP C	Moove	72	223.768	–	223.768	76,54
01/07/2023 - Programa SOP D	Moove	72	139.855	–	139.855	71,45
			1.342.609	**–**	**1.342.609**	
01/08/2018	Rumo S.A.	60	1.149.544	(1.149.544)	–	13,94
15/08/2019	Rumo S.A.	60	843.152	(267.977)	575.175	22,17
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(249.747)	526.395	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(977.523)	503.477	20,84
15/09/2021	Rumo S.A.	36	1.560.393	(191.959)	1.368.434	18,19
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(53.959)	1.727.681	20,36
01/09/2022	Rumo S.A.	–	146.909	(146.909)	–	20,36
01/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	–	1.724.867	21,86
			9.463.647	**(3.037.618)**	**6.426.029**	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(26.285)	106.385	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(17.695)	89.257	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	36	80.729	(13.628)	67.101	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(3.779)	74.188	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(233)	81.971	150,98
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	29.492	(29.492)	–	25,46
01/08/2021	Compass	36	35.075	(6.001)	29.074	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	170.647	–	170.647	25,46
01/08/2021	TRSP	36	37.572	–	37.572	25,46
01/11/2021	Comgás	32	192.405	–	192.405	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.646.411	(17.873)	1.628.538	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	90.087	–	90.087	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	837.439	–	837.439	25,59
01/08/2022	Compass	36	30.651	(6.460)	24.191	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.675	–	31.675	25,59
01/08/2023	Compass Gás e Energia	36	242.802	–	242.802	34,12
01/08/2023	Compass	36	25.716	–	25.716	34,12
01/08/2023	TRSP	36	22.950	–	22.950	34,12
			3.873.444	**(121.446)**	**3.751.998**	
Total			**37.709.232**	**(6.151.734)**	**31.557.498**	

a) Reconciliação de opções de ações em circulação: O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2022	**7.801.240**	**15.592.511**
Outorgado	1.223.679	5.156.829
Exercidos/cancelados/outros	(1.597.962)	(2.872.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.426.957**	**17.876.508**
Outorgado	14.066.904	16.868.466
Exercidos/cancelados/outros	(1.456.999)	(3.187.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**20.036.862**	**31.557.498**

b) Mensuração de valores justos: O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* e Binominal foram as seguintes:

		Preço médio de mercado na data de outorga	Taxa de juros	Volatilidade
Cosan S.A.	31/12/2023	16,82	N/A	N/A
	31/12/2022	17,14	6,82%	36,50%
Compass	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
	31/12/2022	29,20	N/A	N/A
Comgás	31/12/2023	–	N/A	N/A
	31/12/2022	79,00	N/A	N/A
TRSP	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
	31/12/2022	29,20	N/A	N/A
Rumo (i)	31/12/2023	21,87	10,41%	25,84%
	31/12/2022	20,56	11,53%	27,70%
Moove (ii)	31/12/2023	105,98	4,05%	42,85%

(i) A volatilidade foi determinada com base na volatilidade histórica do preço da ação dos últimos trinta dias anteriores à data da outorga. (ii) A volatilidade foi determinada com base na volatilidade histórica do preço da ação da empresa controladora, uma vez que a Moove ainda não possui capital aberto, tomando como medida o período proporcional ao prazo do plano. **c) Despesas reconhecidas no resultado:** As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram R$207.713 e R$99.098, respectivamente.

25. Eventos Subsequentes: Emissão do *Senior Notes* 2031: Em 26 de janeiro de 2024 a Companhia emitiu uma oferta de *senior notes* no volume total de U.S.$600.000 mil equivalentes a R$2.947.500, por meio de sua subsidiária integral Cosan Luxembourg S.A ("Cosan Luxemburgo"). A emissão do *senior notes* ocorreu uma taxa de juros anual de US$ + 7,25%, com vencimento em junho de 2031 e pagamento de juros semestral. Posteriormente, em 16 de fevereiro de 2024 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos do *Senior notes* 2031, por meio da emissão de modalidade de dívida Resolução 4131 ("4131") pela Cosan S.A. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um Time Deposit ("TD") com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, o qual possui como ativo subjacente a emissão da 4131. **Distribuição de Dividendos da Vale:** O Conselho de Administração da Vale aprovou em 22 de fevereiro de 2024 a remuneração dos acionistas no valor de R$11.721.894. O montante declarado corresponde integralmente a dividendos no valor total de R$ 2,738548374 reais por ação. O pagamento ocorreu em 19 de março de 2024 e o montante recebido pela subsidiária Cosan Oito foi de R$577.469. **Décima Emissão de Debêntures da Comgás:** Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária indireta Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão foi no montante total de R$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da subsidiária indireta Comgás. **Renovação do Benefício Fiscal Sudam:** Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil - RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte. **Terceira Emissão de Debêntures da Compass:** Em 15 de março de 2024, a subsidiária Compass Gás e Energia S.A. desembolsou a sua 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis, no montante de R$ 1.500.000 com remuneração de CDI + 1,08% a.a., juros semestrais e principal com vencimento em 15 de março de 2029. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a propósitos gerais e reforço de capital de giro. **Deliberação de Dividendos Compass Gás e Energia:** Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária indireta Compass Gás e Energia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$1.500.000. O pagamento ocorreu em 12 de abril de 2024 e o montante recebido pela subsidiária Cosan Dez foi de R$1.320.000. **Notas Comerciais Compass e TRSP:** Em 20 de março de 2024, a Compass e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. seguindo as condições de mercado para a respectiva transação. **Empréstimo Compass Comercialização:** Em 21 de março de 2024, a Compass e sua subsidiária Compass comercialização assinaram um contrato de empréstimo *"Uncommited Term Loan Facility Agreement - Loan Agreement"* junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os termos da Lei N° 4.131. Em 22 de março de 2024, a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano. **Emissão de Debêntures Rumo Malha Paulista S.A.:** Em 25 de março de 2024 a Rumo Malha Paulista captou R$ 1.200.000 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R$ 532.243, com taxa de IPCA + 5,7970% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização *bullet*, enquanto a segunda é de R$ 667.757 com taxa de IPCA + 5,9284% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos. **Projeto Terminal Portuário - Seeds:** Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo projeto (terminal) portuário para elevações de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R$ 2,5 bilhões e será financiado com empréstimos, além da possibilidade de potenciais parcerias estratégicas ao longo do curso de implementação do Projeto. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção. **Antecipações Dívidas - Operação Vale S.A.:** Durante os primeiros meses de 2024 conforme demonstrado na nota 1.1(b), a Companhia efetuou a antecipação das dívidas atreladas a operação da Vale, sendo que, em abril de 2024 foi completada a liquidação de 100% das dívidas, assim como os derivativos de collar financing ligados à operação.

26. Novas Normas Contábeis: 26.1 Normas Contábeis Recentes Adotadas pela Companhia:

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em vigor a partir de 1° de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil *"As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitos a incerteza de mensuração"* e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois as estimativas contábeis da Companhia já atendiam à nova definição.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1° de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois as políticas divulgadas pela Companhia já atendiam a nova definição de políticas materiais.
Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em vigor a partir de 1° de janeiro de 2023.	Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois a Companhia já efetuava a segregação do diferido ativo e passivo dos arrendamentos. Quanto aos passivos para desmontagem e remoção, não são aplicáveis para a Companhia.
Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro	A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros que devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*.	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois não são aplicáveis à Companhia.

continua ★

★continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Alteração CPC 32 – item 4A referente à nova regra tributária Pilar Dois Em vigor a partir de 2023	Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.	A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres.

26.2 Novas Normas e Interpretações Ainda Não Efetivas: As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback*. Essas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan, pois não é aplicável para a Companhia.
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	A alteração na norma traz maiores esclarecimentos para classificação da dívida entre circulante e não circulante que visa o direito de uma entidade diferir a liquidação deve existir na data-base, exclusão do requerimento do direito ser incondicional e inclusão o requerimento de ter substância. Também realizou maiores esclarecimentos para passivos com *covenants* que orienta apenas os *covenants* que devem cumprir até a data base afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Para *covenants* após a data base não afetam a classificação do passivo. Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não é esperado impactos significativos, uma vez que a classificação entre curto e longo prazo já é realizada dentro das novas definições. Quanto aos *covenants*, a Companhia monitora constantemente e irá efetuar quaisquer divulgações requeridas, se aplicável.
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedor. Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não esperamos alterações significativas.
Alterações à norma IAS 21/CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.	As alterações trazem maiores esclarecimentos sobre uma entidade poder desempenhar atividades no exterior de duas maneiras: (i) realizar transações em moeda estrangeira ou (ii) possuir entidades no exterior. O objetivo da norma é determinar como incluir transações em moeda estrangeira e como converter as demonstrações contábeis desta entidade em outra moeda. Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, mas está avaliando todos os impactos para adoção da norma.
Nova norma contábil - IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Demonstrações Financeiras Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	Essa nova norma visa oferecer aos investidores uma compreensão mais aprofundada do desempenho financeiro das empresas, fornecendo pontos de referência consistentes para suas análises possibilitando assim melhores decisões de investimento. Visto que a norma foi publicada apenas em abril de 2024, para dezembro de 2023 a Companhia não possui impactos. Portanto a Companhia ainda não efetua a avaliação dos impactos, mas esta será efetuada para os próximos exercícios tendo em visto que a norma entra em vigor em 2027.

Diretoria

Nelson Roseira Gomes Neto - Diretor Presidente
Maria Rita de Carvalho Drummond - Diretora Vice-Presidente Jurídico
Marcelo Eduardo Martins - Diretor Vice-Presidente de Estratégia
Rodrigo Araujo Alves - Diretor Vice-Presidente Financeiro e Relações com Investidores

Contadora

Renata Pavanelli Chaves
CRC 1SP283861/O-1

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 26 de abril de 2024, referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, CRC 2 SP 013846/O-1.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COSAN S.A., no uso de suas atribuições legais, examinou: (i) o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras"); e (ii) o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. ("BDO") com ressalvas, indicando que não houve conclusão nos trabalhos de auditoria independente sobre os saldos contábeis dos negócios da Moove Lubricants Holdings, controlada da Companhia, incluindo entidades localizadas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. Em consequência das ressalvas acima descritas, não foi possível determinar se haveria ou não a necessidade de efetuar ajustes e/ou reclassificações nas Demonstrações Financeiras que pudessem impactar os saldos contábeis relacionados às entidades mencionadas, notadamente nos componentes do balanço patrimonial individual e consolidado, bem como nas demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. Observada as ressalvas acima descritas, o Conselho Fiscal concluiu que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e recomendam o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

Marcelo Curti **Vanessa Claro Lopes** **José Cezário Menezes de Barros Sobrinho**

Parecer sobre as Demonstrações Financeiras

No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, os membros do Comitê de Auditoria da Companhia procederam à análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório com ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. onsiderando as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela BDO, os membros do Comitê de Auditoria da Companhia opinaram que, salvo pelos possíveis efeitos relacionados aos números da Moove, cuja auditoria ainda não foi concluída, como indicado pelos Auditores Independentes em seu relatório (motivando, inclusive, a opinião com ressalva, como acima indicado), as demonstrações financeiras da Companhia refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendaram a aprovação, nos termos do artigo 10, Parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM 81/22, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

Carla Alessandra Trematore – Coordenadora do Comitê de Auditoria
João Ricardo Ducatti – Membro do Comitê de Auditoria
José Alexandre Scheinkman – Membro do Comitê de Auditoria
Felício Mascarenhas – Membro do Comitê de Auditoria

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário - 2023

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cosan S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa. Os membros do Comitê são eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisito de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é composto por 4 (quatro) membros. Todos os membros do Comitê são independentes, sendo que o Sr. José Alexandre Scheinkman também atua como membro do conselho de administração da Companhia e especialista financeiro. De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, supervisionar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como monitorar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e gestão de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, do gestor do canal de denúncia e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda ("Auditores Independentes" ou "BDO") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC ("CFC") e requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM"). O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, em 26 de abril de 2024 os Auditores Independentes emitiram relatório contendo opinião com ressalvas. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, em 26 de abril de 2024 os Auditores Independentes emitiram relatório contendo opinião com ressalvas. A referida ressalva decorre do fato de que, até o momento, os Auditores Independentes não concluíram os trabalhos de auditoria independente da Moove Lubricants Holdings ("Moove"), controlada da Companhia, incluindo entidades localizadas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. Consequentemente, não foi possível determinar se haveria ou não a necessidade de efetuar ajustes e/ou reclassificações nas Demonstrações Financeiras da Companhia que pudessem impactar os saldos contábeis relacionados as entidades mencionadas, notadamente nos componentes do balanço patrimonial individual e consolidado, bem como nas demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. Os negócios da Moove Lubricants Holdings nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, representam em conjunto, 3% do ativo total da Cosan Consolidado, 12% da receita líquida e -3% do resultado do exercício (Nota Explicativa 4 das Demonstrações Financeiras). Os informes trimestrais (ITRs) enviados para a CVM, foram revisados pela empresa de auditoria anterior, Ernst & Young Auditores Independentes, até o 3º trimestre do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna da Companhia. O Comitê é responsável pela aprovação e monitoramento da execução do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria e Riscos observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia. **Atividades do Comitê de Auditoria em 2023:** O Comitê de Auditoria se reuniu-se 10 (dez) vezes no período de maio de 2023 a abril de 2024. Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos: a) aprovação e monitoramento do Plano de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e Compliance; b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração; c) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Companhia; d) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva; e) validação das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; f) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência; g) realização de reuniões com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações; h) entender e discutir com a Administração e os Auditores Independentes os PAAs (Principais Assuntos de Auditoria); e i) acompanhamento dos processos de controles internos da Cia. **Parecer sobre as Demonstrações Financeiras:** No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, os membros do Comitê de Auditoria da Companhia procederam à análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório com ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. onsiderando as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela BDO, os membros do Comitê de Auditoria da Companhia opinaram que, salvo pelos possíveis efeitos relacionados aos números da Moove, cuja auditoria ainda não foi concluída, como indicado pelos Auditores Independentes em seu relatório (motivando, inclusive, a opinião com ressalva, como acima indicado), as demonstrações financeiras da Companhia refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendaram a aprovação, nos termos do artigo 10, Parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM 81/22, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

Carla Alessandra Trematore – Coordenadora do Comitê de Auditoria
João Ricardo Ducatti – Membro do Comitê de Auditoria
José Alexandre Scheinkman – Membro do Comitê de Auditoria
Felício Mascarenhas – Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Cosan S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **Cosan S.A. ("Companhia")**, identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos mencionados no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Moove - subsidiárias relevantes não auditadas:** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 4, 4.4 e 9.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado investimento na subsidiária Moove Lubricants Holdings ("Moove"), que é reportada como um segmento de negócio, incluindo entidades legais localizadas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, conjuntamente relevantes no contexto da nossa auditoria. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, as entidades legais supramencionadas não tiveram as suas auditorias concluídas por nós, nem por outros auditores independentes. Diante desta circunstância, não obtivemos evidências apropriadas e suficientes de auditoria sobre os saldos contábeis referentes à essas entidades legais. Consequentemente, não nos foi possível determinar se haveria ou não a necessidade de efetuar ajustes e/ou reclassificações que pudessem impactar os saldos contábeis relacionados à essas entidades legais em 31 de dezembro de 2023, nos elementos componentes do balanço patrimonial individual e consolidado, bem como nas demonstrações individuais e consolidadas com ele. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito no parágrafo acima intitulado **"Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas"**, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ("tributos fiscais diferidos ativo"):** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrados como 'tributos fiscais diferidos' o montante de R$5.609.030 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, cujo saldo está, substancialmente, relacionado à controladora no montante de R$2.478.911 mil e subsidiária Rumo S.A no montante de R$1.869.877 mil. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, exercendo julgamento significativo para avaliar a existência de provável lucro tributável futuro que considere, dentre outros aspectos, previsões de longo prazo e eventos que podem estar fora do seu controle, como condições futuras de mercado, necessidade de captação, recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") futuros de certas subsidiárias e associadas, fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, consequentemente, na receita líquida de suas controladas que estão consolidadas no modelo de recuperabilidade dos tributos fiscais diferidos. Devido aos aspectos mencionados acima, a magnitude dos valores envolvidos e o fato de que qualquer alteração nas premissas econômicas utilizadas, incluindo as condições de negócio da Companhia e suas controladas, podem gerar efeitos significativos nas projeções de lucros tributários futuros e, consequentemente, impactos materiais nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes aos tributos fiscais diferidos ativo e passivo, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos; • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis e financeiras desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração para elaborar as projeções de lucros tributários futuros, incluindo o entendimento dos riscos relevantes e avaliação sobre as principais premissas e critérios utilizados, assim como a avaliação das representações de quais tais premissas estão contidas no planejamento estratégico de longo prazo aprovado pela Administração; • Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor realizável de tributos diferidos, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão. **Mensuração a valor justo das propriedades para investimento:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrados como 'propriedades para investimento' o montante de R$15.976.126 mil, que gerou uma receita de mudança no valor justo no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$2.259.924 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram a contratação de avaliadores externos pela Administração para, por meio de sua base de dados, comparar as propriedades em avaliação com outros ativos similares para determinar o valor justo de realização dessas propriedades para investimento da Companhia. Pelos aspectos mencionados acima, a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos das mudanças no valor justo das propriedades no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes às propriedades para investimento, incluindo os controles internos que envolvem a contratação dos especialistas externos, a determinação das premissas para o cálculo do valor justo e a revisão do resultado apresentado nos laudos de avaliação das propriedades; • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis e financeiras desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Aplicação de teste documental, por amostragem, dos ativos base para a mensuração do valor justo; • Envolvimento dos nossos especialistas para: (i) avaliação da razoabilidade do modelo adotado para determinar o valor justo das propriedades para investimento, incluindo o entendimento das principais premissas e critérios utilizados; (ii) avaliação das dimensões geográficas apresentadas nas matrículas dos imóveis, bem como das áreas de reservas legais; • Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor justo das propriedades para investimento, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão. **Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.2(a) e 11.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás os montantes de R$12.307.964 mil e R$1.041.421 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão na subsidiária Compass Gás e Energia S.A. Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos significativo por parte da Administração da Companhia. Pelos aspectos mencionados acima e dada a relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes sobre as informações contábeis desse componente referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe componente e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; • Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; • Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre: (i) os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada; e (ii) as adições, amortização e capitalização de juros; • Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras; • Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; • Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2023; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura de concessão de ferrovias:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº11.1(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado certos ativos referentes à infraestrutura da concessão de ferrovias na subsidiária Rumo S.A., que inclui vagões e locomotivas, no montante de R$4.831.568 mil, e via permanente, no montante de R$8.341.835 mil, que totalizam o montante de R$13.173.403. Os gastos capitalizados nesses ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias são relevantes e fundamentais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte ferroviário. A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (*Capital Expenditure - Capex*) e despesas operacionais (*Operational Expenditure - Opex*) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades na subsidiária Rumo S.A. para alinhamento de conceitos sobre a natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão-de-obra diretamente atribuíveis com a construção desse ativo, bem como a adoção de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de tais gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas operacionais reconhecidas no resultado do exercício. Devido aos aspectos mencionados, a magnitude dos valores envolvidos e o risco de capitalização indevida com relação aos ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes sobre as informações contábeis desse componente referente às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe componente e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Entendimento geral do ambiente de controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex; • Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado; • Reunião com representantes da área de projetos, objetivando entender, dentre outros aspectos, o orçamento, a alocação dos gastos e o avanço físico de determinados projetos; • Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram registrados como obras em andamento; • Entendimento sobre determinados sistemas de tecnologia da informação envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento; • Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as adições ao ativo imobilizado registrado em obras em andamento; • Obtenção de evidência, por amostragem, sobre avanço físico de determinadas obras em andamento; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na alocação dos gastos incorridos na formação dos ativos registrados como obras em andamento, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisão para demandas judiciais:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº16, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária e cíveis, ambientais e regulatórias em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R$15.703.294 mil e R$7.166.011 mil, respectivamente, sendo que R$813.732 mil e R$512.979 mil, respectivamente, estão provisionados por ser considerados como provável perda, conforme avaliação realizada pela Administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos. A determinação dos montantes provisionados e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões judiciais em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e regulatório, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências consideradas como perda possível, no alto número de processos envolvidos e na complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia; • Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes; • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes significativos e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações financeiras; • Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis; • Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes considerados como perda possível, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações; • Com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, nossa avaliação contemplou: (i) reuniões com a Administração para entender os controles internos existentes na identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (ii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes das reclassificações apresentadas na Nota Explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2023. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2023, examinamos também as reclassificações descritas na Nota Explicativa nº 3.4 que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2022. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2022, tomadas em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos mencionados no parágrafo a acima intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2024

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Luiz Gustavo Pereira dos Santos
Contador - CRC 1 SP 258849/O-9

